

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL



**A REDE DO TURISMO NO NORTE DE MINAS:
PLANEJAMENTO, REGIONALIZAÇÃO, TERRITORIALIDADES E
DESENVOLVIMENTO SOCIAL NOS CAMINHOS DOS GERAIS.**

HEBERT CANELA SALGADO

MONTES CLAROS

2007

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL

**A REDE DO TURISMO NO NORTE DE MINAS:
PLANEJAMENTO, REGIONALIZAÇÃO, TERRITORIALIDADES E
DESENVOLVIMENTO SOCIAL NOS CAMINHOS DOS GERAIS.**

HEBERT CANELA SALGADO

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes, como requisito para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Simone Narciso Lessa

UNIMONTES
2007

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS
PRO-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Dissertação intitulada “A Rede do Turismo no Norte de Minas: planejamento, regionalização, territorialidades e desenvolvimento social nos caminhos dos Gerais”, de autoria do Mestrando Hebert Canela Salgado aprovada pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores

Banca Examinadora constituída, em 22 de junho de 2007, pelos professores:

Prof^a. Dr^a. Simone Narciso Lessa (PPGDS/Unimontes) - Orientadora

Prof^a. Dr^a. Maria Geralda de Almeida (UFG) - Examinadora

Prof. Dr. João Batista de Almeida Costa (PPGDS/Unimontes) - Examinador

Dr^a. Maria Helena de Souza Ide - Coordenadora do PPGDS

MONTES CLAROS

2007

S164r Salgado, Hebert Canela.
A rede do turismo no Norte de Minas [manuscrito]: planejamento, regionalização, territorialidades e desenvolvimento social nos caminhos dos gerais / Herbert Canela Salgado. – 2007.

227 f.: il.

Bibliografia: f. 218-227.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social, Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes, 2007.

Orientação: Prof. Dra. Simone Narciso Lessa.

1. Turismo – Norte de Minas. 2. Turismo – Desenvolvimento social. 3. Turismo – Planejamento. 4. Redes de turismo. I. Universidade Estadual de Montes Claros. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social. II. Título.

CDD 380 14598151

SALGADO, Hebert Canela. A Rede do Turismo no Norte de Minas: Planejamento, Regionalização, Territorialidades e Desenvolvimento Social nos Caminhos dos Gerais. 2006. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) – Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES

RESUMO

Esta Dissertação de Mestrado constitui ao mesmo tempo um retorno reflexivo ao conhecimento acumulado sobre o turismo e os fundamentos de minhas pesquisas anteriores, ou seja, o primeiro balanço dos trabalhos que venho fazendo sobre o desenvolvimento do turismo no Norte de Minas. O autor aprofunda suas reflexões sobre a formação da rede do turismo norte-mineiro, como campo de possibilidades para o desenvolvimento regional. O embasamento teórico-metodológico apóia-se em obras de referência voltadas à análise sócio-cultural geografizada do turismo. O objetivo geral deste trabalho é refletir como a expressão contemporânea do turismo que passa a se estabelecer no Norte de Minas, pode se articular por meio de redes solidárias, em condições paralelas, a fim de garantir o desenvolvimento regional com base em uma lógica diferenciada que não seja a do capital. A dissertação apresenta como área de concentração: *Desenvolvimento Social: Poder, Processos Socioeconômicos e Ordenamento Territorial*. A linha de pesquisa é: *Processos Socioeconômicos e Ordenamento Territorial*. O método científico que conduz o trabalho se volta para a Dialética Histórico-Estrutural considerado apropriado para o manejo da realidade, sendo esta natural e social. No mesmo sentido, a construção do campo metodológico, encontra no Sistema Turismo – SISTUR, proposto pelo professor Mario Carlos Beni, um conceito amplo e rico que se configura como uma ferramenta importante desta investigação. A estratégia metodológica de investigação compreende a convergência de movimentos reflexivos investigativos e participativos de processos que integram a pesquisa, além da pesquisa bibliográfica. Propõe-se uma metodologia de abordagem qualitativa. O problema aqui investigado questiona como o Turismo, a partir de suas contradições, pode fomentar o Desenvolvimento Social no Norte de Minas. Quanto às respostas ao problema apresentado, pressupomos que se por um lado o turismo provoca impactos ambientais, sociais e econômicos de maneira cada vez mais intensa e marcante para os espaços e culturas, por outro se percebe uma evolução dos seus modelos sustentáveis de base local, na medida em que, são adaptados às realidades locais onde ocorre.

PALAVRAS-CHAVE: Turismo; Norte de Minas; Redes; Planejamento, Desenvolvimento Social.

SALGADO, Hebert Canela. The Net of the Tourism in the North of Minas Gerais: Planning, Region, Territorialities and Social Development in the Ways of the Gerais. 2006. Master degree dissertation (Mestrado in Social Development) – Montes Claros State University – UNIMONTES.

ABSTRACT

This master degree dissertation constitutes at the same time a reflexive return to the accumulated knowledge about the tourism and the background of my previous researches, in other words, the first evaluation of the works that I have done so far about the development of the tourism in the north of Minas Gerais. The author intensify his reflections about the formation of the tourism net in the north of Minas, as a field of possibilities for the regional development. The theoretic-methodologic background supports itself in Works with a reference turned to the geographic social-cultural analysis of the tourism. The general purpose of this work is reflect as a tourism contemporary expression that pass and establish itself in the north of Minas Gerais, and articulate by solid means, in parallel conditions, in order to ensure the regional development based in a different logic besides the capital one. The dissertation presents as a concentration area: *Social Development: Power, Social-economic processes and territorial ordering*. The research line is: *Social-economic processes and Territorial ordering*. The scientific method that leads this work turns itself to the Historic-structural dialectic considered proper to handling the reality, even natural and social. In the same direction, the construction of the methodological field, finds in the Sistema Turismo – SISTUR, proposed by professor Mario Carlos Beni, a large and rich concept that set itself as a important tool of this investigation. The investigation methodological strategy comprehends the convergence of invesigative-reflexive movements and cooperative processes that compose the research, besides the bibliographic research. Its proposed a qualitative approach methodology. The problem investigated question how the Tourism, from its contradictions, can promote social development in the north of Minas Gerais. Regarding the answers to the presented problem, we foresee that in a point of view the tourism generates an increscent intense and expressive environmental, social and economical impact to the space and culture, and in another hand it can be perceived an evolution of the tenable models of local base, when it is adapted to the local realities where it occurs.

KEY WORDS: Tourism; North of Minas Gerais; Netting; Planning, Social Development.

“O Turismo é uma Universidade em que o aluno nunca se gradua, é um Templo onde o suplicante cultua mas nunca vislumbra a imagem de sua veneração, é uma Viagem com destino sempre á frente mas jamais atingido. Haverá sempre discípulos, sempre contempladores, sempre errantes aventureiros.”

Lord Curzon (1859-1925)
Governador-geral da Índia
In Beni(2001)

Dedico este trabalho,

*à minha família Canela e Salgado,
pela beleza dos laços, da rede e fortaleza que é,
nas pessoas de Vovô Paulo Canela, valente, e Vovô Tereziano Salgado, persistente, além
de Vovó Ana e Vovó Tereza pelo carinho
ao meu Pai, minha força, José Adilson Salgado,
a minha linda Mãe, anjo de minha guarda, Antonina Eliana da Glória Canela Salgado,
ao meu irmão, meu companheiro desde pequeno, Rodrigo Canela Salgado,
ao meu amor, Jéssica Luiza de Albuquerque, linda, pela, dedicação e compreensão, e sua
família, Dinha, Mônica, Bárbara, Ronaldo, Pedro e demais,
aos meus amigos, tão distantes nesses tempos de batalhas individuais e, tão perto sempre,
Magela, Hugo, Tulhão, Willhão, Igão, Rabelo, Pablin, Marlon, Chicão, Bil, Abdias,
Marcelo Braga, Ayrтин, suas famílias e demais amigos que trilham comigo;
ao amigo Eduardo Gomes pelo exemplo de dedicação à causas coletivas maiores,
em especial, a tio João dos Reis Canela, pelo exemplo de dedicação e sucesso na vida
Acadêmica;
a Madrinha Olívia e Padrinho Joel (saudades) (in memorian)
aos Povos do Cerrado!*

SUMÁRIO

	PÁGINA
RESUMO	v
ABSTRACT	Vi
EPÍGRFE	vii
DEDICATÓRIA	viii
LISTA DE SIGLAS	xi
LISTA DE TABELAS	xvi
LISTA DE FIGURAS	xvii
LISTA DE QUADROS	xxi
AGRADECIMENTOS	xxii
INTRODUÇÃO	01
CAPÍTULO PRIMEIRO: A HISTORIA DAS VIAGENS E O SURGIMENTO DO TURISMO	21
1.1. Os antecedentes das Viagens e as raízes do Turismo.....	21
1.2. O Desenvolvimento do Turismo Moderno: séculos XIX e XX.....	30
1.3. O Conceito de Turismo: múltiplos olhares em sua historia	37
1.4. Os Paradigmas do Turismo.....	46
CAPÍTULO SEGUNDO: PLANEJAMENTO TURÍSTICO: OS SISTEMAS, AS REDES E A GESTÃO SOCIAL DO TURISMO	53
2.1. Planejamento Turístico e Sistemas: nota introdutória para o planejamento em redes.....	53
2.2. Redes: morfologia e conectividade no turismo contemporâneo.....	69
2.3. Turismo no Brasil: breves entendimentos.....	80
2.4. Planejamento Turístico de Minas Gerais: das políticas públicas à Rede de Circuitos.....	87
2.5. O papel das redes na gestão social do turismo: capital social e desenvolvimento regional.....	98

CAPÍTULO TERCEIRO: A REDE DO TURISMO NO NORTE DE MINAS: OLHARES.....	105
3.1. Turismo no Sertão Mineiro: viagens antigas, história recente.....	105
3.2. Turismo no Norte de Minas: entraves e perspectivas na ótica do SISTUR.....	115
3.2.1. O Norte de Minas como o lugar dos lugares para o turismo sustentável.....	115
3.3. Turismo Regional: novo contexto, novos caminhos.....	149
3.3.1. Projeto Proturismo	152
3.3.2. Programa Turismo Solidário.....	165
3.3.3. O Movimento Catrumano e a Expedição Caminhos dos Gerais	171
3.3.4. Encontro de Integração e Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável do Médio São Francisco	182
3.4. A rede norte-mineira de Turismo: a autenticidade em evolução e o paradigma do desenvolvimento regional	190
3.4.1. A Rede do Turismo no norte de minas: interfaces	190
3.4.2. Circuitos Turísticos: um aporte para a rede regional de turismo no Norte de Minas	200
4.0. CONSIDERAÇÕES FINAIS	205
4.1. Turismo e desenvolvimento regional : velhos caminhos, novas possibilidades	205
4.2 Por uma Epistemologia do Turismo: a outra face da moeda.	208
4.3. Redes de Turismo: um caminho para o desenvolvimento social no Norte de Minas?	211
REFERÊNCIAS.....	218

LISTAS DE SIGLAS

ABAV	Associação Brasileira das Agências de Viagens
ABA	Associação Brasileira de Antropologia
ACI	Associação Comercial e Industrial
ADENE	Agência de Desenvolvimento do Nordeste
ADETUR/MG	Agência de Desenvolvimento do Turismo de Minas Gerais
AIENT	Associação Internacional de Experts Científicos de Turismo
AMAMS	Associação dos Municípios da Área Mineira da ADENE
APA	Área de Proteção Ambiental
APL	Arranjo Produtivo Local de Turismo
ASCOM	Assessoria de Comunicação
BA	Bahia
BC	Banco Central
BDMG	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais
BELOTUR	Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte S/A
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD	Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRA	Brasil
CAA	Centro de Agricultura Alternativa
CDL	Câmara de Dirigentes Logístas
CE	Ceará
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CET	Conselho Estadual de Turismo
CODEMA	Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental
COMTUR	Conselho Municipal de Turismo
CST	Conta Satélite de Turismo
DENOX	Departamento Nacional de Obras contra a seca
DER	Departamento de Estradas de Rodagem
DHE	Dialética Histórico Estrutural
DNIT	Departamento Nacional de Infra-estrutura de transportes

Embratur	Instituto Brasileiro de Turismo
EPL	Espeleogruppo Peter Lund
ES	Espírito Santo
ET's	Escolas Técnicas
FASTUR	Fundo de Assistência ao Turismo
FIP	Faculdades Integradas Pitágoras
FSM	Faculdade São Mateus
FSM	Fórum Social Mundial
FUNGETUR	Fundo Geral de Turismo
GT's	Grupos de Trabalho
HIDROMINAS	Águas Mineiras do Estado de Minas Gerais S.A
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços
IDENE	Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IEF/MG	Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais
IEPHA/MG	Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais
IES	Instituições de Ensino Superior
IGA	Instituto de Geociências Aplicadas
IGS	Instituto Grande Sertão
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
IPHAM	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ISS	Internacional Space Station
IUOTO	União Internacional de Organizações Oficiais de Viagens
IVC	Instituto Vale do Cricaré
KDF	Nationalistischen Gemeinschaft Kraft durch Freude
MEC	Ministério da Educação

MESONORTE	Mesorregião do Norte de Minas
MG	Minas Gerais
MI	Ministério da Integração Nacional
MICT	Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MS	Mato Grosso do Sul
MT	Mato Grosso
MTUR	Ministério do Turismo
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMT	Organização Mundial de Turismo
ONG's	Organizações Não-Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
Orgs.	Organizadores
OSCIP	Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público
OVIVE	Organização Vida Verde
PARNA	Parque Nacional
PDITs	Plano de Desenvolvimento Integrado do Desenvolvimento Sustentável
PEA	População Economicamente Ativa
PIB	Produto Interno Bruto
PLANITUR/MG	Plano Integrado para o desenvolvimento do turismo em Minas Gerais
PMMC	Prefeitura Municipal de Montes Claros
PNE	Programa Nacional de Ecoturismo
PNMT	Programa Nacional de Municipalização do Turismo
PNRT	Programa Nacional de Regionalização do Turismo
PNT	Plano Nacional de Turismo
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPGDS	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social
PRODETUR/NE	Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste
PROMINAS	Companhia Mineira de Promoções
PROTURISMO	Programa de Levantamento de Desenvolvimento do Potencial Turístico Regional

PRSF	Programa de Revitalização da Bacia do São Francisco
PTS	Programa Turismo Solidário
PUC	Pontifícia Universidade Católica
SEBRAE/MG	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Minas Gerais
SEMAD	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
SEMMA	Secretaria Municipal de Meio Ambiente
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SESC	Serviço Social do Comércio
SETUR	Secretaria de Estado e Turismo
SISTUR	Sistema Turismo
SP	São Paulo
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
SUT	Superintendência de Turismo
TURMINAS	Empresa Mineira de Turismo
UFBA	Universidade Estadual da Bahia
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UNEB	Universidade Estadual da Bahia
UNIMONTES	Universidade Estadual de Montes Claros
Unimontes	Universidade Estadual de Montes Claros
USP	Universidade de São Paulo
WTTC	World Travel and Tourism Council
WWF	World Wild Foundation

LISTAS DE TABELAS

Nº	TABELAS	PÁGINA
1	Movimento de Turistas a partir de 1950	42
2	Articulação e Planejamento	186
3	Ordenamento, Normatização, Monitoramento e Controle	187
4	Comunicação e Informação	187
5	Infra-estrutura de apoio ao turismo e serviços turísticos	187
6	Qualificação	188
7	Marketing	188

LISTAS DE FIGURAS

Nº	FIGURA	PÁGINA
1	Sistema Turismo – Sistor	66
2	Representação do Sistema Turismo participando de várias redes	67
3	Representação primária da rede	70
4	Rede Geográfica do Norte de Minas	71
5	Rede de Redes	74
6	Estrutura Verticalizada e a Rede	76
7	Mesorregião Jequitinhonha / Mucuri	79
8	Durante um dos GT's de Turismo	79
9	Plenária de apresentação das Deliberações	79
10	Pólos Turísticos do Prodetur	83
11	Pólos Turísticos Regionais	84
12	Pólo Turístico Caminhos do Norte de Minas	84
13	Pólo Turístico Vale Mineiro do São Francisco	85
14	Pólo Turístico Vale do Jequitinhonha	85
15	Regiões Turísticas do Brasil	88
15.1	Regiões Geográficas Minas Gerais	91
16	Regiões Turísticas de Minas Gerais	95
17	Redes Dendríticas de localidades Centrais	96
18	Circuito Turístico Serra do Cabral e Cachoeiras	97
19	Traçado da Ferrovia Central do Brasil	111
20	Formigas no Circuito Comercial: as origens de uma centralidade regional	113
21	Norte de Minas: localização geográfica	115
21.1	Rede Ferroviária de Minas Gerais	125
21.2	Rede Rodoviária de Minas Gerais	126
22	Rotas Aéreas da Cia. Total Linhas Aéreas	129
23	Rotas Aéreas da Cia. Ocean Air	129
24	Espaço aéreo-portuários em Minas Gerais	129
25	Aeroportos com pista asfaltada no Estado	130
26	Rede Hidrográfica de Minas Gerais	131

26.1	Rio São Francisco	131
27	Cachoeira do Bananal	132
28	Cachoeira do Serrado	132
29	Parque Estadual Caminhos dos Geraes	134
30	Parque Estadual da Lapa Grande	134
31	Cara de Índio	135
32	Parque Estadual Veredas do Peruaçu	135
33	Norte de Minas	137
34	Águas de Santa Bárbara Resort	138
35	Pousa Vila de Santa Bárbara	138
36	Casa Flat do Residencial Pedra do Sonho	139
37	Pedra do Sonho Resort Hotel	139
38	Sesc Laces Pousada Januária	139
39	Oficina de Artesanato em Botumirim	157
40	Experiência em Trekking na Campina - Botumirim	157
41	Pesquisa em Cânion	157
42	Cachoeira das Quatro Oitavas	157
43	Reunião com moradores de Botumirim	158
44	Exposição Fotográfica em Montes Claros	158
45	Oficina de Rappel e Montanhismo	158
46	Festa do Val em Grão Mogol	158
47	Banner do Projeto Proturismo	158
48	Proposta de Regionalização do Turismo	160
49	Circuito Turístico Serra Geral	160
50	Circuito Turístico da Cachaça	160
51	Circuito Turístico Águas do Velho Chico	161
52	Circuito Turístico São Francisco Peruaçu	161
53	Circuito Turístico Serra Geral dos Bandeirantes	162
54	Circuito Turístico Vale Verde	162
55	Circuito Turístico Serras do Rio Pardo	163
56	Circuito Turístico Grande Sertão	163
57	Circuito Turístico Grutas e Veredas	164
58	Circuito Turístico Grutas II	164

59	Território de Experiência Piloto do Turismo Solidário	169
60	Habitantes de Grão Mogol	170
61	Consultores Visitam Receptivo Familiar	170
62	Crianças Brincando em Chapada do Norte	170
63	Receptivo Familiar	170
64	Manifestação Cultural em Chapada do Norte	170
65	Matriz de Santo Antônio de Grão Mogol	170
66	Banner do Movimento Catrumano	179
67	Banner da I Expedição Caminhos dos Geraes	179
68	Banner da II Expedição Caminhos dos Geraes	179
69	Lançamento Oficial da Expedição Caminhos dos Geraes na Prefeitura Municipal de Montes Claros	179
70	Café Catrumano – Largada da Expedição em Montes Claros	179
71	Largada da II Expedição Caminhos dos Geraes em Cordisburgo-MG	180
72	Largada da II Expedição Caminhos dos Geraes em Cordisburgo-MG	180
73	Largada da II Expedição Caminhos dos Geraes em Monte Claros	180
74	Roteiro Pedais do Sertão	180
75	Parque Estadual Veredas do Peruaçu	180
76	Carro de Boi em São Romão-MG	180
77	Flor Nativa do Cerrado	181
78	Igreja de Santo Antonio de Itacambira	181
79	Debate com Expedicionários na chegada	181
80	Representantes dos roteiros em debate	181
81	Apresentação Cultural na Chegada da Expedição	181
82	Recepção na chegada dos Expedicionários	181
83	Rede de Roteiros da II Expedição Caminhos dos Geraes	182
84	GT's articulação e planejamento	190
85	GT Infra-estrutura	190
86	Apresentação do ambiente interno por Ana Tereza (SETUR Januária) e Hamilton dos Reis Sales (CEFET)	190

87	Apresentação do ambiente externo por Cássio Alexandre da Silva (IGS)	190
88	Circuito Turístico Serra do Cabral e Cachoeiras	194
89	Circuito Turístico Urucuia Grande Sertão	194
90	Circuito Turístico Velho Chico	195
91	Pólo Turístico Vale do Jequitinhonha	195

LISTAS DE QUADROS

Nº	QUADROS	PÁGINA
1	Subsistema Ecológico	141
2	Subsistema Social	144
3	Subsistema Cultural	146
4	Subsistema Econômico	148
5	Forças e Fraquezas (ambiente interno)	184
6	Oportunidade e Ameaças (ambiente externo)	185
7	Instituições que poderão contribuir com as ações	189

AGRADECIMENTOS

A Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes na pessoa do Magnífico Reitor Paulo César de Almeida e na pessoa do Vice Reitor João dos Reis Canela a quem explico meu sincero orgulho pela vida acadêmica construída.

Ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social – PPGDS – na pessoa da atual Coordenadora Professora Dr^a. Maria Helena de Souza Ide, pela responsabilidade ideológica e competência administrativa, fico honrado de participar dessa construção, dessa história.

À Minha Orientadora Professora Doutora Simone Narciso Lessa, meu oráculo na academia, por acreditar no meu potencial desde o começo, saudando-me com permanentes ensinamentos, pela orientação, pelos “puchões de orelha”, paciência, amizade, respeito e exemplo de dedicação com causas coletivas maiores, bem como sinônimo de responsabilidade com a arte da docência. O meu muito obrigado e parabéns pela magnífica conduta.

Ao Professor Dr. João Batista de Almeida Costa, caro Joba Costa, pela batalha coletiva, pelo SONHO CATRUMANO, pelos ensinamentos, especialmente por ter aceitado o convite para a minha banca de qualificação, pela amizade, pelo exemplo de Pesquisador e Sonhador Sertanejo que é. Na sua pessoa aproveito para cumprimentar e agradecer a todo o Sertão norte-mineiro, sua magia, seu povo, nossas raízes, por nos permitir viver aqui.

Aos demais Docentes do PPGDS, Professor Dr. Herberth Toledo Martins, Professora Dr^a. Luciene Rodrigues, Professor Dr. Gilmar Ribeiro, Professor Dr. Elton Xavier, Professor Dr. Antônio Dimas, Professora Dr^a Sarah Jane, ao Professor Ms. Roney Sideaux, Professor Dr. João Valdir, Professor Dr. Luis Antônio.

Ao Professor Dr. Rômulo Carvalho, por ter fundamental participação na minha história acadêmica e por ter aceitado o convite para participar da minha banca de qualificação,

contribuído de maneira tão significativa, somando positivamente no meu trabalho. Muito Obrigado!

Ao amigo, colega e professor Cássio Alexandre da Silva pelo Norte na vida acadêmica, reflexões, embates e debates, exemplo de batalha e vida docente, obrigado pelas boas energias. Instinto coletivo sempre amigo! Parabéns por sua vitória! Grande abraço a toda sua família.

Aos funcionários da Secretaria do PPGDS, Luquinha, Cláudio, Madalena, Laiza, Fernanda e Vanessa pela amizade, atenção e profissionalismo.

Aos colegas do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social – PPGDS na pessoa do grande colega Flávio José, Gladiador e, à colega Maria Cristina Barroso (*in memorian*) a quem também dedico este trabalho. Vida e Paz!

À Faculdade Pitágoras de Turismo e Hotelaria na pessoa do Coordenador Clinton Xavier Rocha, e dos funcionários amigos, Zezin, Getúlio, Gêras, Adilson, Inácio, Cristina, Francis e Karin e dos Professores Geraldo Matos Guedes, Dalton Caldeira Rocha, Cibele Athayde Ribeiro Rebello, Cláudio Xavier da Silva, Carmem Alberta de Gasperazzo, Caius Marcelus Reis Silveira, Antônio Trajano de Moraes Neto, Ana Cristina M. Prates, Amaro Sérgio Marques, quem aproveito para parabenizar pelo êxito no PPGDS, Ivanilson Soares Dias, Janaina de Angelis Santos Vieira, José Joaquim R. Vieira, Kênia Torres Corrêa Ribeiro, Laurindo Mekie Pereira, Lindon Jonhson D. da Silva, Marcelo Silva Vieira, Marcelo Soares Gomes, Márcia Genoveva Rafael Versiani, Marillé Pata, Marta Verônica Vasconcelos Leite, Murilo Cássio Xavier Fael, Rafael Silva Gontijo, Roberto Soares Toledo, Rogério Martins F. de Souza, Rosane Bastos, Vânia Silva Vilas Bôas, Wanessa Pereira F. Quadros e, Nely Rachel a quem aproveito para agradecer pela atenção dispensada no somatório deste trabalho amenizando meus desentendimentos com a língua portuguesa.

Aos Formandos 2004 do Curso de Turismo e Hotelaria das Faculdades Integradas Pitágoras meu apreço e saudade, bem como demais turismólogos amigos que por ali passaram. Gustavo Gauto, Pablo Fabian, Olavo Guimarães Neto, Thiago André Veloso de Oliveira, Juliano Rezende dos Santos, Juliano Fagundes, Marcellus Tolentino

Mendes, Alberdam Freitas Nobre, Rafael Alexandre Lopes Versiani, Ana Paula Lima Santos, Ana Paula Lopes Oliveira, Hugo Roda da Cruz Barbosa, Jaqueline Pimenta, Lélia Aparecida Mendes Lacerda, Raphael Recenvindo Silva Bento, Anna Costa Gonçalves, Cleonice Ribeiro de Castro, Adriana Tadeu de Oliveira Lopes, Alessandra Lopes de Almeida, Ângela Gama dias de Oliveira, Denize Mota de Andrade, Inael de Almeida Murta Júnior, Janaína Canela Maia, Josiane Cavalcante Silva, Silvia Rosana Braga Xavier, Aniuska Drumond Lemos David, Laziane Gomes de Moraes Rennó, Bertha Ribeiro Athayde, Clarice Maria Narciso Miranda, Maria Teresa Durães Alves de Meira, Onofre Gomes Versiani Neto, Rosembergh José Barbosa Júnior, Grazielle Seabra Durães, Gisele Corbelino Rocha, Isabela Cristina Silva Lopes, Maria Alice Navarro Saporì, Maria José A. Lopes, Renata Caroline Dias Machado, Rosiane Resende Rodrigues Garoia, Walquíria de Fátima Arruda, Karen Torres Corrêa Lafetá de Almeida quem aproveito para parabenizar pelo êxito no PPGDS.

Aos Docentes e amigos do Departamento de Geociências da Universidade Estadual de Montes Claros meus sinceros agradecimentos.

Aos Colegas do Curso de Geografia da Unimontes, nas pessoas de Leonardo Quaresma, Simoney, Luis Andrey e Manoel, fortes na batalha sempre e, em especial para o grande gafanhoto irmão Lucas Higino.

À amiga Professora Dr^a. Jussara Guimarães, pela amizade e complacência. Parabéns pelo sucesso! Saúde, sempre!

A Prefeitura Municipal de Montes Claros na pessoa do Sr. Prefeito Athos Avelino Pereira e do Vice-Prefeito Sued Botelho pela confiança e apoio.

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente, na pessoa do Secretário Paulo F. Ribeiro, pela confiança, grande incentivador, guerreiro ninja exemplo, da batalha por causas coletivas maiores; e, na pessoa da Gerente Municipal de Meio Ambiente Sr^a. Anildes Lopes pela compreensão e apoio.

A todos os amigos da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, “loucos por natureza” e companheiros de batalha, em especial ao colega e grande amigo Thiago Neves Silva e à colega e amiga Lídia Praça.

Aos Gestores dos Circuitos Turísticos Lago de Irapé, Velho Chico, Urucuia Grande Sertão, Serra do Cabral e Cachoeiras e Serra Geral do Norte de Minas, nas pessoas de Márcia, Niviane, Rômulo, Ana Paula e Auridiná.

Ao Ministério do Turismo do Brasil na pessoa do Excelentíssimo Senhor Walfrido dos Mares Guia, então Ministro do Turismo.

Ao Governo do Estado de Minas Gerais na pessoa do Excelentíssimo Senhor Aécio Neves Governador do Estado de Minas Gerais e ao Excelentíssimo Senhor Antonio Augusto Junho Anastásia. À Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais – SETUR-MG na pessoa da atual Secretária de Turismo Érika Drumond. Ainda, à Superintendente de Fomento e Desenvolvimento do Turismo da referida Secretaria, Jussara Rocha parceira.

A todas as Prefeituras Municipais do Norte de Minas, Noroeste, aqui representados pela Associação dos Municípios da Área Mineira da SUDENE, na pessoa do Presidente Sr. Walmir Moraes e da Secretária Executiva Beatriz Morais, às prefeituras municipais dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, na pessoa de Maria do Carmo F. Silva, idealista e batalhadora dessas bandas que tive o prazer de conhecer durante a construção do Plano Mesovalés, aqui representando a Agência Mesovalés, bem como prefeituras municipais do Vale do Cricaré na pessoa do Sr. José Fernandes Magnago de Jesus, companheiro na árdua batalha pelo desenvolvimento do turismo, representando a Faculdade São Mateus e o Instituto Vale do Cricaré.

Ao Instituto Estadual de Florestas na pessoa do seu Diretor-Geral Humberto Candeias Cavalcanti grande parceiro, do Diretor de Pesca e Biodiversidade, Pai dos Parques e amigo, Célio Murilo de Carvalho Valle, do Supervisor Regional do Alto Médio São Francisco, amigo Rinaldo José de Souza, à Gerente da Regional Norte, amiga Marli Vitorino de Oliveira Ferreira e ao Gerente de Prevenção e Combate a Incêndios Florestais do IEF, guerreiro amigo Jarbas Alcântara nas pessoas dos quais cumprimento todos os amigos do Instituto.

À Fundação Cultural Genival Tourinho e a TV Geraes nas pessoas dos amigos Afonso Mendes, Sônia Zuba, Ellen Parella, Nando Ribeiro e Maria Ribeiro pelos quais cumprimentos aos demais.

Ao Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae Minas – Regional Norte) nas pessoas do Gestor Regional Norte Cláudio Luiz de Souza Oliveira, dos analistas Wiviany Freitas Mendes, Armírio Duque de Oliveira Neto cujas informações muito somaram às minhas reflexões.

Aos amigos do Instituto Grande Sertão, IGS, por continuarem acreditando no sonho que é o IGS e aos amigos do Espeleogrupo Peter Lund por também continuarem com o sonho CAVERNAR.

A todos os meus primos e primas que torceram juntos Janaína, Nayara, Eduardo, Júlio, Felipe, Alisson, Luciana, Giovane, João Henrique, Luiza Ludimila, Maria Helena, Ana Paula, Renata, Juliana, Marcelo, Mariana, Samuel, Samir, Murilo, Danilo, Daniel, Bruno, Diogo, Fabrício, Tatiane

Aos meus tios e tias pela atenção, respeito e boas energias, Geni, Célio, Nazaré, Elcio, Paulo, Aparecida, João, Olívia, Consuelo, Antonieta, Salviana, Adejair, Marisa, Juldázio, Carlos, Ademar, Paulo, Laurinda, Nivaldo,

Ao amigo Walisson Klayton pela motivação, confiança e amizade.

Aos amigos Arley Ronam e Thiago Veloso pela amizade e galhos quebrados.

Aos grandes catrumanos amigos João Rodrigues, Dário Teixeira Contrim e Wanderlino Arruda.

Aos amigos Fábio Borges e Telma Borges pelas boas energias de sempre, amizade e apoio.

Ao cumpadre artista bocaiuvense Sergio Fabiano Ferreira, à cumadre paulista maestrina docente e amiga Luciana Lemos, ao quilombolinha Uirá, menino das fogueiras do sertão, uma família parte de mim.

Ao grande sertanejo galático, amigo Túlio Ferreira Rangel na pessoa de quem reconheço a responsabilidade de representar todos os meus amigos do grande planeta mundo chamado Bocaiúva.

Aos grandes amigos artistas Ney Antunes, Luis André Nascimento mentes de minha mente, elos de minha passagem terrena mais do que pensante. Aproveito para agradecer às amigas Rejane e Stephanie Pirfo, grande artista. Ainda, ao todos os amigos do ClubArt, em especial ao amigo Sinval Júnior, à amiga Érica Dias e ao amigo artista Felipe Barros.

Aos comparsas Danilo, Cadú, Sergio, Dudú e Junior, e todos os demais amigos que de alguma maneira estiveram na torcida para o sucesso de meus trabalhos. Ainda, à Nanda, Sergin e Pequena, Amandinha, Larissa,

Aos parceiros desse belo mundo sonoro Du, Flavin, Virgílio, Igor, Junin, André, Juliano, Bruno, Fabiana, Daniel, Rafael, Igor, e todos aqueles que me entorpecem com música boa pra suportar o lado guerra, sucesso a todos. Rock n' Roll e Pequi.

Aos inimigos pelos ensinamentos, respeito e gargalhadas.

A todos disseminadores de conhecimento.

Às boas energias do mundo que abrem os olhos e a mente.

Aos meus antepassados, vetores de minha essência.

Todos vocês, direta ou indiretamente me ajudam a construir algo que ainda não sei o que será. Obrigado!

INTRODUÇÃO

*Aqui no norte, as redes são assim ...
coisas que a gente sente,
coisas que a gente vê,
coisas que a gente vive,
é o Sertão...uma rede só.*

Hebert Canela Salgado

O turismo, em meio às contradições de seu processo histórico e geográfico de desenvolvimento, ora suscita seu caráter fetichista, massificante, agressivo e produtor de dependência, ora se evidencia a partir de complexas redes onde ganham destaque processos socioculturais inovadores, democráticos, inclusivos, emancipadores e sustentáveis. O desenvolvimento do fenômeno turismo em várias regiões do mundo tem apontado para importantes reflexões sobre a condição dos lugares e das pessoas que participam direta ou indiretamente de seu processo constitutivo enquanto atividade socioeconômica e culturalmente geografizada.

Dentre os apontamentos que percorrem o debate atual sobre o turismo mundial, brasileiro e regional, destacam-se a formação da rede de turismo, a preservação da biodiversidade, a integração sul-americana, a prevenção e combate à exploração sexual de crianças e adolescentes, a construção de políticas públicas participativas, a adoção de parcerias público-privadas, o fortalecimento de alianças comunitárias, dentre outros. Pode-se afirmar que cinco eixos-base aglutinam todo o pensar sobre a condição atual do turismo no mundo, sendo eles: o desenvolvimento econômico, a preservação da biodiversidade, a diversidade cultural, as condições para a paz e o desenvolvimento social.

O estudo do fenômeno turismo tem sido analisado, via de regra, apenas do ponto de vista das concepções desenvolvimentistas e, mais recentemente, baseado nas variadas matizes do pensamento ecológico que o definem como um caminho prudente para o desenvolvimento sustentável dos lugares. Contudo, o leque de possibilidades reflexivas geradas a partir de suas dinâmicas faz do turismo um campo complexo de entendimento que, até então, vai além de nossas percepções. O fenômeno gerado a partir de sua expansão tem fomentado estudos, pesquisas, debates e principalmente análises de vários setores da sociedade, tanto dos órgãos oficiais, setores produtivos, sociedade e principalmente academias, “deixando de ser uma preocupação teórica secundária”,

Moesch (2000, p.09). Ainda, afirma que “a produção do saber turístico de modo geral, e de modo específico no Brasil, tem se constituído num conjunto de iniciativas, prioritariamente, do setor privado/empresarial e menos na academia, sejam universidades e/ou faculdades, públicas ou privadas”. Moesch (2000, p.13).

O Turismo, como muitos estudiosos têm apontado, nasce e se desenvolve com o sistema capitalista, acompanhando seus avanços, percalços, contradições e reestruturações. É a partir da década de 1960, que suas faces se fundem como atividade de lazer, fomentando o deslocamento de milhões de pessoas, configurando-se em fenômeno econômico de grande expressão internacional. Contudo, suas origens remontam o histórico das viagens no mundo que, alimentadas por antigos desejos, sonhos e devaneios da humanidade, garantiram consistência e importância ao fenômeno aqui em destaque.

Em termos geográficos, uma diferença fundamental entre o turismo e as outras formas de lazer, como aquelas praticadas em casa (por exemplo, ver televisão) ou dentro de um perímetro urbano (por exemplo, frequentar a piscina do clube local), é o componente “viagem”. Alguns autores empregam um critério de distância mínima para a viagem, mas em geral se considera o turismo como uma atividade que inclua no mínimo um pernoite fora do local de residência permanente. E ocorre que esses atributos de viagem e estada em turismo, por sua vez, originam diversas demandas por serviços que podem ser prestados por diferentes setores da indústria do turismo, razão pela qual também em termos econômicos e comerciais o turismo pode se diferenciar de outros tipos de atividades de lazer. Pearce (2003, p.25)

De acordo com a Organização Mundial de Turismo - OMT¹ - organismo especializado das Nações Unidas e a principal organização internacional no campo -, o turismo constitui uma das principais atividades econômicas do planeta, responde por um em cada dez postos de trabalho no mundo e movimentou 3,5 trilhões de dólares em 2003, o que corresponde a 10% do Produto Interno Bruto - PIB mundial. Em 2002, 715 milhões de pessoas viajaram de um país para o outro, movimentando 474 bilhões de dólares em todo o mundo. De acordo com a Associação Brasileira das Agências de Viagens – ABAV², a atividade turística é responsável por 5% de toda a riqueza do País, e por 10% do consumo de famílias, nesse contexto aponta que 100 mil novos empregos foram

¹ Organização Mundial de Turismo (OMT) funciona como um fórum global para questões de políticas turísticas e como fonte de conhecimento prático sobre o turismo, com sede em Madri, Espanha contou em 2006 com membros 145 países (membros efetivos), sete territórios (membros associados) e mais de 400 profissionais (membros afiliados). Disponível em <<http://www.world-tourism.org>>, visitado em 06 Mai. de 2006.

² A ABAV é uma entidade civil sem fins lucrativos, criada em dezembro de 1953 com a finalidade de congrega e representar os interesses dos Agentes de Viagens. Disponível em <<http://www.abav.com.br/AABAV.asp>> visitado em 05 Nov 2006.

criados nos dois últimos anos no Brasil para um total de 1,4 milhões de novas vagas. Nora (2006, p.19-20). Segundo estudos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE o turismo impacta diretamente 53 setores da economia.

Seu desenvolvimento, especialmente contemporâneo, tem suscitado a necessidade de compreensão de suas dinâmicas e principalmente, a busca de sua espisteme, muitas vezes controversa, e nesse sentido o desvendamento da especificidade do conhecimento turístico, a fim de assegurar uma melhor condução e assimilação dos seus reflexos na pós-modernidade. “Analisar as diversas interpretações deste fenômeno no transcorrer do tempo permite a formulação de problemas que visam desvelar a espisteme subjacente” Moesch (2000, p.10). Nesse contexto, ressalta-se a importância de se compreender o turismo para além de um processo econômico, entendendo que sua essência o denuncia antes de tudo como um fenômeno sócio-cultural-geografizado. Em sua compreensão Moesch (2000, p.09), aponta o turismo como,

uma combinação complexa de inter-relacionamentos entre produção e serviços, em cuja composição integram-se uma prática social com base cultural, com herança histórica, a um meio ambiente diverso, cartografia natural, relações sociais de hospitalidade, troca de informações interculturais. O somatório desta dinâmica sociocultural gera um fenômeno, recheado de objetividade/subjetividade, consumido por milhões de pessoas, com síntese: o produto turístico.

Ao chamar a atenção para a existência de um “produto turístico”, Moesch (2000, p.09) desperta a afirmação de Rabahy³ (1990, p.25 *apud* Nascimento 1997, p.09), quando considera que o turismo constitui “uma atividade econômica que se encontra inteiramente relacionada a fatores de natureza socioeconômica, tais como: nível e distribuição de renda, tamanho da população, condições de acesso e proximidade do mercado.” O autor parece deixar de lado seu aspecto humanístico. Contudo, salientamos que o turismo é um processo fundamentalmente humano, que está além de suas funções econômicas.

A ressignificação do turismo depende de novas reflexões filosóficas e novas expressões ideológicas capazes de aprofundar seus questionamentos. Dessa maneira, as reflexões sobre a natureza do turismo, não devem se voltar para a simplificação de sua

³ RABAHY, Wilson. *Planejamento do Turismo*. S. R. 2. Ed. Loyola, 1990. 167p.

complexidade, mas para a assimilação da mesma de maneira mais simples, em face de reconhecê-lo como fenômeno sociocultural capaz de,

permitir novos modos de sensibilidade humana, de relação com o outro que coincidam com os desejos, o gosto de viver, à vontade de conhecer o mundo, com a instauração de dispositivos capazes de desterritorializar, criando novas relações, sentidos e representações na busca da transversalidade entre os grupos humanos. Moesch (2000, p.15)

As categorias que expressam a sua estrutura vão além do tempo, espaço ou consumo. O fenômeno também ocorre na dimensão comunicacional, econômica, tecnológica, ideológica, imaginária, prazerosa e subjetiva. A reconstrução de novos conceitos incita a busca de novas categorias historicizadas, portanto, requerentes de uma abrangência de análise social, movida por condições objetivas e subjetivas. A intensa ocupação do espaço e seus reflexos, tanto no meio natural quanto na formação social, têm gerado novas realidades, ora positivas, ora negativas.

Diante disto, a dinâmica de um espaço geográfico qualquer precisa ser compreendida à luz dos processos sociais que a engendram, sem, entretanto, esquecer as características naturais que ofereçam as bases para o desenvolvimento local. A adoção do paradigma de formação sócio-espacial como referencial teórico manifesta uma preocupação com análises globalizantes que levam ao reconhecimento dos vários níveis na construção de diferentes realidades, sendo o primeiro nível – os alicerces – dominado pela presença do quadro natural como definidor, em menor ou maior escala, da vida humana. Pereira, *et all* (2002, p.61)

Sendo turismólogo, com atuação na área e, apresentando meu trabalho no Mestrado em Desenvolvimento Social considero que esta pesquisa ganha importância por seu pioneirismo. Esta *Dissertação de Mestrado* constitui ao mesmo tempo um retorno reflexivo ao conhecimento acumulado sobre o turismo e os fundamentos de minhas pesquisas anteriores, ou seja, o primeiro balanço dos trabalhos que venho fazendo sobre o desenvolvimento do turismo na região Norte-Mineira. Na tentativa de integrar alguns pensamentos do turismo, da geografia, da história, da antropologia, da sociologia e da economia, bem como têm caminhado os estudos sobre o turismo, este autor aprofunda suas reflexões sobre campos teóricos relativos ao: turismo, a região, ao espaço, a geografia, ao desenvolvimento, e sobre as redes, vasculhando suas complexidades, principalmente, quando pensa esse campo como escopo para o desenvolvimento da

pesquisa sobre a formatação da Rede do Turismo no Norte de Minas e conseqüente espaço de possibilidades para o desenvolvimento regional.

O **embasamento teórico-metodológico** apóia-se em obras de referência voltadas à análise sócio-espacial do turismo, no caso desta pesquisa, obras que percorrem investigações sobre: Viagem, História, Turismo, Geografia, Espaço, Fluxos, Redes, Territorialidades, Planejamento, Estado, Participação, Economia, Globalização, Sociologia, Capital Social, Solidariedade, Antropologia, Identidade, Cultura, Meio Ambiente, Sustentabilidade, Desenvolvimento, dentre outras categorias de análise.

O **objetivo geral** deste trabalho é compreender como a expressão contemporânea do Turismo, que passa a se estabelecer no Norte de Minas, pode se articular por meio de redes solidárias, em condições paralelas, a fim de garantir o desenvolvimento regional com base em uma lógica diferenciada que não seja a do capital. Contudo, os **objetivos específicos** do trabalho vão além da reflexão teórica sobre o turismo, planejamento, regionalização, territorialidades, solidariedade e redes, na tentativa de refletir sobre o desenvolvimento do Norte de Minas pela ótica do Turismo. Pretende-se, ao final de todas as ramificações teóricas e interfaces analíticas, que esta dissertação possa torna-se um canal de entendimento e assimilação das possibilidades de desenvolvimento social regional por meio do desenvolvimento do turismo em bases locais, sustentado por ações intermunicipais e interinstitucionais, mas acima de tudo, sustentado pela participação da sociedade civil na construção de políticas públicas para um turismo de caráter inclusivo e raízes de base local.

Como já foi tratado em Silva e Salgado (2005, p.29), nesse contexto pretendemos refletir os “entraves e perspectivas” para o desenvolvimento turístico regional, avaliando sua condição, suas potencialidades, nivelando conhecimentos, ações, projetos, estudos existentes na região que oportunizem entendimentos locais da temática, fortalecendo ações e projetos desenvolvidos local e regionalmente, a partir de programas de sucesso fomentados pela Organização Mundial de Turismo - OMT, pelo Ministério do Turismo - MTUR, pela Secretaria de Estado de Turismo - SETUR, pelo Fórum Estadual de Turismo de Minas Gerais - FET, todas as outras instâncias e autarquias, pela Academia e toda a sociedade, na Região Norte Mineira. A essa proposição soma-se um olhar crítico diante da lógica do capital impregnada em grande parte das políticas públicas para o turismo, e identificando outras dinâmicas, a partir de

uma rede regional de turismo que se evidencia ao longo dos anos, sustentadas por micro-redes de solidariedade e reciprocidade, aqui consideradas de extrema importância para a manutenção de valores regionais, cultura, identidade, e para o desenvolvimento turístico do Norte de Minas a partir de bases locais.

A dissertação apresenta como **área de concentração**: *Desenvolvimento Social: Poder, Processos Socioeconômicos e Ordenamento Territorial* em que participa da identificação das diferentes instâncias de poder, a análise das condições de trabalho e seus arranjos produtivos, a relação entre desenvolvimento e ordenamento geopolítico, os instrumentos do ordenamento territorial e territorialização, o planejamento e o ordenamento sócio-territorial. A **linha de pesquisa** é: *Processos Sócioeconômicos e Ordenamento Territorial* onde são tratados os processos de regionalização, o papel das técnicas e da racionalidade instrumental e, do campo teórico do ordenamento territorial. O **método**⁴ **científico** que conduz o trabalho se volta para a *Dialética Histórico-Estrutural* considerado apropriado para o manejo da realidade, sendo esta natural e social.

A Dialética Histórico Estrutural (DHE) tem como marca reconhecer no mesmo patamar de relevância, condições objetivas e subjetivas das estruturas históricas, que são formas de acontecer, partindo-se da crença científica comum de que a realidade social é pelo menos regular (Demo, 1980, p.94). A realidade natural, ao contrário é determinada dentro de um esquema rígido de causa e efeito, independente da vontade humana. A realidade social não é determinada, mas condicionada, o que permite atribuir-lhe maneiras típicas, tendências, regulares de seu acontecer. Moesch (2000, p.50).

Em sua compreensão, Moesch (2000, p.50) afirma que a dialética constitui um “processo epistemológico crítico essencial, cujo campo de pertinências se situa não na teoria como formulação analítica das soluções, mas no nível pré-teórico dos problemas que fundamentam possibilidades de teorização”, como as que são objeto na análise do turismo. Na mesma direção, Demo (1980, p.94) aponta que “o processo histórico gera tendências contraditórias, cujas confrontações geram mudança e movimento”, conforme tem ocorrido com o turismo ao longo de sua história contraditória, dinâmica e mutável. Para Moesch, “a origem das transformações se encontra assim, no interior dos próprios

⁴ O funcionalismo e a fenomenologia, enquanto importantes vertentes teóricas da ciência, têm sido trabalhados na tentativa de se buscar aproximações teóricas, construções intelectuais, reflexões sobre o turismo. Contudo, as duas teorias, têm se mostrado insuficientes para dar conta do fenômeno. “O funcionalismo tem no espanhol Fernandez Fuster um dos seus próceres. Com a obra consagrada, bíblia na maioria dos cursos de turismo, o texto dos anos 1970 raramente é analisado para além de seu processo discursivo. A fenomenologia é uma proposta mais recente, aplicada ao campo epistemológico do turismo só na década de 1990 e, ao tentar avançar em torno de uma teoria do turismo, também deixa a desejar”. Moesch (2000, p.19)

processos históricos. Buscar conhecer, quer dizer, ‘reproduzir intelectualmente’, é buscar esta realidade múltipla, dinâmica e contraditória, em pleno processo de constituição”. (2000, p.50).

Dessa maneira, no caso do Turismo, a compreensão de que as estruturas são históricas, e nesse sentido se movem natural e socialmente, compõe um contexto permeado por dicotomias que se completam dialeticamente, indissociáveis, em um todo que nunca captamos plenamente. Na Sociologia e na Antropologia, para apreender uma estrutura, é preciso que se abra mão da história. Nesse sentido, considerar que a estrutura é histórica seria um equívoco. Assim sendo, faz-se necessário que se coloque a estrutura em suspensão e apreendam-se suas dinâmicas e dicotomias considerando-as processuais, dinâmicas e, conseqüentemente, históricas. A categoria essencial para a DHE é a contradição. A contradição se apresenta na realidade objetiva, estabelecendo-se como uma interação entre aspectos opostos – interiores / exteriores, essenciais / não-essenciais, fundamentais / não-fundamentais, principais / acessórias. A DHE determina o papel e a importância na formação material e ressalta que é ela a origem do movimento e do desenvolvimento.

O termo estrutural estaria indicando a existência de um todo único, em polarização, e dessa maneira, identificado com as raízes mais profundas do problema – a sua “essência”, o seu fundamento.

Não se pode negar que mesmo um fenômeno tão dinâmico como uma revolução se faz dentro de estruturas históricas, mas estas estruturas não apagam o dinamismo, antes são a sua forma. E é isto que torna a dinâmica algo estrutural. Não é processo destruir o homem para compreendê-lo, se ao lado da análise, colocamos a síntese. Demo (1980, 202 *apud* Moesch 2000, p.50-51).

(...)

A estrutura, portanto, quer dizer a circunstância dada, ou coagulada como dado que delimita a capacidade de intervenção subjetiva, podendo ser chamada de condição objetiva. A DHE considera que a história é movida por formas necessárias, independentes da vontade humana, desencadeadoras de transformações: o histórico é estrutural, como conteúdos novos, dentro de formas invariantes. Toda a formação social, movida por conflitos estruturais, produz, necessariamente, uma nova história. Moesch (2000, p.50-51)

A definição e especificação de um método nos estudos sobre turismo, especialmente frente a um objeto ainda não investigado como no caso do turismo do Norte de Minas,

destaca a necessidade de uma investigação multidisciplinar cuja base investigativa destorce em meio às contradições a fim de ancorar novas reflexões metodológicas. Imprimir nesse trabalho uma reflexão dialética-histórica-estrutural e ao mesmo tempo compatibilizar com uma visão sistêmica, fragmentada, sem quaisquer perspectivas de concepção de análise da evolução histórica a exemplo do Sistur proposto pelo professor Mário Carlos Beni sugere no mínimo um possível antagonismo. Especialmente quando se trabalha com o universo das significações, aspirações e crenças conforme anuncia a pesquisa qualitativa pretendida que aproxima as reflexões do método fenomenológico.

De acordo com a Organização Mundial de Turismo a metodologia turística pode ser definida conforme aponta Dencker (1998, p.24), como o “conjunto de métodos empíricos experimentais, seus procedimentos, técnicas e táticas para ter um conhecimento científico, técnico ou prático dos fatos turísticos”. Contudo, as investigações acerca do turismo têm se pautado por métodos de outras áreas do conhecimento, a exemplo da Geografia, da Sociologia e da Antropologia, especialmente pelas indagações acerca de sua condição de ciência ou fenômeno.

O turismo é um fenômeno social, fenômeno porque empiricamente observável e social porque diz respeito ao homem em sociedade e dentro de um processo histórico. Proponho que, à ciência que o estuda se dê o nome de turismologia, ou turismosofia, para estabelecer diferenças inteligíveis entre o fenômeno e a pesquisa a seu respeito. Barretto (2004, p.85)

As complexidades e contradições do turismo flutuam entre os universos quantitativos e qualitativos, especialmente quando é anunciado sob transição no que diz respeito ao seu formato que se inicia como turismo de massa e em processo evolutivo passa a destacar novos segmentos ligados à auto-sustentabilidade, preservação socioambiental, dentre outros. Muitos autores o destacam com fenômeno social, cultural, econômico, ecológico e político. No caso desse trabalho o entendemos como um fenômeno sociocultural geografizado. É preciso um profundo conhecimento do fenômeno que se constitui numa atividade econômica, sim. Contudo, de perfil essencialmente humanista. Faz-se necessário “mostrar como o turismo vem se firmando como ciência humana e social, ainda que seus efeitos econômicos sejam os que mais se destacam, merecendo não só a atenção maior de pesquisadores e empreendedores, como também maior e melhor tratamento estatístico” Beni (2001, p.41).

Diferentes correntes de pensamento e plataformas distintas de abordagens destacam uma divisão relativa aos aspectos metodológicos da pesquisa em turismo. Kuhn (1990)⁵ *apud* Rejowski (1999) destaca três formas de se considerar os aspectos metodológicos de estudos em turismo: uma visão reducionista com foco de estudo nos elementos, uma visão holística que considera todas as partes como inseparáveis e, visão sistêmica que vê o turismo como um sistema, observando as peculiaridades do todo e as propriedades específicas das partes. O desafio aqui é estabelecer um referencial de interfaces entre as diferentes visões na busca de atingir uma totalidade compreensiva acerca do turismo.

Resolver questões relativas ao método de pesquisa em turismo traz a luz de nossas reflexões, importantes apontamentos que até justificariam possíveis contradições. Sobretudo, cabe ressaltar que em meio às contradições e complexidades de um recente campo do saber surgem episódios capazes de emoldurar aos poucos novas possibilidades acadêmicas sem, no entanto, comprometerem o alvo da pesquisa bem como seus resultados. Pesam então os entendidos que destacam o conhecimento científico como um processo contínuo, que evolui na história e para a história a partir de diferentes visões de mundo. Ainda, como área de estudo recente e ciência não consolidada a pesquisa em turismo se mostra cada vez mais sólida onde pesam as primeiras correntes científicas e uma número ainda pequeno de trabalhos e publicações. Nesse caso, ganha destaque a questão da disciplinaridade na condução de seus rumos à construção de um ramo do saber.

A interdisciplinaridade constitui um aspecto fundamental na análise do Turismo, cujas variáveis e métodos de análise, embora “emprestados” de ciências já consolidadas apresentam “objeto de estudo próprio, situado além de todas elas, algo novo, isto é, no conceito moderno de ciência da expressão do homem no mundo global, competitivo, e que quer se transcender rumo a uma nova visão de valores universalistas” Beni (2001, p.42). Conforme aponta Moesch (2000, p.14), “a interdisciplinaridade aponta um método investigativo fecundo sob o ponto de vista epistemológico, desde que superados os nichos particularistas existentes nas universidades, nos quais os clássicos campos do saber são criteriosamente delimitados”.

⁵ KUHN, Thomas S. A estruturação das revoluções científicas. 3 ed. São Paulo: Perspectiva SA, 1990. p. 57-76.

O Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social – PPGDS, da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES, de onde emana esta dissertação de mestrado sobre “*A Rede do Turismo no Norte de Minas(...)*”, se articula com a compreensão dos processos sociais que conjugam as estruturas macro-sociais e as instâncias sociais regionais e, dessa maneira, tem fomentado a formação de pesquisadores voltados, em sua maioria, para a compreensão interdisciplinar de problemas regionais, podendo ter o cenário Norte Mineiro como lócus de estudos e pesquisas. Nesse contexto, onde:

o desenvolvimento regional das últimas décadas não foi acompanhado de um significativo desenvolvimento social, uma vez centrado na implantação e ampliação da infra-estrutura regional voltada para o sistema produtivo industrial e industrializado, a realidade regional apresenta-se como objeto empírico privilegiado, propiciando, desta maneira, que o conhecimento produzido dê suporte ao desenvolvimento sócio-econômico regional⁶. (UNIMONTES, PPGDS, 2006)

Diante da complexidade do fenômeno turismo e sua importância já percebida a partir de algumas experiências de sucesso no mundo e no Brasil, o debate que o cerca deve participar dessa proposta de construção de conhecimento. De acordo com os objetivos do Programa, almeja-se:

propiciar uma maior integração entre as várias áreas das Ciências Humanas e Sociais na Unimontes ao se criar esse espaço de atuação multidisciplinar, visando uma evolução para a constituição de relações interdisciplinares entre elas e os vários campos do conhecimento, no entanto, organizados de forma a permitir a centralidade do Desenvolvimento Social enquanto balizador dos projetos e pesquisas a serem desenvolvidos no Mestrado. (UNIMONTES, PPGDS, 2006).

Na tentativa de superação do entendimento estrábico, que quase sempre aponta o turismo como um setor menor da economia, nota-se que:

essa busca de variáveis explicativas e métodos de análise caracteriza a multi e a interdisciplinaridade. Por sua vez, a incorporação e a transformação dessas variáveis e métodos permitem aplicações interativas e operacionais na observação, descoberta e interpretação singulares percebidas no objeto de estudo do Turismo, traduzindo-se no que constitui a transdisciplinaridade⁷. Beni (2001, p.42).

No mesmo sentido, a construção do **campo metodológico**, encontra no Sistema Turismo – SISTUR, proposto pelo professor Mario Carlos Beni, um conceito amplo e

⁶ Contextualização institucional e regional da proposta do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social (PPGDS), da Unimontes. Disponível em < <http://www.ppgds.unimontes.br/>>, visitado em 26 de Nov. de 2006

⁷ Segundo Nicolescu (2001, p.50-53) a Pluridisciplinaridade e a Interdisciplinaridade preocupam-se com o método, ou seja, com a pesquisa disciplinar enquanto que a Transdisciplinaridade tem por finalidade a compreensão e atuação no mundo. Disponível em <http://www.igeo.uerj.br/VICBG-2004/Eixo4/E4_156.htm> visitado em 02 Dez. 2006.

rico que se configura como uma ferramenta importante desta investigação. Esse conceito se constitui num dos modernos recursos de instrumentalização e operacionalização das pesquisas sobre o Turismo possibilitando trabalhar o microcosmo sem perder a perspectiva holística. Moesch (2000, p.14) afirma que “relativizando as definições econômicas e técnicas, o pesquisador aponta as perspectivas holísticas como as mais apropriadas na apreensão do fenômeno turístico. Cita alguns elementos importantes no estudo, como a viagem e o deslocamento, a permanência fora do domicílio, a temporalidade e o sujeito, objeto do turismo”.

A **estratégia metodológica de investigação** compreende movimentos reflexivos investigativos e participativos de processos que integram a pesquisa. Trata-se de movimentos reflexivos sistemáticos e críticos a fim de pesquisar e compreender aspectos da atividade turística como matriz de conhecimento, na constante busca de superação, lançando novas reflexões e estabelecendo ressignificações às categorias que participam do arcabouço científico do turismo a partir de seu referencial teórico e, dessa maneira, reconstruindo a realidade onde ocorre.

Partindo do pressuposto de que a realidade do Turismo vai além do que aparenta à primeira vista e de que, nesse sentido, não esgotaremos a dinâmica de sua realidade, propomos uma **metodologia de abordagem qualitativa**. De acordo com Moesch, “a pesquisa qualitativa preocupa-se com um nível de realidade que não pode ser quantificado, trabalha com o universo de significações, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (2000, p.62). Aponta, ainda, que desenvolver uma discussão desta natureza, assentada numa abordagem interdisciplinar, privilegiando dificuldades do campo do turismo, exige uma metodologia capaz de investigar “não apenas que a parte está no todo, mas que também, o todo está na parte, cada parte conservando a singularidade e a individualidade pois, de algum modo, contém o todo”.

A pesquisa qualitativa é uma reação contra o paradigma estrutural quase sempre associado a modelos quantitativos de análise, com algumas exceções, tais como o modelo marxista que, embora estrutural, se apóia com veemência nos dados históricos, específicos e únicos em sua qualidade reconstrutiva do passado. Há que considerar que esta reação não representa um repúdio cabal às macro-análises e, sim, o reconhecimento de que a sociedade é constituída de microprocessos que, em seu conjunto, configuram as estruturas maciças, aparentemente invariantes, atuando e conformando inexoravelmente a ação individual. Haguette (1995, p.20) *apud* Moesch (2000, p.62).

Nesse caso, falar de micro-processos nos permite pensar na condição das micro-redes do turismo regional que carregam em suas dinâmicas laços históricos de solidariedade e reciprocidade ao delinearem o nosso “turismo da roça” que, ao longo dos anos, configurou no Norte de Minas uma lógica diferenciada para o tipo de turismo que acompanhou até então sua construção sócio-cultural e que, incrivelmente, conseguiu, por muito tempo, não se curvar aos modelos convencionais de turismo que surgiram. Até porque, as viagens desencadeadas nos caminhos dos gerais ao longo da história do Norte de Minas, que podem ser consideradas ‘de turismo’, ocorreram, até então, por dinâmicas naturais das pessoas e localidades que se contrastam nas bandas de cá.

A estratégia metodológica é construída a partir da **pesquisa bibliográfica**, da **pesquisa de campo** e de **entrevistas** que, em algum momento, se convergiram, permitindo reflexões que positivaram o pensar que percorre este trabalho. Compõe a linha mestra da pesquisa a análise sociológica, antropológica e geográfica do Turismo. A compreensão do turismo, enquanto fenômeno sociocultural geografizado, deve estar além do trato puramente geográfico-economicista - quase sempre dado ao tema -, e nesse sentido considerando que os homens são partes do espaço, não apenas porque viajam, mas, principalmente, porque vivem e nele se transformam. O espaço, por sua vez, é viajado e às vezes transformado.

Nas ciências sociais, o debate sobre o fenômeno turismo nasce em meio à controvérsia sobre a natureza do turismo como pseudo-acontecimento ou como evento autêntico. É na década de 1960 que surgem os primeiros trabalhos sobre turismo na perspectiva da sociologia e da antropologia⁸. Nesta última, “o artigo pioneiro, tratando do turismo de fim de semana em uma vila mexicana, foi escrito por Theron Nuñez em 1963”. Banducci e Barreto (2001, p.24). Na geografia, as primeiras incursões sobre o tema se iniciaram um pouco mais cedo, de acordo com a expressão “geografia do turismo” empregada pela primeira vez em 1905 por J. Strander, conforme afirmação de Rodrigues (2001, p.40). De qualquer maneira, salientamos que a contribuição da antropologia à ciência geográfica no sentido de compreender os processos sociais e, nesse sentido, validar o entendimento do turismo a partir de uma Geografia Cultural, em

⁸ O Professor Álvaro Banducci, da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, tem sido um dos responsáveis pela introdução dos estudos sobre a temática nos eventos de Antropologia, como fez na IV Reunião de Antropologia do Mercosul promovida pela Associação Brasileira de Antropologia – ABA. Silva (2002, p.123-124)

muito, vem a somar no processo de compreensão das dinâmicas que emergem com o fenômeno turismo que aos poucos espraia suas lógicas pelo Norte de Minas.

O desaparecimento da geografia cultural que parecia assim programado para o início dos anos 1970 não aconteceu. A uniformização das técnicas e da vida material nunca foi tão marcante como hoje. (...). O contexto obriga, pois, os geógrafos a não negligenciarem as dimensões culturais dos fatos que observam. Ele orienta sua curiosidade numa nova direção: as técnicas tornaram-se demasiadamente uniformes para deter a atenção; são as representações negligenciadas até então, que merecem ser estudadas. (...).⁹ Claval (2001, p.49-50)

Depreende-se de Claval que o processo de reconstrução e renovação da geografia cultural, que se inicia a partir de 1970 e se manifesta de maneira mais regular na França, espraia-se por vários lugares com o mesmo entendimento de que “os lugares não têm somente uma forma e uma cor, uma racionalidade funcional e econômica.” Na verdade, estão “carregados de sentido para aqueles que os habitam ou que os frequentam”. Dessa maneira, mesmo que a geografia cultural não renuncie aos aspectos materiais da cultura, passa a se prender às paisagens, descrever as paixões, os gostos das pessoas, toma uma dimensão etnográfica e, “volta-se para as conseqüências dos discursos que as diferentes culturas proferem sobre o mundo e sobre a natureza. Questiona-se sobre as mudanças de atitude em relação à cultura, à natureza das identidades e do vínculo territorial, aos aléns aos quais os homens se referem e que lhes servem de modelos”. (2001, p.58)

Parafraseando Yves Lacoste (1997, p.34), Ouriques (2005, p.88) questiona se “a geografia serve, antes de mais nada, para fazer turismo”, na mesma direção, afirma que geógrafos e outros profissionais têm colocado seus conhecimentos à disposição da indústria do turismo, catalogando tudo o que for passível de ser utilizado para a expansão dessa atividade, considerando-os “arqueólogos do capital” que transformam a geografia em uma ciência do e para o capital. Entendemos que a dificuldade de superar a racionalidade econômica ainda impera sobre a grande maioria dos estudos sobre o turismo que, no matiz da esfera econômica, analisam as paisagens, o patrimônio histórico, a natureza, as populações tradicionais e comunidades como produtos turísticos intrínsecos.

⁹ A reflexão conduz Claval (2001, p.51) a pontuar que “a freqüentação dos etnógrafos e dos sociólogos ensinou a alterar a análise dos gêneros de vida no sentido de aplicá-la a sociedades mais complexas. No lugar de considerar o emprego do tempo e os deslocamentos dos indivíduos como unidades indissociáveis, por que não dividi-los em segmentos menores?”.

Contudo, salientamos que este trabalho emana da necessidade de produções científicas sobre turismo que não pactuem com análise substancialmente pró-capitalista, entendendo que os problemas conseqüentes do turismo - nessa pesquisa entendido como um fenômeno sócio-cultural geografizado - no mesmo nível de sua complexidade é especialmente de ordem institucional e cultural, principalmente, quando se tem como recorte o Norte de Minas. De qualquer maneira, um olhar geográfico a partir da Teoria das Redes se mostra interessante, entendendo que o desenvolvimento social do Norte de Minas encontrará no turismo uma possibilidade de conexão, a medida em que se compreenda a importância do desenvolvimento do turismo regional a partir de bases locais e micro-redes de solidariedade.

Buscamos, neste trabalho, estabelecer contato com o campo da “Sociologia do Turismo”. Para tanto recorreremos à compreensão de Weber (1991, p.03) *apud* Dias (2003, p.14), de que a Sociologia significa “uma ciência que pretende compreender interpretativamente a ação social e assim explicá-la causalmente em seu curso e em seus efeitos”. No mesmo contexto, Durkheim (1973, p.391-392) *apud* Dias (2003, p.13), compreende que o objeto de estudo da Sociologia são os fatos sociais, que “apresentam características muito especiais: consistem em maneiras de agir, pensar e sentir exteriores ao indivíduo, e dotadas de um poder coercitivo em virtude do qual se lhe impõem”.

Em suas reflexões, Moesch (2001, p.15) afirma que “fazer turismo, tanto para quem o produz como por quem o consome, é uma forma de apropriação de poder. Consumir o outro, o diferente, o exótico, o distante, supostamente gera experiências prazerosas”. Hobhouse (1924) *apud* Dias (2003, p.17) aponta que “o assunto da Sociologia é a interação dos espíritos humanos”. Queremos entender, portanto, as condições e relações sociais estabelecidas a partir do Turismo. Os estudos sobre Antropologia e Turismo ainda são recentes e tímidos, e boa parcela deles tem-se concentrado em questões como a violência nas cidades, segurança pública e turismo, situações que envolvem direitos humanos e inclusão de pessoas portadoras de necessidades especiais nos circuitos turísticos, e mais recentemente participam dos debates e produções as situações de conflito entre os turistas e os residentes das localidades visitadas.

Essa postura, emergente de uma cultura de mercado capitalista, desconhece a essência do fenômeno turístico, o qual exerce uma pressão crescente sobre a produção da subjetividade social, o ecossistema, o modo estético, a herança cultural, existentes nas localidades visitadas, gerando agenciamentos possíveis de ressignificação com a realidade, por meio da relação entre visitantes e visitados. Moesch (2000, p.14).

Este entendimento deve se dar por meio da participação de toda a sociedade, solidificado a partir de um debate aberto entre academia, governos e sociedade, especialmente na produção de conhecimento sobre os processos sociais partícipes do fenômeno turismo, e na construção de políticas públicas que fomentem a formação de fóruns e conselhos municipais e regionais de turismo, consórcios de turismo, fortalecendo parcerias intermunicipais e interinstitucionais, em todas as suas esferas, especialmente entre órgãos ligados ao turismo, meio ambiente, cultura e desenvolvimento social, consolidando assim redes de sustentabilidade do fenômeno.

Cabe ressaltar que nesta pesquisa almejamos analisar princípios de enfoque participativo com ênfase no intercâmbio de experiências no sentido de encontrar ferramentas metodológicas, visualização e problematização acerca da atividade turística no Norte de Minas. O **problema** aqui investigado questiona como o Turismo, a partir de suas contradições, pode fomentar o Desenvolvimento Social no Norte de Minas. Quanto às respostas ao problema apresentado, **pressupomos** que, se por um lado, o turismo provoca impactos ambientais, sociais e econômicos de maneira cada vez mais intensa e marcante para os espaços, por outro, se percebe uma evolução de seus modelos sustentáveis, à medida que são adaptados às realidades dos mesmos espaços onde ocorre e, sob essas bases. O Turismo tem funcionado como alavanca nos processos de valorização de identidades, resgate e preservação cultural, preservação ambiental, minimização de situações de vulnerabilidade social, fortalecimento de redes solidárias, fomento ao capital social, dentre outros.

As informações, diretrizes, diagnósticos e proposições que serão evidenciados neste trabalho ganham força por meio das Políticas Públicas Federais desenvolvidas pelo Ministério do Turismo (MTUR), pela Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais (SETUR) de acordo com o planejamento estratégico do turismo para o Estado, e pelas ações que vem sendo desencadeadas no âmbito do Turismo pelas Gestões Municipais, Organizações Não-Governamentais (ONGs) e setor privado e sociedade civil interessada, que têm assimilado a importância do desenvolvimento do turismo regional, bem como trabalhos já desenvolvidos por alguns pesquisadores sobre o tema.

A pesquisa salienta que a atividade turística no Norte de Minas, apesar de sua condição incipiente, tem participado de importantes articulações, seja na criação de circuitos turísticos ou no diagnóstico de suas potencialidades. Como exemplo, temos os trabalhos

realizados pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE-MG) que há alguns anos vêm formatando inventários turísticos dos municípios da região e mais recentemente, em parceria com o Ministério do Turismo e Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas (IDENE), validando iniciativas de real importância para a região a partir do Programa Turismo Solidário – PTS.

Ainda, nos despertam a atenção os trabalhos desenvolvidos pelo Instituto Grande Sertão (IGS) e pelo Espeleogrupo Peter Lund (EPL) que, a partir dos Projetos PROTURISMO e CAVERNAR, propõem respectivamente a formação de circuitos turísticos de menor escala e manutenção do patrimônio espeleológico regional, considerando aspectos geográficos naturais e relações histórico-culturais entre os municípios do Norte de Minas. Também ganham destaque os trabalhos desencadeados por Instituições de Ensino Superior, como é o caso das Faculdades Integradas Pitágoras de Turismo e Hotelaria (FIP) que têm participado de importantes momentos na consolidação de parcerias, pesquisas e ações práticas no sentido de construir elos na cadeia produtiva do turismo, e da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES) ao assimilar a necessidade do debate e pesquisa sobre o turismo regional e participar a temática do processo de elaboração do Diagnóstico para a Agenda de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião do Norte de Minas – AGENDA MESONORTE.¹⁰

Parte dos diagnósticos que resultarão em reflexões ao fim deste trabalho foi feita durante as duas edições da expedição Caminhos dos Gerais, iniciativa da Prefeitura Municipal de Montes Claros, em parceria com a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD), cujo objetivo se volta à promoção e articulação intermunicipal na região. Este autor esteve primeiramente participando como convidado e na segunda edição participando como um dos coordenadores do processo. Na oportunidade a descentralização da pesquisa de campo constituiu um ponto crucial em virtude da maneira como foram documentadas informações *in loco* por meio de vídeos com entrevistas e narrações, além do levantamento de dados via sítio virtual criado para a Expedição.

¹⁰Esta temática foi tratada, também, no diagnóstico realizado pela parceria da UNIMONTES/UNEB/IVC/Faculdade São Mateus em 2005, para o MI, sobre os Vales do Jequitinhonha e Mucuri – o MESOVALES.

Mais recentemente ganha destaque a iniciativa de alguns municípios que, apoiados pela Secretaria de Estado e Turismo de Minas Gerais (SETUR), estão efetivando a formação dos Circuitos Turísticos Norte Mineiros, dos quais já podemos citar: o Circuito Turístico Urucua Grande Sertão, o Circuito Turístico Serra do Cabral e Cachoeiras, o Circuito Turístico Velho Chico, o Circuito Turístico Lago de Irapé e o Circuito Turístico Serra Geral do Norte de Minas, este último em fase de reconhecimento. Nos últimos arranjos, o desenvolvimento dessa pesquisa encontrou subsídios no Encontro de Integração e Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável do Médio São Francisco do Grupo de Trabalho do Componente Turismo Sustentável do Programa de Revitalização da Bacia do São Francisco (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD – Projeto BRA 00/022), coordenado pelo Programa Nacional de Ecoturismo - PNE do MMA – Ministério do Meio Ambiente.

Um momento importante para este trabalho se deu com a nossa participação, no I Seminário Internacional sobre Turismo Solidário, promovido pelo Governo do Estado de Minas Gerais, por intermédio do Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais - IDENE, pela União por intermédio do Ministério do Turismo - MT, do Sebrae-MG e da Fundação Banco do Brasil. Ao refletirem sobre o turismo no Norte de Minas, Silva e Salgado (2005, p.29) apontam que, sendo uma região com características geográficas, culturais e econômicas peculiares, “o Norte” enquadra-se na história do país como uma região onde muito se explorou e pouco se desenvolveu. O legado político talvez seja uma das várias respostas para o “mito” regional de desenvolvimento. Entende-se que o turismo, como uma nova proposta econômica nas políticas públicas do governo federal e estadual, venha buscar soluções e perspectivas.

No **CAPÍTULO PRIMEIRO** denominado “**A HISTÓRIA DAS VIAGENS E O SURGIMENTO DO TURISMO**”, apresenta-se um panorama histórico das viagens humanas no mundo e o surgimento do turismo, onde evidenciam-se os antecedentes das viagens e as raízes do turismo, dos primórdios até o século XVIII. Aqui o fenômeno turismo é entendido como fenômeno sócio-cultural geografizado, cujo epicentro é de caráter humano, considerando que são os homens, culturais, simbólicos e metabiológicos que se deslocam e não apenas as mercadorias, entendimento que, quase sempre, lhe transfere status puramente econômico. Nesse entendimento o espaço é viajado, o que impõe complexidade ao esforço de uma argumentação sistemática dessa

realidade. Em seguida apresenta-se um panorama sobre o desenvolvimento do Turismo Moderno: séculos XIX e XX e sua evolução conceitual a partir de múltiplos olhares em sua história.

Posteriormente ganham destaque as contradições que percorrem o crescimento da atividade, e o debate sobre desenvolvimento sustentável. Sumariamente apresenta-se uma leitura sobre o que tem sido considerado pós-turismo, com faces à ampliação do debate sobre a ruptura com modelos tradicionais, emplacada pelo sistema hegemônico que, ao mesmo tempo, evidencia a necessidade de um novo turismo assentado no equilíbrio dinâmico do fenômeno. Essa nova ordem passa a implicar cada vez mais em novas concepções, enfoques, metodologias, tecnologias, além de novos papéis atribuídos ao governo, às empresas e às comunidades locais.

Nos pontos finais dessa primeira reflexão tecem-se considerações por um turismo Norte-Mineiro que, percorrendo vias paralelas às lógicas das macro-políticas nacionais, ao mesmo tempo, que, invisibiliza-se, passa a ser descaracterizado e não partícipe do processo de estruturação da cadeia nacional dada a sua condição regional. Para quem, a estruturação da cadeia passa a destinar-se e quais os limites de seu desenvolvimento face às novas dinâmicas, constituem os pontos cruciais desta reflexão inicial.

O CAPÍTULO SEGUNDO, sob o título “**PLANEJAMENTO TURÍSTICO: O SISTUR, AS REDES E O DESENVOLVIMENTO SOCIAL**”, aborda a questão do planejamento turístico a partir do modelo referencial do SISTUR proposto pelo Professor Mário Carlos Beni. A visão sistêmica aplicada ao turismo, e proposta por ele, encontra suas raízes na aplicação da Teoria Geral dos Sistemas à Geografia, leitura do professor Antonio Christofolletti¹¹.

Nesse mesmo contexto, onde são apresentados os aspectos básicos do Planejamento Turístico, pretende-se refletir sobre a necessidade do planejamento em Turismo, suas funções enquanto política pública, e sua importância para o desenvolvimento estratégico dos lugares, diante de um fenômeno dicotômico capaz de aperfeiçoar e, ao mesmo tempo, desqualificar suas dinâmicas sócio-culturais espacializadas. Percorrem o cerne desse capítulo uma leitura conceitual sobre e as redes, sua morfologia e conectividade, especialmente no caso do turismo regional.

¹¹ CHRISTOFOLLETTI, Antonio. *Análise de Sistemas em geografia*. São Paulo: Edusp/Hucitec, 1979.

A medida em que se evidenciam reflexões sobre planejamento e ordenamento turístico a partir das redes, apresentam-se alguns apontamentos referentes à evolução do Turismo no Brasil, no sentido de se evidenciar o Plano Nacional de Turismo (PNT), lançado em 2003 na perspectiva da gestão descentralizada das Políticas Públicas de Turismo. Ganham destaque o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) e, o Programa Nacional de Regionalização do Turismo (PNRT), faces de políticas nacionais que têm buscado configurar redes de turismo diante de sua complexidade.

Ao fazer alguns apontamentos sobre o processo histórico de planejamento regional do Estado de Minas Gerais para se chegar ao recorte espacial do Norte de Minas, foco de nossos olhares no capítulo seguinte, busca-se compreender a lógica da atual Política Estadual de Minas Gerais e, nesse sentido, analisar a implantação dos Pólos, Circuitos e Roteiros Turísticos em Minas Gerais. O capítulo se encerra com uma leitura sobre o turismo, enquanto fenômeno sociocultural na condição de rede que, mesmo anunciando suas contradições, carrega possibilidades de desenvolvimento social voltadas para a lógica do capital social.

O CAPÍTULO TERCEIRO, sob o título “**A REDE DO TURISMO NO NORTE DE MINAS: ENTRAVES E PERSPECTIVAS**”, se inicia com um olhar sobre o reflexo histórico das viagens no sertão mineiro, especialmente os processos dessa natureza desencadeados a partir das corridas do ouro e do couro, além, claro, da passagem de naturalistas pela região Norte-Mineira. Posteriormente, a região é apresentada como ambiente cujas especificidades apontam para um grande potencial passível de ser promovido pelo turismo de maneira sustentável e, diferenciada, à medida que o turismo possa promover o desenvolvimento regional, considerando que as lógicas sócio-culturais do sertão mineiro e sua história peculiar fazem dele um lugar singular no mundo. Em seguida é feito um estudo sobre a condição do turismo no Norte de Minas e, nesse contexto, a partir do modelo referencial do SISTUR evidenciam-se seus entraves e perspectivas, onde ganha destaque a macro política federal do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR).

Diante do exposto, apresentam-se os novos caminhos que o turismo tem percorrido na região Norte-Mineira, onde ganham destaque o Projeto Proturismo, o Movimento Catrumano junto com a Expedição Caminhos dos Gerais e a Agenda de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Norte de Minas, além do Programa

Turismo Solidário que, anunciado sob lógicas diferenciadas de desenvolvimento do turismo, passa a despontar como um novo segmento do turismo nacional e que se depara no Norte de Minas, com sua lógica simbólica já estruturada.

No mesmo contexto, seguem-se apontamentos do Encontro de Integração e Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável do Médio São Francisco do Grupo de Trabalho do Componente Turismo Sustentável do Programa de Revitalização da Bacia do São Francisco, coordenado pelo Programa Nacional de Ecoturismo (PNE) do Ministério do Meio Ambiente (MMA). Por fim, são evidenciadas as interfaces do Turismo Norte-Mineiro que anunciam seus contornos, possibilidades e, conseqüentemente, sua rede.

Nas **CONSIDERAÇÕES FINAIS**, sob o título **“TURISMO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: VELHOS CAMINHOS, NOVAS POSSIBILIDADES”**, faz-se um balanço do turismo no Norte de Minas e suas possibilidades para o desenvolvimento regional buscando compreender em que medida o turismo dialoga com o paradigma do desenvolvimento e, em que circunstâncias desvia-se de suas contradições a fim de responder a questionamentos fundamentais para se chegar a um marco ideal de análise da realidade Norte-Mineira. Como alimentar o desenvolvimento social a partir do turismo, especialmente no Norte de Minas, calçado em suas singularidades e, para quem serve a cultura do turismo são apontamentos importantes para a manutenção da crítica à nova ordem que se instala na região. O capital social, a cooperação em redes, a solidariedade são vertentes que podem participar de ações contra-hegemônicas, tal como anuncia o turismo campesino.

Ao fim do trabalho analisam-se apontamentos no sentido de justificar a tentativa de subsidiar discussões e reflexões em torno do turismo regional e nesse sentido favorecer o entendimento do processo de desenvolvimento do turismo regional a partir de uma lógica diferenciada. Nesse sentido, entende-se que a produção de conhecimento sobre o turismo no Norte de Minas pode ser um grande avanço e, ao mesmo tempo, constituir-se numa importante ferramenta na tentativa de minimizar os graves problemas sociais que persistem em grande parte da região, visando à superação da concepção de desenvolvimento restrita ao crescimento econômico.

CAPÍTULO PRIMEIRO

A HISTÓRIA DAS VIAGENS E O SURGIMENTO DO TURISMO

*Para a criança, que adora olhar mapas e telas,
O universo se iguala ao seu vasto apetite.
Ah, como é grande o mundo à tibia luz das velas!
E na saudade quão pequeno é o seu limite! (...)
Mas viajantes de fato apenas são aqueles
Que partem por partir; o coração flutuante,
Jamais hão de aceitar ser outros senão eles
E, sem saber por que, ordenam sempre: adiante!
Charles Baudelaire (A viagem)*

1.1 Os Antecedentes das Viagens e as Raízes do Turismo

É na experiência da viagem que a Geografia, a História, a Sociologia, a Antropologia, a Filosofia, dentre outros modos de conhecimento, sempre tiveram condição para a edificação de seus saberes específicos e suas origens. Andar e olhar, contemplar, observar, pensar, refletir e anotar, desenhar, subir, percorrer, catalogar e fotografar constituem-se como formas que se desenvolveram no seio dessa travessia humana, desde tempos remotos e, mais recentemente, é no Turismo que a viagem encontra seu arcabouço teórico.

Foi a partir dos primeiros deslocamentos humanos nos sertões do mundo, que o processo civilizatório encontrou o esteio necessário à sua consolidação. As andanças humanas pelo globo, após sua saga primitiva pela sobrevivência, subsidiaram relatos mítico-religiosos que motivaram ousados aventureiros. Reinos fantásticos, terras de riquezas hipotéticas, cheia de ouros, couros e tesouros, deliraram a imaginação com monstros e maravilhas, fomentaram a literatura, inspiraram trovadores, aguçaram pensantes inquietos, desenvolveram técnicas e instrumentos para cotidianos perigosos, além terra e mar. Eram novos os gostos e aromas, as incertezas e as disputas, os impérios e colônias, as relações sociais, os espaços, os lugares.

As viagens sempre acompanharam o homem, caracterizadas por movimentos sócio-culturais geografizados. Na história da civilização, elas remontam às mais longínquas atividades humanas, e em sua evolução promoveram o desenvolvimento da linguagem, a evolução da escrita, a comunicação, a difusão de informação, dentre outros que, desencadearam novos processos sociais, deram vigor à dialética, promoveram o sentimento de liberdade mediante a abertura do mundo, alimentaram a sede da conquista por novos territórios e, ao mesmo tempo, trouxeram conflitos, primeiramente com o próprio espaço geográfico à medida que degradaram ambientes e, na mesma intensidade, gerou conflitos culturais, disfunções sociais, desintegrações comunitárias, enfim, fizeram os humanos se sentirem parte integrante do espaço e dos processos que decorrem sobre ele.

Partindo de um olhar antropológico, podemos afirmar que os deslocamentos sempre fizeram parte da vida humana. Desde o Paleolítico, há 2,5 milhões de anos, os seres humanos, que provavelmente apresentavam como unidade social básica o bando, em suas incessantes buscas por alimentos não hesitaram em se deslocar pela exploração de recursos silvestres.

Conforme remonta a história, esses grupos deslocavam-se regularmente, em função das variações na abundância dos recursos alimentares, das variações climáticas e do grau de vulnerabilidade que os territórios ofereciam mediante a ocorrência de animais ferozes. Nesse cenário de vida itinerante, tinham lugar relações reprodutivas, transmissão de técnicas, caçadas coletivas, conflitos, manifestações artísticas e rituais.

Nos primórdios do Paleolítico superior, a última fase da Antiga Idade da Pedra (aproximadamente 35.000 a.C., na Europa) o ser humano era eminentemente um nômade, deslocava-se de um lugar ao outro, seja em busca de alimentos para a sobrevivência, seja para sua proteção em abrigos seguros. Posteriormente, no período Neolítico, passava a ser um pouco mais sedentário, começando a estabelecer seu território, a cultivar a terra e a criar animais, desenvolvendo a produção de alimentos. Barbosa (2002, p.12).

No universo mítico-religioso, as viagens aparecem primeiramente como castigos, remontando à Expulsão do Paraíso. Os homens viajavam à própria morte nos martírios de sua última e derradeira viagem. "Após essa partida espiritual, veio o retorno apresentado pela Bíblia, o livro sagrado do cristianismo, a qual foi profundamente

marcada pela dialética do movimento de partida e retorno. Não é por acaso que um de seus primeiros livros se intitula *O Êxodo*". De acordo com Barbosa:

Na Mitologia, o tema da viagem é também predominante. Recorda-se, por exemplo, a arca de Noé impulsionada pelo holocausto diluviano, episódio apocalíptico comum a quase todas as culturas afroasiáticas, que para o seu heróico argonauta e inumeráveis ocupantes, não passou de uma longa viagem em busca da sobrevivência (Mesquita, 1986:31). Observa-se, então, que nos primórdios da civilização a viagem decompunha-se no binômio fuga/sobrevivência. Portanto, a viagem é intimamente ligada ao mito do eterno retorno de que fala Mircea Eliade. A primeira grande viagem da história iniciou-se com Moisés, ao longo do deserto, conduzindo o povo de Israel até a terra prometida. Memorável jornada recheada de prodígios. (2002, p.11)

É no contexto de surpreendentes viagens que surgem as rotas comerciais. As primeiras trocas comerciais que tinham como referência de valor sal e conchas como o '*Kula*', comércio de conchas feito entre os habitantes do arquipélago de Nova Guiné, descrito por Bronislaw Malinowski¹² como tema central em sua publicação, *Argonautas do Pacífico Ocidental*, de 1922, e que posteriormente, noutros sertões, foram substituídos pela moeda de metal, fomentaram importantes feiras livres, onde mascates e ambulantes passaram a viajar com produtos entre vários lugares. Nesse contexto, os povos sumérios talvez possam ser considerados o 'elo perdido' do Turismo Moderno.

Na Idade Antiga, a invenção da moeda pelos sumérios (Babilônia) e o desenvolvimento do comércio por volta de 4.000 a.C. marcam provavelmente o início da era moderna das viagens. Os sumérios abraçaram primeiro o dinheiro e o utilizaram em transações comerciais. Inventaram ainda a escrita e a roda, e são considerados por alguns como os criadores das viagens. A partir dos sumérios, os homens poderiam pagar pelo transporte e pela acomodação com dinheiro ou pela barganha de mercadorias McIntosh (1975, p.09). O comércio dá-se, então, em boa parte por meio de viagens. Barbosa (2002, p.14). Cabe lembrar que, "a invenção da roda pelos sumérios foi um marco importante no desenvolvimento dos transportes, possibilitando ao homem viajar transportando uma quantidade bem maior de produtos, utilizando engenhos que diminuía a necessidade de esforços físicos". Yasoshima e Oliveira (2002, p.17).

¹² Bronislaw Malinowski (1884-1942) fundador do funcionalismo britânico e o grande teórico da observação participante foi um antropólogo de importante expressão. A obra "Os Argonautas do Pacífico Ocidental" é a reconstrução da organização social dos nativos das ilhas Trobriand, situadas junto da Nova Guiné, a partir do regime de trocas intertribais, o '*Kula*', que afeta profundamente a sua vida. A troca de objetos rituais funciona como a resposta a uma necessidade da sua cultura.

Em suas reflexões, Barbosa (2002, p.13) afirma que a Idade do Ferro - momento onde a sociedade, necessitando de metais para criação de armas e utensílios, sacrifica sua auto-suficiência e se vê obrigada a depender da atividade comercial - foi decisiva na história das viagens. "A Idade do Ferro seria a encarregada de consolidar o comércio e, com ele, a atividade de viajar". Bermudez (1997, p.36) *apud* Barbosa (2002, p.13).

Nas leituras que percorrem os antecedentes das viagens e do turismo não se pode ignorar a "importante contribuição que sumérios, fenícios, persas e outros povos tiveram para o seu desenvolvimento", como afirmam Yasoshima e Oliveira (2002, p.17). Contudo, apontam que "na antiguidade Clássica o maior destaque deve ser dado para a Grécia e Roma, pelo conjunto de fatores importantes e pelo grande papel que esses dois povos tiveram na organização das viagens e dos meios de transportes". Essa análise se deve às ações planejadas nesse período, no sentido de garantir infra-estrutura eficiente que possibilitaram longos deslocamentos, como estradas, viadutos e pontes. Sendo assim, podemos refletir sobre um possível marco histórico do planejamento turístico, cujas origens se assentariam nas primeiras viagens greco-romanas.

As viagens sempre tiveram como pano de fundo a busca pelo conhecimento e, em outra face, a busca pela elevação espiritual. Contudo, a motivação das viagens variou conforme os contextos históricos em que elas ocorreram. No século II a.C, as viagens de lazer, viagens de estudos e participações em festivais no Império Romano dão seus primeiros sinais. Já no século II d.C, têm início as peregrinações para Jerusalém, especialmente com a construção da Igreja do Santo Sepulcro (326).

Após o fim do Império Romano, século V, e o início da Idade Média, a defesa de lugares considerados sagrados, as Cruzadas, e a fé alimentada pela Igreja Católica motivaram grandes deslocamentos de peregrinos na busca pela remissão dos pecados. Já no século VI, ganham destaque as peregrinações de cristãos (romeiros) para Roma. As viagens à Grécia para se assistir aos Jogos Olímpicos marcam o século VIII a.C.

Rotas de peregrinações Celtas e, posteriormente, Romanas, por exemplo, esculpam na Europa espectros de devoção e veneração ao sol e, em outros momentos pontuando os principais centros de peregrinação cristã, a par de Roma e Jerusalém, como no caso dos

Caminhos de Santiago¹³ e do Caminho Francês. O século IX, marca a história das viagens com a descoberta da tumba de Santiago de Compostela como início das peregrinações na Espanha. Nesse contexto ganha destaque a criação da irmandade dos trocadores de moedas. A partir daí, no século XII, Aymeric Picaud escreve um roteiro de viagem da França a Santiago de Compostela (1140).

No contexto da Idade das Trevas, as viagens com finalidade de lazer e turismo foram profundamente abaladas. O nomadismo¹⁴ era um traço marcante da sociedade medieval, pelo menos até o final do século XVII, herdado dos antepassados germânicos, reforçado pelo modo de vida e pela ausência de estruturas e de outras barreiras que ancorassem firmemente o homem ao seu lar ou à sua ‘pátria’. Barbosa (2002, p.21).

É no contexto do Renascimento do século XII, episódio sócio-econômico da Idade Média que marca toda a sociedade européia, especialmente, a partir da renovação da vida urbana em meio ao avanço das técnicas, da reestruturação do comércio e do surgimento da burguesia enquanto grupo social, que se ampliam os fluxos para as cidades, quer sejam motivados pelo crescimento comercial, quer seja pela insurreição campesina com a conseqüente quebra das relações feudais. Em meio ao intenso processo de transformação das cidades, novas dinâmicas vão se acentuando. Nesse contexto, intensificam os serviços de hospedagens temporárias. Posteriormente, no século XIII, em Florença, anuncia-se uma possível organização da cadeia de hospedagens, com o surgimento do primeiro grêmio de proprietários de pousadas em 1282.

Após as várias guerras religiosas onde se misturaram conflitos religiosos, políticos e dinásticos, a França marcada por rastros de mal-estar social, no final do século XV, havia superado as divisões territoriais de seu passado feudal e transforma-se numa monarquia nacional que incorporava grandes porções territoriais.

¹³ A cidade de Santiago de Compostela foi declarada “Patrimônio da Humanidade” pela UNESCO em 1985, e o Caminho de Santiago foi declarado “Conjunto Histórico-Artístico em 1962 e, reconhecido pelo Conselho da Europa como “Primeiro Itinerário Cultural Europeu” em 1987 por estar repleto de marcos arquitetônicos (romântico, gótico, barroco e neoclássico). Disponível em <<http://ceg.fcsh.unl.pt/site/santiago2.asp>>, visitado em 02 de Jan.de 2007.

¹⁴ Se se tentar pôr ordem na multiplicidade dos fenômenos sociais que caracterizam este fim de século, não será a reapropriação dos arquétipos latentes seu denominador comum? O nomadismo é um deles. E seguramente não o menos importante. Maffesoli (2001, p.117)

Em meados do século XVI, marcado por inúmeras guerras civis de cunho religioso, provocadas pela expansão do Protestantismo, a paz interna e o crescimento da economia passam a elevar a posição social dos grandes comerciantes, dos banqueiros e dos cobradores de impostos, enquanto a nobreza, dependente de receitas fixas e com as dívidas em aumento, via como a inflação ameaçava seu poder econômico e social. Nesse contexto, a França levanta-se para contestar a hegemonia européia, o que culminou com a garantia à liberdade de consciência, restabelecendo a paz religiosa no país, desenvolvendo a prosperidade material e restaurando a autoridade real.

Sanada a instabilidade interna, a França rapidamente se tornou uma forte potência européia e ultramarina durante o século XVII. E aproveitando-se do forte crescimento da nação e a estabilidade interna, o país se insere numa época de glória militar, literária e artística, ao mesmo tempo que as instituições tradicionais fortaleceram-se no sentido de maior centralização. É nesse momento que o primeiro “tour” aparece no mundo, o chamado *Tourisme de France*, ou simplesmente *Tour de France*.

O *Tour de France* constituiu-se em um importante marco na história das viagens e do turismo. No momento em que a França se encontrava constituída como nação, cria-se no país um circuito nacional de turismo, para que franceses que ainda não estivessem envolvidos no ideário de unidade nacional, pudessem superar resquícios de mal-estar social que apregoassem uma suposta diversidade nacional. Nesse sentido, o país passa a incentivar a partir do circuito, viagens estudantis para que as pessoas conhecessem a França, isso é o *Tour de France*. Inicialmente ganhou caráter de viagens acadêmicas e posteriormente se transformou em viagens de lazer, de qualquer modo não perdendo seu caráter educacional. A explanação, a seguir, permite um esclarecimento sobre o significado da palavra Turismo e sua origem etimológica,

a palavra turismo teve sua origem no inglês *tourism*, originário do francês *tourisme*. Segundo Theobald (1997:06), etimologicamente, a palavra *tour* (francês) é derivada do latim 'tornare' e do grego 'tornos', significando um giro ou um círculo. Ou ainda, o movimento ao redor de um ponto central ou eixo. O significado mudou no inglês moderno, passando a representar especificamente 'um giro'. O sufixo 'ismo' (turismo) é definido como uma ação ou processo, enquanto o sufixo 'ista'(turista) qualifica aquele que realiza uma determinada ação. Quando a palavra *tour* (francês) e os sufixos *isme* e *iste* são agrupadas, representam a ação de um movimento ao redor de um círculo. Barbosa (2002, p.67-68).

A Renascença, episódio histórico-cultural que se estende do século XIV ao XVI, se por um lado fortaleceu o *Tour de France*, por outro, permitiu sua expansão e nesse sentido, as viagens entre França e Itália se intensificaram no período. É nesse momento que se instaura mais um marco histórico do turismo, com o surgimento do primeiro hotel do mundo, o Wekalet-Al-Ghury no Cairo (Egito). Durante o Renascimento, o resgate aos valores clássicos passa a contribuir para o fomento às viagens de caráter cultural.

No período Elisabetano, ápice da renascença inglesa, estudantes, filhos de nobres, burgueses e comerciantes empreenderam grandes viagens por toda a Europa. Nesse momento, o *Tour*¹⁵ que surge como uma viagem educacional de tempo relativamente curto em um circuito que se inicia e finda no mesmo local, se vulgariza entre a nobreza e passa a durar de seis meses a dois anos, e "abrangeia quando inteiramente realizada, os locais considerados de interesse turístico e cultural, na época, como Paris, Turim, Milão, Veneza, Florença, Roma, Nápoles, algumas zonas da Alemanha, dos países baixos e do Vale do Reno. Quando atingia esta dimensão, era designado por '*Grand Tour*'. Towner (1985, p.300-01).

Cabe ressaltar que "todos os tipos de estudos geravam grande interesse nesse mundo que acabava de florescer. O humanismo científico enfatizava a busca do conhecimento imediato. Francis Bacon considerava o viajante de um *Tour* Elisabetano ou *Grand Tour* como um "mercador da luz" – experiência de um turista que vai ao exterior para alargar os conhecimentos". Barbosa (2002, p.31). Nesse contexto, ao assentar sua motivação na busca de conhecimentos, arte, cultura, arquitetura antiga, arqueologia, dentre outros, a Itália, berço do Renascimento, constituiu-se nesse período como centro das atrações britânicas.

Nesse período do Renascimento, uma importante contribuição para o desenvolvimento do turismo foi "o impacto do *Grand Tour* na história do gosto e do prazer pela praia". Barbosa (2002, p.41). Da necessidade higiênica na Grécia Antiga ao fanatismo visual despertado na elite romana, o mar tornou-se indulgência luxuriosa com a queda do Império Romano. Com o Renascimento, a busca por banhos medicinais ganha vigor, e

¹⁵ A palavra "*Tour*" deu origem ao termo turista designando assim os que partiam em viagem cultural e educativa. No continente europeu a expressão era usada para identificar os britânicos que realizavam a dita visita, estando o termo tão associado a essa nacionalidade, que, quando Stendhal utilizou o neologismo, em 1838, na obra "*Les Memoires d'un Touriste*", provocou escândalo, a medida que o aplicava a um comerciante francês. Simond, (1816) & Stendhal (1838) in Boyer (1999, p.38).

garante o ressurgimento do termalismo. De acordo com Mourão (1992, p.01) apud Rejowsky (2002, p.44), o *termalismo* pode ser definido como "a permanência de pessoas doentes ou não, em localidades hidrotermais, climáticas e marítimas para fins de saúde, repouso e lazer". Balneários e terapias ampliam o desejo pelo litoral.

No mesmo contexto, a procura pelo clima e ar puro das montanhas para a cura da tuberculose que assolava a Europa torna comuns as viagens para residências campestres, também conhecidas com casas de campo, caracterizadas por momentos de vida bucólicos e encontros sociais que marcam o "movimento denominado *paisagismo*". Rejowski (2002, p.50). É nesse momento que surge o *Montanhismo* que, se num primeiro momento, ganhou expressão pelos fluxos de pessoas que buscavam tratamentos de saúde, posteriormente, ganha força com o surgimento dos grupos alpinos e esportes de inverno.

O espírito romântico, da arte e da literatura da época, passa a despertar o fascínio pela natureza e, a partir daí, estimular o interesse pelos cenários das montanhas. "Não é de se estranhar, portanto, que a atração pela natureza, e não apenas pelas montanhas, tenha propiciado, em 1872, a criação do primeiro parque nacional do mundo" - Yellowstone Park, nos Estados Unidos com 2,2 milhões de acres de área selvagem. Rejowsky (2002, p.50-51). "Assim, observa-se como certas viagens começavam a criar hábitos na população. Era o prenúncio do Turismo". Barbosa (2002, p.44).

No início da Idade Moderna, século XV, a economia europeia se depara com um descompasso entre a capacidade de produção e consumo. A baixa produtividade, a falta de alimentos para abastecer os núcleos urbanos, a falta de consumidores para a produção artesanal e o baixo poder aquisitivo dos trabalhadores rurais anunciavam um novo momento para as viagens e um novo aporte para o fenômeno turismo que se evidenciava. O comércio internacional europeu, baseado na compra de produtos orientais, caminhava para a estagnação, uma vez que os nobres estavam comprometidos pela crise do feudalismo. As riquezas acumuladas durante as Cruzadas escoavam para o Oriente, culminando na escassez de metais preciosos na Europa. Era preciso explorar novos mercados consumidores, que fornecessem alimentos, metais preciosos a baixo custo e mão-de-obra escrava, posteriormente especiarias e terras.

Como consequência da crise de crescimento da economia europeia, inicia-se o período das grandes navegações para além do desconhecido. As viagens ultramarinas passaram por grandes progressos, a medida que encontraram na invenção da bússola, do astrolábio, das caravelas e no avanço da cartografia, técnicas de navegação aprimoradas, permitindo a descoberta de novas rotas comerciais.

Essas viagens ao desconhecido alimentaram a descoberta de novos mundos e nessa empreitada destacaram-se Espanha e Portugal. A sede por trigo, ouro, escravos e especiarias orientais se confundia com estratégias militares, ações diplomáticas e o espírito de evangelização. De qualquer modo, a experiência das viagens estava renovada e o fronte do turismo ganhava vigor nas empreitadas e intercâmbios.

A corrida pela prata e pelo ouro, desencadeada a partir dos feitos, culminaram com o surgimento de novos processos sócio-culturais que facilitaram o intercâmbio de pessoas e mercadorias. No caso do Brasil, a corrida do ouro, além de atrair milhares de pessoas do litoral para o interior, gerou, dentre outras ocorrências, o crescimento da criação de gado no interior, por exemplo, em meio à formação da sociedade mineira a partir do Médio São Francisco que, posteriormente, viria a abastecer de carne e couro os centros de mineração que surgiam e davam formas às novas cidades no território do atual Estado de Minas Gerais.

Dos marcos históricos do século XVII, ainda ganha destaque o surgimento da belina (carruagem mais rápida de dois lugares) e da diligência (Frankfurt/Paris e Londres/Oxford duração 6 dias a 04milhas/hora), no mesmo contexto em que Theopharste Renaudot (1630) abre o primeiro escritório de viagens do mundo e cria a primeira publicação especializada do ramo, o *La Gazzete*.

A medida em que a Revolução Industrial anuncia o domínio do ferro e do carvão, da máquina a vapor e da mão-de-obra promovendo o crescimento da indústria têxtil e, concomitante a isso, facilitando o transporte de mercadorias e pessoas, uma nova ordem se instaura para as viagens e para o turismo. Em meados do século XVIII, as mudanças provocadas pela revolução industrial começaram a contribuir para o estabelecimento do turismo tal como é conhecido na atualidade.

A Revolução industrial foi causa de grandes mudanças sociais, entre elas a criação de uma classe média, a expansão do transporte de superfície, o aumento do tempo livre, o surgimento dos primeiros hotéis urbanos, a procura das viagens recreativas, o grande crescimento no número de balneários e clubes sociais, declinando em popularidade as grandes viagens de elite.

Dentre os marcos históricos que participam desse contexto, temos: a fundação do Clube dos Dilettanti em Londres, reunindo ex-viajantes à Itália em 1734, a fundação do primeiro hotel familiar em Convent Garden na Inglaterra em 1774, o registro da existência de 40.000 ingleses visitando o continente em 1778), a fundação da Agência Cox & Company, por Richard Cox em 1778, transformada posteriormente em Cox & Kings, ainda em funcionamento em 1995, o surgimento do Sleeping car (carro leito) nas ferrovias e criação da Wagon List por Georges Nagelmackers no mesmo ano.

1.2 O Desenvolvimento do Turismo Moderno: séculos XIX e XX

Devido às mudanças estruturais ocorridas na Europa ocidental e central, a exclusividade das viagens deixou de pertencer à aristocracia para incluir todos aqueles que tinham enriquecido através do grande comércio nacional e internacional e da produção industrial. O fato mais marcante foi o desenvolvimento do transporte ferroviário e da navegação a vapor. James Watt foi o responsável pelo desenvolvimento da máquina a vapor que despertou a curiosidade no inventor britânico Richard Trevithnick, em 1801, que "desenvolveu um modelo de máquina sobre rodas que gerava energia suficiente para se mover, sendo chamada de "locomotora". Mas deve-se a George Stephenson a invenção do trem". Rejowsky (2002, p.42).

Em 1814, esse jovem fascinado por máquinas construiu um motor para puxar vagões dentro de uma mina de carvão. Oito anos mais tarde inteirou-se de um projeto que buscava estabelecer uma estrada entre Stockton e Darlington. Foi então que mostrou seu invento a capitalistas e os convenceu de que a sua máquina poderia substituir os cavalos e arrastar 34 pequenos veículos, carregados de carvão, farinha e passageiros. O primeiro trem desenvolveu uma velocidade de 48 Km/h e arrastou nove toneladas. Esta foi a primeira vez que um motor a vapor arrastou um trem transportando passageiros sobre uma via férrea pública. (REJOWSKY, 2002, p.42-43)

As ferrovias se espalham rapidamente por toda a Europa, Estados Unidos e Colônias, contudo, apesar da expansão das ferrovias e do crescimento das empresas do setor, surgia um problema: a complexidade dos horários e tarifas e o número limitado de acomodações econômicas passaram a colocar em risco o desenvolvimento da atividade turística.

É no cenário de mudanças do século XIX que, diante da necessidade de novos empreendimentos que dessem às viagens conotações de úteis e prazerosas, surge a figura de Thomas Cook. Foi ele quem "estabeleceu as bases do turismo, sendo considerado por vários estudiosos (Acerenza, 1986; Fuster, 1974) como o primeiro operador profissional, o fundador das agências de viagens, ou ainda, o pai do turismo moderno¹⁶". Rejowsky (2002, p.53). Aproveitando as oportunidades de mercado que surgiam, Thomas Cook, considerado o primeiro agente de viagens do mundo, resolveu fretar um trem com tarifas reduzidas, o que aumentaria a demanda pelas viagens.

Ao refletir sobre a contribuição de Thomas Cook para o desenvolvimento do Turismo, tal como o conhecemos hoje, Rejowsky (2002, p.67) afirma que ele, comparado aos tantos pioneiros notáveis que participam da história do turismo, "merece uma menção especial diante de sua real contribuição para a integração e cooperação entre todos os segmentos envolvidos na viagem turística. A sua trajetória na exploração e operação de *Tours* só foi possível na medida em que segmentos de natureza diversa uniram-se para a sua realização – uma rede de cooperação, integração e interdependência"¹⁷.

Cabe lembrar que, nesse contexto, a incorporação da máquina a vapor aos trens e barcos, garantindo maior velocidade, comodidade, capacidade de carga, facilidade de acessos, e redução nos custos das viagens, permitiram a ascensão de um novo tipo de viajante, a classe média crescente que até então cedia lugar à aristocracia.

Conforme demonstra Pereira (2005, p.112-113), no século XIX a Europa foi palco de importantes iniciativas de reconhecimento de territórios além-mar, na forma de viagens de estudo organizadas por associações científicas e comerciais, ou expedições militares.

¹⁶ Em sua versão moderna, surgiu na metade do século XIX quando, em 1841, Thomas Cook organizou uma viagem para levar um grupo de 570 passageiros para participarem de um congresso em Longborough, Inglaterra. Esse acontecimento, praticamente, marca o início da época moderna do turismo e o surgimento dos grupos organizados com fins lucrativos. Dias (2003a, p.10)

¹⁷ A medida que avançarmos nossas reflexões sobre o caráter sistêmico do turismo, no capítulo terceiro deste trabalho, ele será apresentado na perspectiva das redes.

Ganham destaque as sociedades geográficas, formadas a partir da década de 1820 e de grande expansão entre 1870 e 1890, no início da era imperialista. Assim, passaram a ser facilmente percebidas as interfaces entre viagens de exploração, modelos de conhecimento e autonomização do saberes, especialmente do saber geográfico, tendo como referência as Sociedades Geográficas, que tiveram importante papel na conformação e legitimação dos saberes sobre regiões desconhecidas.

No Brasil, as circunstâncias históricas, deram origem a duas destas instituições de âmbito nacional separadas no tempo por quase meio século: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado em 1838 com a missão de construir as bases da identidade política, social e territorial do Império e a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro (SGRJ), fundada em 1883 na então capital do Império. De acordo com o pensamento de Pereira, esta última:

veio a ser organizada em um momento de crise do poder imperial e, crescente integração do Brasil na economia capitalista mundial, quando a geografia, nas palavras de Lorde Curzon (presidente da *Royal Geographical Society* e alto funcionário do governo britânico), havia se convertido na "mais cosmopolita de todas as ciências.

(...)

Atuando como centros de intercâmbio científico e incentivo à exploração, elas contribuíram para cobrir os vazios de informação sobre o mundo e fornecer elementos para sua reconfiguração no plano representacional. O surgimento de sociedades desse tipo em regiões do planeta identificadas pelo olhar europeu como objeto de ações de exploração constitui, em si mesmo, um fato merecedor de atenção. A coexistência de duas delas em um mesmo país, como no Brasil, é outro dado interessante que vem acentuar o aspecto assinalado. (2005, p.113)

Não fica, pois, invalidada a afirmação de que a origem das sociedades geográficas no Brasil esteja ligada ao processo de formação do Estado Nacional que, "a exemplo de outros lugares, exigiu um rompimento simbólico com o passado e a mobilização de esforços para se delinear a gênese da Nacionalidade Brasileira". Pereira (2005, p.113)

Seu processo de institucionalização simbolizou a estruturação de um lugar de saber onde a idéia de Brasil, histórica e geograficamente, era possível. Em meio ao contexto de entusiasmo pelo conhecimento profundo da Terra, ampliado com o surgimento das sociedades geográficas, "compreende-se que a geografia possa ter adquirido uma dignidade que lhe permitisse superar sua condição subalterna (em relação à história,

sobretudo) e renovar fórmulas antigas, como aquelas que a identificavam com a crônica dos viajantes ou a descrição enciclopédica de países". Pereira (2005, p.115).

A evolução do Turismo no século XIX marca a história das viagens organizadas, planejadas – os pacotes turísticos. Movimentos como o *Termalismo*, o *Cassinismo*, o *Paisagismo*, o *Montanhismo*, o crescente número de estações balneárias e os grandes fluxos destinados às estações termais, o surgimento de empresas turísticas, a fundação de clubes e associações, os grandes eventos, a evolução nos transportes ferroviários, hidroviários e aéreos, o surgimento dos trens de luxo e dos cruzeiros marítimos, hotéis ferroviários e hotelaria de luxo, o requinte dos restaurantes, a categoria dos guias de viagem, a competitividade de mercado entre agências de viagens, dentre outras ocorrências que indiretamente influenciaram o Turismo, definiram as marcas e sinalizaram o advento de uma nova era, que se consolida cada vez mais em pleno século XXI.

À medida que a remuneração do tempo livre torna-se realidade na Europa durante a primeira metade do século XX, “a Alemanha de Adolf Hitler, por exemplo, torna a viagem para fins de descanso e recuperação face à determinada realidade social. É criada a KDF – *Nationalistischen Gemeinschaft Kraft durch Freude*, entidade encarregada de organizar o tempo livre dos trabalhadores, que funcionou com um instrumento de propagação da ideologia nacional-socialista”. Ouriques (2005, p.13)

(...) a KDF propagou viagens de férias de tal sorte que os trabalhadores, durante esse período em que se encontravam longe da família, amigos, trabalho, vivessem um mesmo sentimento. Essas viagens proporcionavam ao turista de primeira viagem impressões que, até então, só os filmes lhe haviam produzido (...) Além disso, tais viagens contribuíram, através dos contados entre as regiões, para fomentar, ainda mais, o sentimento pátrio. Castelli (1990, p.20) *apud* Ouriques (2005, p.13)

Sob a ótica dos transportes, é interessante observar que o advento das ferrovias foi considerado como uma melhoria à paisagem, sendo que as mesmas eram muito bem-vistas na época; a paisagem era vista e referenciada através do trem, não havendo ainda o conflito entre o desenvolvimento e a conservação dos recursos naturais. Em suas reflexões sobre os olhares dos viajantes, Silva (2005, p.21) pontua que,

a “viagem” – termo rico em possibilidades, (...) seja ela real ou imaginária, aglutina um leque de experiências variadas marcadas pela presença do olhar sobre as paisagens e pela visibilidade com que essas paisagens mostram-se ao olhar do observador. É por meio do olhar que se estabelece uma relação entre o sujeito e o objeto, ou seja, entre o homem e a paisagem, revelando dimensões, faces e significados distintos, que vão do subjetivo e imaginário ao concreto. Assim, a paisagem é o resultado do [...] ”olhar lançado ao mundo e um objeto visível ao olhar do mundo” Perrone-Moisés (1988, p. 327)¹⁸.

O Turismo no século XX, seguindo a trajetória do final do século XIX, inicia o abandono de algumas expressões e características fundamentais para sua consolidação como importante dinâmica mundial. Sua nova face é dada por grandes fluxos internacionais, caracterizados por um tipo de consumo diferenciado, cada vez mais segmentado e acessível. Surge a primeira linha aérea na Flórida, a St. Petersburg-Tampa da AirBoat Line e, os primeiros organismos nacionais e internacionais de regulação da atividade turística, as necessidades se transformam, a motivação e o desejo se ampliam a partir da oferta crescente.

O início do século é marcado por uma timidez que se esbarra na Primeira Guerra Mundial (1914-1919), contexto caracterizado pela interrupção dos fluxos turísticos em face da deflagração e evolução do conflito, pela adoção do passaporte pelo governo inglês em 1915 e, demonstração pela guerra, da importância do automóvel. No período Entre Guerras (1919-1939), uma nova ascensão do turismo é interrompida parcialmente pela depressão econômica de Wall Street (1929-1931). No mesmo ano da quebra da Bolsa de Nova York, ocorre a instalação do primeiro Free Shop no Aeroporto de Amsterdã. É nesse contexto que surgem as férias remuneradas.

Novamente se tem uma paralisação do fluxo turístico, mediante a ocorrência da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) e, considerando-se que se tratou de um conflito com maiores proporções do que o anterior, foi necessário um período pós-guerra de cinco anos para que os fluxos turísticos retomassem seu crescimento. "Até 1949, apesar de ter sido curto o período de paz e prosperidade, recupera-se continuamente e consolida as bases para a implantação do Turismo de Massa. Esse é, portanto, um período de transição, preparando o turismo para enfrentar grandes transformações e

¹⁸ PERRONE-MOISÉS, Leyla. Pensar é estar doente dos olhos. In: NOVAES, Adauto. (Org.). *O Olhar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p.327-346.

desafios nos dois primeiros períodos seguintes", Rejowsky (2002, p.112), a explosão do turismo massivo de 1950 a 1973 e os últimos decênios do século XX, de 1974 a 2000.

À medida que o período de 1900 a 1949 é marcado por uma transição entre crescimento e interrupção de fluxos, o cenário se altera com grandes mudanças a partir de 1950, quando se dá início à operação dos aviões a jato, disseminação automobilística e melhoria da comunicação. Ao elencar as principais características do fordismo no pós-guerra que, do ponto de vista do consumo, elevaram o padrão de vida dos trabalhadores da Europa e Estados Unidos, David Harvey¹⁹ (1993, p.131) *apud* Ouriques (2005, p.14), chama a atenção para o fato de que (...) o novo internacionalismo também trouxe no seu rastro muitas outras atividades – bancos, seguros, hotéis, aeroportos e, por fim, turismo.

Eric Hobsbawm²⁰ (1996, p.262) *apud* Ouriques (2005, p.14) também destaca, com fina ironia, a expansão do turismo no contexto do Estado de Bem-Estar Social, "(...) naturalmente a maior parte da humanidade continuava pobre, mas nos velhos centros industrializados, que significado poderia ter o “de pé, ó vítimas da fome” da “Internationale” para trabalhadores que agora esperavam possuir seu carro e passar férias anuais remuneradas nas praias da Espanha?”

É na década de 60 que deparamos com o surgimento das primeiras operadoras oferecendo excursões turísticas. O ano de 1969 marca a história das viagens espaciais, com a épica viagem da nave Apollo 11, momento em que o americano Neil A. Armstrong, se torna o primeiro homem a pisar em solo lunar, o que motivou, por exemplo, em 2001, o milionário americano Dennis Tito²¹ a se tornar o primeiro turista espacial da história ao visitar a Internacional Space Station (ISS) após desembolsar vinte milhões de dólares para a Space Adventures, primeira empresa especializada em levar turistas à órbita da Terra.

Até 1973, o *boon* do Turismo do século XX, também denominado por alguns autores como Turismo Social, ou Turismo Popular que, segundo Boullon (1999, p.15), "por comodidade, é chamado de Turismo de Massa²²", carrega em si grande euforia

¹⁹ HARVEY David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.

²⁰ HOBBSAWM, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX*. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

²¹ Disponível em <<http://www.spaceadventures/company/missions>>, visitado em 15 de Jan de 2006.

²² Ainda que se possa distinguir um turismo de massa de um turismo de elite, deve-se considerar o turismo como um fenômeno de consumo de massa, sendo as formas alternativas apenas uma diversificação mercadológica. Luchiari (1999, p.123-124) *apud* Moraes (2004, p. 279).

relacionada à prosperidade econômica e ao desenvolvimento de destinos e atrações, num cenário de grandes mudanças econômicas, políticas, sociais e culturais. Ao mesmo tempo, o Turismo começa a apresentar suas contradições, quando manifesta os primeiros sinais de uma atividade exploratória, imprudente e degradante diante de sua própria matéria-prima, o meio ambiente, entretanto, nesse período sua interferência ainda é tênue.

Contudo, é a partir de 1974, momento do ingresso na era Jumbo, quando entra em operação o avião Concorde percorrendo o trecho Paris-Nova York em apenas três horas, e quando navios se transformam em destinos turísticos, diante de um mundo avesso ao cenário até então conhecido, que o Turismo, em meio a dinâmicas de constantes transformações, se depara com duas forças que passam a disputar o debate mundial: a sustentabilidade e a globalização. De um lado, o conceito de Desenvolvimento Sustentável sendo cunhado pelo Movimento Ambientalista Mundial, considerando que é preciso “satisfazer as necessidades da geração atual sem comprometer as necessidades das gerações futuras” Brundtland (1992), de outro, as grandes potências impondo a quebra de barreiras entre os povos, entre as economias, entre os mercados, especialmente impondo uma lógica economicista no sentido de fomentar a criação de blocos econômicos.

Nesse momento, o Turismo, acompanhando uma euforia desenvolvimentista que já dava prenúncios de fracasso do modelo de desenvolvimento até então adotado, a partir de um acelerado processo de degradação ambiental desencadeado e dos reflexos gerados pela insustentabilidade social, especialmente nos países em desenvolvimento, passa a se inserir numa nova lógica, a do desenvolvimento sustentável, a fim de reverter suas contradições.

O turismo do século 20, turismo de grande número, não engendrou realmente um novo discurso, ou renovou a visão de mundo. Ele reforçou o esquema do desenvolvimento turístico com suas três fases: invenção de distinção – difusão e apropriação de modelos por camadas inferiores – em seguida novas invenções de distinção. De elite ou de massa, o turismo lança o mesmo desafio a todos os agentes e locais de turismo; para eles, a questão é conservar e reforçar posições em um campo flutuante em que nada está definitivamente adquirido (estabelecido). Boullon (1999, p.63)

No século XX, o turismo imprimiu significativas marcas na história da civilização. Melhorias no padrão de vida, otimização dos transportes, linhas aéreas comerciais,

aumento da segurança e salubridade, férias pagas e tempo livre tornaram as viagens internacionais situações comuns, tinha-se então uma verdadeira “indústria de lazer”, elementos que Jost Krippendorf²³ (1989, p.18) irá chamar de ciclo de reconstituição do ser humano na sociedade industrial.

Se por um lado o Turismo constatava, no fim do século XX, o estabelecimento da paz mundial, por outro dava luz ao caos organizado que passou a caracterizar as viagens de lazer, e nesse sentido configurar o que Augé (1994)²⁴ chama de "não-lugar". "Nesses territórios típicos da pós-modernidade, geralmente constituídos por locais de transporte, comércio ou lazer, o usuário vaga sem buscar qualquer identificação, qualquer história (...) apenas contempla e desfruta o prazer de seu anonimato momentâneo". Augé (1994, 101-102) *apud* Moraes (2004, p.282).

1.3. O Conceito de Turismo: múltiplos olhares em sua história

As reflexões, sobre a evolução histórica do turismo apontam para a estreita relação entre conhecimento e ação que impera no bojo das construções teóricas a respeito do fenômeno e que, conseqüentemente, nos conduz a um cenário de multiplicidade de questões que o debate contemporâneo sobre o tema suscita, bem como para a diversidade possível de abordagens distintas que o assunto apresenta como, por exemplo, o estudo sobre a Rede do Turismo no Norte de Minas, aqui evidenciado.

De qualquer maneira, entendemos que questões problematizadoras que se inserem no debate científico do Turismo, em especial nos métodos de suas pesquisas, muito contribuem para a condição paradigmática acerca do fenômeno. Adotar critérios que instrumentalizem a compreensão epistemológica acerca do conhecimento do objeto turístico, talvez constitua o cenário ideal para o desvelamento teórico necessário na construção da ciência do Turismo e na adequação do método.

²³ KRIPPENDORF, Jost. *Sociologia do Turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

²⁴ AUGÉ, Marc. *Não-Lugares: introdução a uma nova antropologia da supermodernidade*. Campinas: Papyrus, 1994.

Dessa maneira, uma leitura acerca das construções conceituais sobre o tema se mostra importante, especialmente quando se propõe analisar as interfaces entre o fenômeno turismo, a teoria das redes e as possibilidades de desenvolvimento se evidenciam a partir dessas reflexões. A leitura conceitual neste momento nos permite um melhor entendimento sobre a nova ordem que passa a imperar no turismo a partir de seu crescimento, bem como suas lutas diante da sustentabilidade e a proposta para assimilação de um novo período, o Pós-Turismo.

O conceito de Turismo pode ser estudado de diversas perspectivas e disciplinas, dada à complexidade das relações entre os elementos que o formam. Existe ainda um debate aberto para se chegar a um conceito único e padrão que reflita uma definição universal. Contudo, o Turismo já não mais carece de uma forte base conceitual e teórica, os estudos procuram, cada vez mais, analisar o processo de modo sistemático e abrangente. Em suas reflexões, Beni (2001, p.41) observa uma preocupação interrogativa em alguns meios acadêmicos no sentido de saber se Turismo é ciência, em que estágio de desenvolvimento se encontra e se poderia ser tratado em etapa de cientificação. Segundo ele,

a verdade é que muitos teóricos, desde Krapf e Hunziker e todos os pesquisadores da escola berlinense, passando por Fuster, da escola funcionalista, quem compendiou pela primeira vez o conhecimento do Turismo, apresentando as diversas correntes de pensamento teórico, bem como os autores da atualidade como Jafari, Ritchie, Krippendorff, Keller, Swarbrooke, Figueirola, Cardenas, Wahab, Gutiérrez, Bordas, Defert, Acerenza, Baretje, pela Escola de Frankfurt que faz a crítica teórica dos marxistas vendo o Turismo circunscrito à relação de consumo, até os estruturalistas da corrente do sistemismo como Sessa, Beni, Pierre Lané, Molina, Boullón, fenomenologistas como Centeno, e estudiosos do cotidiano como Maffesoli, vêm investigando e propondo as bases de categorização epistemológica do Turismo, contribuindo todos eles para o estabelecimento de seus fundamentos científicos.

Devido à relativa juventude do turismo como atividade socioeconômica em geral e a seu complexo caráter multidisciplinar, percebe-se que há uma constelação semântica de conceitos, nem sempre claros ou precisos a ponto de delimitar a atividade turística e distingui-la de outros setores. De acordo com Sancho (2001, p.35) “existe um amplo debate acadêmico sobre o que é exatamente o turismo, o que originou múltiplas definições. Nesse sentido, cabe afirmar que não existe definição correta ou incorreta, uma vez que todas contribuem de alguma maneira para aprofundar o entendimento do turismo”.

Ao refletir sobre essa condição, Beni (2001, p.39) aponta que, o complexo modo como o Turismo se encontra ligado a quase todos os ramos da atividade social humana, constitui a principal causa da ampla variedade conceitual que participa em seu bojo teórico, todos eles válidos enquanto se circunscrevem aos campos em que é estudado. Segundo ele,

não se pode dizer que esse ou aquele conceito é errôneo ou inadequado quando se pretende conceituar Turismo sob uma ótica diferente, já que isso levaria a discussões estéreis. Essas poriam justamente em evidência as limitações conceituais existentes sobre o fenômeno. Por isso, a conceituação do Turismo não pode ficar limitada a uma simples definição, pois que este fenômeno ocorre em distintos campos de estudo, em que é explicado conforme diferentes correntes de pensamento, e verificado em contextos vários da realidade social. Beni (2001, p.39)

Para compreender a necessidade de se vasculhar as possibilidades de interface do turismo com os demais setores da sociedade e, sua relação com quase todos os setores da atividade humana, conforme mencionado acima encontramos na afirmação de Santos (1997, p.15), uma importante reflexão, quando aponta para os efeitos oriundos da globalização²⁵, refletindo que, agora que todas as condições de vida, profundamente enraizadas, estão sendo destruídas, aumenta exponencialmente a tensão entre cultura objetiva e subjetiva e, do mesmo modo, se multiplicam os equívocos de nossa percepção, de nossa definição e de nossa relação com o meio.

O turismo e o lazer constituem importantes dimensões das relações humanas. Enquanto motivações do lazer e para o lazer, o turismo permite a manifestação de interesses subjetivos e objetivos do ser humano, envolvendo necessariamente a relação entre pessoas e seu ambiente sócio-cultural e ecológico.

Essa complexa teia de interesses (necessidades/desejos) humanos constitui-se em fenômeno constantemente mal compreendido e caracterizado na maioria das vezes sob rótulo econômico. Embora reconheça que o aspecto econômico seja freqüentemente utilizado em diversas abordagens conceituais para caracterizar o lazer e o turismo no contexto da expansão da economia mundial, não acredito que só a análise e classificação dos seus efeitos econômicos sejam suficientes pra compreender suas múltiplas expressões na sociedade contemporânea. Pereira (2004)

²⁵ De acordo com Santos (1996, p.271) “não existe um espaço global, mas apenas, espaços da globalização. Santos (1996, p.271).

Nesse sentido, mostra-se absolutamente concreta a dialética existente entre o fenômeno Turismo e demais setores da sociedade e localidades que participam de suas dinâmicas, que, de forma direta ou indiretamente, são influenciados por suas ramificações, teóricas e/ou estruturais e, ainda, transmutados ao contexto da globalização no qual a atividade turística está inserida. O entendimento dos efeitos causados pelo Turismo e a sua complexa malha de atividades devem permear todas as esferas da sociedade, bem como, pretensiosamente, participar de todas as reflexões científicas que dizem dele.

Na medida que se procura estabelecer relações e possibilidades de incorporação da dimensão de outros setores da sociedade, o turismo também destaca a necessidade de um diálogo mais real entre as ciências, já que elas fornecem elementos essenciais para o amadurecimento das reflexões conceituais que o permeiam. Em seus trabalhos, Beni (2001, p.37) tem conceituado Turismo como um,

processo elaborado e complexo de decisão sobre o que visitar, onde, como e a que preço. Neste processo intervêm inúmeros fatores de realização pessoal e social, de natureza emocional, econômica e cultural, ecológica e científica que ditam a escolha dos destinos, a permanência, os meios de transporte e o alojamento, bem como o objetivo da viagem em si para a função tanto material como subjetiva de sonhos, de desejos, de imaginação projetiva, de enriquecimento existencial histórico-humanístico e profissional e de expansão de negócios. Esse consumo é feito por meio de roteiros interativos espontâneos ou dirigidos, compreendendo a compra de bens e serviços da oferta original e diferencial das atrações e dos equipamentos a ela agregados em mercados globais com produtos de qualidade e competitivos.

É necessário que se destaque na leitura acima, os fatores de realização pessoal, social e ecológica como determinantes de uma viagem, uma vez que a dialética evidente neste trabalho propõe um entendimento do Turismo enquanto fenômeno sócio-cultural geografizado, tal como as estratégias nacionais construídas sobre ele.

Para a Organização Mundial de Turismo (OMT), "o turismo compreende as atividades realizadas pelas pessoas durante suas viagens e estadas em lugares diferentes do seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, por lazer, negócio ou outros." Sancho (2001, p.03). A definição adotada pela Associação Internacional de Experts Científicos de Turismo (AIEST) entende o turismo com um "conjunto das relações e dos fenômenos produzidos pelo deslocamento e permanência de pessoas fora do seu local de domicílio, sempre que ditos deslocamentos e permanência não estejam motivados por uma atividade lucrativa". Mota (2001, p.42)

A partir desses apontamentos, encontramos elementos que permitem uma intervenção reflexiva sobre o Turismo enquanto processo sócio-espacial, já que se apresenta a importância, por exemplo, da incorporação de conceitos da Geografia por parte do Turismo, quando se depara na afirmação de Sancho (2001, p.03), pontuações específicas sobre a ótica de “deslocamentos” (viagens), também posto por Mota (2001, p.42), a diferenciação dos ‘lugares’, comungando os “fluxos” analisados por Santos (2002, p.61) e Beni (2001, p.432). Em contribuição, temos,

O turismo como um ramo do saber dos serviços, vende sonhos e imagens que na Geografia podem ser traduzidos pelas categorias de análises do espaço, lugar, paisagem, território e região. Essas categorias de análises da Geografia podem ampliar os seus conceitos de forma dialética no tempo e no espaço. No Turismo verificam-se novas ‘visões’ das ‘releituras’ espaciais. Ampliam-se nas categorias novos valores ambientais, culturais e econômicos. Silva e Salgado (2004, p.29)

Ao explicitar algumas abordagens de Jafar Jafari, Beni (2002, p.36) afirma que ele dá uma definição holística de Turismo, quando aponta o Turismo como sendo “o estudo do homem longe de seu local de residência, da indústria que satisfaz suas necessidades, e dos impactos que ambos, ele e a indústria, geram sobre os ambientes físico, econômico e sócio-cultural da área receptora”.

Vimos no começo deste capítulo que o turismo em sua versão moderna encontra seu marco²⁶ histórico na metade do XIX, em 1841, quando o empreendedor Thomas Cook marca o início da Era do Turismo, a partir da organização de grupos de turistas²⁷ com o objetivo de se obter lucro. Nesse sentido, Dias (2003a, p.10) aponta que “no restante do século XIX, esses deslocamentos acentuaram-se, primeiramente dentro de seus próprios países (turismo interno); posteriormente, cresceu o turismo internacional”.

Nesse contexto, percebemos que o turismo no decorrer do século XIX, e principalmente do XX, cresceu como fruto da Segunda Revolução Científico-tecnológica, a Revolução Industrial, com o advento da máquina a vapor, conforme apresentado no início desta leitura, caracterizada por um complexo de mudanças econômicas e sociais, e recebeu no final do século XX significativo impulso, a partir da considerada Terceira Revolução, ou Revolução do Conhecimento.

²⁶ Paul Ricoeur (1997) *apud* Costa (2005, p.15), ao discutir *Tempo e Narrativa*, argumenta que as coisas propriamente sociais possuem um momento de fundação que ele considera como o evento fundante dessas mesmas coisas sociais.

²⁷ Ouriques (2005, p.47) afirma que “o turista é a expressão mais complexa da mobilidade moderna”.

Ao refletir sobre o contexto, Dias (2003b, p.14), afirma que “a comunicação e a informação ao lado de outros processos como o aumento da produtividade humana, provocam como efeito imediato diminuição da jornada de trabalho, e aumento do tempo livre”. Esse tempo incentivou e incentiva enorme contingente de pessoas a incorporar o turismo como uma necessidade vital que influencia a qualidade de vida e como resultados as viagens internacionais cresceram na Segunda metade do século XX, conforme pode ser visto na Tabela 1.

Ano	Chegada (milhões/viagens)
1950	25,2
1960	69,3
1970	165,8
1980	286,2
1990	459,2
1995	563,6
2000	696,8

Tabela 1
Movimento de turistas a partir de 1950

Fonte: Dias (2003, p.15)

Os números apresentados apontam que o turismo converteu-se na atividade econômica mais importante do mundo, no final do século XX. Os dados acima, da Organização Mundial de Turismo (OMT), comprovam um crescimento extraordinário no período de 1950 a 2000, em que os deslocamentos internacionais passaram de 25 a 696 milhões por ano, representando uma taxa de crescimento aproximado de 5% ao ano. As projeções da OMT para 2010 apontam para mais de um bilhão de pessoas viajando entre países, número que sobe no ano de 2020 a 1,5 bilhões de viajantes internacionais. Segundo dados preliminares “foram realizadas em 2002, 715 milhões de viagens internacionais, que representam um aumento de 22 milhões em relação a 2001. Esses números indicam que dois milhões de pessoas cruzam as fronteiras diariamente para fazer turismo.” (OMT, 09, 15).

Considerando essas afirmações, Kotler (1995, p.145)²⁸ *apud* Beni (2002, p.34) demonstra como os setores tradicionais da indústria estão em processo de estagnação e como a nova era dos serviços irá comandar o novo século. Afirma a “pujança da indústria dos trilhões de dólares” para justificar a importância do setor, mas também releva a dificuldade de definir um campo tão complexo como o Turismo.

A afirmação de que o Turismo, hoje, se constitui como uma importante área de interesse acadêmico, governamental, industrial e público e, ainda, a afirmação de que ele é a maior área de atividade econômica do mundo seja uma verdade muitas vezes citada, podemos afirmar que o Turismo é importante não só por seu tamanho em termos de pessoas que viajam, número de empregados ou quanto dinheiro leva até certo destino; mas devido ao enorme impacto que exerce na vida das pessoas e nos locais em que elas vivem, e devido à forma pela qual ele é significativamente influenciado pelo mundo no qual está inserido.

Muitas simplificações que surgem em grande parte dos estudos sobre Turismo, o trazem, em modelos, muitas vezes, “reducionistas”, e fazem com que leves atrasos atinjam uma base teórica em processo de fortalecimento, e o distanciem de modelos mais sistêmicos. Dessa maneira, vislumbra-se, como sendo de fundamental importância para o Turismo, o acréscimo de outras reflexões no sentido de fortalecer suas bases conceituais, como por exemplo, os estudos sobre as ‘redes’ apresentadas como “condição da globalização e a quintessência do meio técnico-científico informacional²⁹”. De acordo com Santos (2002b, p.82) “sua qualidade e quantidade distinguem as regiões e lugares, assegurando aos mais bem dotados uma posição relevante e deixando aos demais uma condição subordinada. São os nós dessas redes que presidem e vigiam as atividades mais características deste nosso mundo globalizado”.

Soma-se a isso a importância da Teoria dos fluxos, “exaltando a organização material das práticas sociais de tempo compartilhado que funcionam por meio de fluxos e não representando apenas um elemento da organização social, mas a expressão dos processos que dominam a vida econômica, política e até simbólica da sociedade”. Santos (2002, p.61). Também podem ser apresentados no Turismo, como “fluxos de

²⁸ KOTLER, Philip. Marketing Público. São Paulo: Makron Books, 1995.

²⁹ “O meio técnico-científico-informacional é a cara geográfica da globalização”. Santos (2002, 239).

massa e energia” do Sistema Turismo, Beni (2001, p.31-33), como “fluxos turísticos”, Sancho (2001, p.16) e, como ligações “associadas”, Pearce (2003, p.26).

É bem certo que o turismo, fruto das viagens, assim como outras atividades, modificou-se no transcorrer do tempo. Aperfeiçoou-se e agregou valores a seus conceitos e suas práticas, assumindo novas características frente a um mundo de permanentes transformações. Diversos modelos surgiram na tentativa de analisar e explicar as estruturas do turismo em cada uma de suas grandes fases: o pré-turismo, correspondente ao *Grand Tour*, o turismo industrial, subdividido em primitivo, maduro e pós-industrial, e finalmente, o pós-turismo, considerado um novo paradigma cuja construção ainda não estaria terminada.

Diversos modelos abordando vários aspectos da estrutura espacial do turismo surgiram no final de década de 1960 e durante a década de 1970, que, em sua maior parte, foram desenvolvidos independentemente um do outro, com pouco ou nenhum reconhecimento de esforços prévios ou, tentativa de torná-los como base. São poucos os novos modelos apresentados desde então, e, ademais, entre os primeiros são igualmente poucos os que têm sido adotados de maneira ampla ou submetidos a apreciações críticas ou a testes empíricos freqüentes – ainda que caibam as honrosas exceções. Pearce (2003, p.29)

Os modelos, como observa Getz (1986) *apud* Pearce (2003, p.29), “desempenham um papel de crucial importância à medida que nos capacitam a descrever e a abranger as complexidades do mundo real, a adquirir, ordenar e interpretar informações, e a explicar, compreender e finalmente prever fenômenos e as relações entre eles”. Nesse caso, faz-se importante examinar e avaliar os modelos espaciais que têm sido desenvolvidos com o intuito de fornecer uma base teórica e conceitual, além de estruturas gerais para o exame da dinâmica espacial do turismo, no caso específico deste trabalho, para análise e interpretação da rede do turismo no Norte de Minas.

Dos principais modelos que figuram no atual processo de compreensão do fenômeno Turismo, temos: o Modelo de Mariot para fluxos turísticos entre duas localidades, o Modelo de Campbell de viagem recreativa e excursionista, o Modelo de Miossec para o Espaço Turístico, o Modelo de Enclave Turístico para uma economia periférica, o Modelo de Butler para a evolução hipotética de uma área turística, o Modelo de Desenvolvimento Turístico de Miossec, o Modelo de Espaço Turístico para países desenvolvidos, o Modelo de Isso-Ahola de motivação sociopsicológica do turista, dentre outros.

Contudo, cabe salientar que neste trabalho teremos como base para análise o Modelo do Pólo de Crescimento, cuja base teórica foi formulada por François Perroux e o Modelo Territorialista e Endógeno, sob base conceitual estruturadas por John Friedmann e Clyde Weaver, considerando nossas reflexões e análises sobre o planejamento do desenvolvimento turístico regional, cujo pano de fundo se assenta no Programa Nacional de Regionalização do Turismo, Brasileiro, preconizado pelo Plano Nacional de Turismo.

Na busca de elementos que dêem suporte ao Turismo enquanto fenômeno científico, deparamos com o seu caráter multidisciplinar focado na apreensão da racionalidade da realidade humana, a formação econômico-social determinada, específica e particular na construção de seu objeto, sua constituição num fenômeno sócio-cultural geografizado determinado por categorias econômicas, ecológicas, políticas, culturais e sociais, com totalidade concreta no plano das evidências e o uso da razão e pensamento sistemático já elaborado.

Por outro lado, contrapondo à materialização do Turismo enquanto ciência, percebemos a visão hegemônica tecnicista e utilitarista cujas bases se assentam na fixação e qualificação de dados; busca pela racionalização dos serviços com vistas ao custo benefício; quantificação de tipos e classificação de graus e variáveis; lógica de atendimento voltada para o mercado; inexistência de reflexões críticas com pontos-de-vista assentados no senso-comum; existência de uma rede de pré-conceitos e verdades estereotipadas.

A ênfase nesse debate tem como propósito superar aspectos utilitaristas e estruturalistas que confundem e comprometem a própria formulação teórica das duas vertentes. De qualquer maneira, existe um debate intenso e desafiador para se chegar a um conceito padrão que culmine em uma definição universal para o turismo, contudo as pesquisas se voltam cada vez mais para uma análise de sua totalidade, de sua complexidade.

Existe um consenso diante das diversas perspectivas e disciplinas em que pode ser estudado, dada à complexidade das relações entre os elementos que o formam, e diante disso os anseios em torná-lo ciência são cada vez mais convergentes. Nesse sentido, entendemos que diante da complexidade que concerne ao turismo, sua essência nos

conduzirá a um novo caminho metodológico, interdisciplinar, em que dicotomias e totalidade formatarão um arcabouço conceitual próprio, o campo teórico do Turismo.

Compreendemos que a pesquisa na área do turismo e as propostas alternativas de investigação epistemológica em situações paradigmáticas determinadas, como o caso do Desenvolvimento Social do Norte de Minas a partir do Turismo, são atribuições e tarefas inerentes à atividade acadêmica, assim, considerando a pesquisa condição para a produção de conhecimento que pode “nortear” o projeto de desenvolvimento como decorrência da responsabilidade social de cada pesquisador e da universidade como um todo. Talvez seja esse o ponto mais importante dessa reflexão, mesmo que conste como objetivos ou hipóteses a serem levantados, esta compreensão, na verdade, constitui a possibilidade de superação da condição quase inerte, vista tempos atrás nas pesquisas sobre o turismo regional, desenvolvimento socioeconômico, ambiental e cultural específicos da região Norte-Mineira.

1.4 – Os Paradigmas do Turismo

O fenômeno turismo tradicionalmente é apresentado envolvendo categorias de lazer por meio da valorização do ócio, das atividades de prazer e de belas paisagens. No mesmo sentido, tem sido apresentado como solução para entraves ao desenvolvimento econômico das regiões, sem prejuízo para o meio ambiente. Isso ocorreria a partir da implantação de infra-estrutura turística via recursos, em geral, financiados pelo Estado, propiciando geração de empregos permanentes para a população das localidades.

Contudo, em sua grande maioria, análises, propostas e ideologias têm enaltecido o turismo, apontando, apenas, para uma das faces da realidade que se altera, em virtude do ideário de desenvolvimento capaz de transformar a vida dos lugares e das pessoas, sem, no entanto, dar visibilidade às contradições que o turismo carrega em suas dinâmicas. Dessa maneira, ficam os questionamentos: para quem serve a cultura do turismo? O turismo transforma as realidades “atrasadas” dos lugares, tornando-os modernos? Quem ganha e quem perde com o turismo, considerando sua expansão no contexto do controle capitalista sobre os modos de vida? As pessoas e os lugares querem o turismo?

O desenvolvimento sustentável altera substancialmente todos os pressupostos do atual modelo de desenvolvimento econômico, inclusive da “indústria do turismo”, assim considerada por alguns estudiosos, sobremaneira na regulação dos padrões de consumo, estilos de vida, e de um aglomerado de funções produtivas. Em suas considerações Sampaio (2001, p.30) afirma que “a temática turismo, de certo modo, vem sendo discutida ora como uma atividade tipicamente econômica (muitas vezes confundida com a terminologia indústria do turismo), ora como uma atividade econômica-sócio-ambiental (turismo sustentável)”.

A terminologia indústria do turismo, certamente de fácil correlação com o projeto civilizatório industrial-tecnológico, transforma o adjetivo econômico, diferentemente dos seus pares – social e ambiental – em substantivo. Nessa vertente, se tem uma preocupação maior com o sujeito chamado turista e sua demanda por necessidades, do que com o objeto denominado população receptiva e sua oferta de bens e serviços. O turismo sustentável, invertendo os papéis entre sujeito e objeto, tem com premissa estudar os impactos da atividade turística na população receptiva, vista como sujeito, isto é: analisar interdisciplinarmente a comunidade impactada pela atividade turística, perpassando pelas ciências humanas, sociais e naturais (e não mais na visão duodisciplinar da economia e da administração), repensando as estratégias de um novo estilo de desenvolvimento no contexto da demanda social. Sampaio (2001, p.30)

O novo cenário que desponta face ao turismo, denuncia as necessidades e tentativas de superação e rompimento com o atual modelo de desenvolvimento a partir do fomento à criatividade dos processos institucionais, do estímulo a novas formas de organização social voltadas para a produção coletiva e ampliação das interfaces entre os setores da sociedade, ou seja, a consolidação de redes contra-hegemônicas de complexidade.

A consciência planetária sobre ameaças embutidas no projeto da civilização industrial-tecnológica, ocorrida a partir de 1970, semeia as raízes do desenvolvimento sustentável. A partir daí, a expansão da rede de inter-relações homem-meio ambiente passou a ampliar novas formas de assimilação da realidade instalada com o sistema capitalista. Em meio aos diálogos que se evidenciaram em todo o mundo sobre o tema, o meio ambiente e a problemática ambiental passaram a participar suas várias acepções em núcleos de entendimento opostos. De um lado, a concepção conservacionista, primando pelo mito da natureza intocada, e de outro, o denominado novo naturalismo, valorizando a relação simbiótica entre homem e meio ambiente.

O conjunto de transformações que a sociedade experimentou nos últimos anos incidiu de maneira determinante na estrutura e no funcionamento do turismo. O desenvolvimento sustentável tem sido apresentado por vários estudiosos como o melhor

caminho para se enfrentar os desafios da mudança global, apontando a necessidade de se atingir um claro entendimento sobre quais os riscos, vulnerabilidades e sensibilidades para se integrar sistemas econômicos eficientes e inclusivos, gestão ambiental prudente, mudanças culturais assentadas em processos pedagógicos transformadores e desenvolvimento social democratizado.

Contudo, o turismo precisa ser trabalhado diante de uma realidade maior, universalizante, considerando que o trato dado ao tema poderá gerar reflexos no seu próprio desenvolvimento. Em meio às suas contradições, no caso do Brasil, assinalam-se alguns caminhos que, por muito tempo, têm se curvado a uma tendência predominante de análise e interpretação que conduz nossas reflexões a uma hegemonia no tratamento do assunto.

Da análise quantitativa se evidencia a importância econômica do turismo, posteriormente se depara com aspectos positivos e negativos do fenômeno, em seguida o desenvolvimento sustentável é apresentado como adequado à superação dos questionamentos e, por fim, o planejamento é defendido como estratégia de preservação ambiental. Entretanto, as linhas ideológicas que têm percorrido o assunto, ora se completam, ora se distanciam, mas, de um modo geral, ainda pecam pela ausência de uma análise holística das dinâmicas do fenômeno e das críticas aos processos desenfreados da corrida pelo turismo.

Depreende-se de Ouriques (2005, p.71-83) que a Corrente Liberal aponta para uma concepção economicista que utiliza o arcabouço teórico da economia neoclássica, analisando o turismo a partir dos princípios da oferta e da demanda, do multiplicador do turismo, das estatísticas de gastos do turista, receitas e despesas geradas em núcleos receptivos etc. Outra corrente, a do Planejamento Estatal, parte da premissa de que o desenvolvimento turístico planejado e controlado pelo Estado constitui o melhor caminho para a promoção e otimização do turismo e conseqüente melhoria da qualidade de vida dos lugares e das pessoas que participam das dinâmicas dos receptivos.

Uma terceira concepção, considerada Pós-Moderna, se assenta na ausência de unidade teórica e se apresenta flexível para além do discurso pró-capitalista, apontando várias idéias díspares no mesmo patamar. Por fim, a Corrente Crítica, que se pauta pelo questionamento do caráter intrinsecamente benéfico do desenvolvimento do turismo. Os

autores que compartilham dessa linha do pensar se voltam para a discussão das transformações que ocorrem

na (re)produção da vida das comunidades receptoras e as condições de trabalho nas atividades turísticas. Além disso, para se levantarem os impactos positivos e negativos do turismo em uma dada porção do território, os autores divergem conceitualmente das afirmações difundidas pelo discurso hegemônico relativas à possibilidade de se estabelecer uma relação sustentável entre turismo e meio ambiente. Ouriques (2005, p.71-83),

Diante das mudanças percebidas na sociedade e que direta ou indiretamente têm pactuado com o turismo, depreende-se de Molina (2003, p.09) que mesmo desvinculadas umas das outras, essas mudanças apontam “para um novo limiar do desenvolvimento³⁰ turístico que não pode ser explicado somente pelas tecnologias de projetos, pela qualidade dos serviços ou pela competitividade. Trata-se efetivamente de um novo paradigma que denominamos Pós-Turismo³¹”. Molina afirma que a lógica que sustenta o código do pós-turismo obedece a uma nova racionalidade que ultrapassa muito a racionalidade industrial e o empirismo radical.

O pós-turismo não é só mais uma fase, mas uma ruptura com o turismo tradicional (o de caráter industrial com suas diferentes etapas evolutivas), que implica novas concepções e enfoques, metodologias e tecnologias, além de uma nova distribuição do papel dos governos, das empresas e das comunidades locais. O pós-turismo deixa de lado algumas premissas básicas do turismo e do pré-turismo como, por exemplo, a condição de deslocar-se a um lugar diferente da residência habitual, ou ainda o contato entre culturas e com cenários naturais. O pós-turismo vai na contramão dessas premissas fundamentais. Os elementos componentes do paradigma do pós-turismo apareceram dispersos em uma primeira instância, como peças isoladas que posteriormente foram se vinculando e articulando, para dessa forma construí-lo em um exercício que não está terminado. Molina (2003, p.09)

Entende-se que o pós-turismo constituiria um novo paradigma, uma categoria histórica emergente capaz de alterar preceitos fundamentais do turismo tradicionalmente

³⁰ De acordo com Molina (2003, .09) “em turismo, tanto as empresas como os grandes consórcios e o setor público não trabalham com modelos turísticos, mas sim com modelos de desenvolvimento, de mercado ou de consumo geral. Mas o ponto de partida não foi estabelecido a partir da especificidade do turismo”.

³¹ A primeira vez que se apresentou o conceito e a práxis do pós-turismo foi na Venezuela, no I Congresso Nacional de Pesquisa em Turismo e Hospitalidade, realizado em Caraballeda, em Novembro de 1994. A segunda ocasião em que se expôs o tema em público foi também na Venezuela, durante o MEXIVEN '95, o III Seminário Interamericano de Turismo e Hotelaria, realizado na cidade de Caracas, em abril de 1995. No México o paradigma do pós-turismo foi apresentado em um seminário organizado por alunos da Escola de Turismo, na Universidade Autônoma de Nayarit, na cidade de Tepic. Nesses eventos, a proposta foi recebida com uma relativa aceitação, apesar das dúvidas pessoais existentes a respeito.

conhecido. Dessa maneira, passa-se a considerar o ciclo de vida do turismo a partir de seus fluxos e suas conseqüências, especialmente qualitativas, ainda, a existência de um novo mercado turístico, caracterizado pela vulnerabilidade de preferências diante da acentuada segmentação, pela integração de mercados regionais, pela função das novas tecnologias, pela gestão empresarial com tendências sociais, pela invasão da vida social das pessoas, e principalmente, de acordo com Molina, “novas expectativas por parte das comunidades locais para receber diretamente os benefícios do turismo, tendo em conta que o modelo turístico industrial não gerou as vantagens que inicialmente prometera em termos de desenvolvimento social nas comunidades nas quais teve lugar” (2003, p.32).

O devir do pós-turismo estaria ainda ligado à interface de forças geradoras que funcionariam como chaves de acesso a novas realidades, estas caracterizadas pelo deslocamento desnecessário do local de residência, anunciando talvez práticas de endoturismo, a inexistência de contato com indivíduos das comunidades locais, o contato com cenários naturais readaptados face às novas tecnologias, os deslocamentos de mão-de-obra, a não determinação das viagens por recursos naturais, nem culturais, o fomento a cenários virtuais, a valorização das habilidades por manifestações de um não mercado.

Sobretudo, no balizar destas reflexões dois apontamentos se desprendem a favor de nossas reflexões para esta pesquisa: a formação das redes e a promoção do auto-desenvolvimento. Na contramão de nosso entendimento, Molina (2003, p.27) destaca que “as redes (...) se relacionam com a capacidade de processar e distribuir informação, mas não são a base do conhecimento. Os instrumentos desse conhecimento são as novas técnicas e modelos para saber mais acerca do mercado e de seus agentes”. Já o desenvolvimento deve compreender

o aumento da participação dos grupos humanos e da sociedade local. Sob esse esquema de relações repousa o conceito de práxis de aprendizagem, elemento-chave para potencializar a competitividade e para mudar a estrutura e a organização de um sistema. Em educação, o papel das instituições governamentais deve equivaler ao de “zona próxima de desenvolvimento”, ou seja, a comunidade e o setor empresarial requerem um empurrão por parte do governo para iniciar o seu trabalho. À força desse empurrão se alia a da própria comunidade e a do empresariado local: é um auto-empurrão. Molina (2003, p.99)

Diante dessa complexidade, um apontamento comum aos discursos se evidencia: torna-se desafio superar o modelo de desenvolvimento vigente, assentado nas crises sociais decorrentes da má distribuição de renda e educação, no vazio em que são elaboradas e conduzidas as políticas públicas, nos privilégios e, no caso do turismo, na falta de diligência das construções intelectuais para com o total, especialmente para com as humanidades. Em suas reflexões, Almeida (2003, p.07) entende que o novo contexto “aponta para a multiplicidade de questões que o debate contemporâneo a respeito do turismo suscita, bem como para a diversidade possível de abordagens distintas que o tema apresenta”. Segundo Almeida (2003, p.07) não é por acaso que se fala em Paradigmas do Turismo.

Se por um viés os paradigmas significam exemplos que servem como modelos para compreender como a prática turística vem se espalhando, por outro, os paradigmas são instituídos e, portanto, passíveis de serem superados a depender de nossa concepção de turismo. Cabe ressaltar que objetos turísticos somente têm algum valor com tal para as pessoas não habituadas a vê-los, senti-los. A sensibilidade ao que o objeto representa advém do contato com o diferente, da não-cotidianidade.

Assim posto, não hesitaria, pretensiosamente, em dizer que o objeto do turismo, neste trabalho, é o Norte de Minas em toda a sua complexidade e especificidade que lhe conferem caráter único no mundo, valores complementares que o universalizam em sua totalidade, potenciais passíveis de serem turistificados ou não e, dinâmicas próprias que o denunciam segundo Costa (2005, p.43)

em situação de fronteira estruturante e estruturada a partir de alguns aspectos cruciais que propiciam a sua construção nesta perspectiva. (...) a abertura para o além ou para o outro, organizando as relações sociais e a incorporação do estrangeiro, considerando um chegante, na rede de relações sociais de cada localidade e da região como um todo. A articulação da ação do nativo e do chegante produz e produzirá transformações e mudanças na vida social que, no futuro, propiciará à região sua entrada em sua idade de ouro. (...) evidenciar a sociedade e a cultura regional com um locus de encontro de culturas, de gentes, de coisas, como um espaço de trânsito, fazendo o sujeito norte-mineiro um ser híbrido, por situar-se em um terceiro espaço, em um entre-lugar distanciado das margens que se tocam (...) fazem da sociedade norte-mineira um sociedade em fronteira.

Por fim, apontamos que o turismo vem ganhando impulsos consideráveis na região norte-mineira, contudo a autenticidade do turismo regional, desencadeada a partir de intenções específicas, deve estar constantemente associada ao desenvolvimento dos municípios, das localidades e comunidades sertanejas norte-mineiras (geraizeiras, veredeiras, caatingueiras, vazanteiras, quilombolas, ribeirinhas, indígenas etc.) especialmente, considerando o direito de escolha das mesmas em querer ou não participar do turismo em seu cotidiano, em suas lógicas. Para Luz e Dayrell, “o resgate e revalorização do patrimônio cultural sertanejo está diretamente ligado à busca de soluções sociais e ambientais para a sobrevivência do cerrado e de suas populações mais pobres, é o resgate de sua dignidade, de seu modo de vida e da sua cultura”. (1999, p.10)

À luz da realidade que se apresenta, o turismo desponta como um dos setores da economia que mais impactos negativos tem gerado em termos sociais, culturais e ambientais. A medida que avançamos nossas reflexões, temos buscado identificar formas alternativas que viabilizem a efetiva contribuição dos resultados econômicos do setor turístico para a superação dos problemas sociais norte-mineiros. O Turismo do século XXI é outro, os segmentos se ampliaram, as maquinarias do conforto são diversas, o turista é diferente, complexo como o próprio turismo.

CAPÍTULO SEGUNDO

PLANEJAMENTO TURÍSTICO:

OS SISTEMAS, AS REDES E A GESTÃO SOCIAL DO TURISMO

“O todo sem a parte não é todo, a parte sem o todo não é parte, mas se a parte o faz todo, sendo parte, não se diga que é parte, sendo todo”.

Gregório de Matos

2.1. Planejamento Turístico e Sistemas: nota introdutória para o planejamento em redes

O planejamento e a gestão dos territórios, nos últimos anos, especialmente após as condições impostas pelos processos de globalização assentados na lógica hegemônica do capital, se apresentaram muito ligados às questões do Estado em que a atuação do poder público tem sido decisiva na gestão do fenômeno turismo. No setor privado, seus avanços têm motivado o próprio Estado a reconfigurar suas ações e seus apêndices, para estabelecer parcerias entre os setores já que os interesses de ambos têm convergido no turismo em vários aspectos.

O turismo muitas vezes mal compreendido tal como os impactos que exerce e, apresentando difícil definição, dadas às características especiais de serviços e estrutura, é, conseqüentemente, cercado por problemas de análise, monitoramento, coordenação e elaboração de políticas. Além disso, até recentemente a pesquisa de turismo e, notadamente, a análise das políticas públicas³² e planejamento turístico não eram consideradas prioritárias, uma vez que o setor e os governos em todos os níveis têm-se

³² Dias (2003b, p.121) define política pública, como o conjunto de ações executadas pelo Estado, enquanto sujeito, dirigidas a atender às necessidades de toda a sociedade. Embora a política possa ser exercida pelo conjunto da sociedade, não sendo uma ação exclusiva do Estado, a política pública é um conjunto de ações exclusivas do Estado. São linhas de ação que buscam satisfazer ao interesse público e têm que estar direcionadas ao bem comum.

mostrado mais preocupados com a divulgação e os retornos de curto prazo do que com investimento estratégico e a sustentabilidade.

No caso do Brasil esse quadro tem mudado bastante, principalmente a partir da criação do Ministério do Turismo em 2003, e o desenvolvimento de ações de caráter descentralizador do Plano Nacional de Turismo - PNT, promovidas pelo governo federal. Nesse contexto, a contribuição dada pelas pesquisas científicas e pelo trabalho acadêmico têm sido de fundamental importância para a construção desses processos.

Todo e qualquer tipo de planejamento constitui um instrumento de poder significativo, principalmente em um mundo globalizado, pois ao permitir a decisão por uma alternativa entre diversos cenários futuros apresentados, pode-se escolher aquele que mais condiz com a realidade em questão. Não diferente da maior parte dos países do mundo, o caso brasileiro, inserido no desenvolvimento dos meios de transportes e o acesso à informação, aderiu rapidamente à era do turismo de massa, deslocando milhões de pessoas anualmente.

São cada vez mais evidentes e numerosas as propostas de planejamento e gestão do turismo que, em casos ainda esporádicos, têm conseguido, a partir de avanços tecnológicos, estratégicos e conceituais, superar modelos tradicionais. Pearce (2003, p. 26) aponta, por exemplo, que “a interação espacial surgida com o movimento turístico da origem para o destino não tem sido examinada de maneira explícita pela maior parte da literatura. A maioria dos estudos geográficos e não geográficos têm-se preocupado com uma única parte do sistema – em geral o destino (...)”.

Já na afirmação de Matos (2005, p.194), destacamos que o planejamento e as ações governamentais voltadas para o desenvolvimento econômico, “ao se concentrarem nas relações dinâmicas entre pólos e hinterlândias, ou capital e interior, esbarram em dificuldades em termos de medidas revitalizadoras sustentáveis, aplicáveis, por exemplo, às economias regionais não centrais e/ou áreas rurais estagnadas ou semi-estagnadas que vêm perdendo população há décadas”. No entanto, são quase sempre superficiais, não dando conta do caráter sistêmico do fenômeno e da complexidade que envolve suas redes.

O “planejamento formal do turismo” por parte do Estado é recente, iniciando, iniciando-se em fins da década de 1940, com a elaboração do Primeiro Plano Quinquenal do Equipamento Turístico francês, para o período de 1948 a 1952. Não foi mera casualidade, pois na França iniciou-se o planejamento central aplicável a países com economias de mercado. Portanto, ainda que não fosse um plano integral, constituiu, de fato, o princípio do planejamento formal do Turismo por parte do Estado. Beni (2001, p.110)

Depreende-se de Dias que a Espanha também se destacou pelo pioneirismo em apresentar o planejamento em nível nacional em 1952 que, um ano após a criação do Ministério de Informação e Turismo, realizou as primeiras experiências nesse sentido e elaborou o Anteprojeto do Plano Nacional de Turismo. Não obstante as manifestações iniciais sobre o planejamento por parte do Estado foi somente na década de 1960 que a atividade começou a generalizar-se, no momento em que a maioria dos países europeus, com vocação e interesse turístico elaboraram seus primeiros planos nacionais de desenvolvimento do Turismo, e começaram a formular os primeiros planos em nível regional. Motivados pelo avanço e consolidação do turismo, países da Europa, Oriente Médio e Norte da África, em meados da década de 1960 e princípio de 1970, devido ao grande número de planos de desenvolvimento regional, estabeleceram um marco de referência do processo de planejamento formal do Turismo por parte do Estado em nível Nacional.

No continente Americano, o planejamento turístico em nível nacional se inicia no México, em 1961, quando o poder executivo encarregou o Departamento de Turismo de elaborar o plano nacional, promulgado somente em 1968. Nesse mesmo ano, a Argentina inicia os preparativos para a elaboração do seu plano, com a celebração de convênio entre a Secretaria de Difusão e Turismo, a ONU e o Centro de Investigação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Os trabalhos foram concluídos no mesmo ano, com a publicação do Primeiro Documento de Trabalho pra a Planificação Turística da Argentina, que serviu de base para elaborar, em coordenação com os governos das províncias, o plano de desenvolvimento turístico.

É preciso mencionar que a orientação do processo de planejamento obedeceu, em sua curta história, a exigências distintas, conforme o tempo e/ou país. Assim, já respondeu a necessidades de ordem física para fins de orientação do espaço turístico e a prioridades de caráter econômico, na expectativa de obter os benefícios que nesse campo o Turismo proporciona. O primeiro período do planejamento turístico atravessou uma etapa especulativa, antes de alcançar sua concepção atual. O setor, quando expressado e representado em sua complexa totalidade, demanda um tipo de planejamento a que se

agrega a palavra “*integrado*”, indicando com isso que todos os seus componentes devem estar devidamente sincronizados e seqüencialmente ajustados, a fim de atingir as metas e diretrizes da área de atuação de cada um, ao mesmo tempo, para que o sistema global possa ser implementado e imediatamente oferecer oportunidade de pronto acompanhamento, avaliação e revisão.

Atualmente, a quase totalidade dos estudos sobre o turismo o aponta como poderoso instrumento de desenvolvimento, na maioria das vezes, embutido à idéia de sustentabilidade, principalmente quando anuncia sua relação com o meio ambiente. Contudo os debates sobre o desenvolvimento do turismo sustentável e sua manifestação, enquanto fenômeno sociocultural geografizado estão sujeitos a duas vertentes aparentemente opostas: o processo econômico desenvolvimentista em que estão inseridos e o caráter impactante que lhes são inerentes. Para Costa “há aí, a possibilidade de se pensar o desenvolvimento, como sendo diferenciado para as múltiplas formas de produção de uma dada sociedade submetidas ao modo de produção hegemônico”. (2000, p.04)

No relatório intitulado “Política de Turismo e Turismo Internacional dos Países Membros da OCDE”, de 1987, cada um dos países manifestou considerações sobre as políticas que estava adotando. Dos objetivos estratégicos mais citados destacaram-se a estimulação ao crescimento econômico nacional, maximização dos ingressos em divisas estrangeiras e criação de empregos, denunciando a lógica pró-capital muito impregnada no trato das políticas de turismo. Atualmente, os debates e documentos que conduzem as políticas para o turismo já começam a compreender a necessidade de novos caminhos para o fenômeno, especialmente no âmbito social.

Considerando a ampliação dos espaços da globalização e a condição irreversível do processo, apontamos que as dinâmicas desses espaços têm acelerado o ritmo de transformação dos lugares³³ ampliando as conseqüências oriundas de seus desdobramentos, especialmente nas áreas onde a inexistência de planejamentos turísticos têm-se mostrado evidente. Ao discutir a sociedade em rede, Castells (1996) apud Matos (2005, p.19) sublinha a supremacia do espaço de fluxos sobre o espaço dos

³³ De acordo com Carlos (1996, p.29) apud Almeida (2003, p.13) “lugar é produto das relações humanas entre homem e natureza, tecido por relações sociais que se realizam no plano do vivido, o que garante a construção de uma rede de significados e sentidos(...)”. Almeida (op.cit) completa, a “complexidade da produção do lugar nos faz pensar que ela também evidencia-se na sua materialização”.

lugares, mas não deixa de observar que a maioria das pessoas vive em lugares que, possuem identidades e formações sócio-históricas específicas.

Muitos países em desenvolvimento têm experimentado graves tensões sociais devido aos contrastes entre os estilos de vida de visitantes estrangeiros (turistas) e populações locais. Nesse contexto, o governo Japonês, reconhecendo que o turismo internacional no passado pouco contribuiu com a economia nacional, definiu em suas políticas e ações estratégicas mais recentes que o setor deve contribuir para a promoção da amizade internacional, desenvolver a economia nacional, e elevar o padrão de vida do povo japonês. Nos países europeus, apesar da recente onda de xenofobia, governos têm trabalhado para a manutenção da paz mundial por meio do turismo, considerando que o fenômeno constitui um importante aliado na união das nações.

As novas territorialidades e a inegável reorganização produtiva que vem sendo promovida pelo turismo, novas formas de povoamento, manifestações culturais e contra-culturais, processos de urbanização, circulação promovida de bens, serviços, mercadorias, informações e principalmente pessoas, dimensionando novos fluxos, criam uma nova rede caracterizada pelo meio técnico-científico-informacional³⁴, pela superposição de divisões territoriais do trabalho, novos ordenamentos³⁵ território-ambientais e estreitamento das distâncias culturais, em sua vastidão de compreensões, entraves e perspectivas.

O turismo, ao contrário do que se imagina, não é fruto desenvolvido da internacionalização da economia. Ele foi o fator preponderante também da globalização. Então na verdade eles se complementam (...), o processo de globalização teve no turismo um eixo muito importante. O turismo foi responsável como vetor destacado do processo de globalização da economia. Então é por isso que hoje ele se evidencia como uma das primeiras atividades econômicas do mundo, ao lado aí da indústria automobilística, petróleo, armamento, informática etc. Beni (2005, p.862)

Não há como negar que o turismo se estrutura a partir de processos que repercutem de maneira substancial no desenvolvimento físico-territorial e urbano dos lugares, de suas

³⁴ Segundo Santos (2002, p.239), “o meio técnico-científico-informacional é a cara geográfica da globalização”.

³⁵ “O ordenamento territorial do espaço em que se desenvolvem as atividades turísticas é um dos problemas cuja solução foi timidamente encarada na América Latina. Há alguns empreendimentos adequadamente planejados, que não deixam de ser exceções à regra, já que ninguém costuma considerar as conseqüências que aquelas construções – relacionadas não às linhas gerais de um projeto, mas à iniciativas isoladas - irão trazer ao conjunto”. Boullón (2002, p.07)

micro-redes. A construção sociocultural do espaço turístico e do mercado turístico face à contemporaneidade levanta a necessidade de entendimento da problemática do consumo de espaços no capitalismo atual. Não ocuparia o turismo um lugar simbólico sob a lógica do capital?

Os novos espaços turísticos que surgem como produtos têm fomentado o crescimento e a competição do mercado. Nesse contexto, ambientes com vocação turística têm buscado formatar seus produtos turísticos atribuindo maior valor às suas especificidades, otimizando suas cadeias produtivas, segmentando o mercado e principalmente turistificando os lugares. Ao refletir, Castells (1999, p.22) argumenta que “o próprio capitalismo passa por um processo de profunda reestruturação caracterizado por (...) um contexto de progressiva diferenciação dos cenários geográficos e culturais para a acumulação e a gestão de capital”. Nessa ótica, Beni (2001b, p.108) aponta que,

a integração da economia mundial, via globalização não têm contribuído para a redução das desigualdades principalmente inter-regionais, na medida que regiões com maior articulação em seus processos produtivos desenvolvem maior competitividade nos mercados, excluindo porções locais dos territórios. Dessa maneira, arranjos regionais podem concorrer entre si, mas também absorver arranjos locais tendo em vista o fortalecimento dos arranjos regionais a partir de pólos regionais.

É a partir dessa reflexão que passamos a buscar um melhor entendimento de como essa lógica de reestruturação do capital dialoga com propostas, que derivam da intenção de se planejar o fenômeno turismo a fim de promover o fortalecimento de redes regionais de turismo - arranjos regionais – (como no caso do circuito turístico, ou mesmo da união entre eles) e municípios - pólos regionais – e, nesse contexto, analisar de que maneira essa lógica se aproxima do Norte de Minas.

A partir daí, compreender como as redes e micro-redes de turismo podem promover a atividade turística e, ao mesmo tempo, o desenvolvimento, especialmente o desenvolvimento social - balizador de nossas reflexões - na região norte-mineira a partir de uma lógica diferenciada do modelo hegemônico. A idéia defendida aqui é de que o conceito de redes deve ser considerado em razão da centralidade de inter-relacionamentos percebidos nos sistemas turísticos, o que significa que as definições dos problemas oriundos do turismo tornam-se vitais ao processo de planejamento, assim

como o verdadeiro formato de suas soluções. A análise dialética entre o conceito de planejamento voltado para sistemas e a importância da argumentação e da persuasão em uma abordagem artesanal ao planejamento turístico em redes devem ser discutidas.

O contexto é positivo também para refletirmos sobre que razões estariam determinando o interesse de um grande número de municípios do Norte de Minas, como noutras porções do país e do mundo, em incorporar o turismo em suas dinâmicas. Luchiari (2000, p.108)³⁶ *apud* Ouriques (2005, p.85) aponta que “as cidades turísticas representam uma nova e extraordinária forma de urbanização porque são organizadas não para a produção, como foram as cidades industriais, mas para o consumo de bens, serviços e paisagens, inserindo-as no contexto da expansão capitalista”.

Diante dessa afirmação, questionamo-nos se, o município de Montes Claros, pólo regional, estaria cedendo às pressões e pactuando com o processo de fortalecimento do turismo, enquanto “agente colonizador e de reforço da dependência” da expansão capitalista no Norte de Minas ou estaria assumindo sua condição de pólo regional e articulando o planejamento do turismo no território norte-mineiro a partir do fortalecimento das micro-redes de turismo que, historicamente, foram construídas sob laços de reciprocidade e solidariedade.

Território pode ser definido como um conjunto formado por uma sociedade e o espaço que ela organiza. A noção de território engloba, pois, a noção de espaço, mas não se confunde com ela. Considera-se, aqui, o território como um conjunto dinâmico, delimitado por uma fronteira, na qual se combinam e relacionam os elementos físicos e humanos [...]. A diferenciação territorial é o resultado de um processo que conduz os atores sociais a organizarem, administrarem e apropriarem-se do espaço [...] A noção de território manifesta, explicitamente, a existência de uma organização social, política e econômica que organiza e ordena o espaço. Cunha (1998) *apud* Furió Blasco (1994) *apud* Silva (2006, p.08)

Em conseqüência do dinamismo intrínseco ao fenômeno turismo e ao intenso processo de urbanização que carrega em suas dinâmicas, novos arranjos sócio-cultural-espaciais passam a se evidenciar, e na mesma direção, arranjos econômicos tradicionais e novas economias passam a se expressar no espaço, onde formas herdadas do passado passam a se contrastar com funções do presente ao mesmo tempo em que anunciam perspectivas

³⁶ LUCHIARI, Maria T. *Urbanização Turística: um novo nexos entre lugar e o mundo*. In: SERRANO, C.; BRUNHS, H.; LUCHIARI, M. T. (Orgs.). *Olhares contemporâneos sobre o turismo*. Campinas: Papyrus, 2000. 81-104.

futuras. O paradigma de formação sócio-cultural-espacial que surge com o turismo tem apontado para ocorrência de múltiplos aspectos determinantes das novas realidades geradas pelo fenômeno, e que vem expressando no espaço formas distintas de uso e ocupação do território. A problemática do uso indiscriminado do território pelo turismo tem suscitado importantes reflexões. Em uma delas Moraes (2004, p.279), afirma que:

a mercantilização da paisagem, a transformação de visuais naturais, bem como da história e de culturas locais em mercadoria de consumo, tornou-se uma prática corriqueira em todo o mundo e as alterações nas relações sociais e culturais trazidas por essa mercantilização são demais evidentes. Esse “novo” aspecto do capitalismo toca especialmente na relação homem-natureza e na produção/alteração de espaços/territórios com metas de reproduzir o capital. (...). Contudo, a problemática gerada a partir de um “uso destrutivo do território” pela atividade turística, diferencia-se da espoliação causada pela industrialização no mundo. Enquanto esta última “transforma” espaços em “espaços de produção”, a primeira alicerça sua geração de capital na “produção de espaços diferenciados”.

Manifesta-se recente o entendimento do turismo como parte fundamental do atual processo de desenvolvimento, sendo crescente a sua assimilação enquanto elemento significativo da qualidade de vida do ser humano, ferramenta de preservação e gestão ambiental, fator essencial de aproximação entre os povos, instrumento de superação de conflitos étnicos e, condicionador de melhorias sociais a partir de suas dinâmicas, superando seu *status* apenas de atividade econômica.

No entanto, o turismo conforme foi mencionado, apresenta seu processo evolutivo construído sob permanentes contradições e, dessa maneira, acaba também por gerar significativos problemas, em sua grande maioria proporcionais ou maiores à complexidade que lhe é inerente, e que precisam ser contornados concomitantes aos benefícios que passam a ser percebidos.

Desse modo, fica cada vez mais evidente a necessidade de efetuar o planejamento adequado dos espaços que, apropriados pelo e para o turismo, possam ser relevantes para as dinâmicas locais e ao mesmo tempo criem possibilidades de melhorias e interfaces entre aspectos socioculturais, econômicos, políticos e ecológicos por meio de redes sustentáveis e solidárias. Evitar, minimizar ou sanar esses problemas anuncia a importância e necessidade do planejamento estratégico para o desenvolvimento do turismo e, ao mesmo tempo, ganha força a proposição de comunidades receptoras,

turistas, órgãos gestores, trade turístico e representações do terceiro setor participarem desse processo.

O planejamento do desenvolvimento durante muito tempo foi elevado à condição de panacéia para resolver os problemas da sociedade. O modelo foi levado a seu extremo nas sociedades socialistas, que buscavam a implantação de uma sociedade comunista em que haveria distribuição socialmente justa da riqueza, “de cada um, segundo sua capacidade, a cada um, segundo sua necessidade”, como afirmou Marx no “Manifesto Comunista”. A utopia ruiu simbolicamente no final do ano de 1989, com a queda do muro de Berlim. O processo ocorrido com as sociedades socialistas ilustra uma visão pretensamente científica do planejamento, pois pressupõe a existência de um grupo de pessoas que detém o conhecimento necessário para produzir um plano perfeito que se, seguido à risca, alcançará determinado resultado. Essa é a ilusão do planejamento. Dias (2003, p.36)

Nesse sentido, o planejamento se apresenta como uma condição necessária, mas não suficiente para nortear a atividade turística. É fundamental a compreensão da sua totalidade, de suas dimensões e, considerando que a realidade se encontra em permanentes transformações, os produtos do planejamento devem ser constantemente revistos e assim o desenvolvimento pretendido a partir dele se dê, contemplando todos os níveis. Beni (1999, p.58) afirma que o planejamento é o raciocínio sobre os fundamentos definidos do Turismo, ainda, aponta que esse conceito contém três pontos essenciais e distintos: estabelecimento de objetivos; definição de cursos de ação e determinação da realimentação, já que a atividade apresenta enorme interdependência e interação de seus componentes.

Á proporção que a ação do planejamento demanda um agente que planeja, podemos afirmar que os termos planejamento e política, na medida em que se referem à maneira de agir, estão intimamente ligados. Considerando que os impactos negativos oriundos do turismo remetem à necessidade do planejamento e, que, embora apresentem semelhanças com a indústria de transformação, exigem monitoramento permanente, dadas suas particularidades. Contudo, cabe ressaltar que não defendemos o planejamento como ferramenta cuja função se volte a remediar situações de desarranjos e sim de aprimorar a evolução dos processos de desenvolvimento. No contexto, desacreditando outras possibilidades Dias (2003, p.35) afirma que “há um único agente que, ainda, é capaz de tomar a direção de um processo de planejamento que é o Estado”.

Compreendemos que o planejamento turístico em todos os níveis de governo teve ultimamente que adaptar seus programas a fim de incluir preocupações até então

desconsideradas, como a degradação do patrimônio cultural, a vulnerabilidade das populações consideradas tradicionais, os impactos socioambientais, dentre outros. E considerando a mudança do contexto em que ocorrem os atuais governos, o governo brasileiro principalmente, evidenciam exigências de menor participação do Estado, em especial por parte de alguns interesses empresariais que afirmam que a autorregulamentação é economicamente mais eficiente e, da sociedade civil que reconhece, cada vez mais, os seus direitos e deveres enquanto cidadãos. Nesse caso, entendemos que o significado do planejamento atualmente deva estar muito mais ligado aos processos de empoderamento social, autonomia e autogestão do que a simples transferência representativa ligada a intervenção do Estado como gestor do planejamento.

Hoje, reconhecendo sua ineficiência diante de determinados problemas da sociedade, e se vendo forçado a adaptar-se a esses novos programas de planejamento, o Estado tem buscado a descentralização do planejamento e acompanhamento dos programas que dele derivam, nesse caso passa a ter no controle do turismo uma de suas principais atribuições e, “para ele dirige sua atenção setorial, traduzida na política traçada para atender aos requisitos de seu crescimento, através de planejamento particularizado que se acaba mesclando, pelas próprias características, no processo global de planejamento nacional. Sua ação é exercida, em primeiro lugar, pela política e, numa etapa seguinte, seqüencial e concomitantemente, pelos programas constantes do planejamento”. Beni (2001, p.109). É nesse contexto que se evidencia o esgotamento do planejamento centralizado como instrumento de condução política, não só em função dos problemas intrínsecos à estrutura estatal, mas principalmente por este não conseguir planejar a sociedade em virtude da nova complexidade social que se estabelece.

Na medida que o entendimento e assimilação do fenômeno turismo têm atingido maturidade suficientemente capaz de lhe conferir caráter de alta complexidade, especialmente a partir das redes que estabelece e da dinâmica sistêmica própria de seus processos, os estudos sobre seus desdobramentos têm configurado novos modelos referenciais capazes de ampliarem suas análises, instrumentalizarem seus processos e componentes. Nesse contexto, passam a ganhar atenção modelos estruturais de natureza

sistêmica para a análise do turismo, com destaque para o modelo do Sistema³⁷ Turismo – Sistur, proposto por Mario Beni em *Análise Estrutural do Turismo*, em que a partir da apropriação da Teoria Geral dos Sistemas, constrói um modelo referencial para aplicação em pesquisas de turismo, a fim de conhecer a estrutura do turismo, atividade esta que, segundo ele, “compreende diversos e complexos conjuntos de causas e efeitos”. De acordo com Capra (2002, p.87) “a compreensão sistêmica da vida pode ser aplicada ao domínio social se acrescentarmos o ponto de vista do significado”. Segundo Beni (1999, p.51) o Sistur,

situa o Turismo em toda sua abrangência, complexidade e pluricausalidade, em esquema sintetizador dinâmico que demonstra as combinações multifacetadas de forças e energias, com capacidade de retratar, até seus limites máximos, a configuração que tenta assumir um fenômeno como o do Turismo, tão sujeito a variáveis internas e externas que escapam, no momento da análise científica, a praticamente quase todo esforço de cristalização para se poder estudá-las, determiná-las, avaliá-las.

Ao postular a construção do Sistema Turismo, Beni (2001, p.18) afirma que ela é feita, “identificando componentes desse sistema, suas relações de causa e efeito e o surgimento de subsistemas controladores e dependentes”, identificando e analisando outros sistemas antecedentes, interferentes e condicionantes do Sistur. Depreendemos de Boullón (2002, p.37), que o turismo é consequência de um fenômeno social cuja origem é a existência do tempo livre e o desenvolvimento dos sistemas de transporte. Daí em diante, consolidou-se acerca da atividade uma gama de relações que caracterizam seu funcionamento. Essas relações, por sua vez, formaram um sistema que, a nosso ver, evidencia a rede de turismo. Contudo, afirma que

não existe um única versão explicativa do sistema turístico, o que não significa que haja muitos sistemas; há apenas um, com várias facetas. O estudo de cada uma das facetas deu origem a diferentes modelos, um dos quais é denominado *oferta-demanda*. Outros modelos são o *antropológico social* e o que é conhecido com *turismo industrial*. O modelo *oferta-demanda* centra seu interesse no funcionamento do chamado turismo comercial. O *antropológico social* ocupa-se das manifestações do ócio e do tempo livre nas diferentes sociedades e analisa suas repercussões nas condutas individuais e coletivas, e ao modelo *turismo industrial* interessa a produção em massa, a comercialização e o lucro. Boullón (2002, p.38) (grifos meus)

³⁷ Pode-se definir Sistema como um conjunto de partes que interagem de modo a atingir um determinado fim, de acordo com um plano ou princípio; ou conjunto de procedimentos, doutrinas, idéias ou princípios, logicamente ordenados e coesos com intenção de descrever, explicar ou dirigir o funcionamento de um todo. Beni (2001, p.23)

A Teoria Geral dos Sistemas³⁸, que segundo Beni (2001, p.44) “afirma que cada variável, em um sistema específico, interage com todas as outras variáveis desse sistema e com as de outros sistemas que com ele realizam operações de troca e de interação, explicando e desenhando as configurações aproximadas da dinâmica da vida real”, passou a ocupar permanentes espaços de estudos sobre o turismo. Vários têm sido os modelos sistêmicos propostos para a compreensão do turismo, de qualquer maneira o modelo do Sistur, pode ser considerado o que mais se aproximou da complexidade do turismo e, assim sendo, desponta como um modelo suficiente para atender a nossa reflexão. Em suas análises, Endres (2003, p.218) pontua que, visto sob a ótica da Teoria dos Sistemas,

O Estado – que é o meio pelo qual o sistema político-administrativo se expressa – não tem mais como planejar a sociedade e os sistemas que dela fazem parte. Isso se reflete na ausência do Estado em dar respostas às demandas sociais e aos problemas de governabilidade que este enfrenta. Para tentar resolver os problemas de governabilidade, surgem as propostas de modernização e reforma do Estado, como medidas que possam renovar e adaptar sua estrutura às exigências da sociedade. Essa perspectiva abre a possibilidade para a utilização de novos instrumentos de condução, como, por exemplo, as *redes* políticas, buscando atender à *nova complexidade social* que o planejamento, realizado pelo Estado, não alcança. (grifos meus)

Ao considerar as redes como um novo instrumento de implementação de políticas na condução da “nova complexidade social”, Endres nos evidencia que o enfoque das redes, quando remete à análise da política, também acaba por percorrer os ditames do turismo. Sobretudo, no caso do Turismo, na “linguagem da Teoria Geral dos Sistemas, deve ser considerado um sistema aberto que, conforme definido na estrutura dos sistemas, permite a identificação de suas características básicas, que se tornam os elementos do sistema”. Beni (2001, p.44). No contexto, Capra (2002, p.27) afirma que “uma das principais intuições da teoria dos sistemas foi a percepção de que o padrão em rede é comum a todas as formas de vida. Onde quer que haja vida, há redes”.

³⁸ Ludwig von Bertalanffy observou que a Teoria Geral dos Sistemas visa compreender os princípios da integralidade e da auto-organização em todos os níveis. Ela é sintomática de uma mudança em nossa visão geral. Suas aplicações variam da biofísica dos processos celulares à dinâmica das populações, dos problemas da física aos da psiquiatria, da política, das unidades culturais, do fenômeno do Turismo e outros. Beni (2001, p.17)

A rede tem sido um instigante objeto de estudo de várias áreas do conhecimento humano, da biologia, passando pela matemática, às ciências sociais. As abordagens – e efetivamente o conceito de rede empregado – variam conforme o instrumental analítico e as bases teóricas de cada área. Apesar disso, os estudos sobre redes ganharam um caráter fortemente interdisciplinar, ancorados em perspectivas filiadas às várias correntes do chamado pensamento sistêmico e às teorias da complexidade. Martinho (2003, p.09)

Depreende-se do Sistor que, seus componentes, ou seja, os subsistemas ecológico, econômico, social e cultural foram agrupados, pois, enquanto sistemas isolados na sua concepção maior estão fora do sistema, ao mesmo tempo que, como antecedentes e controladores, com ações específicas que influenciam decisivamente a atividade de turismo, acham-se dentro do sistema. O mesmo se verifica em todos os demais conjuntos de subsistemas. “Na realidade, um sistema não precisaria ser dividido em componentes (...). No caso específico do Sistor, a necessidade de dividi-lo em componentes é premente em virtude das inúmeras inter-relações verificadas em cada um dos conjuntos de subsistemas, que também interagem entre si no sistema total”.

O Sistor não se caracteriza por estruturas e funções estáticas. Justamente por ser aberto, mantém um processo contínuo de relações dialéticas de conflito e colaboração com o meio circundante. No conjunto da organização estrutural, encontramos um subsistema referente à complexa organização tanto pública quanto privada que permite harmonizar a produção e a venda de diferentes serviços do Sistor. Compreende a política oficial de Turismo e sua ordenação jurídico-administrativa que se manifestam no conjunto de medidas de organização e de promoção dos órgãos e instituições oficiais, e estratégias governamentais que interferem no setor.

No conjunto das ações operacionais, percebem-se as relações entre oferta e demanda de bens, serviços e capitais, evidenciando um contexto de mercados específicos que formam uma estrutura de trocas em nível nacional e internacional. Percorrem esse contexto três eixos centrais: o que produzir, como produzir e para quem produzir. Por fim, ganha destaque o conjunto das relações ambientais, que encontra na interface dos subsistemas ecológico, social, econômico e cultural, os principais estímulos para se atingir a sustentabilidade do sistema.

SISTEMA DE TURISMO (SISTUR) – MODELO REFERENCIAL

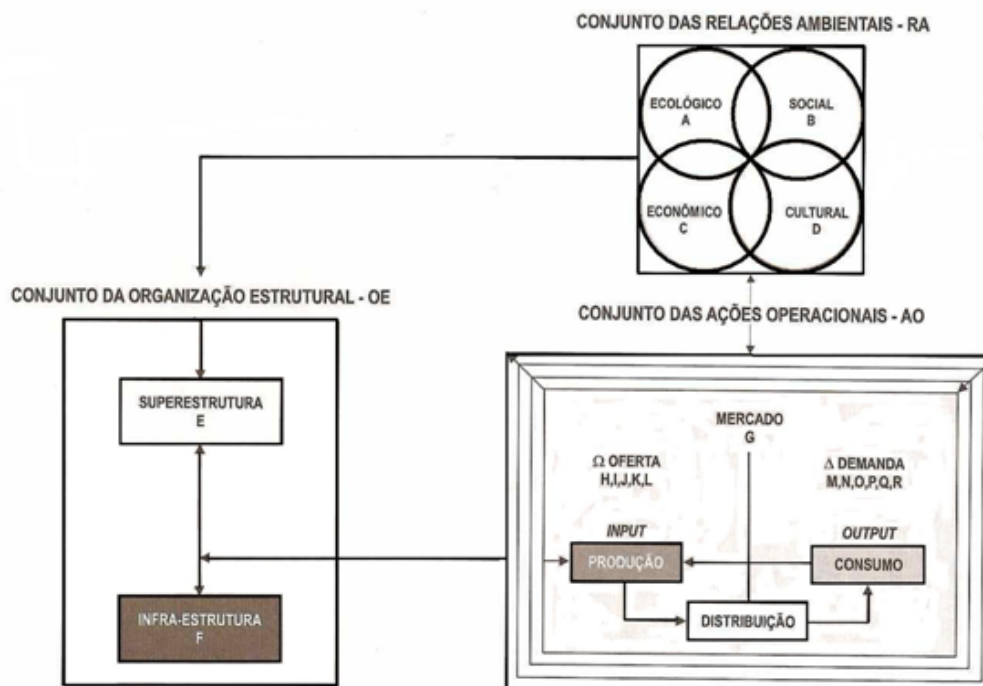


Figura 1

Sistema Turismo - SISTUR

Fonte: Beni (2001, p.48)

Podemos afirmar que, também não figura no sistema a existência de um ponto central, fonte geradora, propulsora, portanto o sistema não constitui uma categoria nuclear, considerando que seus elementos, subsistemas ou componentes, coexistem inter-relacionados e interdependentes, o que nos permite refletir sobre as interfaces do Sistur com redes de alta complexidade, de onde podemos auferir a existência de uma rede de sistemas turísticos, ou seja, de uma rede de turismo. Essa rede, claro, variando conforme a escala que se pretende analisar e multifacetada, conforme a lógica de imersão dos componentes partícipes.

Nesse caso, temos, por exemplo, uma dada região onde municípios apresentam sistemas turísticos estruturados e voltados para a reprodução do capital, formatando uma rede de turismo. Já aqueles municípios da região mencionada que não participassem dessa rede de turismo, não estariam impedidos de participar de outras redes de turismo que se integram às lógicas de solidariedade, por exemplo. Nesse contexto, um questionamento

nos surge. Poderia um sistema turístico (município), participar de duas lógicas dicotômicas ao mesmo tempo, dado o caráter contraditório do turismo?

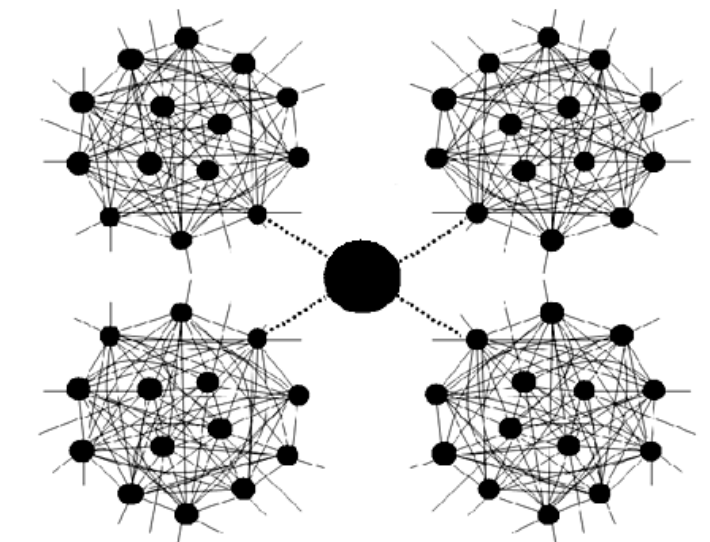


Figura 2

Representação do Sistema Turístico participando de várias redes

Fonte: Salgado (2006)

Encontramos no sistema turístico proposto por Mário Beni um modelo referencial de grande importância, por exemplo, para a organização da atividade de turismo na estrutura administrativa do setor público, conforme consta nos objetivos específicos em que se assenta. Beni (2001, p.47). Contudo, temos que considerar que a utilização de modelos de análise para uma dada realidade, nem sempre será adequada para outra que apresentar lógicas diferenciadas, principalmente quando se tratarem de lógicas simbólicas que permeiam as várias realidades. Portanto, fica evidente que outros sistemas turísticos possam existir, em vários níveis de complexidade. Mas seria a rede, um sistema turístico? Podemos considerar o Sistur uma rede?

Em suas afirmações, Beni (2001, p.47) considera que “as ações do Conjunto das Relações Ambientais do Sistema, que envolvem subsistemas distintos e autônomos à primeira vista, tais como o ecológico e o econômico, ao serem evocadas para justificar e determinar funções da atividade de turismo, convertem-se em ações específicas do sistema”. Porém, essa flexibilidade conveniente, não será suficiente para conectar, por

exemplo, lógicas de turismo solidário de uma dada comunidade no Norte de Minas com lógicas semelhantes de uma comunidade catalã, mesmo que se criem, a partir do Sistur, modelos formais e matemáticos das matrizes de relações das funções e operadores dos dois lugares. Sendo assim, entendemos que a compreensão global do turismo possa ser facilitada à medida que lance mãos da assimilação de seus componentes a partir das redes de turismo, que se evidenciam pelos sistemas turísticos, complexos ou não.

O Sistur não se exime da necessidade de monitoramento e avaliação, de administração. A criação de planos que apresentem objetivos globais, ambientes, recurso e componentes são de extrema importância para o seu controle e ajustes mediante um planejamento turístico. E considerando que as redes se inscrevem sob processos integrados de funcionalidade, organização e resultados, temos o planejamento turístico não se referindo

apenas especificamente à divulgação e ao desenvolvimento do setor, embora estes sejam aspectos importantes. O turismo deve ser integrado a processos de planejamento mais amplos a fim de promover determinadas metas de melhoria ou maximização econômica, social e ambiental que possam ser atingidas por meio do desenvolvimento turístico adequado. Conseqüentemente, o planejamento turístico deve ser como Getz (1987,3) ressaltou, “um processo, baseado em pesquisa e avaliação, que busca otimizar o potencial de contribuição do turismo ao bem-estar humano e à qualidade do meio ambiente”. Hall (2001, p.34)

Ao refletir sobre as redes, Santos (2002, p.82) afirma que “sua qualidade e quantidade distinguem as regiões e lugares, assegurando aos mais bem dotados uma posição relevante e deixando aos demais uma condição subordinada. São os nós dessas redes que presidem e vigiam as atividades mais características deste nosso mundo globalizado”. Entendemos que a aproximação entre a pesquisa sobre turismo e os estudos sobre as redes apresentados como “condição da globalização e a quintessência do meio técnico-científico informacional” pelo professor Milton Santos, são de substancial importância para reflexões mais profundas sobre o fenômeno turismo e, no plano pragmático, constituindo um avanço no processo de planejamento turístico dado seu entendimento mais holístico e menos tecnicista.

2.2. Redes: morfologia e conectividade no turismo contemporâneo.

O estudo sobre as redes, cada vez mais, tem atingido status febril de investigação diante de suas dinâmicas e possibilidades. Contudo, nas pesquisas realizadas até então, são praticamente inexistentes os apontamentos sobre a relação entre redes e sistemas turísticos. Mas, deixando de lado os riscos que estaríamos correndo nesse sentido, buscamos refletir sobre contornos mais precisos acerca do tema, ressaltando o caráter aberto e emancipatório que as redes podem compartilhar com o fenômeno turismo, especialmente na ótica do Sistor.

De qualquer modo, as reflexões evidenciadas nesse sentido partem, nesta pesquisa, do entendimento de que a materialização dos sistemas turísticos provoca reflexo direto nos elementos que participam das redes complexas, assim trabalhadas pela professora Simone Lessa em sua tese de Pós-Doutorado. Esses reflexos, por sua vez evidenciam novas estruturas, novas dinâmicas, novas territorialidades, novos sistemas, novas redes.

De acordo com Matos “as redes, de fato, expressam múltiplas dimensões socioespaciais, urbanas e não-urbanas e traduzem muito bem as materialidades acopladas aos espaços em movimento. Indicam, por exemplo, lugares articulados por fluxos multivariados, como os de pessoas, capitais, informações, idéias e até culturas”. (2005, p.40)

A importância da compreensão sobre as dinâmicas de relacionamento em rede, especialmente sua condição horizontal, aponta também para a necessidade de sua concepção formalista - “forma aparente” Martinho (2003, p.08) -, principalmente quando se discute sobre a cristalização dessas redes. No caso da rede de turismo, isso se torna um pouco mais complexo, dada a sua própria configuração numa ótica sistêmica. Quando discutimos sobre a idéia de redes, podemos visualizar um emaranhado de coisas que se interligam, “a ligação a distância é o fundamento de tal noção, primária, de rede”.

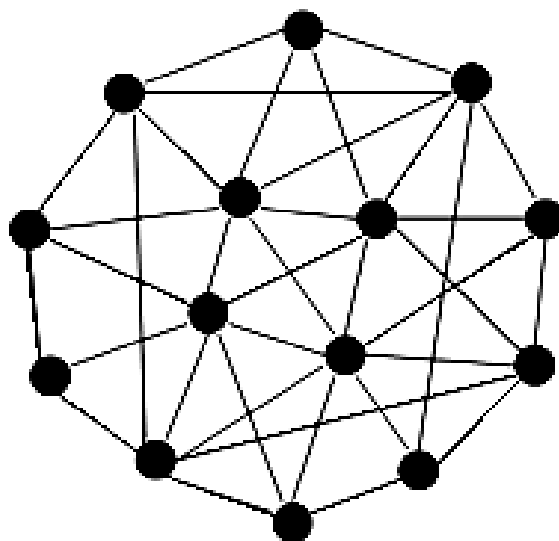


Figura 3

Representação primária de rede

Fonte: Marinho (2003, p.15) Adaptado por Salgado (2006)

Pensar na rede regional do turismo norte-mineiro nos faz imaginar, primeiramente, em uma rede geográfica que envolve, em seu desenho, estruturas naturais, um número de municípios e estradas interligando os pontos ou nós. De acordo com Corrêa (2001, p.107), podemos entender rede geográfica por “um conjunto de localizações geográficas interconectadas entre si por certo número de ligações”.

Sobretudo, Marinho reflete que nem tudo o que apresenta quantidade, dispersão geográfica e interligação constitui rede; afirma que, embora seja fator decisivo, o desenho da rede não é suficiente para explicá-la ou caracterizá-la como um sistema com propriedades e um modo de funcionamento específico. Cabe salientarmos que, na complexidade do turismo, várias lógicas se fundem, ao mesmo tempo em que se dispersam estruturas e fluxos, materialidades e, energia dão forma à rede do turismo.



Figura 4

Rede Rodoviária Norte de Minas

Fonte: Arquivo pessoal do autor

Essas estruturas constituem sistemas abertos, que se conservam distantes do equilíbrio, enquanto elementos autônomos, embora estáveis na rede, numa espécie de caos organizado, como aponta o Sistur a partir dos *inputs e outputs*. Nesse contexto, encontramos nas afirmações de Capra (2002, p.31), que as dinâmicas dessas estruturas são caracterizadas “pelo surgimento espontâneo de novas formas de ordem. Quando o fluxo de energia aumenta, o sistema pode chegar a um ponto de instabilidade, chamado de ponto de bifurcação, no qual a possibilidade de derivar para um estado totalmente novo, em que podem surgir novas estruturas e novas formas de ordem”.

O conflito entre forças encontradas e não-complementadas vai predeterminando, sobre as bases do crescimento exponencial da população e do capital para financiar a expansão dos centros turísticos, as características das relações entre a infra-estrutura de apoio ao turismo, o projeto, os turistas e os atrativos naturais turísticos: relações artificiais que, com o passar do tempo, custam sempre mais sustentar, seja do ponto de vista econômico, político e social, seja da legitimidade moral, ética e estética. Quando se chega a esse ponto de análise estrutural, descobre-se a magnitude e a profundidade real da idéia do “colapso turístico”. Este pode muito bem começar pela perda de legitimidade do fenômeno ante sua incapacidade de resolver as insatisfações do homem que busca, mas não encontra. A contaminação e deterioração ambientais constituem vias para se chegar a essa situação.

Encontramos na reflexão de Silva (2006, p.09) que a dispersão e relativa indefinição no uso dos conceitos referidos ao espaço turístico apontam para uma sistematização prévia que parte da redução do espaço turístico a três unidades básicas, apesar de seu grau de complexidade e extensão territorial ser distinto, sendo elas: os complexos turísticos integrados, os espaços de destino turístico e regiões turísticas que desempenhem uma função turística. Ao viajar pela construção conceitual do turismo, Moesch (1997) *apud* Beni (2001, p.41) afirma que o Turismo,

constitui-se num fenômeno sociocultural de profundo valor simbólico para os sujeitos que o praticam. O sujeito turístico consome o turismo, por intermédio de um processo tribal, de comunhão, de realização, de testemunho, em um espaço e tempo tanto real como virtual, desde que possível de convivência, de presenteísmo. O valor simbólico perpassado pela comunicação tátil desse fenômeno, reproduz-se, ideologicamente, quando os turistas comungam os sentimentos, reproduzidos pela diversão, e quando há possibilidade de materialização do imaginário, por vezes individual em societal.

Diante dessa reflexão, especialmente a partir da possibilidade de materialização do imaginário individual em societal, depreendemos indicativos de complementaridade entre partes de um todo complexo que se comunica. Para se pensar em complexidade territorial em regiões turísticas a partir de subsistemas turísticos, faz-se necessário considerar a existência de lógicas simbólicas e relações socioculturais perpassando e dando vida à rede. Segundo Capra (2002, p.93-94), as redes “são antes de mais nada, redes de comunicação que envolvem a linguagem simbólica, os limites culturais, as relações de poder e assim por diante”. É com base nessa característica que a rede, segundo Endres (2003, p.227),

consubstancia determinadas condições que uma parceria exige para seu sucesso, com um objetivo comum, sinergia, estabilidade e cooperação. Assim, a institucionalização das parcerias, na forma de redes, poderia possibilitar uma nova governança e um novo contrato social entre Estado e sociedade, frente aos desafios colocados no contexto atual.

Pode-se afirmar que o Turismo carrega em suas dinâmicas profundos processos de transformação que, nas últimas décadas, têm se configurado no acelerado processo de urbanização dos lugares onde ocorre e, dessa maneira, sido responsável por novos arranjos sócio-culturais e espaciais. Para Santos (2002, p.61), as redes “participam de maneira complexa exaltando a organização material das práticas sociais de tempo

compartilhado que funcionam por meio de fluxos e não representando apenas um elemento da organização social, mas a expressão dos processos que dominam a vida econômica, política e até simbólica da sociedade”.

Falar no mundo como um espaço inteiramente globalizado é pura abstração, pois do mesmo modo que não há um tempo global, único, mas apenas um relógio mundial, também não há um espaço global, mas, apenas, espaços da globalização, espaços mundializados reunidos por redes. (...) são mistas, incluindo materialidade e ação, e globais, pois transportam o universal ao local, unindo pontos distantes numa mesma lógica produtiva. É o funcionamento vertical do espaço geográfico contemporâneo. Santos (1996, p.268)

As múltiplas ligações de uma rede podem ser caracterizadas através dos elementos que as compõem. A complexidade, a funcionalidade, o intercâmbio entre seus componentes, a ampliação da atuação ou retração dos mesmos, a interdependência com faces à estabilidade, a variedade institucional que se evidenciam nela, a flexibilidade de suas estruturas e códigos, constituem faces que coexistem e dialogam a partir de suas lógicas específicas, por não dizer de seus sistemas e subsistemas. Redes são estruturas abertas capazes de expandir de forma ilimitada, integrando novos nós, desde que consigam comunicar-se dentro da rede, ou seja, desde que compartilhem os mesmos códigos de comunicação (por exemplo, valores ou objetivos de desempenho). De acordo com Castells (1999, p.498), uma estrutura social baseada em rede é um sistema aberto altamente dinâmico, suscetível à inovação sem ameaças ao equilíbrio.

Nas estruturas configuradas em rede, os componentes integrantes se ligam horizontalmente às demais partes integrantes, diretamente ou por vias de outros componentes, o mosaico de ligações que se forma não é estático, podendo flutuar em face de seus fluxos e, portanto, formar outras redes. Segundo Corrêa (2001, p.97) “as redes não podem ser descritas a partir de um único padrão espacial”. No caso específico da rede de turismo, pode-se dizer de uma rede de complexidades, que encontra nos sistemas turísticos as partes de um todo, e nos subsistemas turísticos sua menor complexidade como, por exemplo, os aspectos ambientais de um dado município que, também, podem constituir-se num sistema em si. Os sistemas turísticos propostos pelo professor Mario Beni, a nosso ver, constituem componentes da rede de turismo que, por

sua vez, integra em sua lógica, redes sociais, redes solidárias, redes de clientela, redes institucionais, redes intermodais, redes de atrativos, redes de comunicação, dentre outras, ou seja, uma rede de redes.

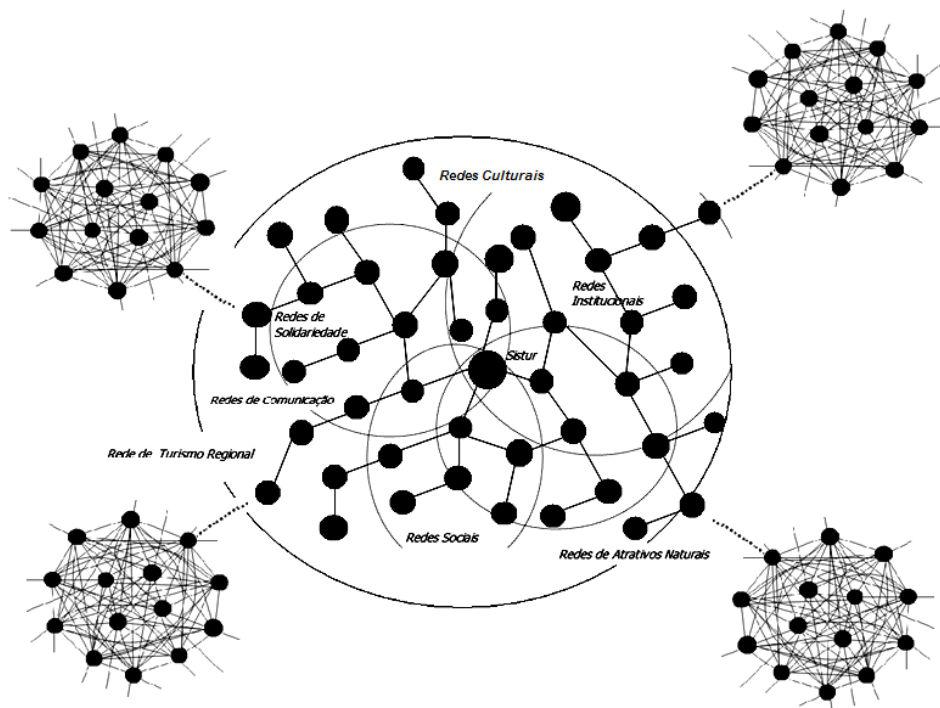


Figura 5

Representação de uma Rede de Redes

Fonte: Salgado (2006)

O contexto nos permite anunciar o que temos denominado de micro-redes. Para tal, propomos a integração de um pequeno grupo de sistemas turísticos. O objetivo da análise surge na tentativa de minimizar dois entraves para a consolidação das redes de turismo de escala regional a partir do desenvolvimento de base local. O primeiro se pauta pela dificuldade de relacionamento intermunicipal no sentido da promoção do turismo pelas bases locais. Essa situação tem comprometido a assimilação por parte dos municípios de que as dinâmicas turísticas locais têm reflexos regionais, quiçá globais, daí a necessidade de se planejar o turismo regional mediante entendimentos intermunicipais. A não ampliação desse grupo de sistemas turísticos municipais

facilitaria o processo. De acordo com Beni (2001b, p.105), o conceito de base local pode ser entendido como um

espaço geográfico delimitado por características intrínsecas e comuns físico-territoriais e socioculturais, e assim definido, associa-se ao desenvolvimento regional em qualquer uma de suas múltiplas dimensões. Este conceito pode ser estendido ainda para explicar a participação engajada e efetiva da comunidade residente nas iniciativas de desenvolvimento, no processo de produção de bens e serviços e na gestão de um complexo político – empresarial. Quando esse espaço é apropriado pelo Sistema Turismo pelos méritos diferenciais de seus atrativos naturais e/ou culturais, ocorre o início de um processo produtivo impactante e abrangente dos setores da atividade econômica, com destaque para o terciário.

O outro, surge a medida em que se evidencia a formação de grandes circuitos turísticos com a participação de um grande número de sistemas turísticos municipais que, sustentados pela lógica hegemônica do capital, passam a ser ofertados para o turismo. Nesse sentido, salientando que o caráter econômico do turismo tem se pautado pelo fetichismo, dependência e colonialismo, como afirma Ouriques (2005, p.12), o turista, seduzido pela idéia de estar “comprando um circuito turístico”, sequer dispõe de tempo para realizar verdadeiras maratonas turísticas, por fim, não “consumindo” o “produto turístico” em sua totalidade e comprometendo a alimentação dos sistemas não participados. Da mesma maneira, consideramos que circuitos menores ou micro-redes, que também podem ganhar caráter de roteiros turísticos, permitiriam o desenvolvimento do turismo em base local.

A política de turismo engendrada pelo poder público deve condizer com a exigência de assegurar a preservação e manutenção do meio ambiente local, a satisfação do turista que participa ativo do cotidiano local e, por fim gerar, o desenvolvimento harmonioso no contexto da economia nacional. Entendemos que o Sistur, bem planejado dentro das políticas públicas, pode minimizar impactos, maximizar economia e estimular a sociedade. Essa equidade é o tripé do desenvolvimento sustentável de base local. Silva e Salgado (2005, p.35)

Nessa ótica, Martinho (2003, p.16) alerta que uma “dimensão importante da lógica organizacional das redes – e que as definições que levam em conta apenas os aspectos formais também não consideram – é a sua diferenciação em relação à hierarquia”. Depreende-se de suas considerações que a isonomia é a característica que mais facilmente distingue uma organização horizontal, a rede, de uma hierarquia, estrutura verticalizada, piramidal. Nesta última, a diferenciação entre as partes é explícita e as relações são baseadas no poder, enquanto na primeira, a igualdade entre as partes orchestra um equilíbrio desejável.

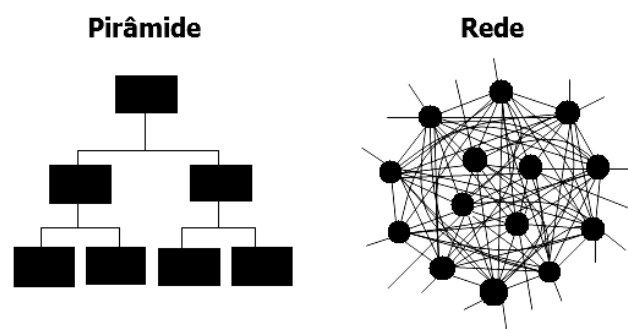


Figura 6

Estrutura Verticalizada e a Rede

Fonte: Martinho (2003) adaptado por Salgado (2006)

Ao superar a expressão mecanicista de organização, partindo da construção de um conceito orgânico, Capra (2001, p.44-45), na mesma direção de nossos apontamentos sobre a rede de redes, e da reflexão sobre hierarquia proposta por Martinho (op.cit;.), tece a seguinte afirmação,

desde que os sistemas vivos, em todos os níveis, são redes, devemos visualizar a teia da vida como sistemas vivos (redes) interagindo à maneira de redes com outros sistemas (redes). (...) Em outras palavras, a teia da vida consiste de redes dentro de redes. Em cada escala, sob estreito e minucioso exame, os nodos da rede se revelam como redes menores. Tendemos a arranjar esses sistemas, todos eles aninhados dentro de sistemas maiores, num sistema hierárquico, colocando as maiores acima dos menores, à maneira de uma pirâmide. Mas isso é uma projeção humana. Na natureza não há ‘acima’ ou ‘abaixo’, e não há hierarquias. Há somente redes aninhadas dentro de redes.

As redes assumem cada vez mais espaços de representação, muitas vezes na tentativa de legitimar processos ainda não aceitos ou reconhecidos nos espaços e territórios onde ocorrem. Em sua compreensão, Garcia (1986) *apud* Endres (2003, p.228) afirma que para possuir “um grau mínimo de institucionalização, qualquer rede deve apresentar um compromisso democrático e estar empenhada na realização de algum objetivo de interesse social”. O processo de integração em determinada atividade que vise à solução de um problema específico, normalmente, busca a articulação de elementos isolados de um mesmo sistema ou de sistemas diferentes. Na medida que esses elementos, separados por processos burocráticos, conseguem romper barreiras, a partir da interação em redes urbanas e redes sociais, novos processos de organização passam a se estabelecer. Em sua compreensão, Corrêa (2001, p.93) entende a rede urbana como “um produto social, historicamente contextualizada, cujo papel crucial é o de, através de interações sociais espacializadas, articular toda a sociedade numa dada porção do espaço, garantindo a sua existência e reprodução”.

A manifestação cada vez mais cristalizada das redes sociais tem denunciado a falência de mecanismos institucionais tradicionais do mercado e do Estado e, assim ganha força o caráter renovador das redes enquanto instrumentos de superação dessa condição institucional vigente. Paranhos e Martins (2006, p.08) compreendem que “as redes sociais têm se apresentado com a forma mais eficaz de participação da sociedade na gestão do Estado. A formação de redes facilita articulações com o poder público local para pensar o desenvolvimento, sendo reconhecidas pela sociedade e pelos governos e solicitadas a participarem do processo decisório”.

As redes sociais se expressam como um conjunto de pessoas e organizações que se relacionam para responder demandas e necessidades da população de maneira integrada, mas respeitando o saber e autonomia de cada membro. Com isso, as redes constituem um meio de tornar eficaz a gestão de políticas sociais, otimizando a utilização dos recursos disponíveis. Ao preservarem as identidades de cada membro e sua competência na gestão dos recursos, fazem com que essas organizações se integrem tanto na concepção das ações intersetoriais quanto na sua execução, para garantir à população seus direitos sociais. Junqueira (2000, p.40) *apud* Paranhos e Martins (2006, p.08)

O planejamento do turismo em escalas regionais cada vez mais aponta para perspectivas de caráter descentralizado e automaticamente elucida a importância da participação nos

processos. Na medida que se destaca a importância das redes, especialmente das redes sociais na contemporaneidade, percebemos que, ao estarem inseridas na rede do turismo, passam a ter papel decisivo no atual processo, por exemplo, de regionalização do turismo. Hall (2001, p.34), ao refletir sobre questões de cooperação, integração e relacionamentos em ambientes complexos de planejamento turístico, afirma que “deve haver maior reflexão sobre hipóteses e bases de planejamento turístico, pois o planejamento turístico deve ser capaz de refletir o verdadeiro funcionamento do mundo real. Resumido: planejamento e política são sinônimos”.

Muito claramente isso tem-se evidenciado a nossos olhos, por exemplo, na elaboração do Plano Integrado e Sustentável da Mesorregião dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – Plano Mesovales, onde a temática do Turismo, constituiu fator decisivo no apontamento das ações. A proposição e solicitação partem do Governo Federal no sentido de se planejar a mesorregião Jequitinhonha/Mucuri. Ao acionar autarquias estaduais de ensino superior como a Unimontes e a Universidade Estadual da Bahia (UNEB), além da Faculdade São Mateus (FSM) e, do Instituto Vale do Cricaré (IVC), permitiu que a descentralização criasse possibilidades de planejamento participativo, como foi. Na oficina de planejamento turístico mesoregional³⁹, constavam representações de todos os segmentos da sociedade, fazendo apontamentos em todos os níveis de complexidade, que se completavam, estavam em rede.

³⁹ A mesorregião dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri está contemplada com as seguintes Regiões Turísticas: Pólo Turístico do Vale do Jequitinhonha (MG), a Costa do Descobrimento e a Costa das Baleias (BA), o Litoral Extremo Norte e o Extremo Norte (ES), com aproximadamente 50 municípios. Plano Mesovales (2006).

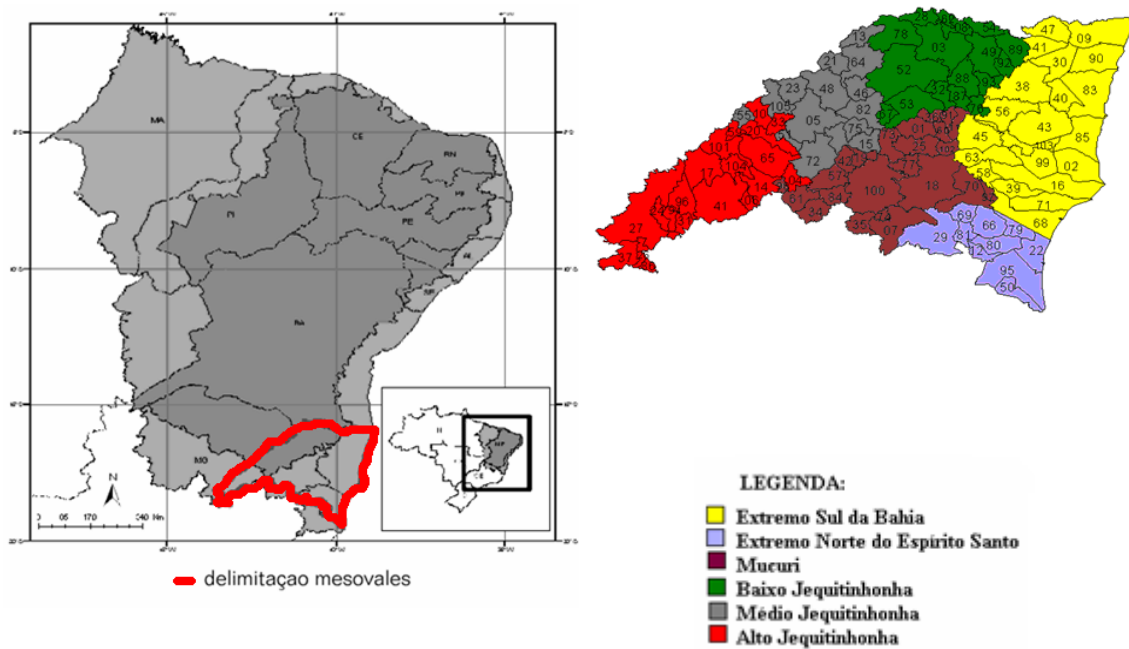


Figura 7
Mesorregião Jequitinhonha / Mucuri
Fonte: Plano Mesoavales (2006)



Figura 8
Durante um dos GT's de Turismo
Fonte: Plano Mesoavales (2006)



Figura 9
Plenária de aprovação das deliberações
Fonte: Plano Mesoavales (2006)

Assim posto, salientamos que as redes têm assumido papel fundamental no desvelamento do turismo no mundo. A aproximação de suas lógicas às dinâmicas dos sistemas turísticos, especialmente do Sistur proposto por Mario Beni, nos aproxima de um entendimento global acerca da mega-estrutura e ambientes em redes que o turismo

tem consolidado. O ponto crucial desse entendimento, em nossa compreensão, aponta para a importância de se ter como referencial o fenômeno turismo enquanto um processo sociocultural geografizado em redes de que participam, em suas dinâmicas, outras redes de escalas menores ordenadas e coordenadas a partir do ordenamento de sistemas turísticos.

2.3. Turismo no Brasil: breves entendimentos

Não se pode desconsiderar que o turismo, de modo geral, já constitui a atividade mais importante do mundo, afinal é o setor da economia que mais cresce na atualidade. Como apresenta Dias (2003a, p.09), o turismo “superou setores tradicionais, como a indústria automobilística, a eletrônica e a petrolífera. Constitui um setor que tende a crescer 7,5% ao ano nos próximos 10 anos, movimenta cerca de U\$3,4 trilhões (10,9% do PIB Mundial) e emprega 204 milhões de pessoas (10% da força de trabalho global) e um número incalculável de atividades correlatas, segundo dados do Conselho Mundial de Viagens e Turismo. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Turismo – Embratur, no que se refere a empregos no Brasil, as atividades oriundas do turismo eram em 1999 responsáveis pela geração direta de mais de 1,6 milhões de pessoas (2,3% da PEA⁴⁰ empregada no País), das quais 944 mil na forma de emprego assalariado (2,6% dos assalariados empregados no País). Embratur (1999, p.26)⁴¹.

De qualquer maneira, as razões das estatísticas sobre o Turismo no Brasil são precedidas de uma evolução que não é recente, tampouco pontual. O desenvolvimento do Turismo no país tem acompanhado, ao longo da história, e sentido os reflexos de toda a conjuntura internacional cujas variações econômicas, sociais, tecnológicas e culturais acabam participando das dinâmicas nacionais. Para Solha:

No Brasil, apenas alguns desses momentos foram estudados de forma aprofundada por alguns autores, mas para a maior parte dos acontecimentos ocorridos na área não existe registros. Isso pode explicar, em parte, a sensação comum de que os projetos e as idéias

⁴⁰ PEA – População Economicamente Ativa

⁴¹ Conta Satélite de Turismo – CST. BRASIL, 1999. 116p. Coordenação técnica Prof.Dr.Wilson Abrahão Rabahy Disponível em <<http://www.embratur.gov.br>> Acessado em 03 Abr. 2005.

são totalmente inovadores, e que por desconhecer a evolução histórica do fenômeno no país, muitas vezes se cometem os mesmos equívocos do passado. (2002, p.117)

Na busca de melhor entendimento sobre o histórico do fenômeno no Brasil, Solha (2002, p.118), após várias pesquisas, definiu alguns períodos da evolução do Turismo no país, conforme mostramos a seguir:

- *Primórdios: da Colônia ao Império (Século XVII e XIX)* – dos ranchos que atendiam aos tropeiros às viagens anuais dos senhores do café à Europa;
- *Primeiras Manifestações (de 1900 a 1949)* – das estações de cura e do cassinismo ao início do uso do automóvel nas viagens;
- *Expansão e Organização do Turismo (1950 a 1969)* – da ampliação e melhoria da infra-estrutura de transportes e turística até a organização da atividade por associações e a elaboração de políticas;
- *Do sonho à decepção (de 1970 a 1989)* – do intenso crescimento e das perspectivas otimistas à estagnação e decadência;
- *Retomada (de 1990 a 2000)* – do crescimento do mercado interno aos grandes investimentos em vários e diferentes setores e da descoberta de novos segmentos de mercado.

Assim posto, percebemos que a história do Turismo no Brasil, dialoga num primeiro momento com a própria história do Turismo Sertanejo, quando os tropeiros se apresentam como os sujeitos da atividade no período. Posteriormente, a partir de 1900, já demonstra um claro sinal de abertura internacional no que diz respeito à segmentação do mercado que, nesse momento, encontrava-se na Europa concentrado no Turismo de cura e saúde e, no mesmo sentido, aponta, no período pós-guerra os primeiros sinais de organização da cadeia produtiva. No caso da Política de Turismo no Brasil, encontramos os primeiros sinais de envolvimento Estatal com a atividade turística nacional coincidindo com a maior intervenção deste na economia, na década de 30. Alguns sinais históricos remontam toda essa trajetória de quase trinta decretos e projetos de lei sancionados e que diretamente determinaram avanços na formatação da atual política nacional.

Os esforços por uma política nacional se iniciam na década de 30 com a criação da Divisão de Turismo, que pode ser considerada o primeiro órgão oficial de turismo da administração pública federal. É a partir da década de 70 que suas contradições ficam

aparentes e, no caso brasileiro, isso não foi diferente. Num contexto de diálogos internacionais sobre sustentabilidade e globalização, e de uma sucessão de planos econômicos nacionais que tiveram reflexos significativos no poder de compra da sociedade, ora positivos, ora negativos, o Turismo de Massa ou Social acabou por se tornar um grande problema para o país em virtude dos grandes impactos gerados por falta de infra-estrutura receptiva nas localidades. Sobretudo, é a partir da década de 90, com ações intersetoriais e interinstitucionais somadas às pressões do movimento ambientalista como, por exemplo, a realização da Rio-92 no Brasil, que se inicia no país uma profunda reflexão sobre a necessidade de investimentos e políticas para o setor.

É nesse contexto que, em 1991, é lançado o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste – PRODETUR e o Plano Nacional de Municipalização do Turismo, conforme aponta Endres (2002, 67) apud Dias (2003, 110), quando afirma que a atuação governamental desse período se refletiu, na

política de megaprojetos turísticos para a região Nordeste e pelo Programa Nacional de Municipalização do Turismo(PNMT). A primeira é caracterizada pela atuação centralizada do Estado, desde a sua idealização até o seu financiamento. E o segundo defende, claramente, as propostas de um planejamento mais descentralizado e participativo, baseado, fundamentalmente, na noção de parcerias com outros agentes sociais para sua implementação.

Cabe ressaltar que é nesse mesmo ano de lançamento do Plano Nacional de Municipalização do Turismo que a Prefeitura Municipal de Montes Claros – MG, por meio da Secretaria de Planejamento e Coordenação, elabora o Plano de Desenvolvimento de Montes Claros, em que são apontadas as diretrizes para uma política municipal de turismo cujo objetivo assinalava que,

a política de Turismo para o Município de Montes Claros objetiva explorar o potencial turístico existente, compreendido como os recursos naturais e culturais, como forma alternativa de lazer, de fortalecimento da cultura local e fonte de emprego e renda, ampliando o desenvolvimento da base econômica do Município e propiciando a melhoria da qualidade de vida da população. PMMC (1991, p.71)

Na década de 1990 a partir do planejamento estratégico do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR/NE)⁴², resultado da parceria entre Banco do Nordeste do Brasil (BNB), do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), da extinta Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), e governos estaduais, identificaram-se na Região Nordeste algumas áreas com vocações semelhantes do ponto de vista do turismo e iniciou-se um processo de formação de 16 Pólos Turísticos, 13 na primeira fase e outros três na segunda: o Pólo Vale Mineiro do São Francisco e o Pólo Caminhos do Norte de Minas e o Pólo Vale do Jequitinhonha. A área de abrangência do Programa compreende nove Estados Nordestinos, além do norte de Minas Gerais e Espírito Santo.



Figura 10

Pólos Turísticos do Prodetur

Fonte: BNB (2006)

⁴² O Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR/NE) é um programa de crédito para o setor público (Estados e Municípios) que foi concebido tanto para criar condições favoráveis à expansão e melhoria da qualidade da atividade turística na Região Nordeste, quanto para melhorar a qualidade de vida das populações residentes nas áreas beneficiadas. As atuações se desenvolvem por meio do financiamento de obras de infra-estrutura (saneamento, transportes, urbanização e outros), projetos de proteção ambiental e do patrimônio histórico e cultural, projetos de capacitação profissional e fortalecimento institucional das administrações de estados e municípios. O PRODETUR/NE é financiado com recursos do BID e tem o Banco do Nordeste como Órgão Executor. Disponível em <http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/PRODETUR/Apresentacao/gerados/apresentacao.asp> visitado em 02 Out. 2006.

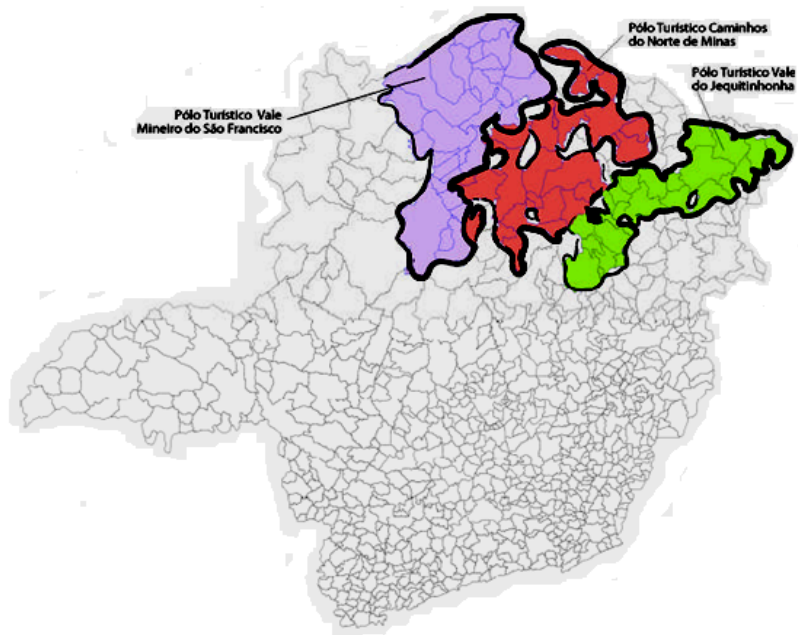


Figura 11

Pólos Turísticos Regionais

Fonte: Plano de Manejo Parque Nacional Cavernas do Peruaçu



Figura 12

Pólo Caminhos do Norte de Minas

Fonte: SETUR-MG



Figura 13

Pólo Vale Mineiro do São Francisco

Fonte: SETUR-MG

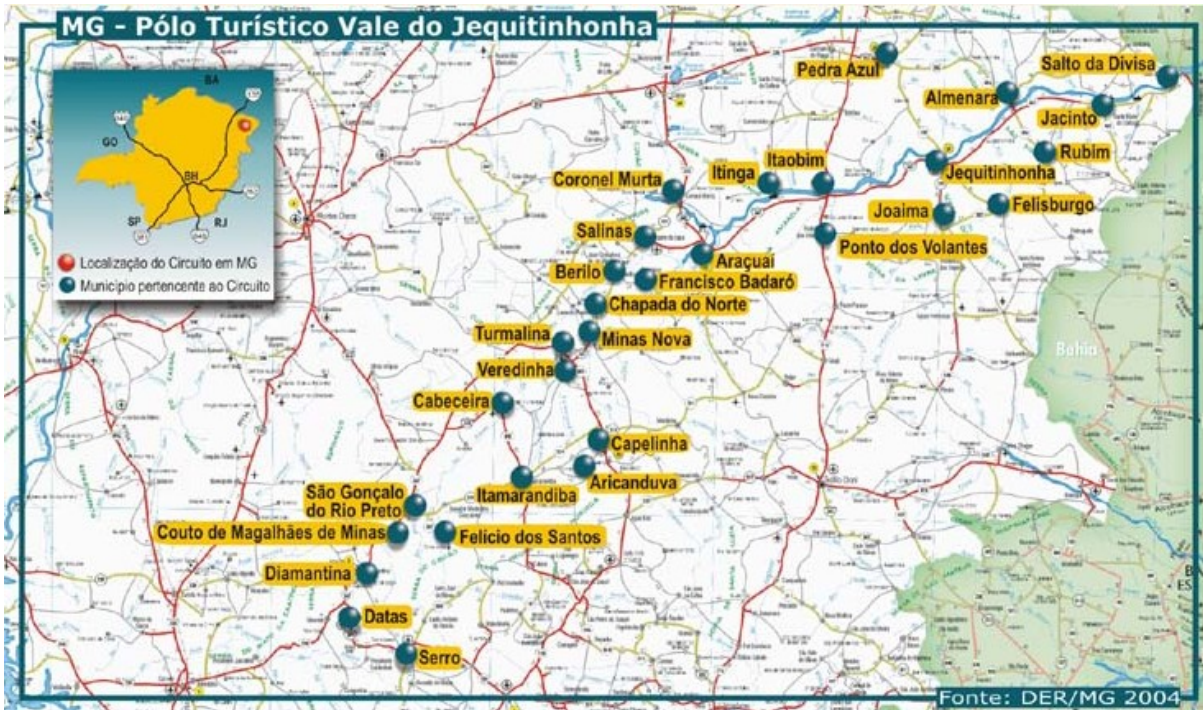


Figura 14

Pólo Caminhos do Norte de Minas

Fonte: SETUR-MG

Com a nova denominação em 1991, passando de Empresa Brasileira de Turismo para Instituto Brasileiro de Turismo, a Embratur é transformada em autarquia vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Regional da Presidência da República com o objetivo de organizar e executar a Política Nacional de Desenvolvimento do Turismo nacional. No ano de 1992 é que se estabelecem as diretrizes da Política Nacional de Turismo baseadas na prática do Turismo como forma de promover a valorização e preservação do patrimônio natural e cultural do país e a valorização do homem como destinatário final do desenvolvimento turístico que, na interpretação de Becker (1999, p.187) *apud* Dias (2002, p.134),

fortalece a idéia do turismo como fator de desenvolvimento e é fundada não só no discurso, mas na prática, na descentralização. Descentralização no sentido de que a Embratur deixa de ser legisladora e executora do turismo. Ela não é mais executora. Na verdade, agora o governo federal vai atuar; a execução da atividade turística passa para outras esferas governamentais de estados e municípios, e incorpora a iniciativa privada. Esse é o marco desta política do turismo e o papel do governo federal é deferido, como coordenador e indutor das atividades.

Ao preconizar a descentralização, o Plano Nacional de Turismo passa a prever a criação de pólos integrados de turismo, em áreas que estariam associadas à expansão da infraestrutura, o que aponta para um marco interessante na discussão sobre redes de turismo, considerando a iniciativa federal na organização de uma possível rede de estratégias nacionais a partir do espaço geográfico. Em 1994, inicia-se um processo de construção de uma diretriz nacional para a política de turismo no país, com a criação do Programa Nacional de Municipalização de Turismo (PNMT), “instrumento legal e referencial para todos os segmentos que atuam com o turismo no país e que têm como público-alvo o município”. Pereira (1999, p.13) *apud* Dias (2002, p.135).

Após investimentos da ordem de R\$ 250 milhões pelo BNDS, por meio do Programa Nacional de Financiamento do Turismo, ganha destaque, em 1996, o documento Política Nacional de Turismo: diretrizes e programas (1996-1999) cujo objetivo se voltava para a promoção e o incremento do turismo como “fonte de renda, de geração de emprego e desenvolvimento sócio-econômico do país”. Num balanço realizado no início do ano 2000, o governo considerou encerrado o ciclo de desenvolvimento do turismo, iniciado com o estabelecimento da Política Nacional do Turismo, e que “as

metas traçadas foram superadas, tendo o setor turístico contribuído com a geração de emprego e renda e com o desenvolvimento das regiões menos desenvolvidas do país”. Dias (2002, p.136)

Cabe ressaltar que em 2003, o governo federal, após criar o Ministério do Turismo, que então tinha suas secretarias concentradas no Ministério dos Esportes e Turismo, lança o Plano Nacional de Turismo – PNT⁴³, cuja proposta se volta para a consolidação do Ministério criado, como articulador do processo de integração dos diversos segmentos do setor turístico, cabendo ao Instituto Brasileiro de Turismo – Embratur, a promoção, marketing e apoio à comercialização do produto turístico brasileiro no mundo. PNT (2003).

2.4. Planejamento Turístico de Minas Gerais: das políticas públicas à Rede de Circuitos

De acordo com o Plano Nacional de Turismo, lançado em abril de 2003, o compromisso do Ministério do Turismo é de, no ano de 2007, fazer com que venham ao Brasil nove milhões de turistas estrangeiros, que sejam responsáveis por um gasto de US\$ 8 bilhões no período e, conseqüente geração de 1,2 milhão de empregos e ocupações. Em 2003, os cerca de 4,1 milhões de turistas que entraram no Brasil foram responsáveis pela captação de aproximadamente US\$ 3,4 bilhões, representando uma variação de 8,52% com relação ao ano anterior. Embratur (2004)⁴⁴.

Concebido com face aos programas de elaboração, estruturação, e fomento da atividade no país, destaca como elemento norteador o Programa de Regionalização do Turismo: roteiros do Brasil⁴⁵. Esse programa constitui um modelo de gestão descentralizada,

⁴³ Criado pela medida provisória nº 103, de 1º de Janeiro de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, foram definidas suas atribuições como: a) política nacional de desenvolvimento do turismo; b) promoção e divulgação do turismo nacional, no país e no exterior; c) estímulo às iniciativas públicas e privadas de incentivo às atividades turísticas; d) planejamento, coordenação, supervisão e avaliação dos planos e programas de incentivo ao turismo. Dias (2003b, p.138).

⁴⁴ Plano Nacional de Turismo. Disponível em <<http://www.embratur.gov.br>> Acessado em 03 Nov. 2004

⁴⁵ Disponível em <www.embratur.gov.br> Visitado em 03 de Jan. de 2006.

coordenada e integrada, baseada nos princípios da flexibilidade, articulação, mobilização, cooperação intersetorial e interinstitucional e sinergia de decisões. De acordo com o Programa, o Brasil está organizado em seis macrorregiões turísticas, compostas por 21 regiões turísticas num total de 3203 municípios. Minas Gerais compõe a macrorregião sudeste, destacando 50 regiões turísticas. O Norte de Minas está englobado por meio dos Pólos Caminhos do Norte de Minas e Vale Mineiro do São Francisco, duas das 209 regiões turísticas brasileiras reconhecidas pelo Ministério do Turismo, além do Pólo Vale do Jequitinhonha, já que compartilham algumas cidades em seus territórios.

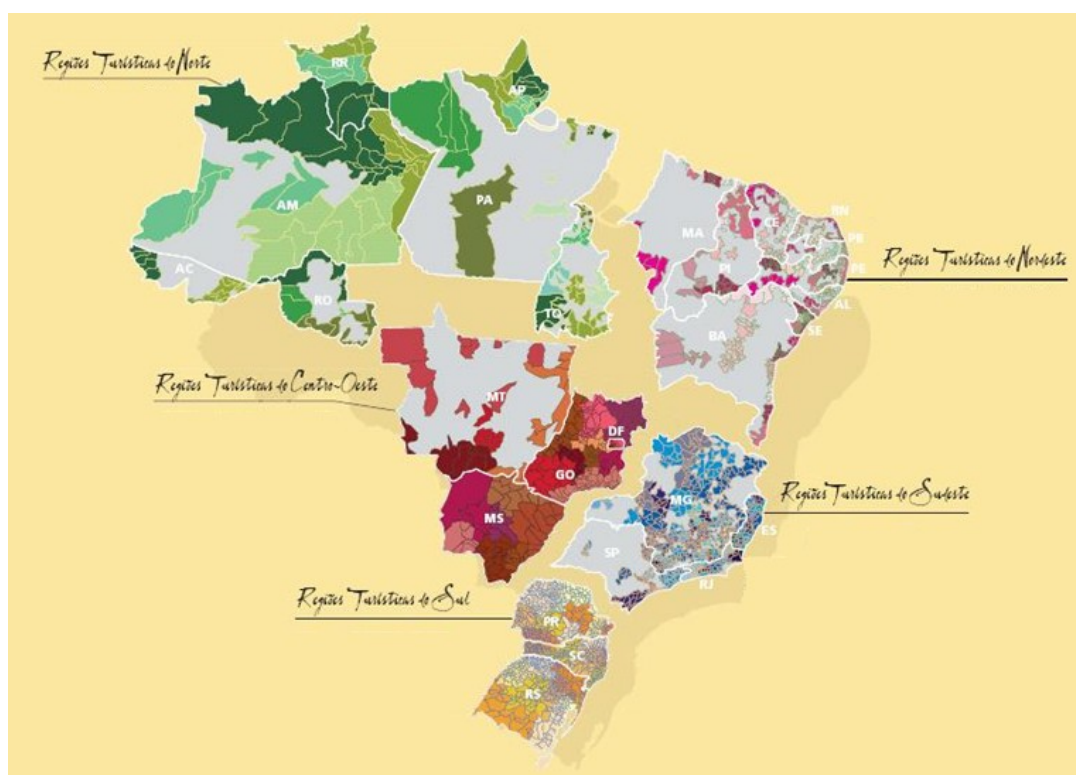


Figura 15
Regiões Turísticas do Brasil
Fonte: Embratur (2003)

Ao propor a regionalização do turismo nacional, o Ministério do Turismo evidencia a possibilidade de transformação da ação para o turismo na unidade municipal a partir de uma política pública mobilizadora de planejamento e coordenação para o desenvolvimento turístico local e regional, estadual e nacional, de forma articulada e compartilhada. A tentativa no esforço de coordenar ações entre municípios, estados e países para ações de negociação, consenso, planejamento e organização social por meio

do planejamento regional, aponta para a consolidação da rede mundial de turismo. Convém assinalar que o entendimento sobre planejamento regional percorre “um conjunto de pólos de desenvolvimento turístico hierarquizados, unidos por uma infraestrutura comum, que em sua totalidade, contribuem para dinamizar o desenvolvimento econômico e social de extensa parte do território nacional. Ele geralmente antecede o planejamento nacional e está na base do sucesso deste”. Beni (2001, p.110).

Contudo percebemos que a afirmação de Beni não corresponde às vias reais do processo de planejamento turístico nacional que se evidencia a partir de um processo avesso, considerando o histórico da política nacional. Por outro lado, podemos tomar o ano de 2003 como o marco zero do planejamento turístico nacional já que é neste contexto que surge o Programa de Regionalização do Turismo, o que não seria tão sensato, guardados nossos entendimentos. Entretanto, se considerarmos os processos de Planejamento Territorial dos Estados Brasileiros como alicerces do desenvolvimento do turismo nas regiões, teremos um entendimento mais amplo de como o fenômeno turismo se liga a outras dinâmicas que, às vezes, distam de seu tempo e do espaço onde ocorrem, o espaço turístico.

Hierarquias espaciais podem mudar com o tempo, e a idéia de fluxos e estruturas em evolução é fundamental para a nossa compreensão do porquê desses desenvolvimentos e dos fatores que influenciam a natureza de distribuições e estruturas em determinado período. Idéias diferentes têm sido enunciadas para dar conta das mudanças na natureza das demandas, enquanto outros autores têm salientado variações no desenvolvimento dos destinos. As mudanças nas demandas, nos fluxos e no desenvolvimento de destinos estão intimamente relacionadas, e uma série de diferentes fatores atuando de diferentes maneiras e em diferentes escalas podem desempenhar seu papel. Pearce (2003, p.54)

Falar em espaço turístico indica que concomitante às relações sociais e manifestações culturais, indicativos de complementaridade com natureza sistêmica e concorrência entre setores produtivos, possam configurar no espaço, territórios de deslocamento, produção, consumo, simbolismo, autenticidade, reciprocidade, solidariedade, encantamento, fetichismo etc. Na medida que espaços turísticos se unem por funcionalidade e/ou homogeneidade na qualificação de um território onde o turismo se evidencia, podemos dizer de regiões turísticas, que Ivars (2003) *apud* Silva (2006, p.10) aponta como

[...] uma unidade territorial básica do espaço turístico, na qual podem integrar-se as outras unidades territoriais diferenciadas (complexos turísticos integrados e espaços de destino turístico) e que apresentam certo grau de coesão derivado da existência de relações funcionais, do sentido de pertencer a uma demarcação político-administrativa ou do fato de compartilhar uma determinada imagem turística.

O estudo das regiões faz parte de uma longa tradição geográfica Pattison (1964), tendo o conceito de região evoluído e se alterado concomitante aos avanços da geografia. Segundo Paviani (1992, p.372) “falar de região é caminhar em um terreno cheio de labirintos e de armadilhas epistemológicas”. Diniz e Batelha (2005, p.59). O termo região está diretamente ligado à idéia de diferenciação de áreas, concentrando ainda, a idéia de parte de um todo conhecido e socialmente produzido, variando de limite segundo as civilizações. Lencioni (2003) *apud* Diniz e Batelha (2005, p.59). Assim posto, podemos considerar que tantas regiões existem quantos forem os critérios adotados e o objetivo da regionalização. Tradicionalmente, na geografia, as regiões têm sido definidas por dois critérios básicos: homogeneidade e funcionalidade. A primeira baseia-se na recorrência de determinadas características no espaço, a segunda associada às relações entre os lugares.

No Estado de Minas Gerais, os processos de regionalização têm sido pautados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (onde evidenciam as regiões fisiográficas, as regiões funcionais, as micro e mesorregiões) e pela Fundação João Pinheiro (com destaque para as regiões para fins de planejamento, as regiões de planejamento e as regiões administrativas), salvo casos em que Instituições de Ensino Superior⁴⁶, em determinadas situações tem assumido processos de regionalização. Tais propostas de regionalização respondem e, ao mesmo tempo, são determinadas por dois processos distintos: de um lado, os avanços no meio técnico-científico-informacional, de outro, as transformações no espaço sociocultural e econômico.

⁴⁶ A Universidade Estadual de Montes Claros, por exemplo, em 2006 respondeu à solicitação do Governo do Estado para efetivar a regionalização do Sistema Único de Assistência Social – SUAS - em todo o Território Mineiro.



Figura 15.1

Regiões Geográficas Minas Gerais

Fonte: Diniz e Batelha (2005, p.71)

Depreende-se de Diniz e Batelha (2005, p.61-62) que, ao longo da história, a idéia de região sempre esteve empregada como instrumento de ação, controle, poder, estruturação e organização. Do ponto de vista científico, a noção de região foi incorporada pelo pensamento geográfico, percorrendo a Geografia Física com seus conteúdos definidos pela natureza, a Escola Determinista, que propunha uma visão Darwinista e Neo-Lamarckiana e o Possibilismo Geográfico de L. Fébvre concebendo o elemento humano como agente ativo na construção do espaço e aproximando as noções de região e paisagem.

Na mesma reflexão apontam que, na Nova Geografia, o conceito de região, perde sua concretude diante do Positivismo Lógico, passando a ser resultado de análises estatísticas. Posteriormente na Geografia Crítica, oferta um contraponto à análise regional denunciando as vinculações ideológicas desta abordagem e, o modo como as regiões produzidas legitimavam interesses estatais e privados além, de subsidiar a desigualdade, chegando às análises da Geografia Humanista, onde passa a ser encarado como quadro de referência fundamental à sociedade, concreta e real, fruto da vivência direta de grupos sociais.

No esforço da ciência geográfica, conceitos e metodologias evidenciaram, ao longo da história diversos processos. Minas Gerais apresenta uma rica história de divisões territoriais que remontam ao período colonial sertanejo do ouro e do couro, da mata e do sertão. As dinâmicas urbano-regionais e os processos migratórios que remontam o Estado configuraram, no Norte de Minas ao longo dos anos, uma lógica diferenciada, voltada para a invisibilização do território norte-mineiro. E mesmo que dinâmicas de intervenção estatal e planejamento privado, que passaram a existir na fronteira norte-mineira, carregassem em suas lógicas, a idéia de organização espacial, o discurso de que ganhou força, até então, de crescimento, apenas serviu para sistematizar a reprodução do capital, distante de consolidar o desenvolvimento regional.

A paisagem da região do Norte de Minas apresenta durante todo o ano, duas fisionomias bem distintas, um verão chuvoso, “as águas” e um inverno seco, “a seca”. Esses termos passaram a ser utilizados nos discursos públicos partidários, institucionais, privados e nas comunidades como referência do nosso contexto de “percepção” do meio ambiente e da nossa cultura, ou seja, uma identidade. Muitas das vezes, esse fato passa a ser negativo, o que favorece algumas classes e segmentos da sociedade norte-mineira. Silva e Salgado (2005, p.30)

No caso do turismo, a matriz de planejamento regional do fenômeno foi o próprio planejamento do Estado que, posteriormente, passa a ser adequado às incursões do planejamento do turismo nacional. Em Minas Gerais, maior Estado da região sudeste, o turismo começou a ser estruturado na década de 1940, conforme apontam Silva e Salgado (2005, p.30-31) ao afirmarem que

em estudos realizados por Santiago (2002), verifica-se que o histórico das políticas públicas aqui, a sintetiza a partir de 1940, com a primeira menção legal ao Turismo em Minas Gerais, na criação do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda. Nos anos 50, cria-se o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; 1965 implanta-se o Conselho Estadual de Turismo; nos anos 70, ocorre a extinção do Departamento de Turismo e é criada a Superintendência de Estado de Desenvolvimento Econômico; em 1978 cria-se a fundação da Agência de Desenvolvimento do Turismo de Minas (ADETUR/MG); no ano seguinte, constitui-se a Empresa Mineira de Turismo (TURMINAS). Em 1984, a Secretaria Estadual de Esportes, Lazer e Turismo na configuração do Sistema Operacional compõem a Superintendência do Turismo-SUT com as entidades HIDROMINAS (Águas Mineiras do Estado de Minas Gerais S.A), PROMINAS (Companhia Mineira de Promoções), TURMINAS (Empresa Mineira de Turismo) e o CETUR (Conselho Estadual de Turismo).

Após a criação da Empresa Mineira de Turismo (TURMINAS), em 1979, ganha destaque a criação da Empresa Municipal de Turismo de Belo Horizonte S/A (BELOTUR) que coordenou vários investimentos de apoio ao turismo de negócios crescente no Estado. Durante os anos 90, o PRODETUR I - Programa de Desenvolvimento inaugura um marco para o Turismo do Nordeste, - assinado em 1994, com um contrato de US\$ 670 milhões. No Norte de Minas, a maior das iniciativas talvez tenha sido a aliança consolidada entre a Empresa Mineira de Turismo (TURMINAS), a Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES)⁴⁷ e a Associação dos Municípios da Área Mineira da SUDENE (AMAMS) em 1993/94, efetivando uma parceria entre governo, municípios e Instituições de Ensino Superior na região. O ano de 1994 é marcado pela criação de três grandes e importantes instrumentos: o Plano Integrado para o Desenvolvimento do Turismo em Minas Gerais (PLANITUR/MG), o Conselho Estadual do Turismo (CET) e o Fundo de Assistência ao Turismo (FASTUR).

Em 1999, com assinatura contratual no valor de US\$ 800 milhões, é desencadeado o PRODETUR II com a criação dos três Pólos Mineiros, o Pólo Caminhos do Norte de Minas, o Pólo Vale Mineiro do São Francisco e o Pólo Vale do Jequitinhonha. A década se encerra em 1999, com a criação da Secretaria de Estado do Turismo de Minas Gerais assentada nas atribuições do planejamento, coordenação, fomento e fiscalização das atividades turísticas no Estado, objetivando a melhoria da qualidade de vida das comunidades, a geração de emprego e renda, além da divulgação de seu potencial turístico. Propôs-se, ainda, uma Política Estadual de turismo e elaborou-se o Plano Mineiro de Turismo, bem como outros planos, programas e projetos estaduais relacionados ao desenvolvimento do turismo.

Da necessidade de se diagnosticar todo o potencial turístico do Estado, no sentido de empreender projetos de resgate da posição de destaque no cenário do turismo nacional, os órgãos competentes passaram a agir por meio de amplas parcerias com as diversas áreas da produção econômica. Após compreendida a área de abrangência do turismo em Minas Gerais que, anteriormente, era restrita às cidades históricas e estâncias

⁴⁷ Ressalta-se aqui o caráter acadêmico que a atividade turística propicia, pois foram vários os departamentos vinculados nesta iniciativa com perfil multidisciplinar que, inclusive, envolveu discentes do Curso de Licenciatura de Geografia.

hidrominerais, percebeu-se a necessidade de otimizar os produtos turísticos mineiros, bem como promover novos segmentos que atendessem às exigências de novos turistas.

Esse diagnóstico foi seguido da preocupação de promover outras áreas e, assim novas ações ligadas à infra-estrutura viária, hoteleira, saneamento básico, preservação ambiental e à qualificação profissional, dentre outras passaram a ganhar atenção. No ano de lançamento do Plano Nacional de Turismo, em 2003, o Governo do Estado de Minas Gerais, tendo em vista a necessidade e adotar uma política de turismo para o Estado, decreta a política de turismo que dispõe sobre o reconhecimento dos Circuitos⁴⁸ Turísticos.

Na atual gestão, foram priorizadas três políticas públicas para o turismo mineiro, a consolidação dos Circuitos turísticos, a consolidação da Estrada Real – considerado atualmente o maior programa de turístico em execução no país -, e o Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR) que caminha para sua terceira fase. Para os circuitos foi criada uma resolução em que aqueles que atenderem a alguns critérios serão certificados e reconhecidos pelo Estado. Foi também criado um Fórum Estadual de Turismo. Para efeito das políticas públicas de turismo, o território de Minas Gerais foi dividido em dez regiões turísticas, conforme apresentado na Figura x. As regiões compreendem, até então, além dos 3 Pólos turísticos trabalhados pelo PRODETUR, 56 circuitos turísticos, que atingem 663 municípios com 391 já oficializados, com meta a atingir os 853 municípios do Estado.

⁴⁸ Para os fins e promoção da política de turismo no âmbito do Estado, serão reconhecidos os Circuitos Turísticos institucionalizados e com personalidade jurídica registrada em cartório, integrados pelos municípios com as características definidas no § 1º deste artigo. § 1º - Considerar-se-á Circuito Turístico, o conjunto de municípios de uma mesma região, com afinidades culturais, sociais e econômicas que se unem para organizar e desenvolver a atividade turística regional de forma sustentável, através da integração contínua dos municípios, consolidando uma atividade regional”. SETUR-MG (2003) Disponível em <<http://www.setur.mg.gov.br>>, visitado em 07 de Out. de 2006.



Figura: 16

Regiões Turísticas de Minas Gerais

Fonte: Plano de Manejo do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu

Os Circuitos Turísticos constituem aglomerados de municípios que, próximos entre si, passam a validar lógicas de associativismo em função de interesses e possibilidades a partir do turismo como, por exemplo, atração de fluxos turísticos de outras regiões. A assimilação de que os patrimônios culturais históricos e naturais, dentre outros, constituem elementos passíveis de serem turistificados, aponta para a primeira manifestação de estruturação do Sistur. De acordo com as ‘exigências’ do Estado, faz-se necessário que, pelo menos, um dos municípios disponha da infra-estrutura necessária para receber turistas, considerando o fato da necessidade de um núcleo receptor e ao mesmo distribuidor dos fluxos turísticos.

Nesse caso estaríamos anunciando a partir das *Redes de Localidade Centrais* apresentadas por Corrêa (2001, p.43-44), a manifestação de *redes dendríticas* que, segundo ele, constituem arranjos estruturais e espaciais, que estão no “âmbito da valorização dos territórios conquistados pelo capital”. Aponta para a “fundação de cidade estratégica e excentricamente localizada em face de uma futura hinterlândia” concentrando as principais funções econômicas e políticas da hinterlândia e a maior parte da renda, bem como se transformando no mais importante foco de correntes migratórias de destino urbano, caracterizando-se pela ausência de centros intermediários intersticiamente localizados. Ao destacar a importância da teoria das localidades centrais, Corrêa (1997, p.17) destaca que

A recuperação da teoria das localidades centrais é importante porque ela trata de um tema relevante que é o de organização espacial da destruição de bens e serviços, portanto, de um aspecto da produção e de sua projeção espacial, sendo assim, uma faceta da totalidade social. Recupera-la porque se torna necessário enriquecer a visão geográfica da sociedade, isto é, enriquecer nossa compreensão sobre as diferentes formas de espacialização da sociedade.

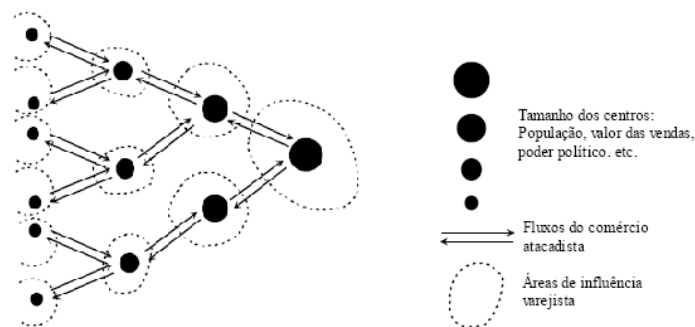


Figura 17

Rede dendrítica de Localidades Centrais

Fonte: CORREIA (1997)

No Estado de Minas Gerais, a proposta de se reunir municípios em Circuitos Turísticos nasceu da necessidade de explorar melhor o potencial turístico do Estado. No final da década de 1990, à medida que se estimulavam as tradicionais cidades e localidades turísticas do Estado a promoverem um reordenamento de suas ações em relação ao turismo, vislumbrava-se a geração de oportunidades também para os municípios adjacentes que passaram a explorar suas respectivas potencialidades e, contribuir para a diversificação da atratividade e/ou da infra-estrutura turística da região que fazia parte. A partir daí, a atenção dos municípios, se voltou para o interesse comum, de buscar no turismo, alternativas para se alcançar o desenvolvimento auto-sustentável. Na medida que ações desse caráter foram se fortalecendo, ampliava-se o estímulo à forma de associativismo que resultou no Circuito Turístico.

Dos processos que se desencadearam, o circuito passou a ser assimilado como um meio para se estruturar melhor a atividade turística municipal e regional, ampliando os fluxos

de turistas em determinadas regiões, com conseqüente ampliação dos serviços turísticos. Em meio aos processos de coesão dos serviços, percebeu-se que a proximidade entre municípios, a despeito de suas afinidades ou diferenças, passava a significar novos relacionamentos turísticos e conseqüente ampliação do trade. Nessa ótica, por meio do associativismo firmado, os respectivos atrativos, equipamentos e serviços turísticos se complementariam , otimizando e ampliando a oferta turística regional, com expressivos ganhos para as comunidades envolvidas, considerando novas possibilidade de trabalho e renda com reflexos na qualidade de vida e para os turistas com a diversificação dos roteiros, tornando-os mais atraentes.

Várias regiões do Estado têm-se beneficiado com o turismo a partir da inserção na lógica dos circuitos. O associativismo tem permitido a superação de dificuldades que antes se mostravam sem perspectivas, dessa maneira, novas dinâmicas passam a evidenciar as potencialidades muitas vezes desconhecidas das próprias comunidades. No Norte de Minas o reconhecimento de Circuitos Turísticos avançou nos últimos dois anos no sentido de emanciparem alguns municípios da simples condição de integrante de Pólo Turístico, passando também a membros de Circuitos. Vários são os municípios que têm seguido esse caminho. A região já conta hoje com cinco Circuitos, dois deles em fase de reconhecimento pelo Estado.



Figura 18
Circuito Turístico Serra do Cabral e Cachoeiras
Fonte: SETUR-MG

2.5. O papel das redes na gestão social do turismo: capital social e desenvolvimento regional

O turismo tornou-se um fato econômico e social do mundo contemporâneo em função dos recursos que movimenta. O Brasil tem participado disso de maneira explícita. A atividade turística passa a exigir novos modelos de espaços, que correspondam aos novos tipos de relações no nível humano, além de contribuir para o fomento ao capital social⁴⁹, melhoria econômica de uma região e o consumo dos lugares e do meio ambiente de forma sustentável. E, uma vez entendida como o conjunto de recursos capazes de satisfazer as aspirações mais diversas, que incitam o indivíduo a deslocar-se do seu universo cotidiano para um contato com novos espaços, caracteriza-se por ser uma atividade essencialmente sócio-cultural geografizada ligada à utilização do tempo livre.

A relação do turismo com o meio ambiente frente às modernas cidades e as cidades turísticas, tem demonstrado uma relação de conflitos espaciais e socioculturais. Essa relação extravasa a simples percepção e adentra no sistema cognitivo do turismo, frente ao meio socioambiental. Diante dessa condição de percepção das especificidades inerentes aos processos de deslocamento inseridos no Turismo, e de sua construção a partir do relacionamento entre as várias esferas do poder frente à sociedade, fica exposta a importância de se desvendar as interfaces geradas por meio de sua dinâmica, quais sejam entre homem e a natureza, e entre o homem e suas relações sociais que dão sentido às redes.

Em todo o país os problemas sociais têm-se agravado diante do modelo hegemônico do capital. O não reconhecimento do turismo enquanto processo social, cuja base está na ação da promoção humana valorizadora dos patrimônios e acervos das localidades, tem fortalecido isso. Mas, notadamente, algumas iniciativas têm conseguido reverter esse quadro. A identificação de formas alternativas que viabilizem a efetiva contribuição dos

⁴⁹ O Capital Social, segundo Putnam (1996), é um bem público, com as seguintes características: a confiança como componente básico, as normas e cadeias de relações sociais. A cooperação gera confiança e esta conduz a uma tendência de acumulação de capital social. A confiança social parte de duas fontes conexas: regras de reciprocidade e sistemas de participação cívica. A reciprocidade está ligada ao intercâmbio social contínuo, que incentiva o estabelecimento de confiança. Paranhos e Martins (2006, p.09).

resultados econômicos do turismo com fins à superação dos problemas sociais das regiões, especialmente daquelas mais fragilizadas, como é o caso do Norte de Minas, tem sido alvo de vários estudos e pesquisas por parte das Academias, dos Governos, e da própria sociedade civil organizada.

Os impactos do turismo, conforme mencionados, podem ser positivos ou negativos, dependendo de quem o pratica, de como o pratica, de quais são os valores predominantes, das políticas vigentes, do tipo de planejamento adotado e principalmente do modelo de gestão desenvolvido. Nesse contexto, tem se destacado o modelo de gestão social do turismo que, naturalmente, passa por uma reflexão sobre desenvolvimento sustentável. A gestão social, também citada como “gestão social compartilhada, gestão cidadã, gestão pela responsabilidade social, entre outras” , Zouain e Cruz (2004, p.41), no caso do turismo,

compreende o segmento da ciência da administração aplicada ao setor turístico que, por meio dos processos gerenciais de planejamento, organização, direção e controle, alicerçados no conceito de desenvolvimento sustentável e em valores éticos de cooperação, participação, respeito aos direitos humanos e de responsabilidade social compartilhada – governo, classe trabalhadora academia e sociedade civil -, tem como fim precípua (...): a valorização da classe trabalhadora do setor turístico, o desenvolvimento social da região receptora e a qualidade no atendimento ao turista-cidadão. Cruz (2004, p.42)

A legitimação das organizações que participam das redes regionais de turismo por meio de seus sistemas turísticos, o auto-envolvimento e comprometimento na transformação das realidades locais, a satisfação motivacional dos trabalhadores, o desenvolvimento social das atividades que participam das redes, erradicação da pobreza e marginalização, redução de desigualdades sociais, manutenção do bem-estar das populações partícipes, educação, entretenimento e potencialização do desenvolvimento cultural dos turistas, são algumas, e nem por isso poucas, das finalidades da gestão social do turismo, que têm sido percebidas, também, em outras propostas, a exemplo dos chamados turismo responsável, turismo solidário, turismo consciente e turismo de base comunitária, que serão mais bem apresentados no próximo capítulo.

Ao refletir sobre a questão social no turismo, Lopes (2002, p.95-98) *apud* Zouain e Cruz (2004, p.46) aponta que “à medida que não haja condições humanas e qualidade de vida, a equidade e o equilíbrio social desfazem-se, e as condições para o desenvolvimento do turismo serão diretamente afetadas”. Acrescentamos, despretenciosamente, que o desenvolvimento social dos lugares é condição “*sine qua non*” para o desenvolvimento turísticos dos mesmos. Contudo,

diversas dificuldades impõem-se à avaliação dos impactos sociais gerados pelas atividades turísticas brasileiras, tanto em âmbitos municipal e estadual quanto nacional. Entre as dificuldades destacam-se a inexistência de indicadores sociais específicos para o setor turístico; a fundamentação e os critérios adotados na concepção de vários indicadores sociais, não se coadunando, por várias vezes, com os entendimentos ideológicos de muitos estudiosos da área de gestão social do setor turístico. Zouain e Cruz, (2004, p.46)

Entendemos que ainda é bastante reduzido o número de trabalhos que abordam a compreensão da dinâmica dos sistemas turísticos, em termos do conjunto mais apropriado de associações a partir da teoria das redes, para se analisar o turismo em sua totalidade. Apesar dos modelos sistêmicos que têm buscado de maneira brilhante aperfeiçoar as análises e o entendimento de como tem-se processado o fenômeno turismo, os apontamentos referentes aos sistemas turísticos, a nosso ver, têm se fechado em si e, assim passam a atender reflexões tecnicistas, não privilegiando o desenvolvimento social em sua concepção mais ampla. Mesmo propondo modelos de planejamento dentro de princípios do turismo sustentável, acabam rendidos por interesses específicos, comprometendo uma análise global do funcionamento do turismo. Cabe-nos lembrar que as redes estão nos lugares e nas pessoas, suas dinâmicas, vivas, dependem de sua compreensão, de seu entendimento, em toda a sua complexidade, da maneira mais simples possível.

De qualquer maneira, a assimilação da dinâmica do turismo em redes, no campo gravitacional de seu conceito, e no campo pragmático de seus relacionamentos, tem exaltado a condição híbrida do lugar onde ocorre. De acordo com Almeida (2003, p.13), o turismo tem ocupado um lugar, enquanto espaço vivido e de existência para as populações locais e, paralelamente, um lugar de representação e de imagens para os turistas. Segundo a autora, esse lugar estaria situado numa esfera de entendimento,

comportando tanto o vivido, como o experienciado; ou seja, experienciado no sentido de ser ‘qualquer conhecimento adquirido por meio dos sentidos’.

Essa situação tem sido facilmente percebida com a realização do Fórum Mundial de Turismo para a Paz e Desenvolvimento Sustentável – Destinations⁵⁰, que criado e lançado no Brasil em 2003, constitui “um movimento permanente e contínuo que, por meio do turismo, busca a promoção do desenvolvimento econômico e social, a valorização da diversidade cultural, a preservação da biodiversidade e a criação de condições para que a paz prevaleça”⁵¹. De acordo com o Fórum, a busca por esses objetivos deve se dar por meio de três estratégias: “estabelecer diálogos e realizações através de uma *rede de redes* focadas em suas temáticas; promover projetos demonstrativos, realizações concretas e inovadoras que geram melhores práticas às questões essenciais do movimento; e, organizar encontros anuais, reuniões dedicadas a sintetizar, avaliar e disseminar novas práticas e soluções que avançam a causa”. Idem (grifos meus).

Durante as três edições, 300 experiências de turismo sustentável, que percorrem os temas-chave do Fórum (preservação da biodiversidade, desenvolvimento social, desenvolvimento econômico, valorização da diversidade cultural, geração de condições para paz mundial e prevenção à exploração sexual de crianças e jovens) foram apresentadas e discutidos por mais de 400 painelistas. O último Encontro foi marcado por importantes decisões para o futuro do turismo mundial, brasileiro e regional, como, dentre outros, a formação da Rede de Turismo e Preservação da Biodiversidade, a integração sul-americana a partir do turismo. A mensagem final do encontro é que, com investimento, o turismo constitui desenvolvimento, especialmente investimentos nas redes, por exemplo, de alianças comunitárias.

As dimensões geográficas do turismo e as redes que se estabelecem a partir de sua complexidade chamam a atenção para a importância de se planejar ações em bases locais, considerando estratégias de desenvolvimento sustentável e procedimentos para o

⁵⁰ Em três anos, os Encontros Anuais do Fórum já reuniram mais de onze mil pessoas de 100 países, entre líderes de empresas, governos, organizações sociais e intergovernamentais, especialistas, academia, mídia, voluntários, jovens etc. Salvador, na Bahia, foi sede do primeiro Encontro Anual, o Destinations2004. Em 2005, foi a vez do Rio de Janeiro abrigar o evento. O último Encontro, Destinations2006, foi realizado em Porto Alegre, Santa Catarina e marca a transição do Fórum para um novo país-sede. Disponível em <http://www.>, visitado em 05 de Jan 2007.

⁵¹ Idem

desenvolvimento sociocultural. Os ordenamentos território-ambientais do espaço em que se desenvolvem as atividades turísticas devem ser analisados a partir de seus vínculos funcionais que entrelaçam seus componentes do espaço físico e sua estrutura natural, dados por uma ordem orgânica, como aponta Boullón (2002, p.08) ao afirmar que, “planejar bem o espaço é descobrir sem erro como é a realidade (nossa realidade, não outra), e ser capaz de imaginar aquilo que devemos agregar-lhe, para que, sem que perca seus atributos, adapte-se a nossas necessidades. Por isso, uma estrutura lógica é aquela que melhor se adapta a um organismo preexistente, dado pela natureza”.

De acordo com Salgado e Lessa (2005)⁵² a formatação e o desenvolvimento de uma rede de turismo no Norte de Minas, só pode se dar a partir do reconhecimento e implantação de micro-redes de cooperação intermunicipais, considerando elementos fundamentais do turismo como transporte, hospedagem e alimentação, mas também valorizando relações sociais das comunidades locais, sua cultura e suas vontades. A constatação de elos sistêmicos dessa natureza constitui a base de solidificação de uma rede de turismo regional, que permitirá evidenciar os valores locais e regionais na rede do turismo nacional e mundial. E, nesse sentido, criar possibilidades de desenvolvimento regional através do turismo.

A política de turismo engendrada pelo poder público deve condizer com a exigência de assegurar a preservação e manutenção do meio ambiente local, a satisfação do turista que participa ativo do cotidiano local e, por fim, gerar o desenvolvimento harmonioso no contexto da economia nacional. Entende-se que o Sistur, bem planejado dentro das políticas públicas, pode minimizar impactos, maximizar economia e estimular a sociedade. Essa equidade é o tripé do desenvolvimento sustentável de base local. Silva e Salgado (2005, p.35)

No caso da rede norte-mineira de turismo, o cerne das reflexões se volta neste trabalho para o que Martinho (2003, p.13) chama de “projeto deliberado de organização da ação humana” tratando a rede não como uma entidade ou instituição, mas como uma organização, sob um padrão organizativo e seu modo de operação correspondente. Segundo ele, esse padrão ajuda os sujeitos sociais a empreenderem, obterem resultados

⁵² Artigo (*mimeo*)

e promoverem a transformação da realidade – padrão e modo de operação – que já trazem embutidos em seus princípios e procedimentos o exercício dessa transformação.

Em toda a sua história, o turismo norte-mineiro tem demonstrado laços de solidariedade produtiva, raízes, simplicidade e autenticidade construída permanentemente da tradição, da identidade regional, e carrega em suas dinâmicas características únicas. A solidariedade e a reciprocidade são características das micro-redes de turismo norte-mineiras, contudo, elas não ocorrem apenas nas relações sócio-culturais, mas também nos territórios do Norte de Minas; são as micro-redes (redes) formando circuitos (redes) que se interagem a partir de seus sistemas turísticos (redes) para formar redes regionais, que se integram à rede nacional e por conseguinte à rede mundial, uma rede das redes.

A reciprocidade é um outro fator importante, com a maior parte das áreas apresentando, em graus variados, tanto funções geradoras como receptoras. Na maior parte dos casos, um tráfego de mão dupla existirá entre pares de lugares, sejam dois países ou duas cidades ligadas, embora os fluxos possam ser mais fortes em uma direção do que em outra. À medida que a maior parte dos lugares estiver ligada a uma série de outros lugares, poder-se-á contar com um complexo sistema de fluxos recíprocos, e lugares individuais terão uma variedade de funções geradoras e receptoras. Diversos modelos, em particular, fazem atentar para as funções receptoras das áreas urbanas que, no passado, foram muitas vezes ignoradas, em favor de destinos turísticos mais sofisticados. Somada a essa complexidade está a série de ligações que pode existir entre origens e destinos, com alguns lugares sendo ligados diretamente a outros, enquanto outros podem formar parte de um circuito. Pearce (2003, p.54)

As redes podem ser consideradas como uma medida política social que reconhece e incentiva a atuação de outras redes, como o caso das redes de solidariedade centradas no combate à pobreza, à exclusão social e, na promoção do desenvolvimento de determinadas localidades. Redes sociais, por exemplo, são capazes de expressar idéias políticas e econômicas inovadoras com o surgimento de novos valores, pensamento e atitudes. Paranhos e Martins (2006, p.18), apontam que “a natureza dos laços estabelecidos nas redes define seus padrões de sociabilidade e também a natureza dos recursos alocados, configurando diferentes fluxos de capital social”.

O capital social é estruturado a partir dos vínculos estabelecidos nas relações entre as pessoas, uma vez que se encontra não nas pessoas em si, mas nas relações entre elas.

Segundo Bourdieu (1998), capital social é o conjunto de relações de que dispõe um indivíduo ou grupo. Sua detenção implica um trabalho de instauração e manutenção das relações, isto é, um trabalho de sociabilidade, que seria, segundo Fontes (2004), função da natureza particular das redes sociais estruturadas funcionais a seu desenvolvimento. Paranhos e Martins (2006, p.09)

O turismo visto sob a ótica das redes proporciona ampla informação a ser compartilhada por todos, sem canais reservados e fornecendo a formação de uma cultura de participação e solidariedade. Isso se torna possível devido ao desenvolvimento das tecnologias de comunicação e da informática, à globalização das idéias, à evolução da cidadania, ao avanço da ciência. As redes unem os indivíduos organizando-os de forma igualitária e democrática e em relação aos objetivos que eles possuem em comum.

Ao vislumbrar a estruturação da rede de turismo no Norte de Minas podemos conduzir nosso olhar a um cenário de concentração incipiente e contínua da atividade turística planejada na região. Cabe ressaltar que a lógica do turismo Norte-Mineiro já existia aqui desde muito antes da idéia de se planejar o setor, como se percebe ao lançarmos olhares sobre o nosso “*turismo da roça*”⁵³ que, difere dos segmentos turísticos atualmente denominados turismo rural e agroturismo. Enquanto os últimos se pautam pelo deslocamento de pessoas a espaços rurais, em roteiros programados ou espontâneos com ou sem pernoite para fruição dos cenários e instalações rurícolas, Beni (2001, 429), o primeiro se evidencia prioritariamente por topofilia, laços familiares e relações solidárias realizadas a partir de deslocamentos migratórios de retorno dos grandes centros para a região ou deslocamentos intra-regionais, com destaque para o urbano-rural e para os intermunicipais.

A especialização dos mercados, bem como o fomento à participação da sociedade civil na elaboração e estruturação do turismo regional, converge para o estabelecimento de uma rede densa e bem integrada com o turismo assumindo forma e dominando a estrutura urbana e econômica de cada município da região norte-mineira e, sobretudo, dinamizando as cidades para se interligarem aos processos globais da referida atividade, sem perderem suas condições locais, seus símbolos e signos, suas tradições, seus costumes, suas identidades, muito mais importantes, em nossos olhares.

⁵³ A Expressão “*Turismo da Roça*”, muito autêntica para o Norte de Minas, nos foi evidenciada durante apresentação de qualificação deste trabalho à Banca Examinadora, pelo Antropólogo, Docente do PPGDS, Dr. João Batista de Almeida Costa, quando refletia sobre a identidade do turismo norte-mineiro, juntamente com a Professora Dr^a. Simone Narciso Lessa e com o Professor Dr. Rômulo Pinheiro de Carvalho. Muito valiosa, nos permite argumentar a favor da existência de dinâmicas próprias do Norte de Minas, quando analisamos as viagens que, ao longo dos anos se espalharam pela região norte-mineira.

CAPÍTULO TERCEIRO

A REDE DO TURISMO NO NORTE DE MINAS: OLHARES

"(...)Porque a cabeça da gente é uma só, e as coisas que há e que estão para haver são demais de muitas, muito maiores diferentes, e a gente tem de necessitar de aumentar a cabeça, para o total(...)."

Grande Sertão: Veredas
João Guimarães Rosa

3.1. Turismo no Sertão Mineiro: viagens antigas, história recente

As viagens desempenharam importante papel na história da humanidade, especialmente na evolução das ciências, o que possibilitou o desenvolvimento econômico e social de algumas porções territoriais do globo. Nesse mesmo contexto, as viagens, muitas vezes analisadas como componentes do fenômeno lazer, assumiram caracteres distintos e permitiram a consolidação da atividade turística em vários territórios. Nos albores do turismo moderno, o Sertão Mineiro já constituía um cenário habitado por viajantes, naturalistas e migrantes que, por vários motivos territorializaram o Norte de Minas. A contribuição da literatura de Viagem substancia as reflexões e proposições acerca do turismo em Minas Gerais, em especial do seu desenvolvimento no Norte de Minas.

Considerando que a ocupação na região se deu há mais de 12 mil anos, entendemos que a presença humana no Cerrado de Primitivos, Indígenas, Quilombolas, Jesuítas, Colonos, Bandeirantes, Viajantes Naturalistas⁵⁴, Bandeirantes, Garimpeiros contribuiu efetivamente para a ampliação do fluxo de pessoas na região e conseqüentemente a fundação de uma sociedade norte-mineira. “No médio São Francisco, zona de transição

⁵⁴ Segundo RIBEIRO (2005, p.364) no contexto das viagens do sertão, “grande parte das obras produzidas pelos naturalistas luso-brasileiros e estrangeiros se preocupa em revelar as maravilhas do Novo Mundo e, em particular, da Capitania de Minas Gerais para os seus leitores europeus, sejam eles as autoridades metropolitanas, ou os próprios monarcas, a quem as dedicam; sejam os homens de Letras e Ciências, ou simplesmente seus concidadãos. Esse caráter descritivo marca tanto as memórias e corografias dos luso-brasileiros como os relatos de viagens dos estrangeiros, diferindo apenas no caráter mais formal das primeiras em relação à trama quase literária destes. Os estudos científicos também possuíam o mesmo caráter, constituindo-se em verdadeiros catálogos onde cada espécie era minuciosamente detalhada em seus vários aspectos físicos”.

de ecossistemas diversos, estruturou-se e organizou-se uma sociedade com características próprias, em que o eixo crucial consiste na articulação de diversidades culturais, de identidades contrastivas, de racionalidade díspares, mas complementares, e de projetos civilizatórios construtores da civilização brasileira, que permitem pensar o Norte de Minas como a síntese de nossa nacionalidade”, afirma Costa (2005, p.08).

Todas as estruturas físicas, energias e dinâmicas que constituem o mundo desde a sua criação sempre fizeram dele um estimulante e fantástico espaço para viajantes. O leque de viagens construído historicamente por bandos, aventureiros, pesquisadores, eremitas, guerreiros, conquistadores, viageiros em geral, permitiu importantes vínculos entre o local e o global e, dessa maneira, as viagens qualificaram os espaços. Nesse sentido, encontramos na leitura de Borges e Salgado (2006) a seguinte reflexão:

Desde as mais antigas comunidades e tribos das mais diferentes regiões e épocas, o ato da viagem sempre esteve visceralmente íntimo do conhecimento. Viajar e conhecer sempre andaram de mãos dadas na história da passagem do homem pela Terra. Seja para dominar e colonizar, para fugir das injustiças e perseguições, para esquecer um grande amor ou mesmo conquistar outro ou mesmo para constituir a iniciação de um indivíduo nos mistérios do universo, a viagem sempre foi lenitivo necessário dessa busca, símbolo da procura humana pela transcendência. Assim, também foi meio para o exílio, migrações, expatriações, peregrinações e diásporas, conferindo um caráter nada romântico às experiências humanas, como na *Viagem ao Fim da Noite*, sobre os horrores das grandes guerras mundiais do século XX e do holocausto. Uma realista leitura da degeneração humana em tempos de cólera.

A história da ocupação do Sertão⁵⁵ Mineiro remonta a própria história da civilização, guardadas suas proporções. Se antes, bandos que viviam da caça, pesca e extrativismo vegetal, deram origem a dinâmicas socioeconômicas próprias, o século XVIII irá se

⁵⁵ Os Sertões, ou o Sertão, “estabelecido como espacialmente periférico, é também culturalmente tido como estando fora dos centros dinâmicos do mundo moderno. A origem do termo, possivelmente, expressa essa noção presente no expansionismo europeu pelo planeta, a constituir-se como centro que irradia civilização para os vários “sertões” a serem conquistados”. Ribeiro (2005, p.54). “Talvez desde o século XII, com certeza desde o XIV, os portugueses empregavam a palavra, grafando-a “sertão” ou “certão”, para referir-se a áreas situadas dentro de Portugal, porém distantes de Lisboa”. Cortesão (1958, pg.28) apud Ribeiro (2005, p.54). A partir do século XV, em diante, passaram a usa-la também para denominar espaços vazios, interiores, localizados nas posses recém-conquistadas e nas suas proximidades, sobre as quais pouco conheciam: “Para além de Ceuta, até onde alcançavam as vistas, estendem-se os certões...” escreveu, em 1534, Garcia de Resende. Godinho (1990, pg.96) Amado (1995, pg. 147) apud Ribeiro (2005, p.55). Janaina Amado apresenta as seguintes possibilidades etimológicas para o termo, segundo alguns estudiosos: a) seria a corruptela de “desertão”; b) proviria do latim clássico *serere*, *sertanum* (traçado, entrelaçado, embrulhado); c) significando, também, *desertanum* (lugar desconhecido para onde vai o desertor). Amado (1995) apud Ribeiro (2005, p. 55).

caracterizar “por uma nova ocupação do Cerrado Mineiro, nitidamente distinta da até então realizada por outros grupos humanos que aí viveram, pois estava marcada, de um lado, por uma presença humana maior e culturalmente mais diversificada, e de outro, pelos novos usos, manejos, conhecimentos e representações simbólicas em torno daquele bioma”. Ribeiro (2005, p.173).

Nesse contexto, a introdução da mineração e da pecuária pelo cerrado traduziu-se em importantes mudanças sócio-espaciais. De acordo com Oliveira (2000, p.20) “o território que é hoje o Norte de Minas foi palco das primeiras incursões ao interior do país. A expedição de Espinosa-Navarro, em 1553, partindo de Porto Seguro (Ba) percorreu toda a região, chegando até o Rio São Francisco de onde retornou”. Ainda, aponta que, apesar dessa precoce presença do português, a ocupação efetiva da região só se deu na segunda metade do século XVII, quando aqui se encontraram as correntes de povoamento vindas pelo norte, fruto da expansão dos currais de gado ao longo do Rio São Francisco e, pelo sul, das bandeiras paulistas.

No século XVII, são registradas as primeiras doações de grandes sesmarias, a margem esquerda (oeste) do Rio São Francisco fica com Garcia Ávila (casa da torre) e a direita (leste) com Antônio Guedes Brito (casa da ponte). Mas foram os bandeirantes paulistas que fundaram as primeiras povoações, as atuais Matias Cardoso, Januária, São Romão e Guaicuí, todas às margens do Rio São Francisco, eixo econômico da região. A ocupação da porção territorial que seria o Município de Montes Claros se deu por um dos membros da bandeira (de 1674) de Fernão Dias, continuada depois por Matias Cardoso. Antônio Gonçalves Figueira, ao término da bandeira, fixou-se na região ao final do século XVII, onde fundou as fazendas de Jahyba, Olhos D’água e Montes Claros, sendo esta última situada à margem do Rio Verde Grande, local da atual cidade. Pelo Alvará, de 12 de Abril de 1707, Antônio Gonçalves Figueira obtém sesmaria sob condições de forel. Em 18 de Junho de 1769, foi dado a José Lopes de Carvalho, então proprietário da Fazenda Montes Claros, autorização para erigir uma capela, a partir da qual surgiu a cidade. Cabe destacar que, nessa época, esta era uma área marginal na economia regional, uma vez que o centro econômico-social estava no Rio São Francisco. Oliveira (2000, p.21-22)

Ao refletir sobre o processo de ocupação do Sertão Mineiro, Diegues Junior (1960, p.20)⁵⁶ apud Costa (2006, p.11)⁵⁷ aponta que o território onde se fundou, se constituiu e

⁵⁶ DIEGUES JUNIOR, Manuel. Regiões Culturais do Brasil. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais; Ministério da Educação e Cultura, 1960.

⁵⁷ COSTA, João Batista. Movimento Catrumano: o Norte de Minas como berço de Minas Gerais. Documento de Apresentação. Montes Claros: Unimontes, 2006.

se consolidou a sociedade mineira, apresenta duas formações sócio-culturais e históricas distintas, uma vinculada ao Nordeste Mediterrâneo em que " a sociedade que se formou teve no vaqueiro o seu tipo humano característico, a mestiçagem intensificou-se; os currais e depois as fazendas de criação representam o principal centro social desta região, em cujo território outras características foram se desenvolvendo, de modo a criar novos aspectos culturais na região".

E a outra região cultural caracterizada como Mineração no Planalto com a formação dos arraiais de mineração, ambiente de riqueza, de fausto, de vida social intensa, mamelucos, mulatos, reinóis, judeus, e não só paulistas e nordestinos participam da formação humana; criaram-se condições culturais próprias que nos nossos dias, vêm sofrendo significativa mudança com as transformações decorrentes do desenvolvimento da metalurgia, sob cuja influência se verifica o processo de vida regional". (op.cit.:21).

No norte de Minas, os principais processos civilizatórios que constituíram a nação brasileira se articularam. Inicialmente, indígenas, africanos e seus descendentes, caracterizados por uma organização social baseada na reciprocidade e solidariedade e na constituição de uma territorialidade baseada em relações de parentesco e compadrio, que já se encontravam articulados entre si. Em seguida, os paulistas, com seu caráter expropriador e nômade, que, se ao fixarem no médio São Francisco, encontraram-se com baianos e pernambucanos, com seu caráter sedentário e patriarcal. Das articulações e alianças conjuntas deram formação à elite regional inicial, principalmente. Essas três correntes civilizatórias consolidaram uma sociedade específica com cultura própria e uma identidade singular que fazem os norte-mineiros "uma espécie diferente de gente", única no planeta, reconhecida a partir do seu sotaque, do seu comportamento e sentimentos, bem como pela pertença a essa região. Mais de 150 anos depois chegaram os mineiros com seu caráter cartorialista, ou seja, estruturador do Estado, assumindo o comando político de cada um dos arraiais transformando em vilas e se fazendo a elite de cada uma dessas povoações e da região como um todo. Ao final do século XIX, chegaram os padre belgas para civilizar as sociedades locais e os imigrantes italianos para embranquecer a população regional. E, finalmente, os desenvolvimentistas, que ao se articularem com os norte-mineiros já civilizados pelos premonstratenses, processam o desenvolvimento regional. Costa (2005, p.24)

Para Ribeiro (2005, p.347-348) "o início da segunda metade do século XVIII apresenta dois aspectos importantes a contribuir decisivamente para o desembarque de homens de Ciências no Sertão Mineiro". Apresenta o primeiro deles como sendo o declínio da mineração na Capitania e o segundo como sendo o desenvolvimento de um reformismo ilustrado em Portugal, iniciado com a ascensão em 1750, do Marquês de Pombal à função em um cargo central dentro do governo português.

No período compreendido entre os anos de 1807 a 1852, vários foram os viajantes europeus, entre naturalistas e pesquisadores, que desembarcaram no Sertão Mineiro, dos quais podemos citar: “Whilhelm Ludwig von Eschwge, Johann Baptist von Martius, Karl Friedrich Philipp von Martius e Georg Wilhelm Freireyss vindos da Alemanha, Auguste Prouvençal de Saint-Hilaire, vindo da França, Johann Emanuel Pohl, vindo da Áustria, Georg Gardner, vindo da Escócia” dentre outros. Ribeiro (2005, p.365). Percorreram várias regiões - Alto São Francisco, Alto Parnaíba, Triângulo, Noroeste, Jequitinhonha e alguns deles percorreram o Norte de Minas -, com vários objetivos em suas pesquisas, “geologia, mineralogia, botânica, literatura, história, medicina, zoologia, história natural”, dentre outras. Ribeiro (2005, p.365).

Não diferente de outros lugares, as viagens encontraram no Sertão Mineiro alguns entraves que basicamente remetiam à condição da logística. “As perspectivas de desenvolvimento econômico do Sertão Mineiro, como já assinalavam os naturalistas no final do século XVIII, esbarravam nas suas distâncias até aqueles mercados e nas dificuldades de transporte ali vividas”. Ribeiro (2005, p.415). Para se ter uma idéia, “só em 1873, com a concessão dada à Empresa Viação Brasil, foi implantado um serviço regular de navegação”, mesmo ano em que se viram “as primeiras iniciativas de se incentivar a construção de ferrovias no Sertão Mineiro”. Ribeiro (2005, p.418-19).

Considerando a necessidade de implantação de redes de transporte no período, como fator que iria otimizar os fluxos regionais, percebe-se a expectativa pela chegada da estrada de ferro na região, na fala de Vianna, (1916, p.239) apud Ribeiro (2005, p.421), “a estrada de ferro é legítima e talvez a única aspiração do sertanejo (...) o meio profícuo de se encaminhar rapidamente ao progresso” e afirma “é ela que irá resolver, ou melhor, dar a chave de quanto problema se nos apresenta”.

A chegada da ferrovia transformou a região em “centro de comercialização e distribuição, realizando a intermediação entre São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso”. Martins (1998, p.170) apud Ribeiro (2005, p.422). Nas primeiras décadas do século XX, as localidades ao longo da ferrovia, “passam a desfrutar de grande expansão econômica. O processo de expansão ferroviária primeiramente beneficiou aquelas localidades próximas ao Rio São Francisco e posteriormente aquelas mais afastadas”. Cardoso (2000, p.208).

A navegação pelo Rio São Francisco, partindo de Pirapora, teve como fator fundamental para sua intensificação, a instalação naquela cidade, pela Cia. Cedro Cachoeira, de um depósito de algodão que era comprado dos produtores da região. Esse fato transformou Pirapora em local privilegiado para ser a estação terminal da Ferrovia Central do Brasil. Ainda, como fator de suma importância, que é atestado pela construção da ponte marechal Hermes da Fonseca – hoje desativada e ponto turístico da cidade –, a ferrovia seguiria para o Norte para servir de escoadouro da produção de borracha do Norte de Minas. Querino (2006, p.156)

Na compreensão de Lessa (1993, 117), a Estrada de Ferro Central do Brasil “partindo de Pirapora deveria atravessar a região do país e alcançar Belém”. Assim posto, depreende-se de Oliveira (2000, p.22-23) que a decadência da mineração na região central do Estado de Minas Gerais, no século XVIII e início do século XIX em que se evidenciou a necessidade de alternativas, levou a região a se tornar fornecedora das novas áreas, na própria província, Paracatu, e fora dela, Bahia e Goiás, o que resultou no reforço da estrutura econômica então implantada, nas mesmas cidades – (Rio São Francisco). No contexto, o resultado na rede urbana no Norte de Minas é a decadência das cidades ribeirinhas, em especial do lado esquerdo (oeste) do Rio São Francisco.

O autor pontua que, com o afastamento do eixo econômico do Rio para o Sertão, Montes Claros passa a se destacar como núcleo urbano de maior importância. O alto custo do transporte fluvial pelo Rio São Francisco, dada à incompatibilidade entre rio e vapores em alguns casos, e a crise nas exportações da borracha, muda os planos do governo quanto à ferrovia e Pirapora então deixa de ser o núcleo. “Pirapora passou a ser apenas um ramal e a ponta de trilhos transferiu-se para Montes Claros, que passará, a partir de então, a cumprir a função de centralidade na rede urbana do Norte de Minas”. Querino (2006, p.158)

É claro que a retenção da ferrovia em Montes Claros, por cerca de 20 anos, contribuirá para a reconfiguração da rede urbana do Norte de Minas. Esse fato é considerado a causa principal da decadência das cidades ribeirinhas do Rio São Francisco como centralidades de uma rede que tinha vínculos com o Norte (Bahia e Pernambuco), vínculos estes que haviam sido intensificados com os incentivos dados à navegação naquele rio. Querino (2006, p.156)

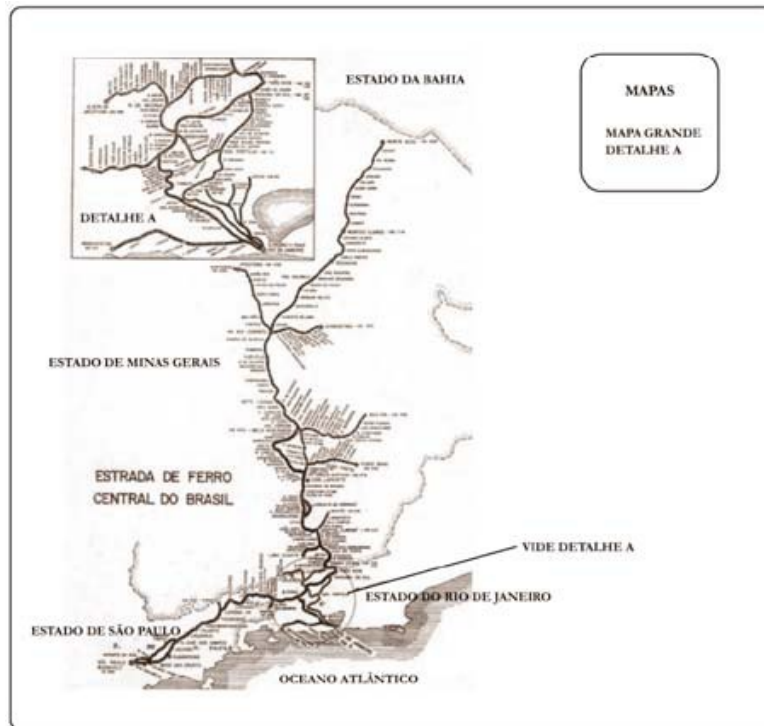


Figura 19

Traçado da Ferrovia Central do Brasil.

Fonte: http://www.geocities.com/central_do_brasil/2-mmapas.html

As transformações que se operaram na formação sócio-cultural e espacial do Norte de Minas apresentam em seu histórico motivações externas e internas que evidenciam a necessidade de um olhar multifocal sobre desenvolvimento regional. O melhoramento da infra-estrutura regional com a invasão dos objetos técnicos da modernidade que se espraiava permitiu que novos fluxos de pessoas passassem a figurar no território norte-mineiro e, nesse sentido, trouxe consigo novos equipamentos que passaram a participar da cadeia produtiva do turismo ou trade turístico como pensões, pousadas, quitandas e, posteriormente, pequenos hotéis, além de serviços de alimentação, casas de eventos, clubes sociais, prostíbulos, mercados municipais, redes rodoviárias e especialmente as ferrovias.

O fato é que, com a chegada da ferrovia, e ela, por si só, considerada um desses objetos técnicos, abriu um caminho através do qual tais objetos se farão presentes na vida sertaneja. As lideranças políticas e mesmo a população local passaram a buscar ansiosamente a implementação de mecanismos que permitissem a sua inserção no mapa do progresso e o acesso a cada novidade criada no “mundo civilizado”, quais sejam, os objetos técnicos e os equipamentos urbanos. Uma vez presentes na região, as novidades do mundo civilizado serão motivo de eufóricas comemorações, símbolo de vitória e de competência dos políticos que, sob seu mandato, conseguiram trazê-las para o sertão. Essa busca frenética do moderno, do científico, do civilizado, acabou por impedir que se percebesse o processo paralelo de apagamento das lógicas, das técnicas e da cultura local, que passaram a ser entendidas como símbolo de atraso e de pobreza. Querino (2006, p.155-156)

Vários são os fatores que dialogam com o histórico das viagens pelo Sertão Mineiro e, conseqüentemente, suas interfaces com o processo de evolução do turismo. Porém, nossa intenção neste momento é apenas sinalizar que mesmo não participando de grandes rotas turísticas que despontavam nos séculos XIX e XX, a região Norte-Mineira já dialogava, com a condição eminente do Turismo, uma vez que suas rotas comerciais já eram evidentes.

Esses processos desencadeados a partir de novas rotas e novos fluxos que se estabeleceram na região, geraram uma série de reflexos, ora positivos, ora negativos no que diz respeito ao processo embrionário da atividade turística regional, como o exemplo do deslocamento das pontas de trilho de Pirapora para Montes Claros. Nesse caso, cabe a afirmação de Lessa (1993, p.125) quando afirma que “em 1925, Montes Claros passa de Ramal à Linha do Centro da Estrada de Ferro Central do Brasil, em detrimento de Pirapora, torna-se “boca do sertão”, apesar da linha férrea acabar em Pirapora. A interrupção do prolongamento até Belém faz com que Pirapora e as cidades ao longo deste traçado percam com a queda do volume de negócios que seriam proporcionados pela construção do prolongamento até Belém”.

Dois quadros apontam para a atividade turística regional naquele momento. Se por um lado a interrupção do prolongamento da ferrovia até Belém culmina no cenário de decadência das localidades que se orquestravam com a instalação em Pirapora e, nesse caso, considerarmos que a ampliação dos fluxos alteraria significativamente o quadro socioeconômico e cultural daquela região e automaticamente o quadro ambiental, por outro, a rota que se evidenciaria, passaria a um importante circuito turístico ferroviário, dadas às características do cenário natural e do quadro social cosmopolita da época. “A chegada da estrada de ferro não somente abria novos mercados, mas também “a imaginação para o cosmopolitismo e seu mundo de imagens”” Lessa (1993, p.124) apud Querino (2006, p.158).

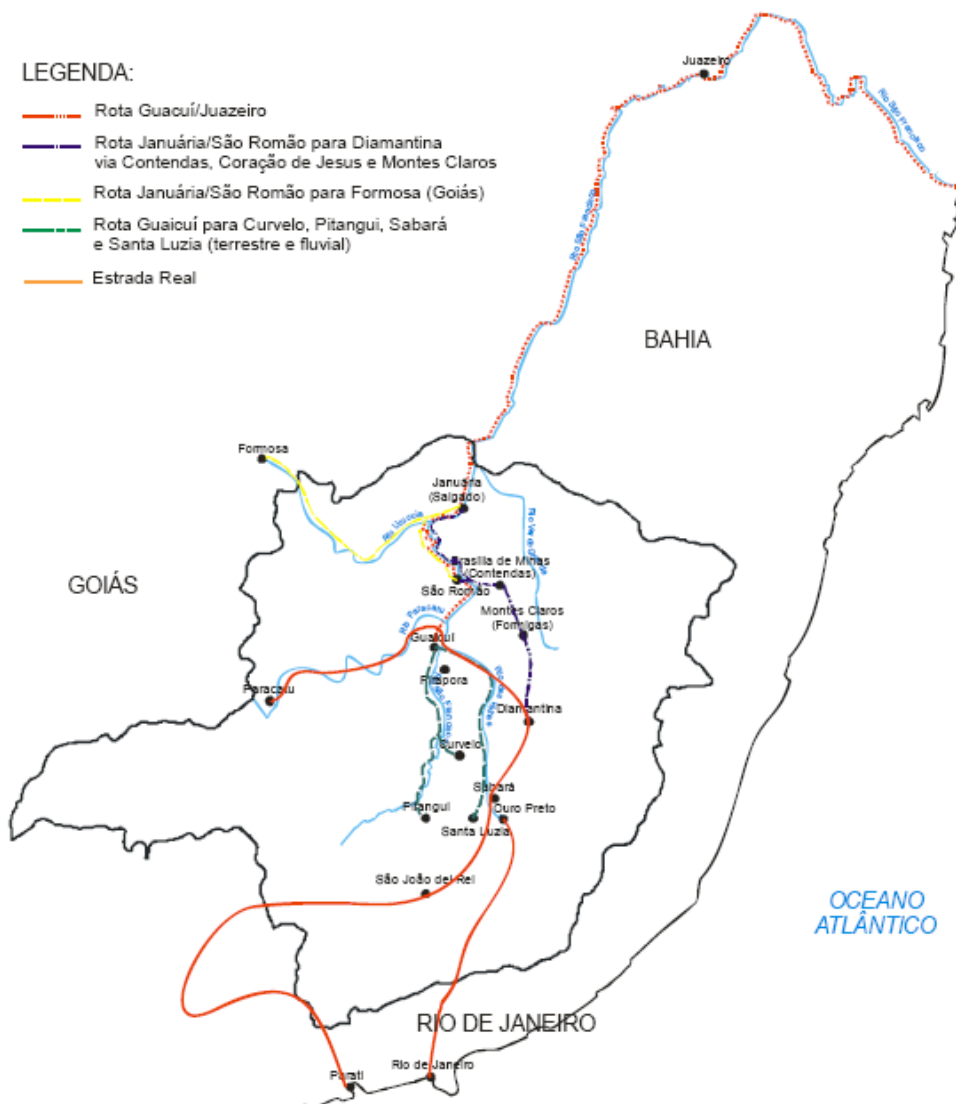


Figura 20

Formigas no circuito comercial: as origens de uma centralidade regional

Fonte: Querino (2006, p.134)

Na primeira metade do século XX, ganha destaque na região a chegada do vapor “Benjamim Guimarães” às águas do Rio São Francisco. Construído em 1913, após navegar no rio Mississippi e, posteriormente, em rios da Bacia Amazônica, o vapor “Benjamim Guimarães”, na segunda metade da década de 20, passou a realizar contínuas viagens ao longo do Rio São Francisco e em alguns dos seus afluentes. Sua rica história percorre as águas do Rio São Francisco da criação do Porto de Pirapora (MG) até a saga do cangaceiro Virgulino “Lampião” no Sertão de Juazeiro (BA).

Ao contrário das demais embarcações da época, as viagens eram programadas de modo a permitir que o mesmo atendesse às mais variadas necessidades, indo e vindo de vários portos intermediários antes de seu regresso ao porto de origem. O Benjamin Guimarães, por várias décadas, foi mais utilizado no transporte de cargas do que de passageiros no trecho Pirapora - Juazeiro, no Norte da Bahia, chegando a navegar com centenas de tripulantes a bordo que se dividiam em 1ª, 2ª e 3ª classes, além de ter transportado – durante a Segunda Grande Guerra Mundial - tropas do Exército Brasileiro que se dirigiam ao litoral de Pernambuco e do Rio Grande do Norte para o patrulhamento da costa, de onde embarcariam até a Itália, na Força Expedicionária Brasileira.

Há de se considerar que as políticas públicas de turismo construídas desde a década de 40 em Minas Gerais têm-se ramificado em importantes ações de reconhecimento, valorização e resgate dos potenciais regionais do Estado a partir de novos olhares e novas percepções.

A medida dada ao processo de invisibilização do Norte de Minas como alvo do planejamento estratégico do Estado ao longo dos anos se, por um lado, não inseriu o Norte na lógica desenvolvimentista que se evidenciava noutros territórios mineiros, por outro, permitiu que as lógicas sócio-culturais norte-mineiras, bem como seu patrimônio natural, não sofressem, em parte, transformações mais significativas e, preservando importantes laços simbólicos, ambientes naturais, manifestações culturais, dentre outros.

Contudo, não se pode afirmar de maneira absoluta que essas lógicas permaneceram intactas, já que foram muitos os processos de expropriação da identidade norte-mineira, especialmente das comunidades tradicionais que deram sentido à região ao longo de sua formação histórico-cultural.

3.2. Turismo no Norte de Minas: entraves e perspectivas na ótica do SISTUR

3.2.1. O Norte de Minas como o lugar dos lugares para o turismo sustentável

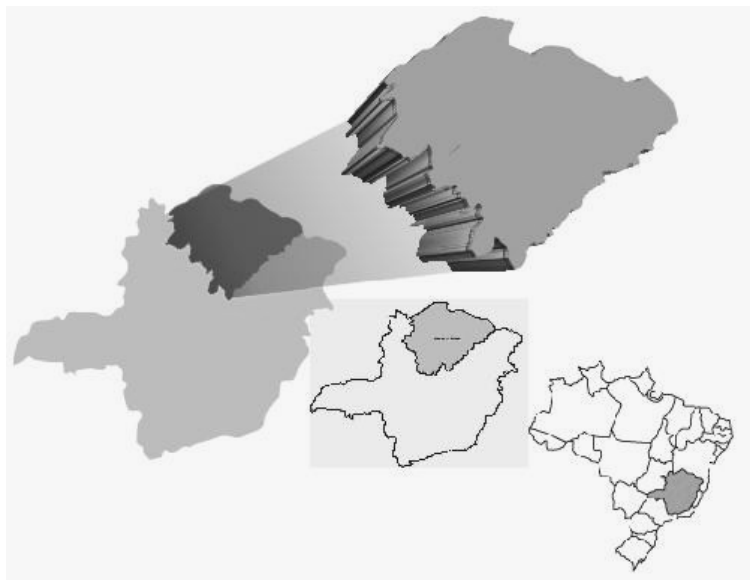


Figura 21

Norte de Minas – Localização Geográfica

Fonte: Mesonorte (2007) – Adaptado pelo autor

Constituindo uma região com características geográficas, culturais e econômicas peculiares, o Norte de Minas enquadra-se na história do país como uma região onde muito se explorou e pouco se desenvolveu. O legado político talvez seja uma das várias respostas para esse quadro. Entende-se que, o turismo, enquanto fenômeno sócio-cultural geografizado, ao evidenciar novas propostas econômicas e possibilitar a equalização de novas políticas públicas para os governos, setor privado e sociedade, venha apresentar novas perspectivas para o desenvolvimento regional.

Depreende-se do Diagnóstico Mesonorte (2007) que “apesar de seu uso corrente, Norte de Minas é uma expressão difusa nem sempre usada com precisão. Em outras palavras, apesar de identificar a macrorregião VIII⁵⁸ de planejamento do Estado de Minas Gerais, seu uso torna-se bem mais largo quando se trata de nomearem planos e programas destinados à região”. No caso do Turismo esse entendimento não é diferente, na medida

⁵⁸A macrorregião de planejamento VIII (Norte de Minas) é composta pelas microrregiões de Bocaiúva, Grão Mogol, Janaúba, Januária, Montes Claros, Pirapora e Salinas.

que se busca aprofundar sobre as dinâmicas das redes de turismo na região, principalmente a partir da lógica dos Circuitos Turísticos, deparamos como interfaces institucionalizadas que superam as condições territoriais geográficas e evidenciam conexões sócio-culturais e dinâmicas estruturantes, muitas vezes simbólicas que se fundem salientando a existência de espaços de influência e de interferência dos territórios, como é o caso das regiões Noroeste de Minas e Vale do Jequitinhonha ao permutarem vários desses espaços com o Norte de Minas.

Assim como acontece com o Vale do Jequitinhonha, cujo recorte varia de acordo com as delimitações dos agentes que lá atuam, também no Norte de Minas essas fronteiras são ampliadas ou encolhidas em função da agência, do programa ou do propósito político de quem atua. Por isso mesmo, não há fronteira nítida que separa essas duas regiões, havendo um significativo número de municípios que ora estão no Vale do Jequitinhonha ora estão no Norte de Minas ora estão nas duas regiões simultaneamente. Às vezes é o Vale do Jequitinhonha que se projeta por extensas áreas do Norte de Minas. É isso que justifica a inclusão, na relação que se segue, de planos e programas a princípio destinados ao Vale do Jequitinhonha. Às vezes é o Norte de Minas que atinge o Vale do Jequitinhonha, quando se estende, por exemplo, a área de atuação da SUDENE para além da região originalmente definida como “polígono da seca”. Mesonorte (2007)

Localizada ao norte do Estado de Minas Gerais, a região norte-mineira ocupa uma área de aproximadamente 128.489,58 Km², com a população de 1.489.213⁵⁹ habitantes. Administrativamente compõe a área mineira da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (ADENE), sendo composta por 89 municípios. De acordo com Nimer (1979, p.307) “no norte de Minas Gerais as depressões dos vales do São Francisco, no médio Jequitinhonha e de Montes Claros acusam clima semi-árido brando, com seis meses secos. A vegetação predominante é o Cerrado que faz transição com as espécies da Caatinga”.

Fisiograficamente as características são semelhantes ao Nordeste Brasileiro. Toda a região faz parte da enorme Depressão da Bacia do Rio São Francisco com diversos rios, formando médias e micro-bacias hidrográficas. Sua geomorfologia é constituída de planaltos residuais com chapadas e formas médio onduladas mais suaves, depressões interplanálticas e mesmo planícies às margens dos rios. Todas as feições estão estruturadas em rochas do Grupo Bambuí constituídas no pré-cambriano que fazem contato litoestratigráfico com as formações do Espinhaço. Silva e Salgado (2005, p.30)

⁵⁹ IBGE (2000)

Economicamente a região tem uma história traçada nas entradas e bandeiras que, junto com os vários ciclos econômicos do país, prosperaram em certos momentos e também decaíram em meio aos vários conflitos desencadeados. No contexto das entradas e bandeiras desencadeadas a partir do século XVI, Piló (1989, p.19) apud Silva (2007) aponta que “diante dos prosseguimentos dos conflitos entre os dominantes, indígenas, negros, fugitivos e desclassificados brancos, tratou a coroa de garantir a posse, convocando para tal os bandeirantes paulistas de grande vivência no sertão e prática de combate aos indígenas”. As dinâmicas do ouro e do couro culminaram em diálogos histórico-culturais estabelecidos com outras matrizes de racionalidade que serviram de base para a consolidação regional.

A economia local desenvolveu-se apoiada na: (a) pecuária bovina, (b) agricultura de subsistência baseada no cultivo de arroz, feijão, mandioca, milho e cana-de-açúcar, principalmente, (c) cultivo de algodão e (d) extração de borracha. Estes produtos foram a base da formação econômica da Região, que se manteve relativamente isolada em relação ao centro do país. Com o desenvolvimento das ferrovias e rodovias, no início deste século e depois da metade, com a incorporação do Norte de Minas à área da SUDENE, a economia regional teve suas relações comerciais com o resto do país e com o próprio estado de Minas Gerais ampliadas, gerando novas possibilidades econômicas. Rodrigues (2000, p.105)⁶⁰

Minas Gerais apresenta inúmeras diversidades culturais, e o Norte tem em si uma cultura de raízes com base na colonização. Denomina-se uma cultura “sertaneja”, com características ricas em seu “modo de ser”, linguagem, ritos e mitos folclóricos, culinária e religião. Tem sua “própria identidade”. Em suas reflexões, Silva e Salgado (2005, p.30) afirmam que “o espaço sócio e cultural do Norte de Minas vem sendo, então, re-organizado, nos últimos quatro séculos. Nesse contexto espaço-temporal, verifica-se que a região “pouco” se desenvolveu em relação aos paralelos latitudinais sulinos por além da capital”.

O Norte de Minas tornou-se mais conhecido nacionalmente quando, na década de 1960, pela sua semelhança sócio-econômica e ambiental com o Nordeste brasileiro, foi incluído a área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE. Reforçava, assim, uma ação do Estado, iniciada com a criação do Polígono da Seca e a presença do Departamento Nacional de Obras Contra Seca – DNOCS,

⁶⁰ RODRIGUES, Luciene. Formação econômica do Norte de Minas e o período recente. IN: OLIVEIRA, Marcus Fábio Martins de. ... [et al.]; Formação Social e Econômica do Norte de Minas. Montes Claros: Unimontes, 2000.

apenas naquela região mineira, desde então estigmatizada como mais Nordeste que Sudeste no cenário econômico nacional. Almeida (2004, p.07)⁶¹

Podemos considerar que o turismo no Norte de Minas é de pouca expressão nacional mesmo dotado de imenso potencial sócio-cultural, econômico e natural. Até bem pouco tempo, os dados apontados por órgãos oficiais do Estado, não refletiam a realidade regional, já que, os levantamentos não implicavam em pesquisa de campo, mas apenas em coleta de dados e informações que eram de domínio público.

Cabe lembrar que, ao longo de sua história, a região norte-mineira apesar de se reconhecer em seu território pactuando suas expressões, sentidos, sujeitos e significados, carregou em seus espaços de visibilidade um estigma associado à miséria, feiúra paisagística e inoportunidades, situação estima que começa a ser superado em virtude de uma gama de fatores econômicos, políticos e sociais que passaram a garantir melhores condições de vida e maior reconhecimento de valores identitários regionais.

Ao conjurar contra esses mitos, historicamente construídos por uma elite regional quase sempre descompromissada com a região, conforme mencionado, o Norte de Minas passa a evidenciar todo o seu potencial à sociedade mineira e nacional que, desconhecidas de expressivos valores culturais norte-mineiros, sua singularidade natural, sócio-cultural e paisagística, passam a voltar timidamente os olhares para as possibilidades de fomento ao turismo na região, especialmente a partir de experiências culturais a serem conhecidas, reconhecidas e vividas em uma região pouco afamada, principalmente pelo turismo.

O tímido reconhecimento do potencial turístico regional tem-se dado em grande parte por conta de dinâmicas pró-capitalistas que buscam se engendrar a todo custo nos lugares passíveis de serem turistificados. Podemos afirmar que o fenômeno turismo constitui uma força cujo atual grau de autonomia tem-se sobreposto às dinâmicas dos lugares por onde se espalha, e no Norte de Minas isso poderá não ser diferente.

⁶¹ IN: PEREIRA, Marília Anete e, ALMEIDA, Maria Ivete Soares de. Orgs. Leituras Geográficas sobre o Norte de Minas Gerais. Montes Claros: Unimontes, 2004.

Se para o visitante, ela (experiência cultural) é efêmera, pois se encerra com o seu retorno ao lugar de origem, não é o caso daqueles que acolhem, que deverão sempre confrontar às culturas distintas e ter direta e indiretamente influências das mesmas. Como proteger a cultura local sem torná-la mais uma mercadoria a ser consumida pelo turismo, é um dos dilemas sérios daquelas comunidades que hesitam em tornarem-se turísticas. (...) Qual seria “a alma desses lugares”? (...) Almeida (2003, p.18)

Sob esse ponto de vista, o turismo novamente evidencia suas possibilidades contraditórias podendo ao mesmo tempo transformar a diferença em elo de aproximação e solidariedade entre os povos e, por outro lado, criar espaços conflituosos ao envolver lugares que sequer demonstram interesse em participar e se integrar ao processo.

Ao refletir sobre o atual papel da prática turística, Almeida (2003, p.12) aponta que ele “é resultante de uma complexa teia de interações entre condições de estruturação da globalidade dos meios de acolhimento no espaço turístico e de um conjunto de fatores condicionantes das motivações dos potenciais turísticos, do marketing e dos geradores do imaginário do homem que levaria a ser um *homo turisticus* e não um viajante, ou um homem viajado”.

No Norte de Minas, são muitos os recursos e atrativos com potenciais turísticos. Ao segmentar suas potencialidades, a região aponta várias possibilidades para o turismo de negócios, o turismo gastronômico, o turismo cultural, o turismo religioso, o turismo de lazer, o turismo científico, o ecoturismo, o turismo de aventuras, entre outras modalidades que têm ganhado destaque como o turismo solidário, que já ocorre na região e o ecoturismo urbano que tem suscitado novas compreensões no mundo sobre a relação do entre turismo, espaço urbano e desenvolvimento sustentável.

Em Setembro e Outubro de 2004, foi realizada na Espanha a Conferência⁶² sobre Ecoturismo Urbano. O evento contou com representações do Brasil, Canadá, Equador, Inglaterra, Alemanha, Grécia, Guatemala, Irlanda, México, Nova Zelândia, África do Sul, Espanha e Estados Unidos. O objetivo era chegar-se a uma declaração que ajustasse

⁶²Derivou da Conferência a oficina ‘*Ecoturismo Urbano e Vias Verdes: vinculando cidades a comunidades rurais*’ que dirigida a planejadores urbanos, paisagistas, promotores de turismo e interessados nos vários tipos de transportes relacionados com turismo, teve como objetivo o conhecimento das múltiplas facetas da recreação em espaços urbanos, a conservação das paisagens e a conexão entre os distintos tipos de espaços através do transporte alternativo, desde trens até bicicletas. Disponível em <<http://www.planeta.com/ecotravel/tour/urban.html>> , visitado em 22 de Jun de 2006.

o estágio de crescimento do turismo para áreas urbanas, tornando-as mais dignas e confortáveis para a proteção e conservação da diversidade biológica e social.

O reconhecimento dos centros urbanos como berços da civilização e dos progressos sócio-políticos e, os exemplos da coexistência entre culturas diversas nos espaços urbanos percorrem o entendimento da importância do ecoturismo em facilitar a troca cultural e o desenvolvimento ambiental sustentável em áreas urbanas, especialmente pela valorização e otimização desses espaços via práticas, critérios e mecanismos aplicados ao ecoturismo, além de educação ambiental para visitantes e intervenções paisagísticas de qualificação dos espaços.

Algumas cidades norte-mineiras reúnem condições para mais de um segmento, a exemplo de Montes Claros, vocacionada tanto para o turismo de negócios como para o cultural, para o de saúde, ecoturismo, espeleoturismo, lazer etc. Contudo, pensar no Norte de Minas como o lugar dos lugares para o turismo pressupõe a ocorrência de um lugar multifacetado sócio-cultural geografizado, capaz de resistir a pressões estrangeiras, forasteiras, ao mesmo tempo em que passa a brandir sua identidade, suas culturas, sua gente. Tal entendimento se deve ao fato de considerarmos que o turismo cada vez mais aglutina em suas dinâmicas multiculturalismos, fomentando a globalização dos lugares, das pessoas e das coisas.

Costa (2005, p.43) denuncia que a sociedade e a cultura regional norte-mineira constituem “um *locus* de encontro de culturas, de gentes, de coisas, como um espaço de trânsito, fazendo o sujeito norte-mineiro um ser híbrido, por situar-se em um terceiro espaço, em um entre-lugar distanciado das margens que se tocam e fazem da sociedade norte-mineira uma sociedade em fronteira”.

Dessa maneira, compreendendo que o Norte de Minas, como região subsumida ao Estado de Minas Gerais, comporta limites diferenciados que ao longo de sua história, consolidavam-se em uma rede sócio-cultural-espacial cujo atual processo de desenvolvimento permite sua inserção no fenômeno turismo, pois é dotada de uma especificidade capaz de auferir novas possibilidades de desenvolvimento regional a partir do turismo. Depreende-se dos apontamentos do diagnóstico Mesonorte (2007) que as variações desses limites estão vinculadas à posição do sujeito que se debruça sobre

essa mesma região e dependente da finalidade da sua atividade. No caso específico do turismo, podemos afirmar que o Norte de Minas deve ser entendido “como sendo uma região cultural que historicamente articulou-se politicamente para as defesas dos mais amplos interesses regionais, apesar de compartilhar a vida pastoril com outras regiões que a circundam”. Mesonorte (2007).

Considerar que o Norte de Minas constitui um lugar especial para o desenvolvimento da atividade turística conduz nossos olhares para evidências ainda pouco percebidas. O não entendimento do turismo, enquanto fator de desenvolvimento social, por exemplo, se deve essencialmente ao trato economicista dado ao fenômeno ao longo de sua complexa história. Cabe ressaltar que as contradições evidenciadas em seus processos culminaram no receio, quanto ao seu caráter fetichista e colonizador ao mesmo tempo em que quadros de degradação ambiental e expropriação cultural ganharam destaque como frutos do processo de globalização, especialmente a partir de práticas de turismo.

De qualquer modo, a região norte-mineira que, assim como outras regiões, não está imune aos processos e dinâmicas do turismo, apresenta características que podem garantir à região novos arranjos capazes de formatar um desenvolvimento regional socialmente justo, economicamente viável e eficaz e ecologicamente prudente. A começar de sua rede viária que pode ser considerada, mesmo nas atuais condições como excelente se comparada a outras regiões do país, onde o turismo é praticado em estradas de péssima qualidade, como na Chapada Diamantina - BA e no Pantanal – MS. De acordo com sua localização geográfica e o crescimento do Sistema Viário, o Plano Rodoviário Nacional classificou a cidade de Montes Claros como o segundo maior entroncamento rodoviário do país.

Nesse contexto, as atenções se voltam para a relação do transporte com o turismo, considerando que “o mesmo pode ser tido como a atividade meio que interliga a origem de uma viagem turística a um determinado destino (e vice-versa), que interliga vários destinos turísticos entre si (primários e secundários) ou que faz com que os visitantes desloquem dentro de um mesmo destino primário ou secundário.” Palhares (2002, p.27). O mesmo autor lembra que, em alguns casos a própria atividade de transporte constitui uma experiência de turismo, tal como o caso dos Cruzeiros, dos trens panorâmicos, dos passeios de carro e de bicicleta etc. Entretanto, em algumas circunstâncias, o transporte

prevalece sobre o próprio destino turístico, e muitas vezes influi na escolha do local a ser visitado, inclusive.

A compreensão sobre a relação dos transportes com o turismo ajuda a perfazer o entendimento da rede do turismo. Na medida que se evidenciam os modos de transporte e seus elementos constituintes passa-se a consolidar a rede de transportes, passível ou não de intermodalidade ou multimodalidade. “Essas redes são o conjunto de ligações (rodovias, ferrovias, rotas aéreas etc.) e terminais (rodoviárias, estações ferroviárias, aeroportos, portos etc.) de um determinado modo de transporte ou de vários modos de transporte”. Palhares (2002, p.34).

A existência de uma rede de transportes está condicionada a diversos fatores. No caso dos transportes fluviais, por exemplo, suas redes estão limitadas geograficamente pela existência ou não de rios navegáveis. Já as redes rodoviárias, por serem vias artificiais, podem ser mais abrangentes geograficamente, embora a construção de túneis, pontes e viadutos termine por encarecer muito um projeto rodoviário. As redes ferroviárias também podem expandir-se com maior ou menor facilidade, dependendo de variáveis tais como a topografia da região ou a presença de grandes cidades para garantir uma demanda que viabilize financeiramente a operação. No caso do transporte aéreo, que utiliza vias naturais, as rotas são muito mais flexíveis, apesar da existência das aerovias. Essa flexibilidade, no entanto, muitas vezes termina por ser restringida ou incentivada em função da regulamentação do setor. Idem

Minas Gerais tem uma malha rodoviária de 5.080 km. De acordo com a Secretaria de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais⁶³, o Estado possui a maior malha rodoviária do Brasil, o equivalente a 16% de toda a malha viária existente no País. São 265.000 km de rodovias. Desse total, 7.689,4 km são de rodovias federais, 23.663,1 km de rodovias estaduais e 233.645,5 km de rodovias municipais. Essa extensa malha viária facilita a integração entre o Estado e os maiores centros urbanos brasileiros e também com o Mercado Comum do Sul (Mercosul). Minas concentra ainda 11,6% da frota nacional de caminhões, o correspondente a 197,7 mil veículos. Em suas reflexões Beni (2001, p.133) afirma que “para o desenvolvimento socioeconômico de uma região, os sistemas viário e de transportes são de vital importância, mormente quando visam promover a expansão e o desenvolvimento do turismo”.

⁶³ Disponível em < <http://www.economico.mg.gov.br>>, visitado em 07 de Jan. de 2007.

Grandes empresas de logística operam no Estado, uma vez que Minas Gerais é um ponto de convergência das ferrovias e rodovias que ligam o Sul ao Norte do Brasil. As ferrovias fazem a ligação entre Minas Gerais e os Estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro, Bahia, Goiás, Distrito Federal, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Tocantins e São Paulo, permitindo o escoamento de produtos. O complexo ferroviário, especialmente na região sul do Estado, tem fomentado e garantido o acesso dos produtos do Estado e do País aos principais portos marítimos, contudo, o transporte de passageiros por ferrovias ainda é bem tímido.

Conforme foi apresentado no primeiro capítulo deste trabalho, os trens constituem um marco na história do turismo, uma vez que consolidou o transporte de passageiros a partir de viagens organizadas. Os trens, enquanto componentes da rede do turismo, apesar de constituírem um dos meios de transporte mais utilizados no mundo, ainda têm seu potencial pouco explorado no país. O efeito do desmonte provocado pelo projeto de privatização das ferrovias e, de liquidação da Rede Ferroviária Federal (RFFSA) iniciado em 1997 no país pelo Governo Federal, culminou em grandes prejuízos e problemas a muitos municípios, que hoje têm buscado adquirir os patrimônios ferroviários abandonados para suas esferas de governo.

De acordo com o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transporte (DNIT)⁶⁴, o mercado ferroviário tem crescido consideravelmente e assumido a devida importância modal na matriz de transportes do país. Contudo, o transporte de passageiros, ainda, esbarra em grandes dificuldades, se comparado ao transporte de cargas. Em meio às recentes comemorações dos 150 anos de existência das ferrovias no Brasil, em 2004, a ação de movimentos organizados com objetivos de resgatar a memória dos trens de passageiros, recuperando trechos inativos e potencializando-os para fins turísticos, tem apontado para oportunidades de desenvolvimento das localidades por onde percorrem os trilhos.

Acompanhando os interesses de ampliar a representatividade desses movimentos, a organização e oferta de trens turísticos, surgiu em 2000, com sede na cidade de Campos do Jordão (SP), a Associação Brasileira das Operadoras de Trens Turísticos e Culturais

⁶⁴ Disponível em < <http://www.dnit.gov.br/menu/ferrovias>>, visitado em 02 de Fev. de 2007.

(ABOTTC)⁶⁵. Com o objetivo de preservar e revitalizar trechos em atividade e os desativados, bem como congregar e representar os interesses das operadoras de trens turístico-culturais, em âmbito nacional e internacional vem desenvolvendo trabalhos importantes para a ampliação e, otimização do transporte ferroviário de passageiros no país.

O transporte Ferroviário no Norte de Minas atualmente se resume ao transporte de cargas realizado pela Companhia Central Atlântica com operações na cidade de Montes Claros recebendo óleo diesel, gasolina e álcool de Belo Horizonte. O histórico do transporte ferroviário de passageiros iniciado em 1943, esbarrou na dificuldade financeira de operação e teve suas atividades interrompidas em 1997, acompanhando o processo de desmonte ferroviário do Governo Federal.

No contexto regional, destaca-se o expressivo trabalho que vem sendo desenvolvido pela 8ª Regional da OSCIP Amigos do Trem⁶⁶, com sede na cidade de Catuti-MG. Há aproximados onze anos, o Diretor Regional, Alberto de Oliveira, tem buscado parcerias e desenvolvido pesquisas com objetivo de resgatar o trem de passageiros no Norte de Minas, como alternativa do sistema regional de transportes, desenvolvimento turístico e, geração de trabalho e renda para os municípios que se integram à rede ferroviária regional.

Os últimos estudos da OSCIP apontam que, o atual transporte de carga realizado no Norte de Minas e região, têm garantido o bom estado malha ferroviária, e assim, o investimento necessário para a reativação do trem de passageiros não seria muito alto. E

⁶⁵ A entidade surge da necessidade que as operadoras de trens com fins turístico e cultural tinham de unificar o setor promovendo a troca de informações entre as operadoras e dando visibilidade para o setor frente ao restante do mercado turístico nacional e internacional. Entre 2000 e 2003, a entidade apoiou e realizou em parceria com o Movimento de Preservação Ferroviária, diversos eventos sobre preservação e revitalização ferroviária no País com abrangência regional e nacional. A partir de 2004, teve seu Estatuto modificado e legalizado através da constituição de uma Organização Social Civil de Interesse Público (OSCIP) e, teve sua sede transferida para a cidade do Rio de Janeiro. Atualmente desenvolve projetos em parceria com a Associação Brasileira de Preservação Ferroviária (ABPF). Disponível em < >, visitado em 02 Fev. 2007.

⁶⁶ A OSCIP Amigos do Trem, sediada na Universidade Estadual de Juiz de Fora – MG, é responsável pelo projeto do trem de passageiros que faz parte do Programa de Revitalização das Ferrovias do Departamento de Relações Institucionais do Ministério dos Transportes. O projeto é de 2003, mas, a OSCIP já atua desde 1999. Os trabalhos desenvolvidos entre a OSCIP, a UFJF, a UFV e, o Ministério do Turismo, têm como foco primário estudos de viabilidade técnica e financeira dos trens de passageiros, com posterior ação de fomento às parcerias entre municípios e concessionárias nos processos de revitalização patrimônio ferroviário, e restauração dos trens de passageiros.

considerando o grau de interesse dos municípios em fomentar a atividade turística na região, dado o seu potencial pouco conhecido e divulgado, bem como a dinâmica própria do Norte de Minas, o “Turismo da Roça”, caracterizado pelo escoamento de produtos da roça, frutos silvestres, artesanato e relações familiares peculiares.

Acreditando na viabilidade de estruturar o projeto do transporte de passageiros, sem precisar construir novas linhas - contornos ferroviários - e, retirar os trens de carga que, atualmente estão em circulação, a organização Amigos do Trem aponta que, as reformas são necessárias, mas, os vagões, a locomotiva, a linha, as estações, já existem, ampliando a viabilidade de implantação dos trens de passageiros.

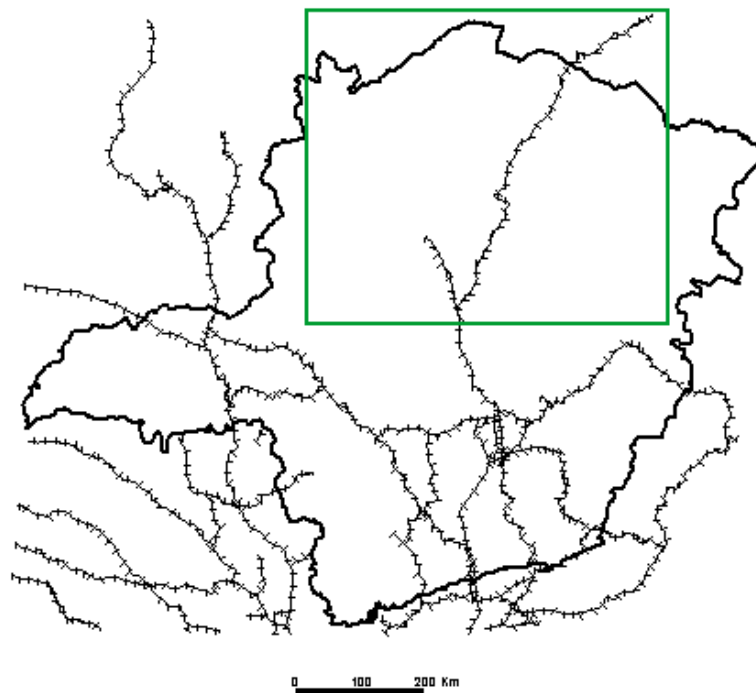


Figura 21.1

Rede Ferroviária de Minas Gerais –1996

Mapa Geopolítico de Minas Gerais 1996 – IGA / CETBC – 1994

Fonte: www.geominas.mg.gov.br – adaptado pelo autor

A rede do Trem Norte-Mineiro, ligaria os municípios de Montes Claros, Canaci, Uratinga, Capitão Enéas, Orion, Caçarema, Quem-Quem, Janaúba, Tocandira, Pai Pedro, Catuti e Monte Azul, em um total de 280 quilômetros. Além do Trem Norte-Mineiro, a Direção Regional dos Amigos do Trem, tem trabalhado no projeto de resgate do Trem Baiano que ligaria Montes Claros à Bahia.

Especificamente no Norte de Minas, ganham destaque as rodovias Federais, Br 135 (Augusto de Lima – Montes Claros – Montalvânia), a Br 251 (Montes Claros – Salinas), a Br 365 (Montes Claros – Pirapora), a Br 496 (Pirapora-Curvelo), a Br 342 (Salinas – Espinosa), a Br 479 (Arinos – Chapada Gaúcha), a Br 030 (Buritis – Montalvânia) em sua maioria em más condições de transito, além das rodovias estaduais MG 161, MG 202, MG 402, MG 181, MG 479, MG 403, MG 122, MG 120, MG 404, MG 342, MG 114, MG 307, MG 407, MG 308, MG 451, MG 208 e a MG 408 sendo algumas pavimentadas, outras não, algumas em fase de implantação, outras sendo duplicadas. Atualmente dez empresas intermunicipais operam no terminal rodoviário de Montes Claros, cidade pólo do Norte de Minas, sendo elas: a Transnorte, a Empresa Gontijo de Transportes, a Expresso União, a Saritur, a Xavier Expresso, a Viação Novo Horizonte, a ALPRINO, a Viação Mariano, a Viação Brasil e a Ipanema Transportes que, somadas as atividades, atendem hoje a todos os municípios da região.

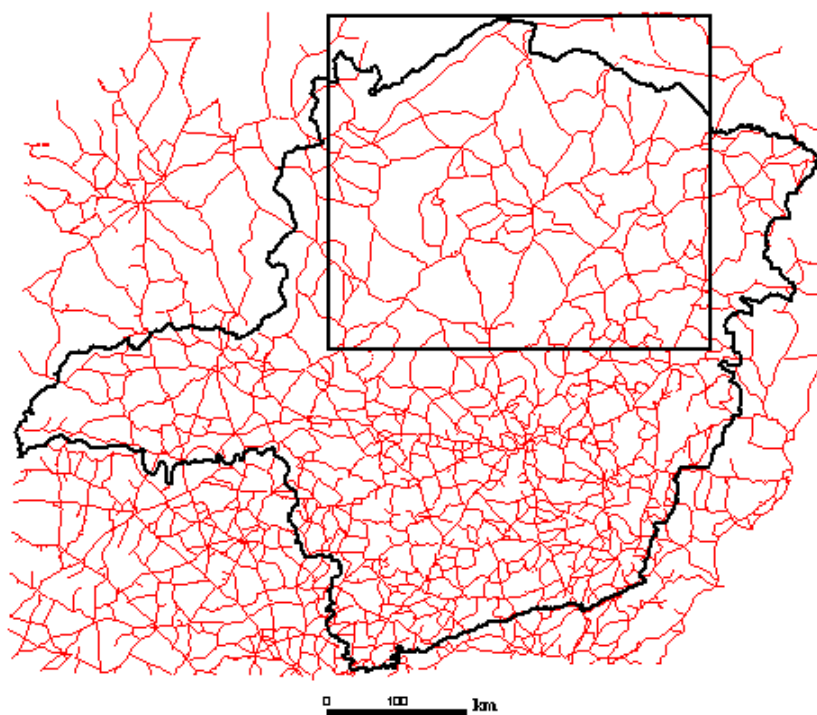


Figura 21.2

Rede Rodoviária de Minas Gerais –1996

Mapa Geopolítico de Minas Gerais 1996 – IGA / CETBC – 1994

Fonte: www.geominas.mg.gov.br - adaptado pelo autor

No que se refere ao transporte fluvial, apesar de pouco utilizado no Estado de Minas Gerais, no sistema de hidrovias ganha destaque o Rio São Francisco que, segundo o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT), é totalmente navegável em 1371 km entre Pirapora (MG), Juazeiro (BA) e Petrolina (PE). Em Pirapora, o Vapor Benjamim Guimarães que na história das viagens que se realizaram no sertão norte-mineiro, transportou, na maioria das vezes, mercadorias pelas águas do Rio São Francisco, conforme mencionado, nos anos 80, em meio à decadência da navegação no São Francisco, o vapor passou a ser utilizado em passeios turísticos⁶⁷ e as viagens tornaram-se cada vez menos freqüentes.

De acordo com a Secretaria de Desenvolvimento do Estado de Minas Gerais, a infraestrutura aeroportuária do Estado de Minas Gerais é formada atualmente por 164 aeroportos, dos quais 73 são pavimentados. O principal aeroporto de Minas Gerais é o Aeroporto Internacional Tancredo Neves⁶⁸ que opera com aviação doméstica de grande porte e vôos internacionais. Localizado no município de Confins, a 30 km da capital Belo Horizonte, recebeu cerca de 4 milhões de passageiros em 2006, um aumento de 28,8% em relação a 2005. Atualmente, as principais companhias aéreas mantêm vôos regulares para os maiores municípios mineiros. A capital, Belo Horizonte conta, ainda, com mais três importantes e modernos aeroportos, sendo que o da Pampulha, localizado dentro dos limites da cidade, atende à aviação privada, às “commuter-airlines” e os vôos centro a centro, enquanto o Aeroporto Carlos Prates e o Pama operam para uso militar.

Na compreensão de Palhares (2002, p.165), os aeroportos, como terminais de transporte, “têm importante função em termos de atração e geração de turistas. Com infraestrutura (pistas, terminais, acessos, etc.) adequada, os mesmos podem representar o início ou o término de uma viagem bem-sucedida”. Segundo Nora (2006, p.20) 36.566.885 é o número de vôos domésticos em 2004 nos aeroportos brasileiros, 19%

⁶⁷ Em julho de 1987 a Empresa UNITOUR ficou responsável pelo agenciamento de viagens turísticas no trecho Pirapora - São Francisco - Pirapora, totalizando 460 Km, atraindo turistas de todo o Brasil. Foram reiniciados também os passeios aos sábados, com duração de três horas, promovidos pelos principais hotéis da cidade. O Benjamim Guimarães é o último exemplar movido à lenha existente no mundo. Hoje, o Benjamim Guimarães faz rotineiramente passeios públicos aos domingos, a partir das 9 horas, sempre lotado de turistas, principalmente. Passeios esporádicos são feitos também aos sábados e durante os dias da semana, conforme contratos de aluguel que são feitos com empresas e agências de viagens, tornando-se um dos principais atrativos turísticos de toda a região do Norte de Minas. Disponível em < <http://www.pirapora.mg.gov.br> >, visitado em 07 de Jan. de 2007.

⁶⁸ O Aeroporto Internacional Tancredo Neves possui o primeiro aeroporto industrial do Brasil, oferecendo espaço e condições especiais para a instalação de empresas exportadoras, importadoras e de logística

superior ao de 2003 e, 6.138.217 é o número de desembarques internacionais em aeroportos brasileiros em 2004. Segundo a Assessoria de Comunicação da ABAV Nacional, esse número é 11,5% superior ao do ano de 1998, que havia sido o melhor na história da aviação comercial brasileira, com 5,5 milhões de passageiros.

No Norte de Minas, várias cidades apresentam Campos de Pouso sendo elas: Pirapora, Várzea da Palma, Lassance, Buenópolis, Coração de Jesus, São Romão, Brasília de Minas, São Francisco, Januária, Manga, Janaúba, Jaíba, Espinosa, Montes Azul, Montezuma, Rio Pardo de Minas, Grão Mogol e Bocaiúva, porém existe apenas um Aeroporto na região, sendo este localizado em Montes Claros. De acordo com a Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero)⁶⁹, o aeroporto é administrado pela empresa desde 1980. Operou durante muitos anos com a Companhia VARIG e posteriormente com a linha regular, da empresa Rio-Sul/Nordeste. Atualmente duas companhias operam no Aeroporto de Montes Claros, a Total Linhas Aéreas com vôos para Belo Horizonte e Diamantina e a OceanAir tem vôos São Paulo e Belo Horizonte.

Homologado pelo Ministério da Aeronáutica para receber até aviões Boeing 737, conta com uma pista de pouso asfaltada de 45 metros de largura e 2.100 metros de extensão, localiza-se a seis quilômetros do centro da cidade, conta com estacionamento para mais de 50 veículos e terminal de 524 m². Ainda dispõe de uma Seção contra Incêndio com funcionamento 24 horas. A navegação aérea oferece operações para vôos visuais e por instrumentos. É dotado de grande estrutura de apoio à navegação aérea, com farol rotativo de Aeródromo e demais equipamentos, além de uma escola de pilotagem em funcionamento.

⁶⁹ A Infraero é uma empresa pública com 33 anos de tradição e credibilidade no mercado. Vinculada ao Ministério da Defesa, administra 67 aeroportos, 81 unidades de apoio à navegação aérea e 32 terminais de logística de carga. A cada ano, cerca de 330 milhões de pessoas passam por estes aeroportos, sendo aproximadamente 83 milhões de passageiros. Em 2005, o número de operações foi de cerca de dois milhões de pousos e decolagens. Disponível em < <http://www.infraero.gov.br>>, visitado em 07 de Jan. de 2007.

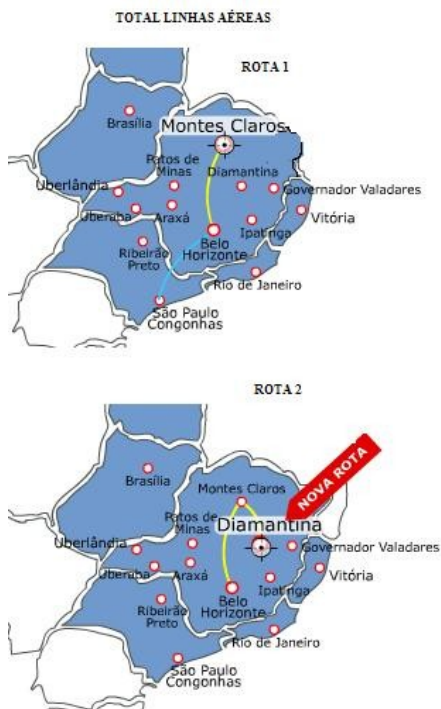


Figura 22

Rotas Aéreas da Companhia Total Linhas Aéreas

Fonte: Adaptado pelo autor



Figura 23

Rotas Aéreas da Companhia OceanAir

Fonte: Adaptado pelo autor

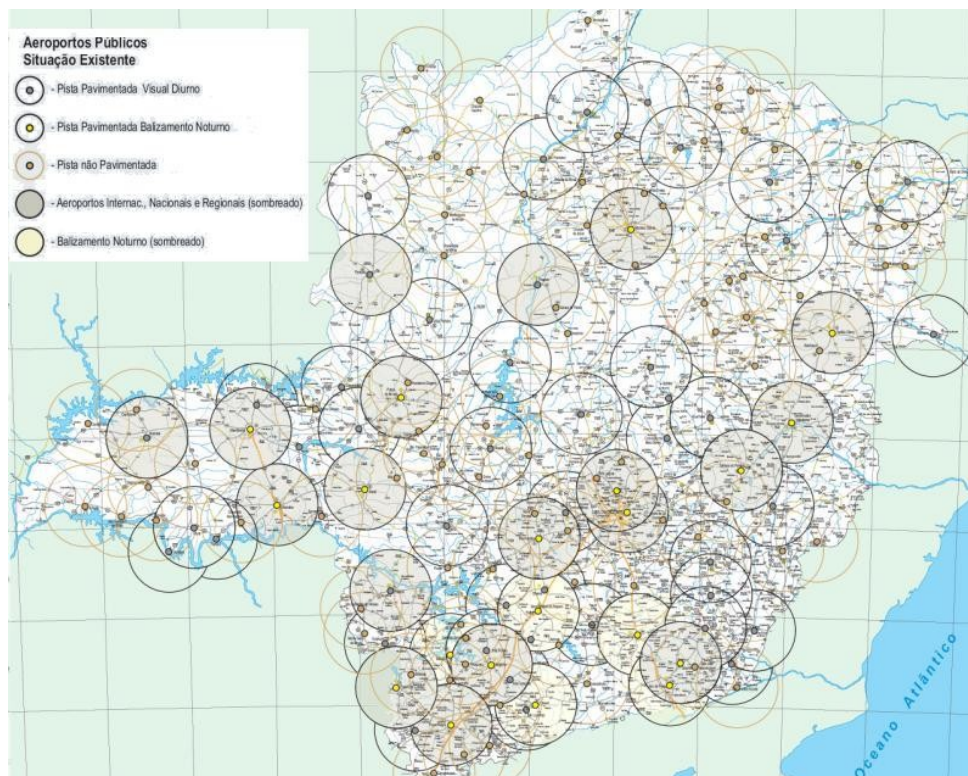


Figura 24

Espaços Aeroportuários em Minas Gerais

Fonte: <http://www.desenvolvimento.mg.gov.br>

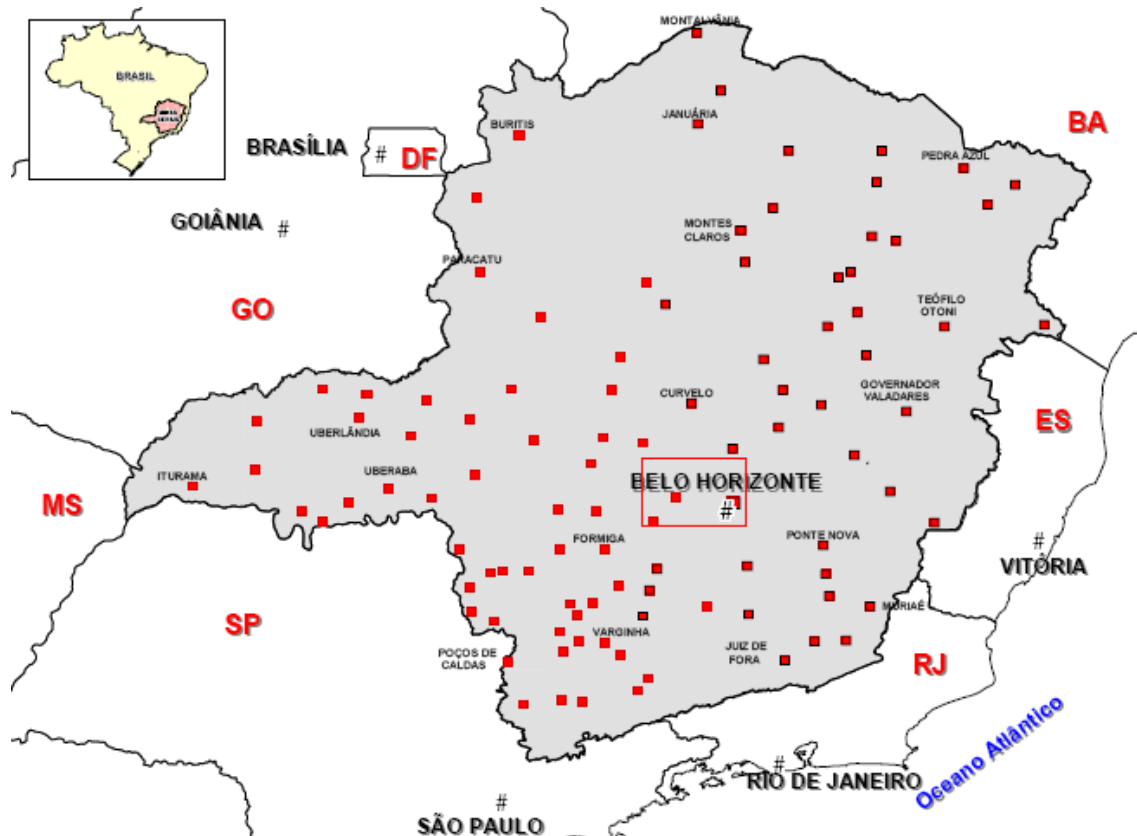


Figura 25

Aeroportos com Pista Asfaltada no Estado

Fonte: <http://www.indi.mg.gov.br>

No Norte de Minas, ao contrário do que vigorou nos discursos e nos olhares lançados para a região por muito tempo, o potencial natural é privilegiado. Apesar da seca bem acentuada em alguns municípios, diversos rios, além do São Francisco, formam paisagens belíssimas, com nascentes e cachoeiras com potenciais turísticos indiscutíveis. Dentre eles podemos citar a Cachoeira do Pajeú (Mato Verde), Cachoeira do Serrado (Porteirinha), Cachoeira do Bananal e Cachoeira das Quatro Oitavas (Botumirim), Cachoeira do Sumidouro (Bocaiúva), cachoeiras, nascentes e pântano do Rio Pandeiros, Cachoeira de Labatu (Olhos D'água) e muitas outras que já são utilizadas como lazer pelas populações locais.

De acordo com o Ambientalista Eduardo Gomes de Assis, grande conhecedor do potencial natural regional e idealizador do projeto PROTURISMO do Instituto Grande Sertão (IGS), “muitos rios se destacam pela beleza, a exemplo, do Rio Itacambiraçu

(Grão Mogol), Rio Peruaçu (Itacarambi), Rio Verde, Rio Gorutuba, Rio Carinhanha, Rio Cochá e Rio Pandeiros (Januária), Rios do Peixe, Noruega, da Onça e do Gigante (Botumirim), Rio Jequitaí, Rio do Sono, Rio Pardo, dentre outros que reúnem ótimas possibilidades de utilização enquanto equipamento para práticas de turismo sustentável”.

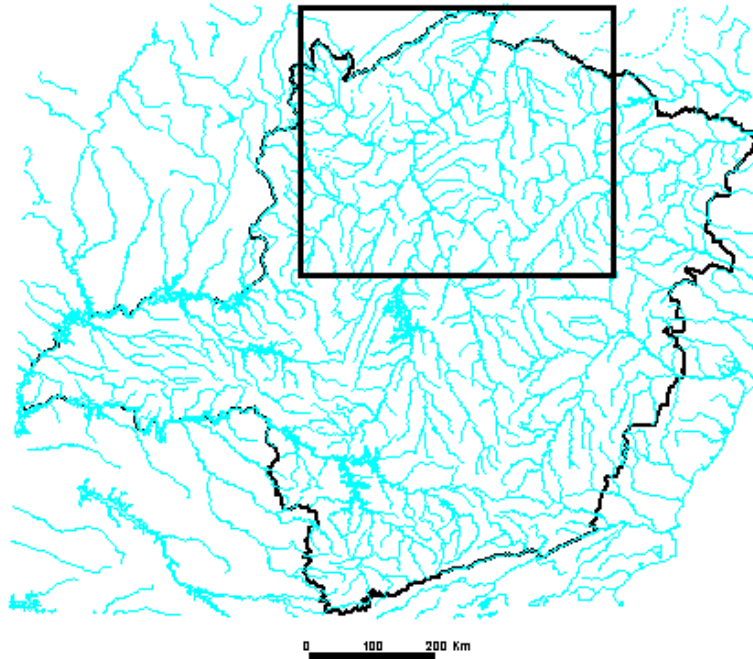


Figura 26

Rede Hidrográfica de Minas Gerais –1996

Mapa Geopolítico de Minas Gerais 1996 – IGA / CETBC – 1994

Fonte: www.geominas.mg.gov.br - adaptado pelo autor



Figura 26.1

Rio São Francisco

Município de Itacarambi

Fonte: PMMC

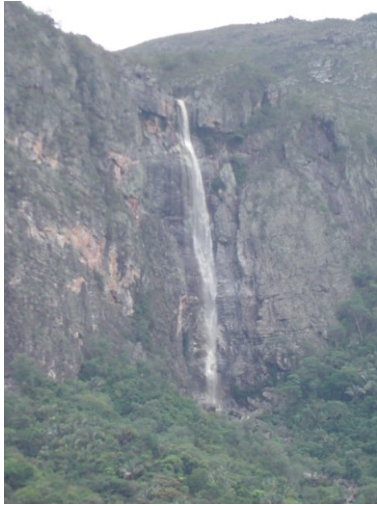


Figura 27

**Cachoeira do Bananal
Município de Botumirim**

Fonte: PMMC



Figura 28

**Cachoeira do Serrado
Município de Porteirinha**

Fonte: Arquivo PMMC

Outra característica importante do potencial turístico norte-mineiro, refere-se ao potencial espeleológico e arqueo-paleontológico. O Norte de Minas constitui uma das regiões brasileiras de maior potencial tanto em cavernas, quanto em sítios arqueológicos. De acordo com o Espeleogruppo Peter Lund (EPL) ganham destaque no contexto os municípios de Montes Claros, onde estão cadastradas atualmente mais de 130 cavernas - um dos maiores acervos do país -, apresentando cerca de cinco grutas com excelente potencial para estruturação de visitação. A maior concentração espeleológica do município se encontra hoje no Complexo Lapa Grande, no interior do Parque Estadual que recebe o mesmo nome.

Os municípios de Varzelândia, Montalvânia, Januária, Itacarambi e Botumirim destacam-se pelo grande número de cavernas e abrigos contendo painéis de pinturas rupestres de grande expressão. Em Luislândia (antigo distrito de Brasília de Minas), se localiza a maior caverna de Minas Gerais, a chamada Lapa Sem Fim, cujos levantamentos topográficos realizados até o momento apontam para um desenvolvimento de aproximadamente 20 mil metros.

Januária e Itacarambi, municípios separados pelo rio Peruaçu, compartilham de um dos maiores potenciais turísticos de todo o país, o Vale do Peruaçu, que possui dezenas de cavernas e sítios arqueológicos dentro de uma região onde se destaca principalmente o

relevo cárstico, entrecortado pelo rio Peruaçu que escavou no calcáreo grutas colossais, como a do Janelão, onde se encontra a maior estalactite do planeta, com 27 metros. Suas galerias possuem dimensões de 70m de largura por 140 de altura. Atualmente é uma Área de Proteção Ambiental Federal (APA) onde existem dois parques, o Parque Estadual Veredas do Peruaçu e o Parque Nacional Cavernas do Peruaçu. No entanto, apesar de finalizado o Plano de Manejo dessas áreas, nenhuma delas ainda oferece estrutura de visitação.

Outros municípios com potencial espeleológico e arqueológico também ajudam a formatar uma rede com potencial para práticas de espeleoturismo na região: São João da Ponte, Lontra, Coração de Jesus, Mirabela, Brasília de Minas, Itacambira, Manga, Ibiracatu, Capitão Enéas, Bonito de Minas, Pedras de Maria da Cruz, Japonvar, Ubaí, Ibiaí, Claro dos Poções, dentre outros, que ainda são desconhecidos de nossos olhares.

Outro aspecto importante para o fortalecimento da rede norte-mineira de turismo são as Unidades de Conservação que ocorrem na região. De acordo como o Instituto Estadual de Florestas, existem no Norte de Minas 14 Unidades de Conservação criadas, e outras três em fase de reconhecimento. São elas: o Parque Estadual da Lapa Grande no município de Montes Claros, o Parque Estadual de Grão Mogol localizado no município de mesmo nome; o Parque Estadual Serra das Araras localizado no município de Chapada Gaúcha; o Parque Estadual Lagoa do Cajueiro no município de Matias Cardoso, o Parque Estadual do Verde Grande localizado no Município de Matias Cardoso; o Parque Estadual da Mata Seca no município de Manga; o Parque Estadual Veredas do Peruaçu, o Parque Estadual da Serra do Cabral que abrange os municípios de Buenópolis e Joaquim Felício; o Parque Estadual de Serra Nova no município de Rio Pardo de Minas; o Parque Nacional Cavernas do Peruaçu; o Parque Nacional Grande Sertão Veredas; o Parque Nacional das Sempre-Vivas; a APA Cavernas do Peruaçu; Reserva da Biodiversidade Jaíba; além do Parque Estadual Caminhos das Gerais que abrange os municípios de Mamonas, Gameleira, Espinosa e Monte Azul; o Parque Estadual da Serra do Talhado no município de Serranópolis de Minas; Parque Estadual de Botumirim no município de mesmo nome.



Figura 29

Parque Estadual Caminhos das Gerais

Fonte: Arquivo Pessoal



Figura 30

Parque Estadual da Lapa Grande

Fonte: Arquivo pessoal

Em meio a todo o potencial natural evidenciado a partir da rede hidrográfica, da rede espeleológica, da rede de unidades de conservação ganham destaque as áreas das montanhas dos gerais que evidenciam ótimas possibilidades para práticas de esportes de aventura e lazer como escalada, vôo livre, trekking, camping etc. Todo esse potencial pode ser aproveitado para o turismo de forma sustentável, contudo ainda não existem na região, uma sistematização e qualificação dos serviços turísticos ligados a essas práticas.

As maiores evidências ficam com os municípios localizados ao longo da cadeia do Espinhaço, sendo eles: Itacambira, Botumirim, Bocaiúva, Francisco Dumont, Buenópolis - onde se destacam as águas quentes de Curumataí-, Joaquim Felício – onde se destacam as águas quentes de Santa Bárbara-, Montezuma – onde também se destacam fontes termais-, Monte Azul, onde se localiza o ponto culminante da região - o Pico Formosa com 1.825m de altitude -, Mato verde, Botumirim, Grão Mogol, Cristália, Serranópolis, Porteirinha e Riacho dos Machados. Nessa área, a maioria dos municípios carece de melhores condições de infra-estrutura voltada à valorização social, o que tem melhorado muito nos últimos anos, contudo, são privilegiados pela enorme vocação para o turismo.

No Norte de Minas nos últimos 20 anos, as políticas públicas vem avançando, as comunidades se organizando em prol de uma vida melhor, mas ainda pode-se identificar muita pobreza. Paugam (2003, p.49-50) diz que “nas sociedades modernas, é claro que a pobreza se define não em si mesma, mas comparativamente a uma faixa de renda que cresce de acordo com o aumento da riqueza. Desse modo, “ela tem chance de

se perpetuar num regime em que a distribuição de renda permanece determinada acima de tudo pela remuneração do trabalho e as rendas do capital”. Silva (2007)

Na medida que se evidenciam as potencialidades do Grande Vale da Depressão Sanfranciscana de onde brota o Norte de Minas em sua complexidade fisionômica, fisiológica, fisiográfica, simbólico-cultural, histórica e socioeconômica, mais nossos olhares se aproximam das possibilidades conflitantes ou não que o turismo passa a mostrar na região. Considerando que o atual quadro de ocupação espacial e, utilização dos recursos naturais da região não apontam para uma reflexão positiva sobre seu futuro, podemos afirmar que o Turismo, nesse contexto, passa a se constituir em uma importante ferramenta de desenvolvimento sustentável, pois fornece possibilidades de resgate, manutenção, conhecimento e divulgação das potencialidades regionais. Em suas reflexões Silva (2007) aponta que

O bioma do Cerrado com seus inúmeros substratos florestais perfaz uma área ecótona com a Caatinga. As matas ciliares e/ou de galerias ainda sobrevivem à ação antrópica; o Cerradão apresenta exemplares de espécies já em extinção; as Veredas nas chapadas ainda são fontes e refúgios que apresentam peculiaridades da fauna e flora. Suas águas em nascentes límpidas alimentam inúmeros córregos, ribeirões e rios na margem esquerda do Rio São Francisco. As Matas Secas que se encontram nos topos declivosos persistem às queimadas e desmates, mantendo-se assim como um substrato que ainda temos muito que conhecer, já que completa o mosaico paisagístico.



Figura 31
Cara de Índio
Município de Botumirim
Fonte: Arquivo Pessoal



Figura 32
Parque Estadual Veredas do Peruaçu
Município de Cônego Marinho
Fonte: PMMC

A assimilação do Turismo em uma dada região exige condições básicas de infraestrutura e, antes mesmo de se pensar na implantação de instalações turístico-receptivas, faz necessário a adequação de infra-estruturas gerais, dentre as quais pesam a infraestrutura de acesso com seus componentes viários e de transporte, a infra-estrutura urbana, reunindo condições básicas de habitabilidade e apoio aos serviços turísticos a partir de políticas públicas bem elaboradas. Défcits de investimentos em infra-estrutura passam a condenar não apenas o desenvolvimento do turismo, mas o desenvolvimento regional como um todo.

Cabe salientar que, no tripé da sustentação da cadeia produtiva do turismo, além da alimentação e do transporte, faz-se de extrema importância a existência de estruturas de hospedagem capazes de garantir a hospitalidade e comodidade do sujeito turista. São elos fundamentais da logística turística em que se evidenciam redes de complexidade que envolvem sistemas de informação, acessibilidade, centros de interesse, núcleos receptivos, gestão de acomodações, mobilidade local de turistas, gestão de fluxos de suprimento e eficiência de desempenho em qualidade e custo e numa mesma dinâmica.

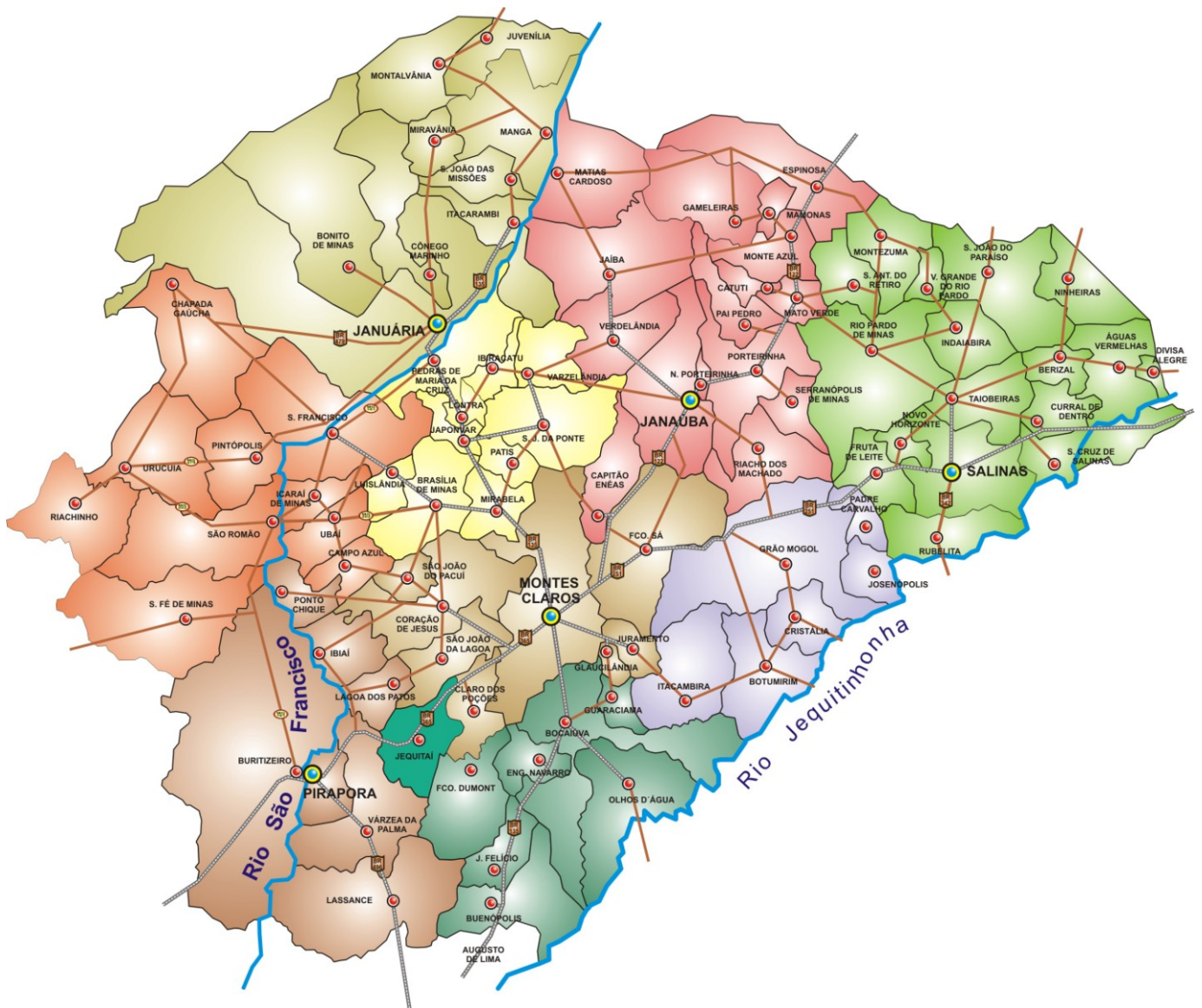


Figura 33

Norte de Minas

Fonte: Instituto Grande Sertão (IGS)

No Norte de Minas, podemos afirmar que a atual estrutura de hospedagens é satisfatória considerando a condição incipiente da atividade turística regional nos moldes do turismo contemporâneo. As principais cidades como Pirapora, São Francisco, Montes Claros, Bocaiúva, Mato Verde, Janaúba, Januária, Brasília de Minas, Buenópolis, Salinas dentre outras, apresentam equipamentos hoteleiros consolidados capazes de atender à atual demanda. Contudo, cabe salientar que tão logo continue o avanço da massificação dos potenciais regionais, a sobrecarga dos Sistemas Turísticos Municipais será inevitável, uma vez que se encontram insuficientes e não preparados para participar

de fluxos mais expressivos e contínuos. Não existem dados sobre o número de leitos bem como suas categorias no Norte de Minas. Além de dois resorts – Águas de Santa Bárbara (município de Augusto de Lima) e Pedra do Sonho (Município de Janaúba), estima-se que o atual somatório de hotéis médios, hotéis pequenos, pousadas e hotéis-fazenda em funcionamento no Norte de Minas gire em torno de 100, destacando números aproximados de leitos entre 3000 e 5000.



Figura 34

Águas de Santa Bárbara Resort

Distrito de Augusto de Lima

Fonte: www.hotelaguasdesantabarbara.com.br



Figura 35

Pousada da Vila de Santa Bárbara

Distrito de Augusto de Lima

Fonte: www.viladesantabarbara.com.br



Figura 36

Casa Flat do Residencial Pedra do Sonho

Município de Janaúba

Fonte: www.pedradosonho.com.br



Figura 37

Pedra do Sonho Resort Hotel

Município de Janaúba

Fonte: www.pedradosonho.com.br



Figura 38

Sesc Pousada

Município de Januária

Fonte: www.sescmg.com.br

Nas menores cidades da região encontram-se pequenas pensões e pousadas, muitas vezes se configurando em receptivos familiares, dado o grau de simplicidade desses lugares, que mantêm seu funcionamento baseado em lógicas de solidariedade e cumplicidade com os “chegantes”. Já nas cidades de maior expressão regional, encontram-se hotéis mais bem estruturados inseridos prioritariamente na lógica do capital, e mesmo que suas ocorrências se devam às necessidades de manutenção de determinadas tradições locais, a exemplo de festas populares, a estruturação do setor acaba sempre por reproduzir experiências conflitantes uma vez que quase sempre não absorvem mão-de-obra local, tampouco os qualificam para os trabalhos.



Figura 39

Receptivo Familiar – Grão Mogol

Fonte: www.turismosolidario.com.br

Partindo do entendimento sobre o potencial natural regional, a diversidade cultural, a boa estrutura viária - mesmo com alguns acessos ainda em estrada de terra -, a proximidade com os principais centros consumidores do turismo no país - Rio de Janeiro, São Paulo, Brasília e Belo Horizonte -, e salientando que concomitante aos traços culturais simbólicos percebidos na região - a exemplo da solidariedade que brota das relações sociais tradicionais norte-mineiras -, as políticas públicas, projetos e programas que têm sido trabalhados na recente articulação pelo planejamento do turismo no Norte de Minas apontam novos caminhos para o turismo nos gerais.

Não há como negar que o Norte de Minas atualmente reúne, em seu território, traços sócio-culturais marcantes, tendências político-econômicas aparentemente voltadas para o desenvolvimento regional, além de um potencial natural muito rico, principalmente para o caso do turismo, dentre outros. Dessa forma, a reflexão e o acompanhamento das dinâmicas que passam a evidenciar-se na região, a partir dos rumores do turismo, acabam por exigir um maior e melhor trato com o tema, especialmente compreendendo sua complexidade, suas contradições e, mais do que isso, suas possibilidades de desenvolvimento, entraves e perspectivas.

Para melhor compreensão do que constitui os entraves e perspectivas, faz-se necessária uma análise a partir do Sistema de Turismo (SISTUR) caracterizado por Beni (2001, pg.41-48). Na medida em são reconhecidos os subsistemas ecológico, social, econômico e cultural, a análise decorre do confronto estabelecido pela reflexão acadêmica e do senso comum identificado na região. Consideram-se entraves, todos os meios materiais e imateriais que podem impedir ou minimizar o desenvolvimento regional. Já as perspectivas, de forma contrária, percorrem todos os meios que apontam para uma melhora do quadro analisado, em nível regional.

Assim posto, entendemos que a sustentabilidade nas relações sociedade/natureza é cada vez mais vital para o desenvolvimento do turismo no mundo, justamente por condicionar a própria existência humana. Dessa maneira, entendemos que a primeira natureza, o subsistema Ecológico, seja o ponto maior do debate, notadamente na região.

SUBSISTEMA ECOLÓGICO	
ENTRAVES	PERSPECTIVAS
- Desconhece-se o potencial/recurso (atrativo)	- Inventariar os atrativos
- Explora-se pouco a pesquisa	- Incentivar os estudos acadêmicos
- Baixo nível de consciência ecológica	- Desenvolver projeto de educação para o turismo
- Poucas organizações não-governamentais	- Fomentar a criação de ONG's e OSCIP's
- Turismo predatório	- Capacitar agências para o Ecoturismo
- Paisagem “sertaneja” pouco valorizada	- Resgatar o valor pelo lugar, “topofilia”
- Cultura agrícola e pecuarista	- Valorizar e evidenciar práticas sustentáveis
- Falso marketing “das águas”	- “Vender” a beleza da “Seca”
- O Cerrado com o “patinho feio” dos biomas	- O Cerrado é o “pai” das águas brasileiras
- Inexiste a prática das políticas públicas para o setor	- Incentivar e fomentar o trabalho das Secretarias

Quadro 1

Subsistema Ecológico

Fonte: Silva e Salgado (2005,pg.33)

Dentre os aspectos físicos verifica-se que o inventário dos atrativos em potencial é considerado o mais importante, tendo em vista que eles constituem futuros produtos a serem trabalhados pelas comunidades autóctones e pelos visitantes. Nesse caso, um banco de dados de áreas naturais, muitas vezes traduzido em Planos de Manejo, pode ser simplificado nos inventários turísticos, como ação de curto prazo, conseqüentemente podendo ser, atualizado, conforme a necessidade e evolução dos processos.

A valorização do espaço sertanejo deve ser priorizada nas políticas públicas municipais que se retratam em planos diretores de turismo. Além de se buscar um turismo sustentável nas comunidades, especialmente as tradicionais do Norte de Minas, deve-se compreender que em seu cotidiano, várias atividades espontâneas de valorização do meio ambiente podem ser otimizadas e incrementadas caso queira a comunidade participar da atividade turística. O usufruto do espaço norte-mineiro pelo homem sertanejo não é quase inexistente nos perímetros urbanos das principais cidades da região. Dessa maneira, a capacitação e a educação ambiental voltadas para a valorização do turismo passam a ser indispensáveis, não apenas nas comunidades que naturalmente respeitam essa condição, mas, principalmente, nos espaços urbanos das maiores cidades do Norte de Minas.

Nos últimos anos, o mercado turístico tem sido marcado por uma forte procura do turismo orientado para a natureza. O ecoturismo constitui, dentro da atividade turística, o segmento que apresenta maior taxa de crescimento entre as diversas modalidades existentes. Contudo, apresenta-se como assunto muito polêmico na dialética entre

conservacionistas, trade turístico, setor público e comunidades. Notadamente, percebe-se que, devido ao imenso potencial natural norte-mineiro, a prática de ecoturismo passa a ser um dos principais, se não o principal segmento de turismo a se espalhar pela região, acompanhando uma tendência mundial de valorização dos espaços naturais e convívio sustentável com o meio ambiente.

Em 1994, foi elaborado, por um grupo de trabalho interministerial, integrado por representantes do então Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo – MICT, Ministério do Meio Ambiente, de Recursos Hídricos e da Amazônia Legal – MMA, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e Instituto Brasileiro de Turismo - Embratur, o documento “Diretrizes para uma Política de Ecoturismo” em que se estabeleceram os conceitos pertinentes ao segmento de ecoturismo no país, bem como a definição dos critérios de exploração sustentável do potencial constituído por nossas belezas naturais e valores culturais. O ecoturismo passou, a partir de então, a ser definido como,

segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva a sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem estar das populações envolvidas. Embratur (1994, p.14)⁷⁰

O uso indiscriminado de conceitos tem levado muitas pessoas a confundir atividades turísticas convencionais com o ecoturismo. Em Fundamentos do Turismo Dias & Aguiar (2002) apud Dias (2003, p.103), reflete que “o ecoturismo não somente é uma viagem orientada para a natureza, mas também constitui nova concepção da atividade, tanto prática social como econômica. Tem como objetivo melhorar as condições de vida das populações receptoras, ao mesmo tempo que preserva os recursos e o meio ambiente, compatibilizando a capacidade de carga e a sensibilidade de um meio ambiente natural e cultural com a prática turística”.

No atual contexto de expansão global do turismo, a importância crescente do ecoturismo ganhou força com a decisão do Conselho Econômico e Social da ONU (Organização das Nações Unidas), recomendando que a Assembléia Geral proclamasse

⁷⁰ Plano Nacional de Ecoturismo (1994). Disponível em <<http://www.embratur.gov.br>> Acessado em 03 Nov. 2004

o ano de 2002 como o Ano Internacional do Ecoturismo. Segundo dados mais recentes do WTTC (World Travel & Tourism Council)⁷¹, o Ecoturismo vem crescendo a uma taxa anual de 20%, representando hoje entre 5% a 8% do mercado turístico mundial, e deverá ultrapassar 15% do movimento total do turismo até 2005. Os estudos acerca do crescimento do ecoturismo no mundo apontam um aumento de demanda com variação de 10 a 20% ao ano. No Brasil, essa realidade não tem sido diferente, como comprova afirmações da WWF⁷²(2003, p.11),

O contexto internacional favorecendo as chegadas estrangeiras, o crescimento do mercado doméstico após o Plano Real, que alcança hoje mais de 40 milhões de desembarques, e o grande potencial do Brasil como destino turístico têm nos últimos anos, provocado um volume expressivo de investimentos governamentais e privados na indústria brasileira do turismo e em especial no ecoturismo. Esses fatos, associados à enorme diversidade cultural e de ecossistemas do país e a ampla promoção do ecoturismo como negócio, fizeram com que houvesse um aumento considerável de projetos e programas de ecoturismo no Brasil.

O ecoturismo está deixando de definir-se como turismo de natureza de pequena escala para estabelecer-se como um conjunto de princípios aplicáveis a qualquer tipo de turismo que se relacione com a natureza e daí crie redes de qualificação socioambiental. Compreende-se que tal evolução será benéfica para a conservação do meio ambiente local, regional e global. Na medida que se acredita que o ecoturismo diz respeito à harmonia entre turismo, conservação e cultura, seu papel é ilimitado.

Sendo assim, podemos afirmar que as grandes oportunidades e os temíveis riscos do turismo de natureza constituem o foco da “missão” ecoturística. Até onde o ecoturismo pode contribuir para desenvolvimento regional é a grande dúvida. O turismo pode trazer benefícios reais para as comunidades locais, utilizar a mão-de-obra e as habilidades das populações locais, criar mercados locais estáveis e promover melhorias na saúde e na educação? As respostas dependem de como definimos a missão do ecoturismo e da dimensão com que lidamos com a questão.

⁷¹ WTTC(World Travel & Tourism Council) ou Concelho Mundial de Viagens e Turismo. Disponível em www.wttc.org.com > Acessado em: 07 Mar 2006

⁷² WWF – Wild World Foundation. Disponível em <http://www.wwf.org.br> > Acessado em: 3 Mai. 2006

Entendemos que a assimilação e aceitação do turismo, enquanto fatores de desenvolvimento, estão diretamente relacionadas aos benefícios que o fenômeno possa carrear às populações das localidades partícipes de suas dinâmicas, direta ou indiretamente, e não apenas ao uso dos equipamentos turísticos e aproveitamento das potencialidades. Nesse caso, o subsistema social também adquire papel fundamental na sustentabilidade do turismo, especialmente porque quadros de vulnerabilidade e conflitos sociais colocam em risco todos os fluxos da rede. Assim temos,

SUBSISTEMA SOCIAL	
ENTRAVES	PERSPECTIVAS
- Baixa consciência política do turismo	- Informar as Secretarias Municipais
- Ausência de recursos humanos	- Capacitar Secretarias Municipais e profissionais
- Pouco envolvimento da sociedade	- Desenvolver gestão participativa nas comunidades
- Receptivo inexistente ou deficiente	- Criar ou melhorar a infra-estrutura das localidades
- Baixa qualidade de vida	- Propor e executar melhorias sociais básicas
- Baixo compromisso com o Municipal	- Fomentar consciência da responsabilidade social
- Poucas políticas públicas ligando as vertentes	- Dar continuidade e avaliar as políticas públicas

Quadro 2

Subsistema Social

Fonte: Silva e Salgado (2005, p.33)

Sendo o homem o principal sujeito transformador da realidade que se insere, seu envolvimento com as causas sociais e políticas do seu meio modifica sua própria qualidade de vida. No caso específico do turismo, as populações das localidades receptoras, principalmente, passam a merecer atenção aproximada, considerando que todo o processo de interface cultural é passível de conflitos nem sempre de fáceis soluções.

A implantação e manutenção dos equipamentos de qualidade social acabam por facilitar a coesão social, principalmente quando margeada por multiculturalismos. Nos municípios, as secretarias municipais devem adotar políticas públicas que facilitem a capacitação dos recursos humanos. A superação dos mitos pejorativos referentes ao turismo só pode se dar pelo entendimento de toda a sua complexidade. No Norte de Minas, a assimilação desse entendimento parece ter-se iniciado, à medida que os gestores municipais têm-se aproximado das políticas estaduais e nacionais de turismo.

Os resumidos apontamentos feitos a partir do subsistema social passam a destacar a importância de visualizar-se as várias formas em que se manifesta a desigualdade, que

também encontra espaços no turismo por desarticulações de todo o sistema turístico, o que diretamente acaba por refletir na rede. Em meio às suas contradições, a atividade também aponta possibilidades negativas em seus processos, contudo, é possível, a partir do turismo, que condições sociais interferentes possam ser revertidas para a geração de equidade social e qualidade de vida.

As várias faces da desigualdade constituem um problema global, e nessa reflexão passa a ser o problema central da gestão social do turismo. A globalização que tornou mais evidentes esses nós sociais conflituosos, ao mesmo tempo mostrou o seu caráter profundamente social de produto humano, facilmente percebido no turismo. Mudar esse quadro, requer o entendimento da necessidade de espaços múltiplos igualmente legítimos, libertários e igualitários, de solidariedade e participação, buscando, a todo custo o desenvolvimento humano democrático e sustentável.

A legitimação e manutenção desses espaços apontam para a real necessidade de superação dos processos de expropriação cultural que se fortaleceram com a globalização e se instrumentalizaram com o fenômeno turismo. O resgate, manutenção e imersão cultural conduzem nossas reflexões sobre o turismo para um cenário de pacificação social à medida que se espriam os entendimentos sobre a importância do relativismo cultural assentado na valorização das diferenças. As linhas intelectuais que avaliam a atual condição do turismo têm-se mostrado otimistas com sua evolução, especialmente no que diz respeito à globalização da cultura de convivência com as diferenças. O turismo, em sua face pró-capital, tem assimilado essa natureza de forma veloz, contudo, ao mesmo tempo em que explodem pacotes turísticos ditos “exóticos”, ganha força a tentativa de aproximação harmônica entre os povos.

O Norte de Minas, vista como região de fronteiras culturais, ao mesmo tempo que busca a consolidação de sua identidade por meio de suas tradições, manifestações e “agitadores”, se afirma a partir de uma sociedade em fronteiras, conforme afirma Costa (2005, p.43), capaz de catalisar outros modos de vida, promovendo mudanças qualitativas nas relações sociais. A leitura feita com base no subsistema cultural conduz aos seguintes apontamentos:

SUBSISTEMA CULTURAL	
ENTRAVES	PERSPECTIVAS
<ul style="list-style-type: none"> - Má distribuição da agenda cultural - Falta de incentivo organizacional - Falta de políticas públicas - Desvalorização do “Local” - Processos de aculturação - Distância da pesquisa - Artesanato desvalorizado - Falta de identificação das manifestações 	<ul style="list-style-type: none"> - Organizar calendário cultural regional - Priorizar os eventos regionais - Ampliar a atuação do IPHAN e IEPHA-MG - Manter a identidade cultural - Criar programas de combate a expropriação cultural nas localidades - Implementar programas e projetos antropológicos e sociológicos - Valorizar os estilos artísticos locais - Catalogar crenças, religiosidades, festas, mitos, ritos e artes da região

Quadro 3

Subsistema Cultural

Fonte: Silva e Salgado (2005, p.35)

Assim posto, nossos olhares se voltam para a necessidade de aproximação entre as políticas nacionais de valorização cultural, as políticas estaduais e municipais. Contudo, o reconhecimento do valor regional só pode se dar a partir da coesão social identitária e, para tal, todo o complexo sistema de gestão dos municípios deve priorizar os povos que neles se estabelecem. O valor do município reflete o valor regional, topofílico. O Estado deve estimular e garantir sustentabilidade às vertentes e manifestações culturais não fundamentadas na lógica do mercado. A implementação dos currículos escolares com elementos fundamentais da cultura regional, bem como as diversas vertentes da arte que se expressa nas localidades apontam para um caminho interessante entre a educação cognitiva e a educação do ciclo fundamental, na busca de elementos que conduzam a novas posturas referentes à atividade turística, a partir de uma educação para o turismo.

Superar o modelo do turismo de massa, no veio de nossas reflexões, impõe um desafio que requer cuidados e debates constantes. É real e necessário o entendimento de que a cultura constitui o grande vetor de valorização do indivíduo, daquilo que é local, contudo, contrapor a cultura de massa no turismo, evidencia a necessidade de mudanças culturais significativas e para tal a otimização da sua gestão. Podemos falar de um paradigma estruturante capaz de superar mitos, e equacionar resultados sociais de maneira mais veloz e autêntica.

Executar ações políticas que gerem condições para uma cultura mobilizadora e transformadora requer uma atuação integrada do poder público no que se refere ao desenvolvimento de políticas públicas de cultura, buscando envolver os diversos setores econômicos e sociais. As interfaces desses processos com o fenômeno turismo podem

culminar em dinâmicas mais específicas e funcionais. Sendo assim, o desenvolvimento do turismo regional deve contribuir para a efetivação de uma prática permanente no cotidiano de atuação do setor cultural local, nacional e internacional, na busca de um mundo mais justo e tolerante, onde a cultura seja o centro dessas possibilidades.

O turismo é uma das alavancas da economia do mundo atual e no Norte de Minas algumas propostas ligadas à atividade começam a apontar possibilidades para o desenvolvimento econômico regional. A criação de políticas públicas que gerem programas, projetos e ações de desenvolvimento em bases locais são fatores que podem mudar uma realidade política social que há anos vem deixando a região norte-mineira em desigualdade, se comparada às demais. Seu desenvolvimento local sustentável é tido na atualidade como uma modalidade que poderá reverter o quadro sócio-econômico das pequenas comunidades. Nesses projetos de fomento ao turismo regional, requisitos básicos como a preservação dos recursos turísticos naturais e culturais devem ser participados, contudo a geração de trabalho, de renda e a superação de quadros sociais degradantes deve ser prioritária.

O Norte de Minas se encontra em uma posição privilegiada no que diz respeito ao planejamento turístico regional devido à imaturidade do fenômeno na região. Não se pode desconsiderar a cautela na equalização de medidas adequadas nesse sentido, considerando as possibilidades de incorrência em erros já detectados em outros lugares que, muitas vezes, exigiram esforços humanos, articulações políticas e despesas consideráveis para serem sanados. Ao refletirem sobre o processo evolutivo do turismo regional, Silva e Salgado (2005, p.34) afirmam que,

a região apresenta enorme potencial, constituído de elementos naturais e culturais, que normalmente não são aproveitados por três motivos básicos: pela falta de vontade em inovar, pelo desconhecimento do potencial e por falta de recursos. O sucesso dos empreendimentos que se satisfazem do fomento promovido pelo trade que o engloba, está diretamente ligado às linhas de crédito destinadas a atuações no mercado turístico. As rentabilidades das empresas turísticas estão baseadas “na economia de escala, nos sistemas de lucro, na segmentação dos mercados e na fidelidade dos clientes”. Ruschmann (1997, p. 16)

Na região, o impacto da atividade turística bem estruturada não poderia ser diferente, uma vez que já dispõe de núcleos de capacitação e qualificação nas mais diversas áreas impactadas pelo setor. A atividade turística desenvolvida sob os preceitos de base local, pode permitir, se bem planejada, que famílias de baixa renda alcancem melhores postos de trabalho ou mesmo que se estabeleçam no sistema econômico regional de maneira mais digna.

Contudo, Silva (2007) nos alerta que “o turismo vai além da renda”. É importante que sejam determinadas as responsabilidades do setor público e o envolvimento (ou não) do setor privado nas ações relativas ao planejamento econômico do turismo, além de projetar espaços que ampliem os benefícios e minimizam impactos locais. Completam as reflexões sobre entraves e perspectivas para o turismo regional na ótica do SISTUR, os apontamentos referentes ao subsistema econômico, dos quais se destacam:

SUBSISTEMA ECONÔMICO	
ENTRAVES	PERSPECTIVAS
- Poucos recursos financeiros disponíveis	- Criar projetos de fomento para recursos
- Crença das vocações únicas: agricultura e pecuária	- Turismo também gera renda
- Linhas de crédito reduzidas	- BNB; BDMG; FUNGETUR
- Renda familiar baixa	- Criar postos de trabalho
- Tributação onerosa	- ICMS ecológico e cultural
- Pequeno número de micro e pequenas empresas no setor	- Ampliar o mercado das pequenas empresas
- Pouco ou inexistente o marketing das potencialidades	- Divulgar as potencialidades regionais

Quadro 4

Subsistema Econômico

Fonte: Silva e Salgado (2005, p.33)

A leitura, a partir do SISTUR, permite atingir algumas reflexões mais específicas que inevitavelmente elucidam argüições propositivas de pequeno, médio e longo prazo, dependendo do grau de exigência que se manifesta diante das políticas públicas adotadas em cada município. Dessa maneira, entende-se que o planejamento do turismo regional, na medida que considerar aspectos ecológicos, sociais, culturais e econômicos, conforme apresentados como parte integrante de um todo que se completa regionalmente, estará evidenciando possibilidades de superação de seus entraves.

Para que isso ocorra em qualquer comunidade, é importante que os segmentos sociais difundam suas idéias dentro de um contexto participativo e dialogado, propondo as modificações pertinentes no tempo e no espaço. Silva e Salgado (2005, p.35)

completam, “a realidade do “sertão” e principalmente do povo “sertanejo” é peculiar, justificando mudanças quantitativas e qualitativas bem elaboradas”, o que traduz o princípio fundamental do desenvolvimento do turismo sustentável.

3.3. Turismo Regional: novo contexto, novos caminhos.

Em todo o mundo, no Brasil e por que não no Norte de Minas, o debate do Turismo vem propondo mudanças na retórica ecológica, social, econômica e cultural das localidades. O governo, a academia, sociedade participativa, Organizações não-governamentais (ONG's), Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) e redes privadas passam a compreender cada vez mais o fenômeno como um “sistema” complexo que, se bem estruturado e organizado, pode traduzir-se em elementos vitais para o desenvolvimento das regiões em todo o globo.

Na região norte-mineira, o turismo, enquanto paradigma de desenvolvimento tem demonstrado que, apesar de sua condição estrangeira e incipiente, pode tornar-se um elo fundamental na superação de condições sócio-econômicas muitas vezes estacionárias e de mitos pejorativos, historicamente atribuídos aos gerais em virtude, dentre outras coisas e sujeitos, do não reconhecimento dos valores regionais. Esse quadro se agrava na medida que passam a ser notadas, nesse contexto, situações de expropriação cultural, minimização de direitos sociais e comprometimento de ambientes naturais.

A documentação do potencial turístico regional se iniciou no ano de 1991, com o já mencionado plano de desenvolvimento de Montes Claros. Posterior a este trabalho, vamos encontrar no ano de 1996, a realização do primeiro inventário turístico de Januária realizado pelo SEBRAE-MG. Em 1999 o SEBRAE inicia um trabalho de pré-inventários turísticos dos Municípios do Norte de Minas com faces ao Programa Turismo Competente. Nesse momento, chegaram a ser realizados, 21 Pré-Inventários das seguintes cidades: Montezuma, Rio Pardo de Minas, Salinas, São Francisco, Várzea da Palma, Bocaiúva, Botumirim, Capitão Enéas, Claros dos Poções, Glaucilândia, Grão Mogol, Ibiaí, Itacarambi, Jaíba, Janúba, Jequitaiá, Juramento, Manga, Matias Cardoso, Montalvânia e Montes Claros.

Em 2000 o SEBRAE realiza em Montes Claros, um inventário turístico de Montes Claros, posteriormente em 2001 o mesmo SEBRAE, realiza o Diagnóstico da Oferta Turística de Buenópolis e Augusto de Lima e encerra o ano com a consolidação do Inventário Turístico Participativo de Januária. No mesmo ano, alunos da primeira turma da Faculdade Pitágoras de Turismo e Hotelaria de Montes Claros, através do programa multidisciplinar de estágios realizaram alguns Pré-inventários de cidades do Norte de Minas, ocasião em que avaliavam novas metodologias desenvolvidas pela Embratur.

Em julho de 2004, a AMANS, em parceria com a Faculdade Pitágoras de Turismo e Hotelaria realizou Pré-inventários Turísticos dos Municípios do Vale do Urucuia, um aporte para a criação do Circuito Turístico Urucuia Grande Sertão. Fizeram parte do estudo os municípios de Urucuia, Uruana de Minas, Formoso, Buritis, Arinos, Chapada Gaúcha, Pintópolis, Riachinho, Bonfinópolis de Minas, São Romão e o município de Cabeceiras no Estado de Goiás, evidenciando uma situação interessante na medida que o atual Circuito extrapola os limites do Estado de Minas Gerais. No ano de 2006, a mesma Faculdade entregou ao Município de Itacarambi o Inventário Turístico, em novo formato, atualizado e ampliado. Existe uma previsão de que em 2007 sejam entregues os Inventários dos municípios de Porteirinha, Verdelândia, Catuti, Serranópolis de Minas.

A partir de um balanço reflexivo, podemos afirmar que o saldo do turismo regional é positivo. Mesmo não existindo, ainda, estudos mais abrangentes sobre o turismo no Norte de Minas, principalmente estatísticos, e considerando a quase inexistente divulgação das potencialidades norte-mineiras, a inexistência de tradição e, a falta de recursos financeiros para o setor, o despertar do turismo regional, culmina com a importante possibilidade de avaliar vários exemplos de planejamento e desenvolvimento do turismo noutros lugares, não tão distantes, a exemplo dos trabalhos desenvolvidos pelo Instituto Estrada Real⁷³, e assim aperfeiçoar os resultados de um processo evolutivo de longo prazo, porém com processos transformadores imediatos.

Com foco no turismo sustentável e de negócios, o IER tem buscado liderar o desenvolvimento integrado do setor na Estrada Real, promovendo experiências turísticas para os viajantes e, criando oportunidades de negócio para a indústria mineira.

⁷³ O Instituto Estrada Real – IER - é uma sociedade civil sem fins lucrativos, criado por iniciativa da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais - FIEMG, com sede em Belo Horizonte - MG.

Assim, aumentando o fluxo de turistas, captando recursos para a execução de projetos, promovendo a melhoria da qualificação dos profissionais do setor, sensibilizando as comunidades partícipes e, identificando o nível de satisfação do turista, o Programa tem experimentado mudanças baseadas nos processos anteriores, e adaptado suas novas ações a partir planejamentos intersetoriais e interinstitucionais.

No atual momento vivido pelo turismo na região norte-mineira, ganham destaque alguns elementos, dentre projetos, programas, políticas e pesquisas que, oportunamente, têm ajudado a consolidar um novo contexto para o turismo regional. Podemos elencar a elaboração de Inventários Turísticos de alguns municípios, as ações do Projeto Proturismo, a produção científica desencadeada pelas Faculdades de Turismo e Hotelaria, o Programa PRODETUR, o Programa Turismo Competente, o Programa Turismo Solidário, o Programa Artesanato em Movimento, o Movimento Catrumano, a Expedição Caminhos dos Gerais, a Diagnóstico Mesonorte, a criação e reconhecimento dos Circuitos Turísticos, os estudos sobre as comunidades tradicionais norte-mineiras, a criação de Unidades de Conservação na região, Encontro de Integração e Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável do Médio São Francisco, a criação de fortalecimento de Secretarias Municipais e Conselhos de Turismo e Meio Ambiente – como é o caso dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Ambiental (CODEMA), iniciativas de resgate de manifestações populares, ações de revitalização de patrimônios históricos e artísticos, a abertura dos diálogos intermunicipais, dentre outros.

Considerando que cada apontamento acima nos conduz a um processo de entendimento sobre a atual condição do turismo regional, e salientando que algumas das leituras já foram evidenciadas - a exemplo do Programa PRODETUR e dos Circuitos Turísticos do Estado -, cabe-nos destacar aqueles que melhor sintetizam os aspectos fundamentais desse contexto, que nos permitam um diálogo sobre a rede do turismo regional. São eles: o Projeto Proturismo, o Programa Turismo Solidário, o Movimento Catrumano e a Expedição Caminhos dos Gerais e, o Encontro de Integração e Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável do Médio São Francisco.

3.3.1. Projeto Proturismo

O Projeto Proturismo constituiu uma experiência pioneira na região norte-mineira, buscando o desenvolvimento turístico como alternativa econômica, através do envolvimento das comunidades em todo o processo, num contexto de sustentabilidade, observando o equilíbrio entre a preservação ambiental e cultural, a cidadania, e o crescimento econômico, dentro dos preceitos do turismo de base local. Foi desenvolvido pelo Instituto Grande Sertão – IGS, no ano de 1999 com o objetivo de regionalizar o Turismo no Norte de Minas a partir da assimilação e entendimento das relações ambientais e culturais estabelecidas entre os municípios norte-mineiros. As etapas iniciais foram oficializadas através de convênio específico entre as partes (Prefeitura e IGS), que definia os objetivos gerais e as obrigações de cada um, incluindo contrapartidas estruturais, suporte logísticos e financeiros.

As ações se iniciaram em 2000, a partir do levantamento do potencial turístico dos municípios de Grão Mogol, Botumirim, Cristália, Itacambira e Brasília de Minas e ganharam força com o Marco Lógico do Programa PRODETUR. Uma das exigências na fase de planejamento do PRODETUR é a mobilização das comunidades com o objetivo de conscientizá-las da importância de sua participação no processo de desenvolvimento turístico.

O chamado “MARCO LÓGICO” foi realizado em todos os municípios dos três pólos turísticos criados em Minas Gerais, sendo fundamental para definir o real potencial de cada município e o nível de comprometimento de suas instituições oficiais, iniciativa privada e comunidade em geral. Portanto, não bastava ter potencial, natural, histórico e cultural, era preciso comprometimento na preservação desse patrimônio e a busca da qualidade no processo de comercialização do produto turístico, com o comprometimento de cada cidadão, do poder público, das instituições e dos empresários e comerciantes. Os resultados desse “MARCO LÓGICO” eram agregados ao projeto estadual a cargo da Secretaria de Estado de Turismo, num documento chamado Plano de Desenvolvimento Integrado de Turismo Sustentável (PDITS), posteriormente apresentado ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD).

Na sua primeira fase, foram desencadeados os processos de pesquisa, mapeamento e documentação do potencial de Grão Mogol considerada, naquele momento, como a cidade turística mais conhecida da região. A ausência dessas informações organizadas, o diagnóstico posterior e o planejamento visando à melhoria da qualidade do produto turismo, somados ao potencial e à infra-estrutura, impedem o desenvolvimento do turismo de forma adequada e dentro da realidade financeira das administrações municipais e da iniciativa privada.

Dentre os objetivos do Projeto Proturismo destacam-se a educação ambiental para turismo sustentável, o levantamento dos recantos naturais e sítios históricos favoráveis sob os aspectos de turismo, a análise sócio-ambiental com destaque para o antropismo relacionado com as áreas de potencial turístico natural e histórico, de esporte, lazer e pesquisa científica, a análise estrutural do município, em todos os aspectos que possam afetar a atividade turística, sob o ponto de vista da qualidade dos produtos oferecidos e o atendimento, o diagnóstico das questões levantadas e indicações de soluções imediatas, a curto, médio ou longo prazo, com total envolvimento da comunidade, órgãos e entidades representativas; acompanhamento em todas as etapas, através de documento legal entre as partes envolvidas (IGS, Prefeituras e parceiros) na análise das medidas tomadas, do impacto ambiental e social e no aperfeiçoamento do processo de consolidação da atividade turística de qualidade, dentre outros. De acordo com informações do Instituto Grande Sertão (IGS),

O projeto baseia-se principalmente na necessidade de coletar e organizar os dados referentes ao potencial turístico já existente nos municípios e fazer as pesquisas e explorações necessárias para a identificação dos locais de potencial ainda não analisados e documentados. A infra-estrutura dos municípios e o aparelhamento específico para recebimento de turistas (hotéis, pensões, pousadas, albergues, restaurantes, lanchonetes, empresas de transporte etc), também serão pesquisados. O quadro social deverá ser pesquisado para que a melhoria da qualidade de vida da população local como um todo, seja paralela ao planejamento e desenvolvimento turístico.

Porém, os levantamentos realizados na primeira fase do projeto (fevereiro a setembro de 2000), mostraram que o potencial natural e histórico até então levantados iam além do que se conhecia inicialmente. Estima-se que apenas 30% da área do município havia

sido diagnosticada na primeira fase. Nesse sentido, medidas mais efetivas eram discutidas naquela ocasião na busca de se transformar a atividade turística na localidade, mais competitiva, através de estratégias que visassem conhecer detalhadamente a realidade local em todos os campos, inclusive o sócio-econômico.

Nesse contexto, a Prefeitura Municipal de Grão Mogol, junto com o Instituto Grande Sertão – IGS avaliou a possibilidade de participação do Sebrae-MG no projeto, através do Projeto Turismo Competente, uma ferramenta de eficiência voltada para a capacitação e mobilização popular em torno do desenvolvimento turístico. Como forma de divulgação das ações realizadas, o IGS realizou em Grão Mogol, em 2000 uma exposição fotográfica sobre o potencial do município durante o carnaval, época em que a cidade recebia um grande número de visitantes.

De acordo com Eduardo Gomes, que atuou como Coordenador do Projeto Proturismo junto com Ramon Risério, naquele momento, a estratégia do Proturismo em Grão Mogol previa mudanças mais rápidas e significativas visando já atender à demanda natural de visitantes que freqüentam o município nas festas tradicionais, férias, feriados e finais de semana. Eventos tradicionais como o carnaval e a Festa do Vau (com carnaval temporão) que, nos últimos anos, se aperfeiçoaram agregando um público cada vez maior, sempre colocaram a cidade em lugar de destaque na região.

O projeto é desenvolvido em quatro etapas, que compreendem a elaboração do Inventário do Potencial Turístico e Diagnóstico, ações pontuais de desenvolvimento do turismo, capacitação, treinamento e regulamentação, campanha de marketing, avaliação continuada (Gestão Flutuante). Em meio às ações outros processos decorrem como, mobilização social e integração entre a comunidade local e o projeto, e o fortalecimento dos órgãos, estabelecimento de núcleos receptivos.

Em Grão Mogol, várias ações foram desencadeadas durante a ocorrência do projeto, dentre elas, topografias de trilhas, ruínas, caminhos, exploração de ambientes desconhecidos, mapeamento, exploração de córregos, sítios arqueológicos, levantamento sócio-econômico, levantamento cultural, levantamento de infra-estrutura urbana, execução em escala da planta da Igreja Matriz de Santo Antônio e da Igreja do

Rosário, e o levantamento dos elementos de descaracterização e estado de conservação das igrejas.

A etapa seguinte do Proturismo foi iniciada em março/2001 e teve como alvo piloto o município de Botumirim. Nesse momento, consolidaram-se importantes parcerias ente as Faculdades Pitágoras de Turismo e Hotelaria, a Universidade Estadual de Montes Claros, o Espeleogruppo Peter Lund – EPL – Montes Claros, o Espeleogruppo de Brasília de Minas, o Espeleogruppo Vale do Peruaçu – Itacarambi, o grupo de estudos orientados e espeleologia de Januária, a Prefeitura Municipal de Botumirim, a Prefeitura Municipal de Grão Mogol, a Prefeitura Municipal de Cristália, a Prefeitura Municipal de Japonvar, a Prefeitura Municipal de Brasília de Minas, e o Banco do Nordeste - Programa Prodetur - Fase II e a TV Grande Minas.

Das ações desencadeadas em Botumirim destacam-se tombamento de patrimônio histórico, sinalização rodoviária no município, implantação do programa de limpeza urbana, programa de recuperação e preservação da bacia do córrego Serrinha, ameaçado pelo esgoto, lixo e assoreamento que comprometem a qualidade do Rio Noruega, do qual é afluente; inventário do potencial natural das regiões de Folha Larga e Gigante com mapeamentos de sítios arqueológicos, levantamento sócio-econômico, dentre outras.

O Projeto Proturismo⁷⁴ que, após passar por fase experimental em Grão Mogol e Botumirim, esbarrou na falta de recursos financeiros, agora começa ganhar novas leituras a partir do Movimento Catrumano, da Expedição Caminhos dos Geraes, do Plano Mesonorte e da criação dos Circuitos Turísticos na região, no sentido de retomar suas atividades.

Dos levantamentos realizados durante as atividades do Projeto, destacam-se: o mapeamento georeferenciado de estradas e trilhas, com detalhamento para

⁷⁴ Não poderia deixar de citar algumas pessoas que tiveram papel marcante na história do Projeto Proturismo e automaticamente na história do turismo regional, são elas: Cristiane, Ramom Risério Dourado Leite, Josely Felipe de Freitas, Paulo Henrique Pereira Guimarães, Célio Paranhos, João Carlos Soares Aguiar, Eduardo Gomes de Assis, Ronaldo Lucrecio Sarmiento, Luiz Cezar Versiani, Cássio Alexandre da Silva.

quilometragem, estado de conservação de piso e benfeitorias; a exploração e pesquisa preliminar de cavernas e sítios arqueológicos em rocha ou sob rocha, através de mapeamento topográfico e documentação em foto e vídeo; levantamento de recursos hídricos; levantamento de atrativos como cachoeiras, rios e riachos, lagoas, várzeas, barragens, nascentes e veredas, com avaliação básica de vazão, volume e qualidade da água, acesso e situação do entorno; pesquisa sobre construções ou ruínas com reconhecido valor histórico e arquitetônico – incluindo o mapeamento topográfico, relatório descritivo e visual; avaliação da estrutura receptiva hoteleira ou adaptável.

Ainda, análise de infra-estrutura instalada de rede elétrica e água canalizada e tratada; avaliação da capacidade de atendimento hospitalar do município; número de hospitais, postos de saúde e qualificação dos profissionais; elaboração de roteiros de trekking (caminhada), cavalgada, rafting (descida com botes infláveis em corredeiras), áreas montanhosas para a prática do montanhismo, canyoning (rapel em cachoeiras), vôo livre (parapente ou asa delta), mountain-bike, off-road, caving (turismo em cavernas) etc; apontamento de estrutura receptiva de lazer e cultura existente no município, como bares, lanchonetes, restaurantes, boates e danceterias, clubes e quadras esportivas etc.; levantamento histórico/geográfico do município, dando ênfase ao início da ocupação territorial, atividades econômicas que deram início ao povoamento e vestígios desse período; levantamento cultural de dados sobre tradições religiosas, culturais e folclóricas, eventos, calendário anual, artistas e artesãos.

Dentre as ações complementares ganham destaque a realização de palestras nas escolas estaduais e escolas municipais da sede do município e dos distritos com o tema “Cidadania, Meio Ambiente e Turismo”, totalizando 18 eventos, incluindo exposição fotográfica; evento de lançamento do projeto na Praça de Eventos do Montes Claros Shopping Center; atualização do mapa urbano e digitalização do mapa do município; criação do Grupo de Estagiários do Proturismo; apoio na organização de eventos e festas tradicionais; reuniões com setores da administração municipal visando ao envolvimento no projeto; elaboração de estratégia de inclusão do município no Prodetur – Fase II, representação do município em todas as fases iniciais do projeto; realização de Tombamento de Patrimônio Histórico – 1999, 2000 e 2002; reativação do Codema e início do processo de implantação do Comtur.

O Projeto Proturismo atualmente está paralisado devido à falta de condição financeira das Prefeituras Municipais. Considerando a experiência piloto em Botumirim, o projeto está sendo reformulado para encaminhamento ao Ministério do Turismo. O objetivo é conseguir um financiamento institucional. Nesse sentido, a justificativa principal é volta a consolidação de um modelo sustentável de desenvolvimento turístico, tendo como base municípios carentes, porém com potencial turístico comprovado.



Figura 39

Oficina de Artesanato em Botumirim

Fonte: IGS



Figura 40

Experiência de Trekking na Campina – Botumirim

Fonte: IGS



Figura 41

Pesquisa em Cânion - Grão Mogol

Fonte: IGS



Figura 42

Cachoeira das Quatro Oitavas – Botumirim

Fonte: IGS



Figura 43
Reunião com Moradores – Botumirim
Fonte: IGS



Figura 44
Exposição Fotográfica – Montes Claros
Fonte: IGS

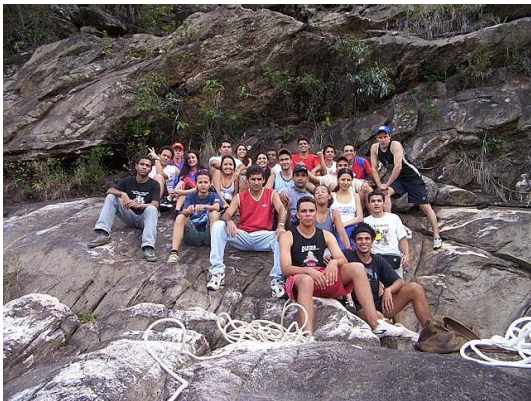


Figura 45
Oficina de Rapel e Montanhismo – Botumirim
Fonte: IGS



Figura 46
Festa do Vau – Grão Mogol
Fonte: IGS



Figura 47
Banner do Projeto Proturismo
Fonte: IGS

Uma das características principais do projeto Proturismo é a proposição de se trabalhar o desenvolvimento do turismo de base local a partir de micro-redes ou micro-circuitos que priorizem em suas formações relações culturais e geográficas. Para tal, uma primeira proposta de regionalização do Turismo no Norte de Minas foi apresentada pelo Instituto Grande Sertão – IGS, conforme mostram as figuras a seguir.

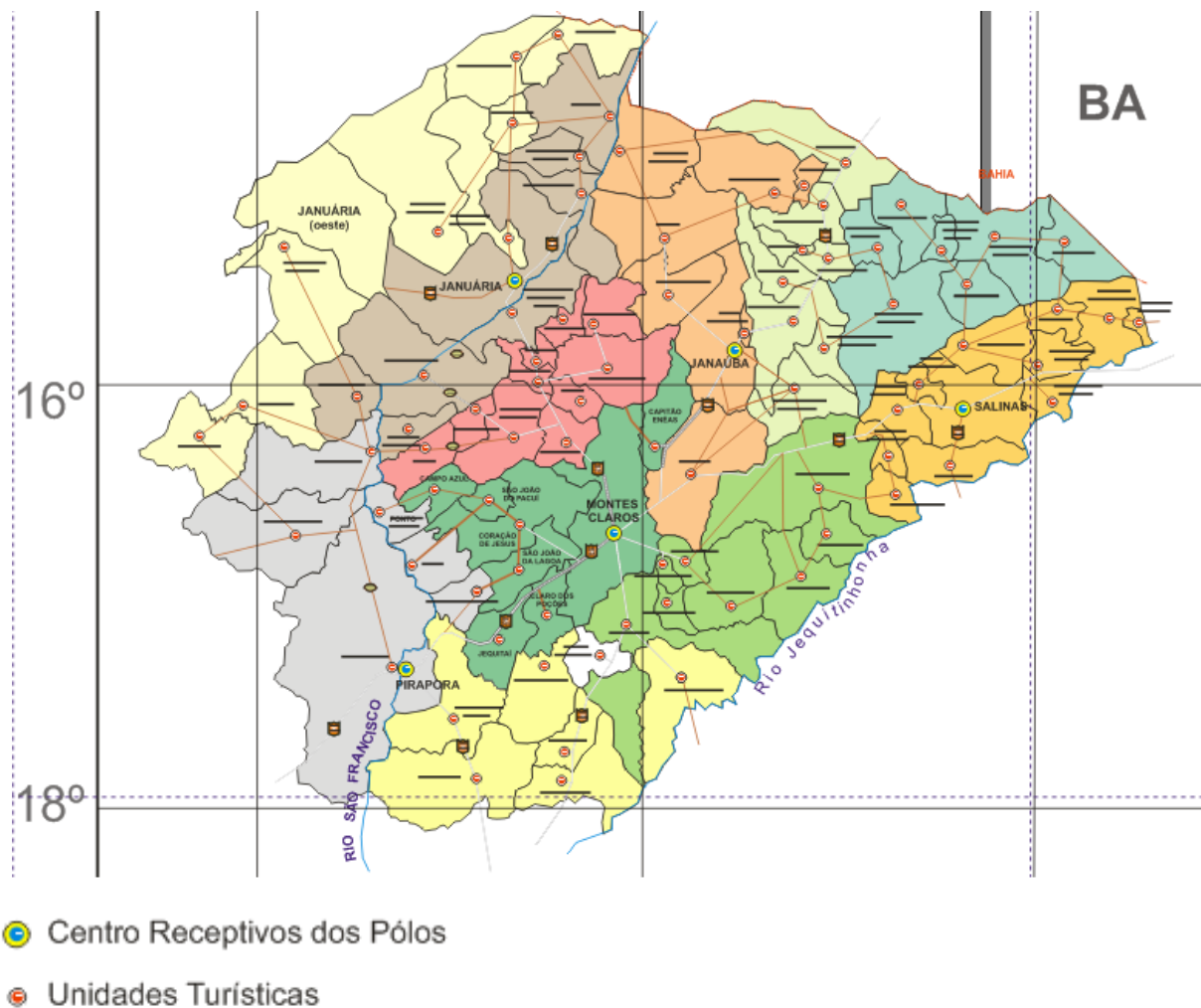


Figura 48
Proposta Regionalização do Turismo - Projeto PROTURISMO
Fonte: IGS

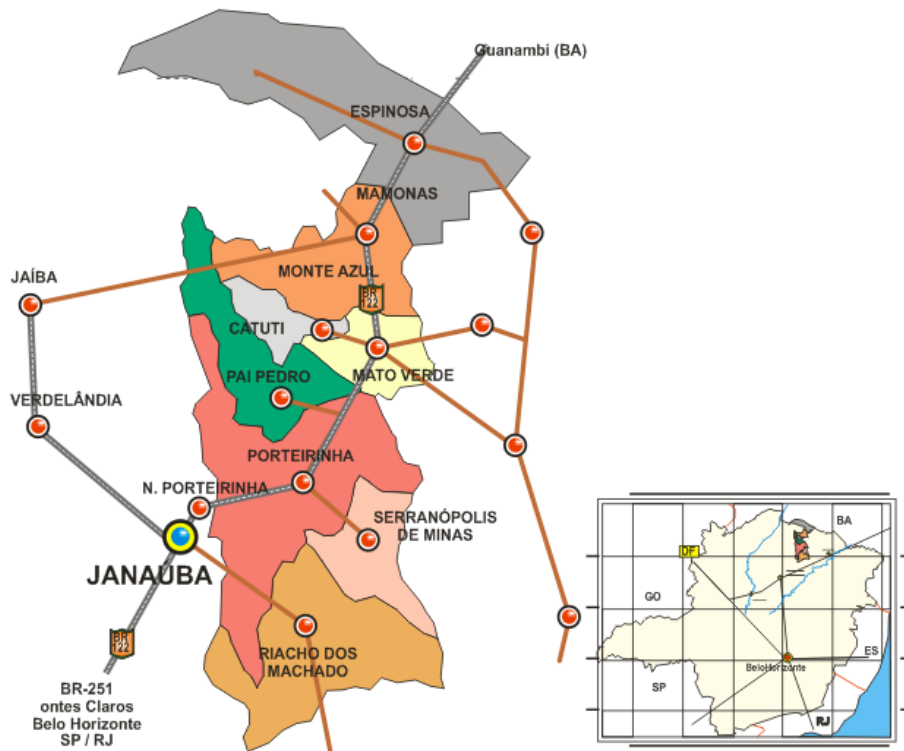


Figura 49

Circuito Turístico Serra Geral do Norte – Proposta PROTURISMO

Fonte: Eduardo Gomes – Arquivo pessoal



Figura 50

Circuito Turístico da Cachaça – Proposta PROTURISMO

Fonte: Eduardo Gomes – Arquivo pessoal

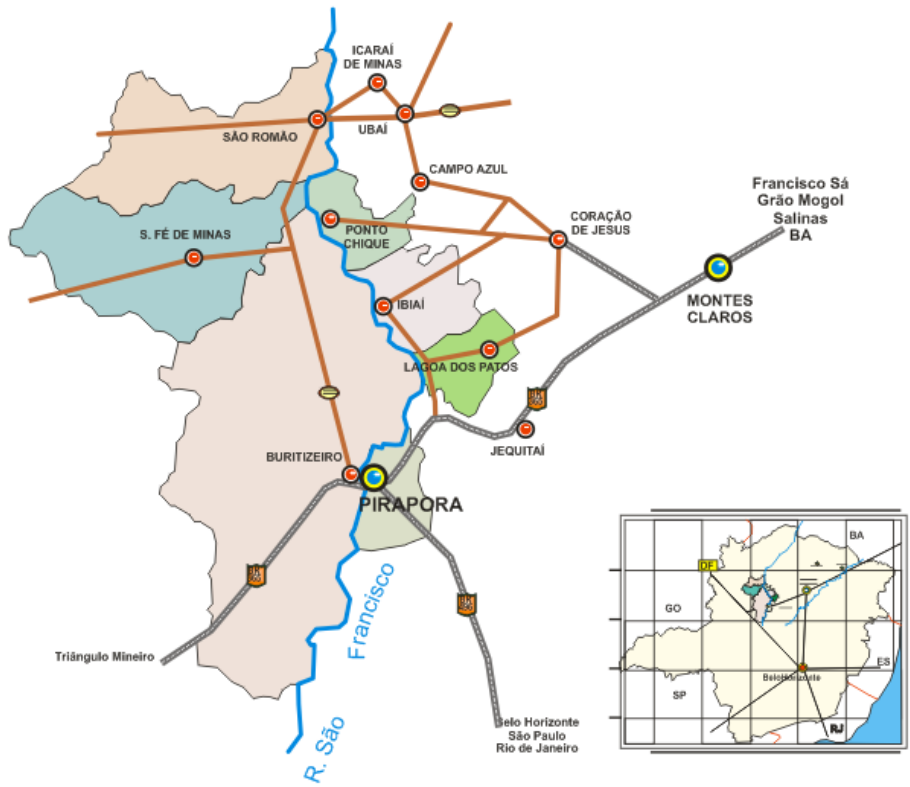


Figura 51

Circuito Turístico Águas do Velho Chico – Proposta PROTURISMO

Fonte: Eduardo Gomes – Arquivo pessoal

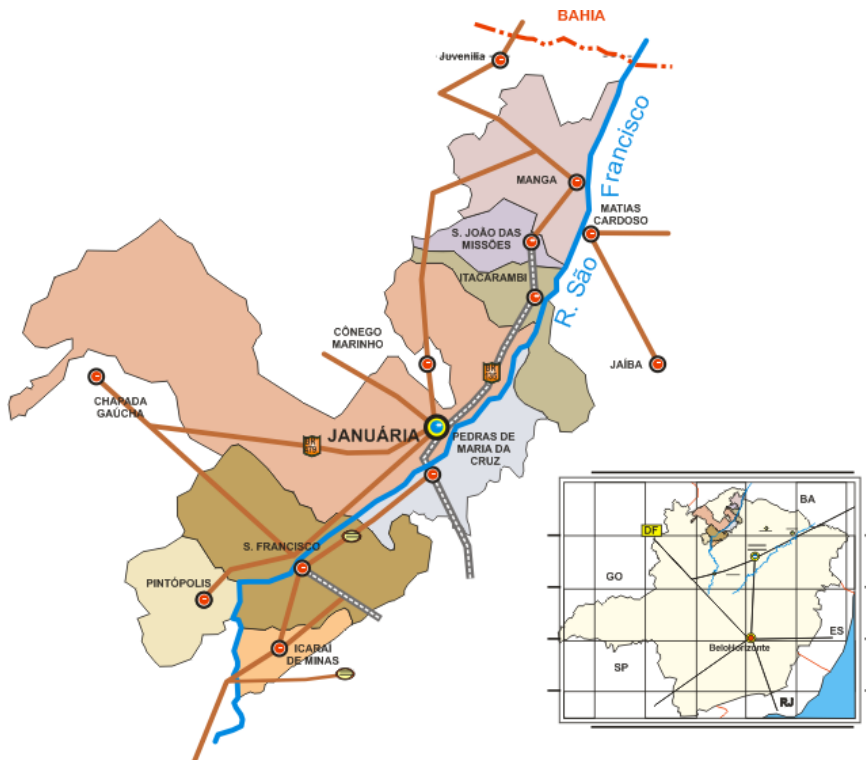


Figura 52

Circuito Turístico São Francisco Peruaçu – Proposta PROTURISMO

Fonte: Eduardo Gomes – Arquivo pessoal

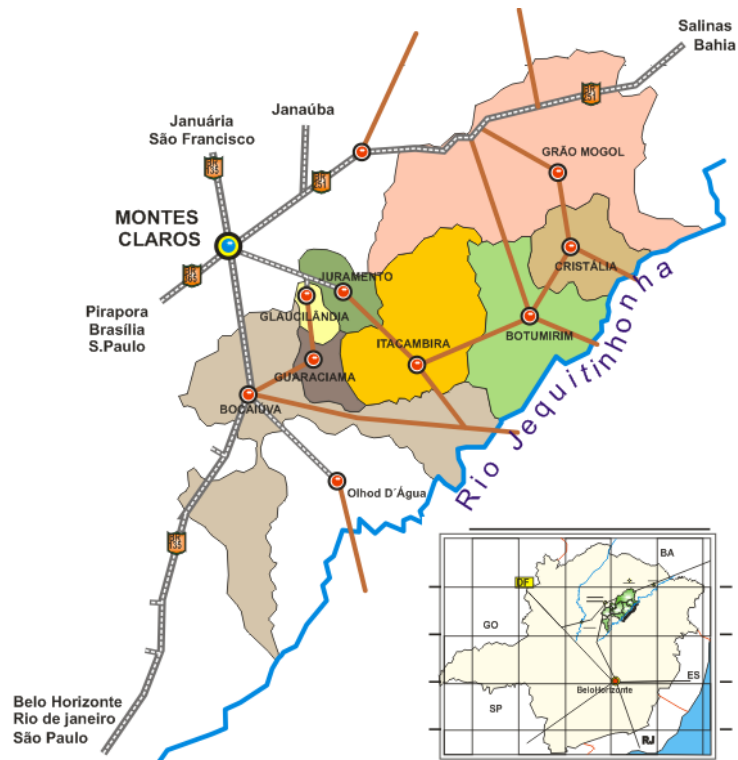


Figura 53

Circuito Turístico Serra Geral dos Bandeirantes – Proposta PROTURISMO

Fonte: Eduardo Gomes – Arquivo pessoal

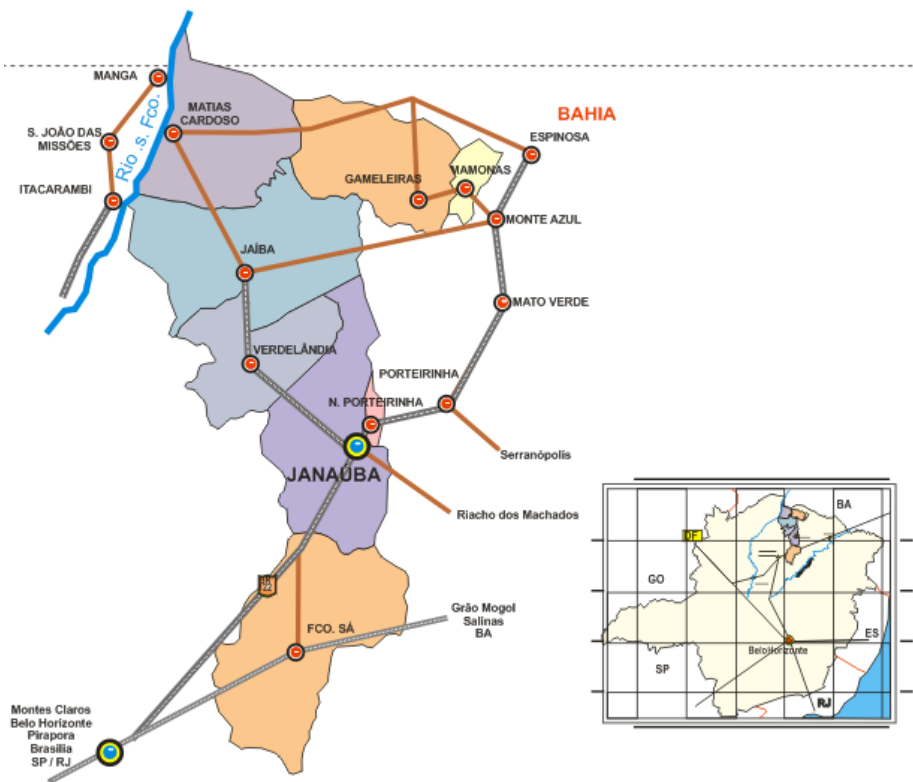


Figura 54

Circuito Turístico Vale Verde – Proposta PROTURISMO

Fonte: Eduardo Gomes – Arquivo pessoal

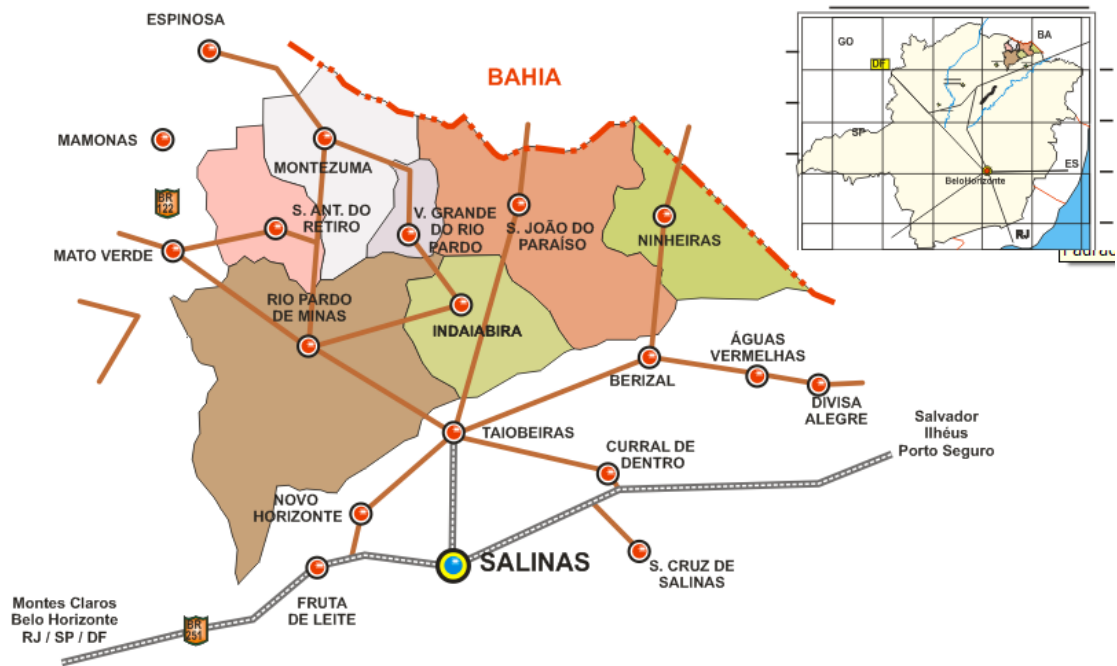


Figura 55

Circuito Turístico Serras do Rio Pardo – Proposta PROTURISMO

Fonte: Eduardo Gomes – Arquivo pessoal

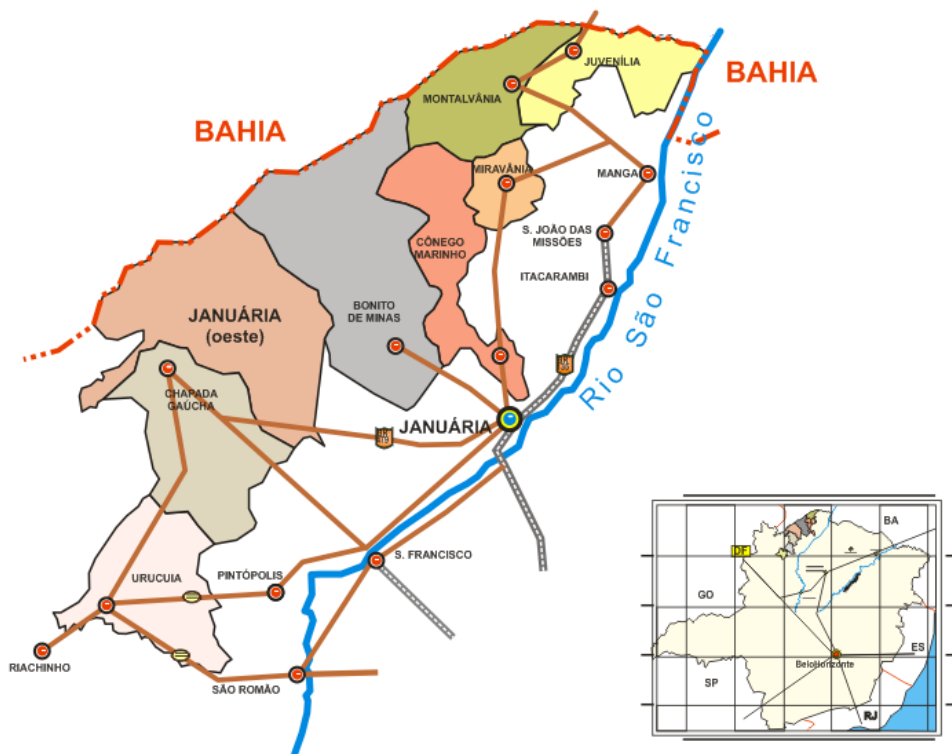


Figura 56

Circuito Turístico Grande Sertão – Proposta PROTURISMO

Fonte: Eduardo Gomes – Arquivo pessoal

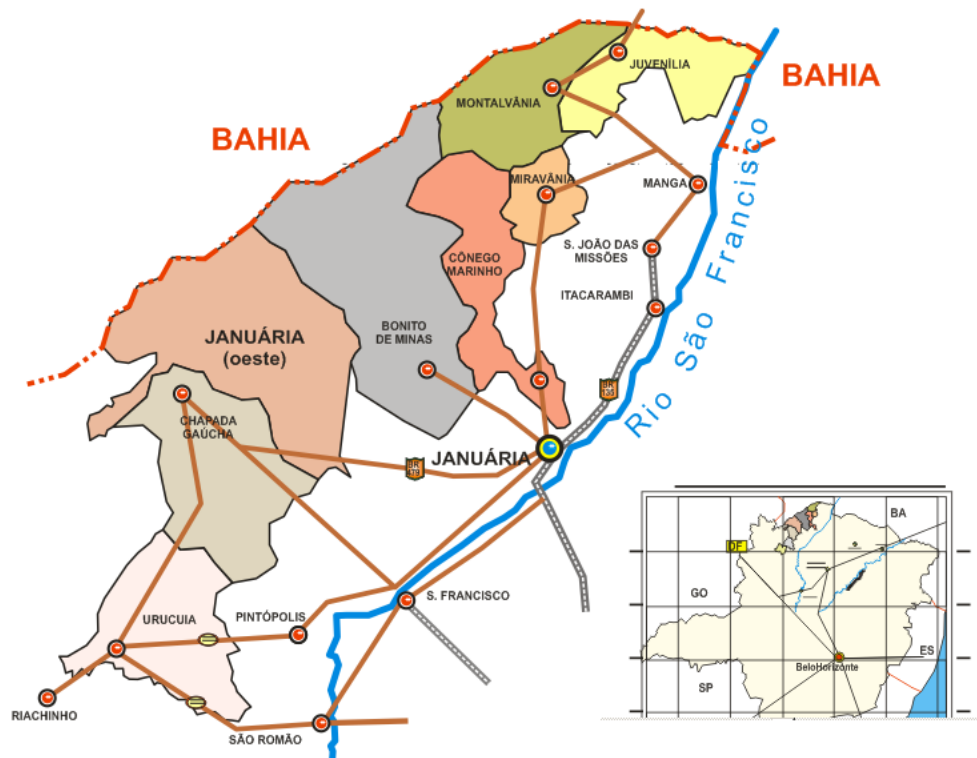


Figura 57

Circuito Turístico Grutas e Veredas – Proposta PROTURISMO

Fonte: Eduardo Gomes – Arquivo pessoal

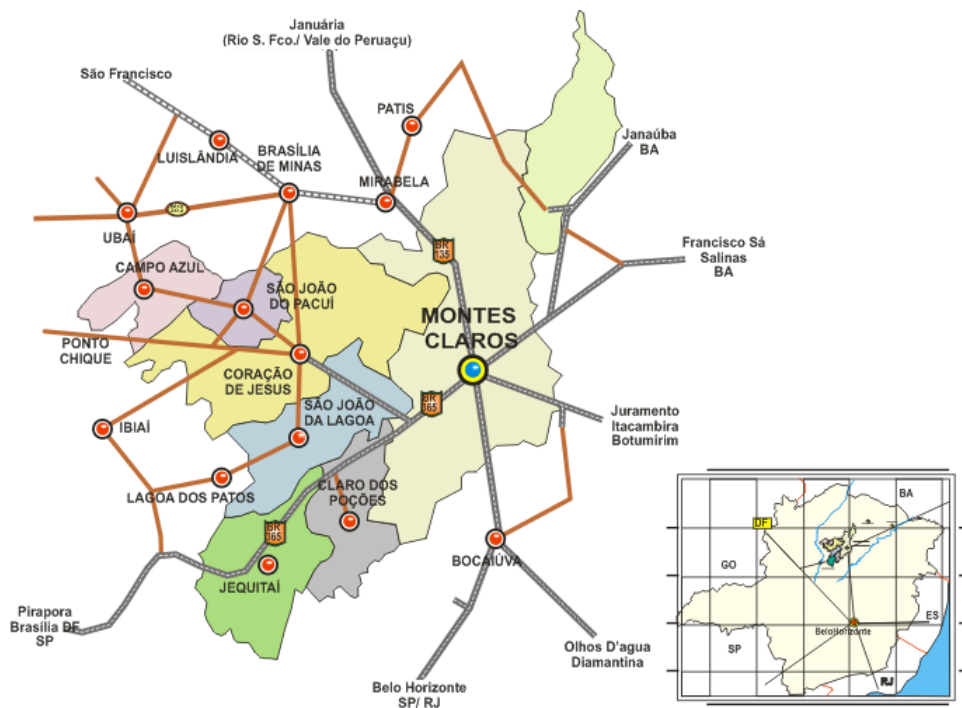


Figura 58

Circuito Turístico Grutas II – Proposta PROTURISMO

Fonte: Eduardo Gomes – Arquivo pessoal

3.3.2. Programa Turismo Solidário

Diversas regiões do globo têm apostado em estratégias inovadoras e responsáveis a partir do turismo e vêm-se mostrando muito empenhadas no alcance de melhores condições de vida, tanto para moradores de suas localidades quanto para os visitantes. O associativismo, a solidariedade e a cooperação em redes quando dialogados com o turismo, têm permitido essas regiões superarem as dificuldades que percorrem principalmente suas dinâmicas sócio-culturais e, dessa maneira, têm vislumbrado novos horizontes, atentando-se para todos os aspectos que representam oportunidades de equidade social, trabalho e valorização humanitária.

O entendimento de que alianças comunitárias podem produzir avanços e impactar diretamente as políticas públicas e decisões empresariais referentes ao turismo aponta para um cenário de coesão social cada vez mais fortalecido. Nesse caso, o turismo pode se concretizar como uma das mais importantes ferramentas de manutenção da paz social e do desenvolvimento humano na contemporaneidade.

Acreditando em novas fórmulas de inclusão social, valorização humana, preservação ambiental e promoção cultural, o Ministério do Turismo, o Governo do Estado de Minas Gerais, o Instituto de Desenvolvimento do Norte e Noroeste de Minas Gerais, junto com o Sebrae e a Fundação Banco do Brasil, além das Prefeituras partícipes deram vida ao Programa Turismo Solidário. O Programa Turismo Solidário foi idealizado para levar melhores condições de vida a regiões do estado onde o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) é baixo. Nesta Região, Norte e Nordeste de Minas Gerais encontra-se uma das áreas onde o IDH é dos mais baixos.

O Programa Turismo Solidário consiste em uma inovadora modalidade de Turismo, onde o turista irá conhecer a potencialidade que o Vale do Jequitinhonha e Norte de Minas têm escondidos em sua pobreza e sofrimento causados pelas mazelas sociais e econômicas. O programa consiste em despertar no turista solidário um sentimento humanista, para ajudar diretamente no desenvolvimento da região, além de conhecer suas belezas naturais como grutas, cachoeiras, rios, montanhas, vales e veredas que em outro lugar com certeza não se encontrarão juntos e também suas belezas culturais como o folclore peculiar e característico da região e o artesanato que é reconhecido mundialmente. O turista solidário será contemplado também com diversos quitutes e doces preparados por uma das melhores e mais saborosas culinárias do país. Turismo Solidário (2007)⁷⁵

⁷⁵ Disponível em <<http://www.turismosolidario.com.br>>, visitado em 08 de Jan. 2007.

O objetivo do Programa Turismo Solidário é capacitar as comunidades das localidades escolhidas para este projeto piloto na gestão das ações de desenvolvimento de uma modalidade de turismo, tendo base na cultura local, atraindo pessoas que, além do respeito às tradições locais, estejam imbuídas do desejo de interagir com as comunidades, ajudando a trazer o desenvolvimento sustentável através das trocas de conhecimentos. Ao refletir sobre o programa, Edson Ferreira Couto, membro da Diretoria Regional do IDENE de Montes Claros, afirma que “o turismo é um dos segmentos que melhor gera renda e trabalho no mundo. Quando ele é tratado de forma solidária, em especial para nossa região, passa a ter um caráter diferenciado em que o humanismo torna-se premissa para ser um verdadeiro intercâmbio entre pessoas”.⁷⁶ Fazem parte da Experiência Piloto no Estado os municípios de: São João da Chapada, Minas Novas, Turmalina, Chapada do Norte, São Gonçalo do Rio Preto, Milho Verde, Couto de Magalhães de Minas, Serro, Mendanha, no Vale do Jequitinhonha e Grão Mogol, primeiro município do Norte de Minas a participar do processo.

A teoria e a utilização prática das redes têm uma acentuada conotação política de afirmação da liberdade e da democracia, uma vez que se considera a ordem como objeto de reinvenção permanente. Assim, pode-se apresentar as redes como um processo de organização social apto a responder às exigências de flexibilidade, descentralização e democracia do mundo contemporâneo, permitindo o exercício da autodeterminação e da autonomia. Martinho (2001) apud Martinelli e Joyal (2004).

Segundo Figueiredo (2006, p.03), “uma estratégia de desenvolvimento territorial tem como premissa a busca da diminuição das diferenças históricas incorporadas na vida social, cultural e econômica das populações das várias regiões que formam o Estado de Minas Gerais”. Afirma ainda, que “a iniciativa oportunizou vigoroso investimento na formação dos cidadãos e das comunidades locais do território (...), participando da articulação coordenação e deliberação com os agentes econômicos, institucionais e sociais na implementação e na gestão participativa de programas e projetos sustentáveis”.

O Programa ainda busca estimular o crescimento do fluxo de turismo na região através da estruturação do Turismo Solidário, contribuindo para o desenvolvimento das

⁷⁶ Na bagagem, a cidadania. Informativo do Programa Turismo Solidário. Novembro (2006, p.03).

comunidades locais da região, além da tentativa de despertar no turista, o compromisso de participar do processo de transformação sócio-econômico do país, possibilitando a participação de turistas em ações solidárias, valorizando a identidade cultural e a preservação dos atrativos culturais e naturais nas regiões de ocorrência, contribuindo para a geração de novas oportunidades de trabalho e negócios e a melhoria da renda nas comunidades locais, criando um banco de dados de informações regionais que possibilitem aos turistas interessados em conhecer as realidades locais e suas potencialidades naturais e culturais, promovendo ações de sensibilização para o turismo na região e divulgando os destinos e produtos turísticos no país e no exterior.

“Uma comunidade capacitada para um novo exercício do turismo é o destino de quem viaja através do Programa Turismo Solidário”. “Na bagagem, a cidadania”. É sob lemas como esses que o Programa tem sido trabalhado e divulgado. A condição para se tornar um turista solidário, portanto, se assenta na possibilidade de transformação de uma viagem de férias em maneiras de contribuir com as comunidades visitadas, a medida em que as conhece, bem como os projetos solidários relativos a essas localidades e nesse sentido optando por hospedar-se nos receptivos familiares, usufruindo da culinária, da hospitalidade, da convivência social e do cotidiano diferenciado dos lugares onde ocorre.

Nos anos de 2004 e 2005, um total de 1.425 pessoas das localidades do Vale do Jequitinhonha e do Norte de Minas que aderiram ao programa foram preparadas por consultores para atuação em funções diversas, em sintonia com as demandas diagnosticadas por pesquisadores e membros da população. Em Grão Mogol, única cidade do Norte de Minas a participar da experiência, 120 pessoas foram capacitadas. Vários cursos foram ministrados, dos quais podemos mencionar: condutores de turismo, recepção e atendimento ao público, receptivos familiares, resgate do potencial criativo, turismo como negócio, desenvolvimento e elaboração de material informativo e promocional, turismo solidário, agentes para o desenvolvimento do turismo regional, operadores e empreendedores de receptivos turísticos locais etc. Em sua apreciação, Margareth Dias Durães, da Diretoria Regional do IDENE do Vale do Jequitinhonha, “o turismo solidário é mais uma alternativa de estimular o turismo em nossa região,

contribuindo para o desenvolvimento das comunidades e criando novas perspectivas de trabalho e renda”.⁷⁷

De acordo com o programa, o primeiro contato feito entre turista e comunidade é através da Central de Reservas onde as partes passam a se conhecer e fomentar a troca de informações sobre roteiros, acomodações, comercializações, emissão de vouchers, etc. A Central permite o cadastro de clientes e de novos receptivos familiares. O desenvolvimento de todo o processo está sendo acompanhado por um Grupo Gestor de forte participação popular comunitária, condicionando um controle social compartilhado e espontâneo.

A formação de Grupos Gestores, com a participação deste conjunto possibilitará maior dinamismo ao Programa Turismo Solidário, utilizando uma linguagem franca, aberta e verdadeira para distanciar sonhos de ilusões, aproximar anseios de realidade e transformar potencialidade em ação concreta. Esta, voltada para a multiplicação de postos de trabalhos e melhoria da renda daqueles que possam se beneficiar da cadeia produtiva do turismo. Uma atitude que se transforma em crescimento notável para todos os envolvidos. Turismo Solidário (2006, p.03)

Entende-se que o Turismo Solidário pode consolidar-se como proposta de desenvolvimento social das regiões Jequitinhonha e Norte de Minas enquanto reflexo da do fenômeno turismo, por meio de modelos sustentáveis e participativos. Acreditamos que a replicação do modelo evidenciado, em toda a região norte-mineira, a partir da Experiência de Grão Mogol possa nortear e reafirmar traços fundamentais da identidade regional por vias da atividade turística, a medida em que o Município de Montes Claros possa participar enquanto Pólo Regional como parceiro do IDENE, da SETUR, do MTUR, do SEBRAE e da Fundação Banco do Brasil na reprodução do modelo de turismo proposto para o Vale do Jequitinhonha.

Contudo, uma reflexão nos alerta: até quando o modelo baseado em solidariedade produtiva, como deparamos no Programa Turismo Solidário, resistirá às pressões do modelo hegemônico? Estaria a solidariedade, nesse caso, ocupando espaço simbólico em uma fronteira? Estaríamos vendendo solidariedade? Os esparsos questionamentos que flutuam em nossa compreensão apontam para a sustentabilidade do programa estando diretamente ligada ao acesso e autonomia dados às próprias comunidades que o

⁷⁷ (Op.:cit)

fomentam, porém considerando que a consolidação dos benefícios sociais principalmente, se volte para aqueles que vivem nas comunidades, sendo eles partícipes ou não da cadeia produtiva.

Pensar na rede do turismo solidário nessas regiões pressupõe, primeiramente, a consolidação de elos de reciprocidade entre os povos que nelas habitam, e a confirmação de que é real o interesse das localidades de participarem do processo. Nesse sentido, o fomento às viagens solidárias deve priorizar as populações que sequer dispõem de recursos para tal. As provocações se devem às inevitáveis conjecturas que as contradições do fenômeno turismo nos conduzem. Nesse caso, estaria o Programa Turismo Solidário tão distante de se elitizar, considerando que segmentos de turismo responsável são cada vez mais seletos e que, a própria raiz do turismo solidário se evidenciaria nos movimentos de voluntariado internacional, elitistas? Deixo aqui as reflexões para futuras prosas.



Figura 59

Território de experiência piloto Turismo Solidário

Fonte: www.turismosolidario.com.br



Figura 60

Habitante de Grão Mogol

Fonte: www.turismosolidario.com.br



Figura 61

Consultores visitam receptivo familiar

Fonte: www.turismosolidario.com.br



Figura 62

Crianças brincando em Chapada do Norte

Fonte: www.turismosolidario.com.br



Figura 63

Receptivo Familiar

Fonte: www.turismosolidario.com.br



Figura 64

Manifestação Cultural em Chapada do Norte

Fonte: www.turismosolidario.com.br



Figura 65

Matriz de Santo Antônio – Grão Mogol

Fonte: www.turismosolidario.com.br

3.3.3. O Movimento Catrumano e a Expedição Caminhos dos Gerais

Da investigação sobre a formação do território da Capitania de Minas Gerais que, na dualidade de seu povo, reflete suas raízes em uma sociedade pastoril e outra mineradora, surgiu o denominado Movimento Catrumano. Constitui um processo que se distorce na formulação e execução de propostas pactuadas institucionalmente e socialmente com foco ao resgate e valorização da cultura norte-mineira com faces ao desenvolvimento regional integrado, e territorialmente consolidado mediante articulações entre as sociedades mineiras e as geralistas e incontestável entendimento da unidade federativa.

Segundo Costa (2006, p.07) ⁷⁸ o Movimento Catrumano constitui uma estratégia para a construção de poder simbólico da região norte-mineira junto à sociedade mineira como um todo”. Seu objetivo maior se volta para a busca da construção, a partir da articulação regional, do Norte de Minas como partícipe da fundação e consolidação da sociedade mineira.

Seus desdobramentos anunciam, dentre outras significâncias, uma proposta de Emenda Constitucional à Assembléia Legislativa referente à alternância da comemoração do Dia do Estado de Minas Gerais entre Mariana, Berço da Cultura e Civilização das Minas, e Matias Cardoso, Berço da Cultura e da Civilização dos Gerais.

No caso específico de nosso trabalho, despertam maiores interesses duas vertentes do Movimento Catrumano e suas proposições. A primeira refere-se ao Diagnóstico Mesonorte, cujos objetivos apontam para ações prioritárias na consolidação de um Plano de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião do Norte de Minas. Nossos olhares se voltam para o documento, considerando que nele estão evidenciadas as principais diretrizes para o desenvolvimento regional, a partir de temáticas estruturantes. Dentre os assuntos trabalhados, o turismo passa a ser assimilado como umas das fronteiras estruturantes da região e para tal alguns aspectos da atual condição

⁷⁸ Cartilha Movimento Catrumano. O Norte de Minas como berço de Minas Gerais. Unimontes: Montes Claros, 2006.

do turismo no Norte de Minas ganharam espaços de análise e, dessa maneira, passando a evidenciar novos olhares para a questão do turismo norte-mineiro.

Definir um Plano Integrado e Sustentável de Turismo Regional de natureza holística, capaz de definir ações nas áreas que dizem respeito ao meio ambiente, à educação, à saúde, à cultura, à infra-estrutura, à terra e ao trabalho, considerando os aspectos das identidades regionais, etnias diversas e situações de gênero, permitirá a criação e/ou instalação de instrumentos importantes, tais como: a formatação de circuitos turísticos micro-regionais, instalação de conselhos municipais de turismo, consórcios públicos para o fortalecimento das associações microrregionais de municípios capazes de catalisar os fluxos turísticos majoritários, permitindo soluções criativas para o desenvolvimento do turismo regional, promovendo e dotando toda a região com infra-estrutura mínima de atendimento da demanda, divulgando as potencialidades, atraindo novos investimentos e melhorando a qualidade de vida no Norte de Minas.

Ainda, a partir da proposta de re-configuração das lógicas do Sertão Mineiro e valorização da identidade norte-mineira, o Diagnóstico Mesonorte, em uma de suas vertentes, vem mostrar um novo arranjo espacial passível de ser turistificado, na medida que se tenha a exata noção de que o Norte de Minas deve ser preservado e simultaneamente aproveitado pelo turismo de maneira sustentável, diante de toda riqueza de seu ambiente.

Entende-se o Mesonorte como um instrumento que irá contribuir no processo de reconfiguração da realidade regional e o turismo não ficará de fora desses novos olhares. As riquezas estão além das paisagens, pois se apresentam nos costumes e tradições, nos símbolos e mitos de um povo. As políticas públicas de turismo, bem como processos de regionalização do Estado, vêm sendo trabalhadas desde 1940, e hoje apresentam um melhor planejamento diante da realidade que se configura por meio de Circuitos e Roteiros Turísticos. A consolidação dessa proposta alimenta a complexidade do turismo, especificamente o turismo norte-mineiro que, em sua condição atual e incipiente, passa a contar com olhares multifocais sobre suas dinâmicas.

O segundo desdobramento do Movimento Catrumano que substancia nossas reflexões, constitui-se na Expedição Caminhos dos Geraes, ocorrência que instaura um marco no

trato das questões ambientais e culturais regionais e, na mesma escala, o turismo. Cada vez mais, fica evidente que a promoção dos valores regionais, a partir da expansão da atividade turística, passa a ser uma condição temporal. Os valores são muitos, a riqueza cultural é única e o potencial natural, especialmente ecoturístico, se trabalhado de maneira sustentável nos níveis de base local, valorizando aspectos humanos, ambientais e culturais do cerrado, ajudarão a evidenciar toda a complexidade do Norte de Minas e as suas múltiplas possibilidades.

Com esses propósitos, a Prefeitura Municipal de Montes Claros-MG, por meio da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMMA), em parceria com a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SEMAD) via Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais (IEF), e com a Fundação Cultural Genival Tourinho realizaram, entre os dias 18 e 20 de novembro de 2005, a I Expedição Caminhos dos Geraes: “Desfraldando o Norte de Minas”, com o intuito de pesquisar, documentar e divulgar as potencialidades do sertão mineiro. O IEF cedeu nove jipes para um percurso de três mil quilômetros por 47 municípios da região, divididos em quatro roteiros. A tripulação, composta por 21 pessoas entre jornalistas, ambientalistas, pesquisadores, técnicos e professores, largou de Montes Claros, em quatro equipes, guiadas por técnicos do IEF, especialistas nos roteiros estabelecidos. As equipes seguiram caminhos distintos, rumo às mais belas paisagens do sertão norte-mineiro.

Objetivando diagnosticar e dar visibilidade a todo o potencial natural e cultural do Norte de Minas com face à valorização da identidade local, ao avanço nos processos de gestão ambiental compartilhada e ao desenvolvimento do turismo regional, dentre outros, participantes passam a lançar olhares multifocais e interdisciplinares sobre a região, a fim de vasculhar todo o potencial e suas especificidades que possibilitarão o fomento ao desenvolvimento do Turismo no Norte de Minas.

Assim, a Expedição Caminhos dos Geraes, distante de se constituir uma viagem de turismo, e embebida de seu caráter simbólico na medida que busca o rompimento de mitos e estereótipos historicamente e pejorativamente lançados sobre nosso território, aponta uma estreita relação com o fenômeno turismo que se retorce em nossa região, concomitante aos pequizeiros que se retorcem nas florestas anãs do sertão dos Gerais. E é a partir do simbolismo que sela a Expedição e cria interfaces com o turismo que

debruçamos nossas reflexões sobre o desenvolvimento sustentável do turismo Norte-Mineiro, considerando que, em toda sua história, tem demonstrado laços de solidariedade produtiva, raízes, simplicidade e autenticidade, como se percebe no nosso já mencionado “*turismo da roça*”.

O turismo regional é construído permanentemente a partir da tradição, da identidade Norte-Mineira e carrega em suas construções características que não podem ser perdidas, tampouco sobrepostas por modelos elitistas de turismo. A Expedição Caminhos dos Geraes, impressa no caráter simbólico do Movimento Catrumano, instaura um novo episódio na história do Norte de Minas e um novo contexto para o turismo regional.

A formatação de uma rede de turismo no Norte de Minas só pode se dar a partir da constatação de micro-redes de cooperação intermunicipais e interinstitucionais, considerando elementos fundamentais do turismo tais como: ecológicos, econômicos, sociais e culturais, além de infra-estrutura. A constatação de elos sistêmicos dessa natureza constitui a base de solidificação da teia turística no Norte de Minas, que permitirá evidenciar os valores locais e regionais na cadeia do turismo nacional e mundial e, assim, criar possibilidades de desenvolvimento regional e principalmente social através do turismo.

A primeira I Expedição Caminhos dos Geraes, com a proposta de “desfraldar” o sertão norte-mineiro, vem mostrar um novo arranjo espacial passível de ser turistificado, na medida que se tenha a exata noção de que o Norte de Minas deve ser conhecido, preservado e simultaneamente aproveitado pelo turismo de maneira sustentável, diante de toda riqueza de seu ambiente.

A cidade de Montes Claros reflete características regionais e, ao mesmo tempo, traduz aspectos singulares que a caracterizam pela maior concentração espacial do turismo regional, considerando a maior abrangência na segmentação do mercado e melhor infra-estrutura se comparada às demais. Congrega, pois, elementos capazes de integrá-la aos processos globais e ao mesmo tempo polarizar a criação, emissão, recepção e distribuição dos fluxos turísticos regionais. Ao assumir a condição de pólo turístico dos circuitos norte-mineiros, Montes Claros passa a evidenciar as várias possibilidades de

relacionamento intermunicipais capazes de fortalecer os valores regionais, como ocorreu na Expedição.

A iniciativa da Expedição e os resultados colhidos após sua primeira empreitada, criaram condições para que novos eventos ocorressem de maneira integrada através de parcerias interinstitucionais e envolvendo toda a sociedade civil no remonte e na reestruturação das dinâmicas propriamente norte-mineiras, catrumanas, a fim de operacionalizar um planejamento minucioso do território norte-mineiro e, ao mesmo tempo, despertar o apreço pela identidade regional. Nesse sentido ganhou vida a II Expedição Caminhos dos Geraes que, em 2006, homenageou o grande escritor mineiro João Guimarães Rosa pelo cinquentenário de suas obras literárias *Corpo de Baile e Grande Sertão: Veredas*.

Na segunda edição, realizada entre os dias 14 a 19 de Novembro de 2006, a II Expedição Caminhos dos Geraes: “Na Garupa de Rosa” teve como objetivos principais documentar a biodiversidade, o potencial ambiental e cultural voltada para o desenvolvimento turístico do Norte e Noroeste de Minas Gerais e Vale do Jequitinhonha e fortalecimento do Movimento Catrumano. Comparada à primeira Edição, a segunda apresentou aumento significativo no número de participantes, tamanho dos roteiros e número de dias.

Foram percorridos sete roteiros (sendo cinco deles em jipes, um de bicicleta, e um de helicóptero), planejados com fins ao estabelecimento de permanentes diálogos com a geografia evidenciada na obra *Grande Sertão: Veredas* e para tal, duas largadas foram feitas em Cordisburgo, cidade natal do escritor. A II Expedição passou por 70 cidades que participam de seis Circuitos Turísticos, nas regiões Norte, Noroeste e Vale do Jequitinhonha. Ao todo, 87 pessoas entre atletas, ambientalistas, jornalistas, fotógrafos, historiadores, geógrafos, turismólogos, cientistas sociais, representantes de entidades de meio ambiente do Governo e de Ongs participaram da Expedição.

Durante os roteiros foram percorridos 6 (Seis) Circuitos Turísticos, sendo eles: o Circuito Turístico Guimarães Rosa (Central); o Circuito Turístico Serra Geral e Cachoeiras de Minas (Norte de Minas); o Circuito Turístico Lago de Irapé (Norte de Minas); o Circuito Turístico Serra Geral do Norte de Minas (Norte de Minas); o

Circuito Turístico Velho Chico (Norte de Minas), e o Circuito Turístico Urucuia Grande Sertão (Norte-Noroeste), 3 (Três) Pólos Turísticos percorridos, sendo eles: Pólo Turístico Caminhos do Norte de Minas (Norte de Minas); Pólo Turístico Vale Mineiro do São Francisco (Norte de Minas); Pólo Turístico Jequitinhonha (Norte de Minas e Jequitinhonha) e 1 (Um) Pólo Ecoturístico – o Pólo Peruaçu-Grande Sertão Veredas (Norte de Minas).

Ao todo, 13 (Treze) Unidades de Conservação foram visitadas, sendo elas: Parque Nacional Grande Sertão; Parque Nacional das Sempre Vivas; Parque Nacional Cavernas do Peruaçu; Parque Estadual do Rio Preto; Parque Estadual Serra das Araras; Parque Estadual Veredas do Peruaçu; Parque Estadual de Grão Mogol; Parque Estadual de Serra Nova; Parque Estadual do Talhado; Parque Estadual de Montezuma; Parque Estadual Caminhos dos Gerais; Parque Estadual da Lapa Grande; Reserva da Biodiversidade Sagarana e, 3 (Três) Bacias Hidrográficas percorridas, sendo elas: Alto e Médio Rio Jequitinhonha, Alto e Médio Rio São Francisco e, Rio Verde Grande.

A iniciativa propõe o fortalecimento de parcerias intermunicipais e interinstitucionais, com objetivo de fomentar a produção de conhecimento, a troca de experiências entre participantes e comunidades visitadas e o resgate do patrimônio histórico cultural. Dessa forma, o evento possibilita novas perspectivas para o desenvolvimento regional sustentável pela valorização das identidades regionais e do potencial turístico, especialmente, ecoturístico das localidades, com base em ações empreendedoras.

Em menos de uma semana, foi possível registrar dezenas de horas de imagens, transformadas em seis vídeos-documentários que mostram o que há de melhor da região. Cada cena, momento, pessoa, bicho, planta, lugar, clicados em mais de 3.500 fotografias de diversos profissionais, serão divulgados em oito exposições pela região e na capital. Os principais veículos de comunicação⁷⁹ da região e do país – TV, jornais e rádios – divulgaram materiais sobre a aventura pelo sertão, nas trilhas de Rosa. Todo esse resultado áudio-visual e estético que passa a se concretizar em ações do tipo,

⁷⁹ Em sua segunda edição, a Expedição Caminhos dos Geraes contou com um significativo aparato midiático, salientando a presença da Globo News, da TV Geraes, da Inter TV Grande Minas, da TV Alterosa, da Rede Minas de Televisão, da Rádio Inconfidência, da Rádio Unimontes, dentre outros.

favorece a consolidação da identidade do turismo norte-mineiro, e é justamente a soma desses elementos que irá compor a imagem do turismo norte-mineiro.

Uma edição da Revista Verde Grande⁸⁰ foi dedicada aos relatos de viagem colhidos. O fato elevou a auto-estima das comunidades e dos municípios que se viram reconhecidos ao encontrarem na expedição, espaço para manifestarem seus valores, seus costumes, sua história, sua gente. Destacam-se ainda, como resultados positivos, processos a serem desencadeados como a formatação de uma exposição itinerante para exibição de fotografias e vídeos da Expedição, e a elaboração e confecção de mapas turísticos e postais com as melhores fotos.

A terceira edição da Expedição Caminhos dos Geraes, programada para novembro de 2007, tem como propósito documentar, reconhecer e difundir os valores culturais da região norte-mineira, dedicando homenagem especial a Montes Claros que comemora sesquicentenário de emancipação político-administrativa e o tricentenário de fundação da sua primeira vila. A perpetuação da cultura regional é de extrema importância para todo o país, pois evidencia seu potencial – manifestações artísticas, crenças e valores, saberes e fazeres, além de seu patrimônio histórico - e, a partir dessas singularidades, constrói as bases do desenvolvimento nacional.

Acreditando no importante papel desempenhado pela cultura no processo de desenvolvimento humano, as formas de expressão de um povo, seus modos de criar, fazer, de viver, de agir, seu conhecimento, seus costumes, a proposta de registro das diversidades culturais regionais propiciará a construção de uma nova percepção e valorização da região norte-mineira, pelas populações dos grandes centros e outras cidades mineiras. Ações de valorização, disseminação e perpetuação da rede cultural que dá forma e contexto ao Norte de Minas, estrutura novos conceitos e olhares sobre a região que, mesmo carregando em sua história mitos de pobreza absoluta, miséria, feiúra e falta de oportunidades, guarda em sua realidade potencialidades jamais vistas em outros lugares. Dessa forma, entende-se que a valorização e difusão dos patrimônios

⁸⁰ A Revista Verde Grande é resultado da parceria entre Prefeitura Municipal de Montes Claros, por meio das autarquias municipais de Meio Ambiente, Cultura e Educação e, a Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes, constituindo importante espaço para as manifestações e o debate em torno das potencialidades e das políticas públicas voltadas à preservação dos recursos naturais e à cultura do Norte de Minas, Noroeste, Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

imateriais e materiais voltados para a promoção e o desenvolvimento regional configuram um momento histórico para a região, evidenciando novas possibilidades e novos avanços para o turismo.

O grau de importância, ineditismo e grandiosidade da empreitada se resume não apenas no ganho científico informacional, mas, também, no marco que se instaura a partir das atividades desenvolvidas pela Secretaria de Meio Ambiente – SEMMA. A beleza natural da região e sua importância para a preservação do cerrado motivaram, por exemplo, depois de várias tentativas, a criação do Parque Estadual da Lapa Grande, importante acontecimento para a incrementação do turismo regional. Ainda, como fruto de motivações, ao fim da primeira edição da Expedição, foi anunciada a criação do Parque Estadual Caminhos das Gerais na região de Espinosa, Monte Azul, Mamonas e Gameleira e, em sua segunda edição, além da manifestação da intenção de criação do Parque da Serra do Talhado, outro Parque Estadual no Norte de Minas, localizado no município de Serranópolis de Minas, região de fronteira com o Parque Estadual de Serra Nova, foi também anunciada a Pedra Fundamental da Escola Superior de Espeleologia na cidade de Cordisburgo, além da transformação de Montes Claros e Cordisburgo em Cidades co-irmãs.

O turismo só é possível com o reconhecimento e valorização dos lugares, das pessoas e das dinâmicas que se estabelecem a partir de suas interfaces. Contudo, o turismo é, antes de tudo, um fenômeno sociocultural geografizado. Suas dinâmicas econômicas são explicitamente importantes, mas a condição humana em que assenta seus processos deve ser priorizada. De qualquer maneira, as novas possibilidades geradas a partir da Expedição Caminhos dos Geraes consolidam um novo momento para um novo turismo que se evidencia e fortalece no Norte de Minas, suportado por ideais de solidariedade, associativismo, mutualismo e cooperação em redes. Não nos restam dúvidas de que a articulação política intermunicipal e a gestão descentralizada da cadeia produtiva se traduzirão em ganhos jamais vistos na região.



Figura 66

Banner do Movimento Catrumano

Fonte: SEMMA



Figura 67

Banner da I Expedição Caminhos dos Geraes

Fonte: SEMMA



Figura 68

Banner da II Expedição Caminhos dos Geraes

Fonte: SEMMA



Figura 69

Lançamento Oficial da II Expedição na Prefeitura Municipal de Montes Claros

Fonte: SEMMA



Figura 70

Café Catrumano – LARGADA MONTES CLAROS

Fonte: SEMMA



Figura 71
Largada da II Expedição – Cordisburgo
Fonte: SEMMA



Figura 72
Largada da II Expedição em Cordisburgo
Fonte: SEMMA



Figura 73
Largada da II Expedição – Montes Claros
Fonte: SEMMA



Figura 74
Roteiro Pedais do Sertão – Botumirim
Fonte: SEMMA



Figura 75
Parque Estadual Veredas do Peruçu
Fonte: SEMMA



Figura 76
Carro de Boi em São Romão
Fonte: SEMMA



Figura 77
Flor Nativa
Fonte: SEMMA



Figura 78
Igreja de Santo Antonio de Itacambira
Fonte: SEMMA



Figura 79
Debate com Expedicionários na Chegada
Fonte: SEMMA



Figura 80
Representantes dos Roteiros
Fonte: SEMMA



Figura 81
Apresentação Cultural na Chegada em Montes Claros
Fonte: SEMMA



Figura 82
Recepção dos Expedicionários - Montes Claros
Fonte: SEMMA



Figura 83

Rede de Roteiros da II Expedição Caminhos dos Gerais

Fonte: SEMMA (2006)

3.3.4. Encontro de Integração e Planejamento para o Desenvolvimento Sustentável do Médio São Francisco

Realizado nos dias 11 e 12 de agosto de 2006 nas dependências do SESC Laces de Januária, o encontro foi desenvolvido em forma de oficina de trabalho, por iniciativa do Grupo de Trabalho do Componente Turismo Sustentável do Programa de Revitalização da Bacia do São Francisco (PNUD – Projeto BRA 00/022), coordenado pelo Programa Nacional de Ecoturismo do MMA – Ministério do Meio Ambiente. Nessa oportunidade, a segunda de quatro previstas para o Médio São Francisco, foram discutidas forças, fraquezas, oportunidades e ameaças da Região, visando ao desenvolvimento do turismo

sustentável, para o qual foram traçadas diretrizes e ações estratégicas que comporão o Plano de Desenvolvimento Estratégico e Integrado para o Desenvolvimento do Turismo Sustentável da Região, que norteará os projetos locais a serem apoiados pelo Programa de Revitalização – PRSF. A ação envolveu os municípios dos Pólos Caminhos do Norte de Minas e Vale Mineiro do São Francisco – onde se insere o Circuito Turístico Velho Chico e o Pólo Ecoturístico Peruaçu-Grande Sertão Veredas -.

O Encontro teve como objetivo geral identificar ações/diretrizes para o desenvolvimento turístico regional e, dentre os objetivos específicos, destacou-se a necessidade de realizar uma avaliação do turismo na região, o nivelamento de conhecimentos sobre ações, projetos, estudos existentes na região e o fortalecimento das ações e projetos desenvolvidos regionalmente. Na ocasião, os trabalhos seguiram os princípios do Enfoque Participativo com ênfase no intercâmbio de experiências, tendo como ferramentas metodológicas a visualização, a problematização, trabalhos em grupo, sessões plenárias, documentação, contando com o apoio de um moderador.

Fizeram-se presentes os Municípios de Montalvânia, Januária, Cônego Marinho e Montes Claros, por meio das Secretarias Municipais de Turismo e Meio Ambiente, representações do Circuito Turístico Velho Chico, o Instituto Estadual de Florestas (IEF), o Instituto Grande Sertão (IGS), o Espeleogrupo Peter Lund (EPL), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), a Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), o Centro Federal de Educação Tecnológica de Januária (CEFET), o Serviço Social do Comércio de Minas Gerais (SESC-MG) e guias turísticos de Januária.

No processo de avaliação do turismo regional, os participantes avaliaram o turismo na região, seguindo quatro campos: forças e fraquezas (ambiente interno – com controle) e oportunidades e ameaças (ambiente externo – sem controle). Para tal, os participantes foram divididos em quatro grupos, cabendo a cada um a análise de um campo. O resultado dessa dinâmica resultou nos quadros 5 e 6.

AMBIENTE INTERNO

Forças	Fraquezas
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Serviços básicos e estrutura turística localizados em alguns municípios ▪ Posição geográfica privilegiada (entroncamento) ▪ Cultura ribeirinha (gastronomia, folclore, vestuário, artesanato) ▪ Cachaça ▪ Rio São Francisco (beleza cênica, importância hídrica) ▪ Mosaico de UCs ▪ Patrimônio arquitetônico ▪ Bioma Caatinga ▪ Patrimônio espeleológico-arqueológico-paleontológico ▪ Bioma Cerrado ▪ Cultura sertaneja (gastronomia, folclore, vestuário, artesanato) ▪ Cidades pólo com infra-estrutura ▪ Condições climáticas (muito sol) ▪ Disponibilidade de mão-de-obra ▪ Hospitalidade e comunicabilidade do povo ▪ Aumento do conhecimento do potencial turístico ▪ Crédito e apoio institucional ▪ Existência de cursos de turismo e outros na região ▪ Projeto Jaíba ▪ Instituições de ensino, Instituições públicas e privadas com atuação regional 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Acesso precário aos atrativos e a alguns municípios ▪ Falta de Planos Diretores ▪ Deficiência na preservação do patrimônio histórico ▪ Sinalização turística e urbana ▪ Turismo desordenado ▪ Falta de investimento do poder público ▪ Não valorização do potencial ▪ Devastação ambiental ▪ Telefonia móvel e internet insuficientes ▪ Inexistência de levantamento de oferta turística e pesquisas (principalmente demanda) ▪ Qualificação da mão-de-obra para atendimento turístico ▪ Deficiência no comércio (qualidade de produtos e serviços) ▪ Saneamento básico, coleta e destino do lixo ▪ Saúde ▪ Informação deficiente entre os municípios ▪ Estrutura e atuação deficientes dos órgãos oficiais de turismo municipais ▪ Estrutura de hospedagem e receptivo deficientes ▪ Informação deficiente sobre projetos / ações desenvolvidos ▪ Educação ambiental e para o turismo (implementação) ▪ Acomodação da população (cultura) ▪ Baixa auto-estima ▪ Descrença no turismo e nos projetos regionais ▪ Atuação dos conselhos municipais de turismo ▪ Omissão / pouco apoio dos gestores municipais ▪ Desarticulação entre os gestores municipais ▪ Divulgação turística deficiente (“propaganda enganosa”) ▪ Poucos produtos turísticos formatados (ex: planos de manejo não elaborados ou não implementados)

Quadro 5 - Forças e Fraquezas (ambiente interno – com controle)

Fonte: MMA (2006)

AMBIENTE EXTERNO

Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Interesse pela região (científico, turístico etc) ▪ Investimentos financeiros (público e privado) ▪ Políticas públicas (federal e estadual) ▪ Informações (idéias e modelos, capacitação técnica) ▪ Projeto PE (estadual) para infra-estrutura (rodovias, aeroportos, portos) ▪ Revitalização de toda a Bacia do São Francisco ▪ Inclusão parcial da região no “Polígono da Seca” 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Descontinuidade administrativa ▪ Precariedade de infra-estrutura de acesso ▪ Ineficiência e ineficácia das leis ambientais ▪ Cargas tributárias ▪ Falta de incentivos econômicos ▪ Não direcionamento de políticas públicas ▪ Divulgação de imagem negativa da região ▪ Falta de interface entre MEC e Mtur para efetivação de um programa de educação para turistas ▪ Perda do acervo ▪ Segurança pública ▪ Falta de incentivos fiscais ▪ Descrença com os projetos regionais ▪ Repercussão negativa dos serviços prestados ▪ Desconhecimento do potencial regional por parte dos profissionais que atuam nos grandes eixos ▪ Fragilidade das políticas de conservação da identidade ▪ Transposição do Rio São Francisco ▪ Distância dos grandes centros (obs: não houve consenso sobre esta proposta)

Quadro 6 - Oportunidades e ameaças (ambiente externo – sem controle)

Fonte: MMA (2006)

Após o levantamento do ambiente interno e externo referente à situação do turismo no Norte de Minas, o prosseguimento das atividades se deu com a apresentação das áreas estratégicas estabelecidas para o Encontro sendo elas, a Articulação e Planejamento; o Ordenamento, Normatização, Monitoramento e Controle; a Comunicação e Informação; a Infra-estrutura de apoio ao Turismo e Serviços Turísticos; a Qualificação; o Marketing. Em seguida, tendo como base a avaliação realizada dos ambientes, a partir de duas perguntas orientadoras (1. Que ações precisam ser realizadas para desenvolver o turismo na região? 2. Que instituições poderão contribuir na realização destas ações?) os participantes foram divididos em grupos, aleatoriamente, para que as áreas estratégicas fossem trabalhadas e discutidas.

As tabelas abaixo reproduzem os resultados dos trabalhos dos grupos, por área estratégica, com as contribuições da plenária. Cada tabela contém as ações, um indicativo de priorização elaborado, individualmente, pelos participantes, assim como a relação de instituições que poderão colaborar com as ações, por área estratégica.

Matriz de Priorização

AÇÕES	10%	20%	30%	40%	50%	60%	70%	80%	90%	100%
Criar gerências de turismo nos municípios, com estrutura mínima e funcionário concursado e com formação específica										
Elaborar ou atualizar os inventários turísticos municipais (oferta e demanda)										
Criar fóruns micro-regionais										
Implementar os conselhos municipais de turismo onde não existir										

Tabela 2. Articulação e Planejamento.

Fonte: MMA (2006)

Matriz de Priorização

AÇÕES	10%	20%	30%	40%	50%	60%	70%	80%	90%	100%
Adequar a LOM ao turismo										
Elaborar e implementar planos de manejo nas UCs visando ao uso público										
Articular e participar da elaboração dos planos diretores (saúde, segurança, educação, turismo, meio ambiente etc)										

Tabela 3. Ordenamento, normatização, monitoramento e controle

Fonte: MMA (2006)

Matriz de Priorização

AÇÕES	10%	20%	30%	40%	50%	60%	70%	80%	90%	100%
Produzir material de informação (sites – inclusive participar dos existentes, folhetos, catálogos, guias) para cada município										
Realizar eventos turísticos e culturais para atrair turistas e investidores										
Implantar programa de educação ambiental e patrimonial nos municípios										
Promover a interação e sinergia entre entidades										

Tabela 4. Comunicação e informação

Fonte: MMA (2006)

Matriz de Priorização

AÇÕES	10%	20%	30%	40%	50%	60%	70%	80%	90%	100%
Recuperar estradas de acesso aos municípios e atrativos turísticos										
Criar centros de informações e apoio ao turista nos municípios										
Sinalizar pontos turísticos										
Incentivar a criação de agências de turismo receptivo locais e regionais										
Viabilizar alternativas para hospedagem a partir do perfil do turista										

Tabela 5. Infra-estrutura de apoio ao turismo e serviços turísticos

Fonte: MMA (2006)

Matriz de Priorização

AÇÕES	10%	20%	30%	40%	50%	60%	70%	80%	90%	100%
Qualificar mão-de-obra (1)										
Sensibilizar a comunidade local (2)										
Identificar gestores capacitados e comprometidos										
Integrar as ações de qualificação (IES, ETs, Sistema S etc)										
Estabelecer mecanismos de inserção da mão-de-obra qualificada no mercado										

(1) Exemplos de cursos e públicos: empreendedores, empresários, guias, condutores, recepcionistas, camareiras, prestadores de serviço, funcionários do comércio etc.

(2) Exemplos de públicos: professores (inclusive para realizar trabalhos com os alunos), gestores, policiais etc.

Tabela 6. Qualificação**Fonte: MMA (2006)****Matriz de Priorização**

AÇÕES	10%	20%	30%	40%	50%	60%	70%	80%	90%	100%
Divulgar na mídia local, estadual, nacional e internacional										
Ressaltar a importância da biodiversidade										
Certificar os circuitos turísticos										
Elaborar guias turísticos										
Formatar produtos turísticos										
Elaborar calendários de eventos										
Formatar roteiros turísticos										
Realizar / participar de feiras e eventos										
Promover o comércio do artesanato										
Articular a inserção de matérias (boa imagem) na mídia										

Tabela 7. Marketing**Fonte: MMA (2006)**

Tabela	Instituições
Tabela 1	Prefeituras, Legislativos Municipais, Gerências locais ou Comtur, Secretarias Municipais, ONGs, atores locais, associações, instituições de ensino, CDL, ACI, instituições financeiras, Sebrae.
Tabela 2	Câmaras Municipais, Prefeituras, terceiro setor, governo do estado e federal, Ibama, IEF, Secretarias de Meio Ambiente.
Tabela 3	Secretarias de Turismo, Conselhos Municipais, Circuito Velho Chico, agências, operadoras, rede hoteleira, Setur, Prefeituras, Sesc, Sebrae, IEF, Ibama, faculdades, ONGs.
Tabela 4	DER, Prefeituras, Sebrae, Circuito Velho Chico, faculdades, Secretarias, Mtur, Comtur, MMA.
Tabela 5	Circuitos Turísticos (Velho Chico), IES, ETs, Sebrae, Sesc, Senac, Senar, associações (CDL), ONGs, OSCIPs, poder público, meios de comunicação.
Tabela 6	Circuitos Turísticos (Velho Chico), IES, ETs, Sebrae, Sesc, Senac, Senar, associações (CDL), ONGs, OSCIPs, poder público, meios de comunicação.

Quadro 7 - Instituições que poderão contribuir com as ações

Fonte: MMA (2006)

Ao fim das atividades foi criado um Comitê Regional de acompanhamento e articulação e repasse de informações do GT – Turismo Sustentável Médio São Francisco. Dos resultados do encontro destacam-se a interação não só entre os municípios, mas também entre as três esferas federal, estadual e municipal em ações de planejamento do turismo regional, o fortalecimento dos trabalhos de desenvolvimento do turismo sustentável no Circuito Velho Chico, a metodologia de construção participativa, a definição de ações, prioridades e responsáveis, a oportunidade rara para se discutir questões relacionadas ao turismo regional com os principais sujeitos ligados à área na região – cabe salientar que a ausência de vários representantes da gestão pública municipal, dentre outras representações, apesar de não comprometer o resultado dos trabalhos, deixou de enriquecê-lo.



Figura 84
GT – Articulação e Planejamento
 Fonte: MMA (2006)



Figura 85
GT – Infra-Estrutura
 Fonte: MMA (2006)



Figura 86
Apresentação do Ambiente Interno por Ana Tereza
(SETUR - Januária) e Hamilton dos Reis Sales
(CEFET)
 Fonte: MMA (2006)



Figura 87
Apresentação do Ambiente Externo por
Cássio Alexandre (IGS)
 Fonte: MMA (2006)

3.4. A rede norte-mineira de Turismo: a autenticidade em evolução e o paradigma do desenvolvimento regional

3.4.1. A Rede do Turismo no norte de minas: interfaces

O processo de coesão regional pelos Pólos Turísticos e Circuitos Turísticos e, especialmente, a configuração de uma rede de turismo regional evidenciada a partir de sistemas turísticos bem definidos apontam para processos cada vez mais complexos de materialidades, técnicas e relações sociais. No caso específico do turismo norte-mineiro,

as interfaces e complexidades que evidenciam essa rede tem-se renovado com velocidade cada vez maior, justamente devido às racionalidades que, tendenciosas ou não, têm permitido novos arranjos espaciais, novos debates sociais e novas posturas culturais.

A rede do turismo no Norte de Minas se assenta nas dinâmicas de micro-complexidades existentes nos processos de viagem, destacando mecanismos e fluxos de transporte, alimentação, hospedagem e lazer, onde a macroestrutura econômica aponta para processos de oferta e demanda bem definidos, não diferenciando assim a região de outros lugares; ainda, nos processos de coalizão institucional, com destaque para as relações entre poder público, terceiro setor e Universidades. É importante destacar que no meio acadêmico surgem na região os primeiros trabalhos científicos sobre o turismo regional, suprimindo um atraso científico interessante do ponto de vista estratégico para o desenvolvimento regional.

Também passam a figurar na consolidação da rede as intervenções no meio natural em toda sua gama de possibilidades, entraves e perspectivas, com destaque para os processos de criação das Unidades de Conservação Estaduais e Nacionais, salientando a existência de populações complexas no bojo das discussões sobre direito coletivo e individual, posse da terra, toponímia, território e cultura. Ainda, processos de degradação ambiental cada vez mais acentuados, e nesse caso, anunciando fragilidades para uma rede que se pretende consolidar.

Podemos dizer das outras redes que participam da complexidade em questão, tais como as redes de transporte rodo-aéreo-ferroviário e fluvial que, ora qualificam os espaços e os positivando, ora constituem amarras ao desenvolvimento regional. Também ganham destaque as redes simbólicas exaltando mitos, ritos, crenças, manifestações subjetivas em geral que se traduzem em laços materiais e imateriais de evidências propriamente norte-mineiras, capazes de qualificar a região a partir da gama de significantes e significados nossos. Ocupam espaço corrente as redes de comunicações, fundamentais para a manutenção e ampliação da rede do turismo e, que, no caso regional, têm-se espalhado numa velocidade considerável. As redes de hospedagem, uma das mais constantes na história do turismo regional, ainda tímidas têm contribuído com a minimização de processos de expropriação cultural regional, à medida que se mantêm

distanciadas dos modelos fechados de turismo, capazes de desequilibrar fluxos espontâneos e demandas interessadas em interagir com dinâmicas próprias das localidades onde estão inseridas. Mesmo diante de tamanha sedução provocada pelo espaço nascente do setor turístico na região e, pela tendência mundial de reprodução de espaços artificializados, a rede de hospedagem no Norte de Minas, apesar de atravessar importante fase de mudanças estruturais, conceituais e profissionais, encontra-se de certo modo, bem articulada e mais atenta aos demais subsistemas turísticos.

As redes de lazer e entretenimento têm-se mostrado de grande importância para o turismo regional e, assim, estabelecido diálogos significativos com os subsistemas turísticos, em especial com o subsistema social onde zonas de conflito, que tem ameaçado a sustentabilidade de processo já iniciados passam a receber atenção especial. As redes culturais, fundamentais e vitais para a rede do turismo, apesar da grande evidência e tradição carecem de maior articulação. Nesse caso, o turismo tem apontado caminhos interessantes de resgate e valorização das construções culturais regionais ao mesmo tempo que as absorve e as fortalece a partir do reconhecimento identitário.

Também ganham notoriedade na complexidade do turismo regional as redes desportistas, funcionando como canalizadoras e fomentadoras de espaços sociais, muitas vezes, marginalizados das construções intelectuais, principalmente. Os reflexos dessas redes apontam para mais uma manobra positiva de suas interfaces com o turismo, convertendo ações sociais de lazer, entretenimento e convívio pacífico em políticas públicas eficientes.

Em meio a todas as micro-complexidades evidenciadas, as redes urbanas, em virtude de sua complexidade mais refinada despontam em meio ao caos organizado que lhes dá vida, como o elo fundamental no processo de arranjo e materialização da rede do turismo, com destaque para o papel das cidades e suas múltiplas funções capazes de construir ou destruir toda a rede do turismo regional.

Nesse contexto, aspectos básicos de infra-estrutura e qualidade socioambiental simplificam as exigências evidenciadas pelo turismo sustentável, o que não significa simplificação das necessidades para seu desenvolvimento. Contudo, o Norte de Minas em muito tem avançado na consolidação da rede do turismo regional. O grande desafio

percorre a importância de se planejar como a atividade turística irá participar na região e não, prioritariamente, como a região irá participar da atividade turística, impondo assim limites a seu crescimento, a seu desempenho econômico e naturalmente qualificando seu desenvolvimento. Para Oliveira (2000, p.17), “é bom lembrar que já vai longe o tempo em que crescimento e desenvolvimento se confundiam”. Partindo dessa premissa, encontramos em seus apontamentos que:

“Por crescimento econômico entende-se o crescimento contínuo do produto nacional em termos globais ou per capita ao longo do tempo. Este critério implica também uma melhor eficiência do sistema produtivo.”

“Por desenvolvimento econômico entende-se, além das mudanças de caráter quantitativo dos níveis do produto nacional, as modificações que alteram a composição do produto e a alocação dos recursos pelos diferentes setores da economia.”

“...Desenvolvimento deve ser completado por índices que representem, ainda que de forma incompleta, a qualidade de vida dos indivíduos. Deste modo deveremos ter um conjunto de indicadores...” Milone (1988, p.407-408)⁸¹.

Se considerarmos que o ponto crucial da consolidação da rede do turismo no Norte de Minas seja a articulação intermunicipal, a interface regional estaria materializada nos Circuitos Turísticos: Velho Chico, Lago de Irapé, Urucua Grande Sertão, Serra do Cabral e Cachoeiras de Minas e, Serra Geral do Norte de Minas, atualmente reconhecidos pelo Governo do Estado de Minas Gerais. O contexto nos exige ponderar que nem todos os municípios da região ainda participam de algum Circuito, nesse caso, a inserção desses pontos fora da rede exige maiores diálogos sobre o papel das gestões municipais no trato com o turismo, enquanto ferramenta para o desenvolvimento regional.

⁸¹ MILONE, P.C. “Teoria do Desenvolvimento Econômico e Social”. MONTORO FILHO, 1988. Manual de Economia. 1ª. Ed., São Paulo: Saraiva, 1988.



Figura 88

Circuito Serra do Cabral e Cachoeiras

Fonte: SETUR - MG



Figura 89

Circuito Turístico Urucua Grande Sertão

Fonte: SETUR-MG



Figura 90

Circuito Turístico Velho Chico

Fonte: SETUR-MG

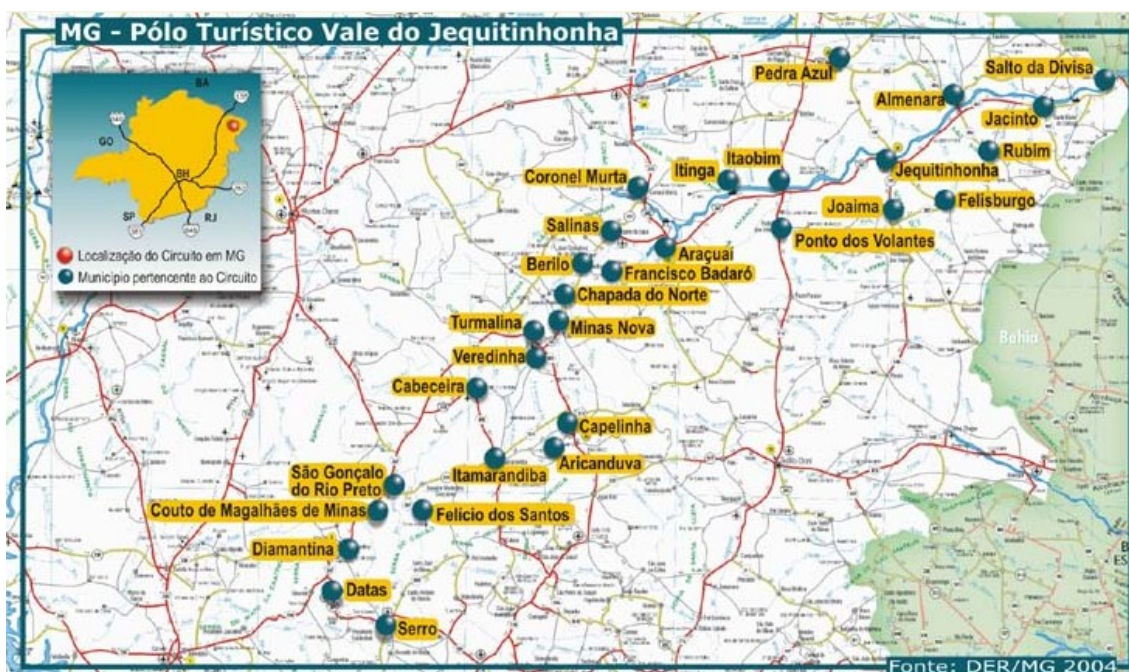


Figura 91

Pólo Turístico Vale do Jequitinhonha

Fonte: SETUR-MG

Para Martinelli e Joyal (2004), “as redes são estruturas dinâmicas e indeterminadas, com configuração flexível e regidas por mecanismos de auto-regulação, como são os sistemas adaptativos. Como não têm um centro definido, qualquer ponto da rede é um centro em potencial. As redes, muitas vezes, passam a existir simplesmente fazendo referência à sua existência, como um reflexo da realidade virtual”.

Entende-se que esses Circuitos Turísticos constituem uma rede que, neste trabalho, é apresentada segundo uma ótica sistêmica construída com o campo metodológico do Sistema Turismo (SISTUR). Com essa compreensão, a discussão sobre desenvolvimento em bases locais sob condições sustentáveis e a consolidação da rede turística a partir dessas regiões, passa a ser validada diante da complexidade que pressupõe a atividade turística.

No caso do Norte de Minas, já se evidenciam cinco Circuitos Turísticos e quatro Pólos Turísticos, todos envolvendo municípios que apresentam potenciais passíveis de serem ofertados à cadeia do turismo. Contudo, suas necessidades e fragilidades devem ser consideradas e permanentemente avaliadas. Entende-se que os Circuitos Turísticos, aqui apresentados junto com os Pólos Turísticos evidenciados, ao mesmo tempo que se apresentam compondo políticas públicas estaduais e federais, configuram redes de localidades interligadas por construções socioculturais, muitas vezes simbólicas que qualificam a região e dizem dela.

Já existem apontamentos significativos apresentando algumas destas localidades em rede sob determinados aspectos, mas a rede que aqui levantamos estaria sustentada pela atividade turística que, por sua vez, seria suportada por micro-redes de solidariedade produtiva de turismo assentadas nos seus valores identitários e culturais. A produção dessa atividade na região estaria diretamente ligada a processos de capacitação e qualificação de gestores municipais de turismo, à elaboração de políticas públicas e elaboração de inventários turísticos, à troca de pesquisas, experiências e informações referentes ao planejamento turístico local, à criação de um calendário regional de eventos, à instalação de consórcios de turismo, à criação de um congresso norte-mineiro de turismo, à implantação de uma sede administrativa da Secretaria de Estado do Turismo em Montes Claros, cidade Pólo do Norte de Minas, evidenciando processos de descentralização na gestão estadual do turismo, como já ocorre com outras autarquias

estaduais, e uma série de possibilidades inter-municipais que fomentariam e fortaleceriam a atividade turística na região, ainda, abrindo espaço para outros municípios e pequenas localidades se integrem à rede norte-mineira de turismo.

Pensar na rede do turismo regional a partir dos circuitos pressupõe a assimilação e o entendimento sobre padrões básicos de organização de um território pela análise dos fenômenos sociais como o meio técnico-científico-informacional, a ordem capitalista, movimentos contra-hegemônicos, a organização da sociedade civil, dentre outros.

O território pode ser definido como um conjunto formado por uma sociedade e o espaço que ela organiza. A noção de território engloba, pois, a noção de espaço, mas não se confunde com ela. Considera-se, aqui, o território como um conjunto dinâmico, delimitado por uma fronteira, na qual se combinam e relacionam os elementos físicos e humanos [...]. A diferenciação territorial é o resultado de um processo que conduz os atores sociais a organizarem, administrarem e apropriarem-se do espaço. [...] A noção de território manifesta, explicitamente, a existência de uma organização social, política e econômica que organiza e ordena o espaço. Furió Blasco (1994) *apud* Silva (2006).

Considerando que o município de Grão Mogol participa da experiência piloto do Programa Turismo Solidário como único representante da região Norte-Mineira, aproveita-se aqui para refletir sobre uma possível condição de elo ao estabelecer a conexão entre redes de Turismo, na medida que o município participa como integrante do Pólo Turístico Caminhos do Norte de Minas, consolidando um diálogo territorial com o Pólo Turístico Vale do Jequitinhonha e, dessa forma, criando uma interface turístico-espacial entre as duas regiões, o Norte de Minas e o Vale do Jequitinhonha.

É possível, ainda, chegar-se a um quadro de sobreposição de redes de turismo na medida que o processo de coesão e diálogo entre os Pólos Turísticos Caminhos do Norte de Minas e Vale do Jequitinhonha aproximam os Circuitos Turísticos dos Diamantes, Lago de Irapé e Velho Chico. Conforme já mencionado, às vezes o Norte de Minas se projeta sobre o Vale do Jequitinhonha, por exemplo, no que diz respeito à área de atuação da SUDENE, por outras é o Vale do Jequitinhonha que se projeta por áreas do Norte de Minas.

O Circuito Turístico Velho Chico é composto pelas seguintes cidades: Bonito de Minas, Cônego Marinho, Itacarambi, Jaíba, Januária, Juvenília, Luislândia, Manga, Matias Cardoso, Miravânia, Montalvânia, Pedras de Maria da Cruz, São Francisco, São João

das Missões. A principal característica desse Circuito são as águas do Rio São Francisco que banham quase todas as cidades integrantes. Suas peculiaridades recorrem à cultura ribeirinha e à economia de agricultura de subsistência e comercial. A criação do Circuito vem demonstrando uma tímida tendência de articulação intermunicipal no sentido da consolidação e estruturação da cadeia produtiva do turismo das localidades partícipes.

O Circuito Turístico Lago de Irapé, em fase de reconhecimento, atualmente é composto pelas seguintes cidades: Berilo, Botumirim, Chapada do Norte, Cristália, Grão Mogol. Apresenta-se como um Circuito peculiar, pois nasce junto com a idéia de se formar uma micro-região no Vale do Jequitinhonha. A represa de Irapé, na concepção desenvolvimentista empregatícia e de geração de energia vem consolidar um consórcio intermunicipal que culminou na formação desse novo Circuito Turístico. Valendo-se do SISTUR, podemos apresentar o Lago da represa, a Serra do Espinhaço ou Geral e o Vale do Jequitinhonha na categoria Ecológica.

Dos aspectos econômicos que dialogam no contexto do Circuito, além da agricultura de subsistência e comércio local, todas as cidades receberão royalties originários do uso e ocupação do solo, a partir da instalação da hidrelétrica. A política regional assenta suas bases na perspectiva de um turismo que possa desenvolver socialmente os municípios integrantes. Ganha destaque a implantação do Programa Turismo Solidário.

Compõem o Circuito do Diamante os seguintes municípios: Alvorada de Minas, Buenópolis, Couto de Magalhães de Minas, Datas, Diamantina, Felício dos Santos, Gouveia, Monjolos, Presidente Kubitschek, Santo Antônio do Itambé, Senador Modestino Gonçalves e Serro. Esse circuito além de possuir um Patrimônio da Humanidade – a cidade de Diamantina –, possui riqueza arquitetônica e cultural. A Serra do Espinhaço e a Bacia Hidrográfica do Rio Jequitinhonha proporcionam ao circuito belas paisagens. O Circuito Turístico dos Diamantes foi certificado pela Secretaria de Estado de Minas Gerais em 12 de fevereiro de 2005. A economia regional baseia-se na mineração, grandes áreas de monocultura de subsistência, além do próprio turismo.

Para se compreender como a dinâmica da rede do Turismo se estabelece nas regiões norte-mineira e do Vale do Jequitinhonha na contemporaneidade, faz-se necessário que a totalidade regional seja evidenciada, principalmente no que se refere aos recortes sociais, econômicos, ambientais e políticos conforme elucida o Sistema Turismo. A análise aqui é sustentada a partir das novas dinâmicas que se estabelecem na região Norte Mineira e no Vale do Jequitinhonha com o Turismo e que, de maneira tímida, começa a suscitar velhos questionamentos, como a possibilidade de se pensar em clusters turísticos mesorregionais, ou de outra maneira, a implantação de um Arranjo Produtivo Local de Turismo – APL.

A própria questão do desenvolvimento regional, a instalação de Agências de Desenvolvimento no espaço Norte-Mineiro e no Vale do Jequitinhonha para fomento da atividade, o papel das gestões municipais e do setor privado, o envolvimento da sociedade e do terceiro setor em sua organização, ao mesmo tempo, fazem emergir novas realidades sócio-espaciais na região, tais como a formação de Circuitos Turísticos, roteiros, parques, hotéis, restaurantes, unidades de lazer, ampliação do comércio, difusão e especulação imobiliária, eventos, conflitos sócio-culturais, ampliação de fluxos, financeiro e de pessoas, problemas ambientais, dentre outros. Para Santiago (2002, p.54),

o Norte de Minas, o Vale do Jequitinhonha e o Vale do Mucuri recebem recursos, programas e projetos de combate à seca, pobreza e geração de emprego e renda, em face do enquadramento como região subdesenvolvida e pertencente à área de atuação deste órgão federal – ADENE. Entretanto, na sua grande parte esses programas funcionam como paliativos de convivência com a seca e não de promoção do desenvolvimento. O turismo pode ser incrementado e emergir como instrumento capaz de levar para a região profundas alterações e melhoria dos indicadores sociais e econômicos, coisa que tantas ações emergenciais não conseguiram fazer durante décadas.

De qualquer maneira, em meio à análise sobre a configuração da rede regional de turismo, cabe refletir que a configuração da rede do Turismo no Norte de Minas tem sinalizado para um novo paradigma de desenvolvimento na região, considerando que suas tímidas dinâmicas têm, por exemplo, acompanhado as reflexões partícipes do Fórum Mundial do Turismo pela Paz, cuja missão se assenta essencialmente no Desenvolvimento Social a partir do Turismo e que, diante das possibilidades que se

instauram a partir do seu potencial natural, cultural, histórico, paisagístico e humano, pode-se afirmar que o Norte de Minas é passível de ser turistificado, na exata proporção da vontade daqueles que se instalam na região em otimizar sua qualidade de vida, e valorizar sua identidade em construção pelo turismo.

As novas territorialidades e espacialidades geradas pelo turismo, que ora consolidam, ora desarticulam a formação da rede regional de turismo, ainda em ascensão, permitirão a identificação de novos arranjos sócio-culturais geografizados que provavelmente estarão estreitando distâncias sócio-econômicas e político-culturais entre o Norte de Minas, o Vale do Jequitinhonha, e todas as outras regiões do globo, especialmente as regiões brasileiras que não reconhecem o Norte de Minas como unidade da federação.

3.4.2. Circuitos Turísticos: um aporte para a rede regional de turismo

No caso específico desta análise, compreende-se que os Circuitos em questão passam a configurar uma rede, na medida que se aproximam mediante políticas públicas, não desconsiderando suas interfaces preexistentes, tais como características naturais, culturais e sócio-econômicas. A instalação e reconhecimento dos Circuitos acabam por consolidar ligações intermunicipais e interinstitucionais, configurando a rede do turismo regional segundo os novos fluxos que se estruturam na cadeia produtiva do turismo.

A partir do Sistema Turismo – SISTUR, pode-se avaliar que a interface regional aqui evidenciada aponta para o surgimento de novas territorialidades, das quais ganham destaques na concepção ecológica, a formação de um mosaico de Unidades de Conservação – UC's, enquadradas tanto nas políticas estaduais como nas federais. No Circuito do Velho Chico, destaca-se a Área de Proteção Ambiental-APA/Cavernas do Peruaçu; o Parque Nacional Cavernas do Peruaçu/PARNA; o Parque Estadual Grande Sertão Veredas; O Parque Estadual Veredas do Peruaçu e o Parque Estadual da Lapa Grande ; já no Circuito Lago de Irapé, evidencia-se o Parque Estadual de Grão Mogol e no Circuito dos Diamantes, o Parque Estadual do Rio Preto, Parque Estadual do Biribiri e Parque Estadual do Pico do Itambé. Essa construção territorial do mosaico de conservação forma uma rede que se configura em uma grande área no Estado de Minas

Gerais, que integra o bioma o Cerrado e seus substratos de ecossistemas, desde os campos rupestres de altitudes ao cerradão e mata ciliar.

No que diz respeito ao subsistema social, o Norte de Minas e o Vale do Jequitinhonha, historicamente sempre tiveram suas imagens associadas à pobreza, miséria, feiúra e falta de oportunidades desqualificando-os. É bem verdade que o índice de desenvolvimento humano – IDH - das cidades que compõem os Pólos e Circuitos em questão apresentam-se baixos em relação às cidades do sul de Minas Gerais, contudo as duas regiões apresentam ricos potenciais naturais, culturais, humanos e econômicos que não foram devidamente explorados, mas que não alimentam o mito pejorativo a elas atribuído durante muito tempo. Diante desse quadro social, justifica-se o desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida que pode ser iniciada através do incentivo de economias advindas do turismo.

A economia regional esteve sempre pautada no setor primário, agricultura e pecuária, como fonte de renda de grande parte da população. Após 1960 com o advento da SUDENE, a indústria trouxe inúmeros postos de serviços que desenvolveram o meio urbano e geraram um comércio mais rico e proeminente. A prestação de serviços teve significativo crescimento e hoje constitui a principal atividade econômica na região. Mercados informais ganham espaço e também passam a constituir parcela importante da economia regional. No caso do turismo, uma vez constituindo numa atividade incipiente, começa a apresentar seus primeiros arranjos produtivos, considerando-se modestos, porém significativos os números em ascensão.

A cultura dessas regiões sempre foi muito significativa, refletindo a riqueza e diversidade das identidades. Os grupos indígenas, povos sertanejos como veredeiros, chapadeiros, caatingueiros, vazanteiros, ribeirinhos, oleiros, quilombolas e mesmo as formações sociais urbanas contemporâneas formam nas regiões uma significativa colcha cultural com suas manifestações tradicionais, festas, artesanato, gastronomia, culinária, linguagem, credos e religiões caracterizando territorialidades.

Considerando que os territórios administrativos apresentam áreas de abrangência em mais de 100 municípios, o planejamento turístico deve integrar as categorias de análise do SISTUR, participando dele todos os elementos sociais, ecológicos, culturais e

econômicos configurando-se um planejamento turístico integrado e sustentável. Nesse sentido, o planejamento turístico regional tem evidenciado elementos importantes para o desenvolvimento de atividades nas regiões, ora positivos, ora negativos, mas que, sobretudo, compõem a realidade das localidades onde começam a se estabelecer.

Alguns apontamentos são fundamentais para o exercício de compreensão sobre a configuração da rede regional de turismo. Nesse caso, uma leitura superficial sobre os ambientes externo e interno dos atuais Circuitos Turísticos do Norte de Minas, destaca que, apesar da condição recente de reconhecimento, suas dinâmicas, especialmente de receptivo, já foram assimiladas pelas estruturas locais.

A existência de serviços básicos e estrutura turística localizados em alguns municípios vêm apresentando, nos últimos cinco anos, uma melhor estrutura para recepção do turista. O comércio que envolve hotéis, bares, restaurantes e agências de viagens já se habilita para poder oferecer melhores serviços. Em meio a esse quadro, a cultura Sertaneja apresenta uma variedade da gastronomia, festas com um rico calendário e artesanato que já desponta em nível nacional e internacional. Os patrimônios natural, cultural e histórico constituem potenciais iguais aos melhores atrativos trabalhados na rede nacional de turismo, quando não mais significativos e ricos. A presença de órgãos de ensino, tanto em níveis municipal, estadual e federal é oferecida, especialmente salientando a existência de Instituições de Ensino Superior com curso de Turismo que se mostram de grande importância para a assimilação de uma cultura do turismo, enquanto fator de desenvolvimento regional.

Outros fatores como condições climáticas favoráveis, disponibilidade de mão-de-obra, hospitalidade e comunicabilidade do povo, aumento do conhecimento do potencial turístico, crédito e apoio institucional, formação de mosaicos de unidades de conservação, dentre outros, apenas confirmam os caminhos trilhados pelo turismo regional. Por outro lado, ainda é inexistente uma cultura de turismo planejado na região, principalmente o reconhecimento de uma rede de turismo regional.

Nesse contexto, no ambiente externo apontam-se algumas oportunidades que constituem importantes elementos de análise para o desenvolvimento do turismo regional a partir da rede de Circuitos Turísticos, dos quais se evidenciam o interesse

pela região (científico, turístico etc.), investimentos financeiros (público e privado), políticas públicas (federal e estadual), informações (idéias e modelos, capacitação técnica), projeto PE (estadual) para infra-estrutura (rodovias, aeroportos), revitalização de toda a Bacia do São Francisco, dentre outros.

A formação dos Circuitos vem apresentando suas interfaces, por meio das características que são peculiares entre os municípios. A união desses municípios e o reconhecimento de suas especificidades têm contribuído para a formação e consolidação da rede do turismo regional e, principalmente, apontado o direcionamento do planejamento da atividade como promissora para o almejado desenvolvimento.

O turismo vem ganhando impulsos consideráveis na região Norte-Mineira e no Vale Jequitinhonha. Contudo, a autenticidade do turismo regional, desencadeada por intenções específicas, deve estar constantemente associada ao desenvolvimento das localidades geraizeiras, caatingueiras, vazanteiras, veredeiras, ribeirinhas, quilombolas, indígenas, artesãs, e especialmente, considerando o direito de escolha das mesmas em querer ou não participar da cadeia produtiva de turismo, ou seja, querer ou não participar da rede.

As redes estão normalmente abertas à entrada de novos membros, desde que estes aceitem as regras de comunicação, de tomada de decisão e de co-responsabilidade envolvidas nelas. Isso não impede que essas regras e definições da rede sejam revistas à medida que esta vá realizando seus objetivos, redefinindo-os ou criando novos. Por outro lado, a saída de alguma pessoa da rede não deve se constituir num problema, visto que a capacidade de auto-organização da rede é muito grande e, assim, o direito à plena liberdade para todos os membros da rede fica, normalmente, assegurado durante todo o tempo. Martinelli e Joyal (2004).

Os valores e potenciais regionais nos quais se inserem os Circuitos permutam condições ímpares de possibilidades para o turismo, mas de qualquer maneira, a construção do “pensar o turismo” e do “fazer o turismo” nos preceitos do desenvolvimento em bases locais deve acontecer de maneira integrada, participativa e sustentável. Considerando os novos processos desencadeados pela atividade turística em todo o globo, e salientando que os novos fatos históricos têm confirmado a necessidade de se atribuir ao turismo um novo modelo de desenvolvimento voltado para a valorização sociocultural e preservação ambiental, faz-se indiscutivelmente interessante pensar em um modelo de turismo

adaptado à nossa realidade regional. Nesse sentido, encontramos na leitura de Almeida (2003), provocações importantes para o viajar de nossas reflexões, quando afirma que,

O turismo apresenta-se como um fenômeno inerente ao espaço geográfico. Ele, em suas atividades, (re)cria, inventa novas formas, funções, processos e ritmos, dinamizando os lugares, as paisagens, os territórios, as regiões(...) enfim, o próprio espaço, numa simbiose entre o particular e o universal, o local e o global. Assim, ao mesmo tempo em que ele provoca a leitura de suas marcas e impressões, ele desafia a compreensão e o entendimento de sua dinâmica.

Observa-se que, a partir dessas reflexões, que a formatação da Rede do turismo regional, aqui analisada, só se pode dar com a consolidação de micro-redes de cooperação intermunicipais, interinstitucionais e intersetoriais, dado o caráter complexo do Turismo, considerando elementos fundamentais do fenômeno tais como: ecológicos, econômicos, sociais e culturais, além de infra-estrutura. A constatação de elos sistêmicos dessa natureza constitui a base de solidificação da rede de turismo que almejamos, o que permitirá evidenciar os valores locais e regionais na cadeia do turismo nacional e mundial e, nesse sentido, criar possibilidades de desenvolvimento social por meio do turismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Não sabemos o turismo que queremos, mas sabemos o turismo que não queremos.”

Líder comunitário. Icapuí, CE.

4.1. Turismo e desenvolvimento regional : velhos caminhos, novas possibilidades

O Turismo, enquanto uma totalidade aberta exige fontes internas de desenvolvimento cujas estruturas e significados cada vez mais evidenciam suas redes. A cada momento histórico ocorre uma multiplicidade de concepções referentes à sua complexidade e, do entendimento de suas dinâmicas, automaticamente multiplicam-se as formas de regionalizá-lo, por exemplo. Essa diversidade de concepções teóricas é que permite o seu desenvolvimento científico.

Na evolução dos estudos sobre turismo, o trabalho se particulariza porque tem como foco a rede do turismo que se espalha no norte de Minas. O caráter introdutório de nossas reflexões refere-se às leituras acerca da história das viagens no mundo, incluindo o sertão norte-mineiro como ponte para o surgimento e consolidação do turismo em escala global, até que seus reflexos passassem a ser percebidos no Norte de Minas, o que, em nosso entendimento, não implicou em perda de rigor na sistematização das idéias e nem em prejuízo da discussão que a problemática da proposta suscita.

Diante das divergências na percepção de mundo, na descrição e na interpretação das culturas – no caso deste trabalho, a cultura do turismo -, um segundo momento foi reservado para uma reflexão sobre o papel do turismo enquanto ferramenta de compreensão de determinadas complexidades, inclusive de sua própria complexidade. Como o turismo tem-se substanciado a partir da reflexão sobre as redes? Teria a ciência geográfica, a região como objeto e o turismo como resultado? Como vêm sendo elaborados os estudos sobre o desenvolvimento regional na ótica do turismo? A revelação da tensão entre globalização, regionalização e Estado Nação diante da emergência de regionalismos pode ser superada a partir do turismo? A globalização se opõe à regionalização? Seria o turismo o novo desafio do Estado inteligente? Ou seria

aliado, ferramenta, ou algo do tipo? Qual a real relação entre libertação local, consolidação internacional e desenvolvimento social? Apenas rimas?

As maquinarias de poder e a conseqüente manipulação de políticas competem à má gestão dos processos, falhas vitais ao fenômeno, especialmente quando dizem respeito à gestão social do turismo. Os processos de mistificação dos lugares pelo turismo produzem uma idéia equivocada das localidades e, automaticamente, criam possibilidades de descaracterização das regiões onde se inserem. Fruto da lógica do capital, a favor e em favor do capital, o turismo, nesse caso, exhibe uma de suas faces cruéis, uma de suas armadilhas.

A história das políticas públicas de turismo no Brasil data de ações muito recentes em relação à exploração do turismo no país, cujo início caracterizou-se por exploração não planejada dos potenciais, e após este consumo e apropriação do espaço pelo turismo é que se pensou que estes lugares turísticos precisavam de um ordenamento em suas políticas, é a partir daí que surgem os primeiros estudos na área. Dessa maneira, fica expresso na história mineira das políticas públicas, a importância de se fazer melhor análise do papel governamental com programas de ações efetivas que resultem em melhor planejamento para o turismo regional. Silva e Salgado (2005, p.31-32)

No bojo de suas contradições, o turismo exhibe dinâmicas de contraposição e complementação, colonização e libertação, preservação e fetichismo, pares opostos que, a partir de uma força brutal, conseguem transformar o turismo na maior atividade econômica do planeta. Se, por um lado, o turismo tem-se apresentado como atividade econômica capaz de gerar receitas e divisas para as regiões, configurando-se numa expressão da globalização da economia, por outro, tem acompanhado e fomentado a tentativa de superação de problemas sociais de determinadas regiões do globo, que vivem profundos conflitos sociais e buscam incessantemente a minimização de quadros de vulnerabilidade social. Ao mesmo tempo tem despertado nos lugares a necessidade de se preservar patrimônios naturais e culturais locais que integram diretamente os seus modos de vida.

No terceiro momento reflexivo são evidenciadas, superficialmente, as viagens do sertão norte-mineiro momento em que se estabelece um quadro de referência histórica para debruçarmos sobre o caráter dinâmico do turismo e seus entraves e perspectivas no Norte de Minas. A soma da visão global da geografia turística do Norte de Minas e da reflexão regional norte-mineira nos conduzem ao entendimento e necessidade de se

trabalhar para um turismo regional em contraposição a um turismo na região. Ganham espaços os primeiros trabalhos desenvolvidos no sentido de conduzir o turismo regional de maneira sustentável e não prejudicial aos modos catrumanos de vida e as micro-complexidades que passam a dialogar com a rede do turismo por meio dos Circuitos.

O risco de omissões e injustiças teóricas que o trabalho corre encontra motivação no entendimento sobre a falta de estudos sistemáticos sobre a atividade turística no Norte de Minas. Não apenas circunscrito ao bojo restrito de especialistas voltados aos estudos epistemológicos da ciência do turismo, mas também aqueles que acreditam e são interessados no poder de transformação das realidades sociais norte-mineiras e da qualificação espacial regional a partir do turismo. Daí a tentativa de difusão do pensar sobre as possibilidades regionais; uma maneira de motivar interessados em contribuir para o debate teórico sobre o turismo norte-mineiro, substanciado pelas reflexões sobre as redes.

A evolução do turismo, muitas vezes dividida em várias faces, se perde, considerando que, na verdade, nas escolas e saberes, o pensamento tem-se ramificado em várias tendências, várias redes, e orientações que não estão completamente isoladas umas das outras. O posicionamento científico neste trabalho está assentado muito mais no entendimento sobre novos fluxos e demandas que emanam do turismo e que se estabelece no norte de minas, do que na ortodoxia impregnada na maioria dos livros que tratam do tema.

Nesse contexto, entende-se que o processo de Construção Participativa das Políticas Públicas de Turismo do Estado, fundamentado nos apontamentos do Plano Mesonorte e do Movimento Catrumano, e credibilizado pela Secretaria de Turismo do Estado de Minas Gerais, junto com a Universidade Estadual de Montes Claros, Organizações Não-Governamentais (ONG's) e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP's, além das Gestões Municipais, possam garantir a construção e otimização de novos modelos de Turismo para a região norte-mineira, considerando todo seu potencial natural e humano assentados em valores culturais ímpares conforme apontamentos do Movimento Catrumano.

Talvez, um dos caminhos dos gerais seja a divulgação e contribuição para a promoção do debate sobre a natureza do turismo norte-mineiro e o conceito de desenvolvimento local sustentável, fortalecendo os fundamentos do pensamento acerca do turismo e possibilitando maior disseminação desse conhecimento científico, numa tentativa de minimizar problemas regionais que afetam as construções sociais no Norte de Minas nesse momento histórico, marcado por ideais Catrumanos. O grande valor desta pesquisa, tanto para os que concordam na íntegra com suas proposições, quanto para os que aceitam, pondo em dúvidas algumas reflexões aqui contidas, é a contribuição para o despertar da produção científica regional sobre turismo e, ao mesmo tempo em que semeia dúvidas e angústias leva o autor a procurar os seus próprios caminhos nos gerais.

4.2. Por uma Epistemologia do Turismo: a outra face da moeda

O estudo epistemológico do turismo *a priori* constitui um cipoal complexo que muitas vezes se perde em ações tecnicamente aplicáveis no mercado turístico. Contudo, o entendimento do fazer-saber constitui a superação do conhecimento empírico, tão disseminado em projetos político-pedagógicos de Turismo, permitindo uma visão mais filosófica e sistêmica do fenômeno. Esse estudo exige uma maior contemplação de seu caráter multidisciplinar, servindo-se da compreensão de outros objetos científicos que, mesmo quando de forma rasa, estabeleçam relações com o Turismo, criando possibilidades de compreensão do fenômeno como ciência e não como um sub-sistema econômico, como é tratado comumente.

É inegável que existe um esforço inicial muito grande no campo de discussão epistemológica do fenômeno turismo. Contudo, faz-se necessário, que as visões imediatistas e tecnicistas sejam superadas, cedendo espaço à compreensão de sua totalidade histórica, sua dinâmica interdisciplinar, formação filosófica e seu caráter sistêmico. Pensar nas importantes dinâmicas e inter-relações humanas que se originam do processo de reconhecimento entre turista e grupos locais do ambiente receptor, reconhecendo-o com um fenômeno social; considerar a inter-relação entre tempo livre, ócio e lazer e, ainda, fomentar a pesquisa científica acerca de sua totalidade concreta que está no plano das evidências na razão, subjetividade, nos símbolos e pensamento sistemático constituem leituras capazes de instaurar solidez teórica ao turismo, especialmente a partir de suas contradições, garantindo sua dimensão mais universal e

constituindo uma linha de pesquisa mais substancial na sustentação de uma teoria do Turismo, ou seja, na descoberta de sua epistemologia.

O caráter interdisciplinar e multidisciplinar do turismo constitui a razão de sua existência. A complexidade que lhe é reconhecida é resultado da intercessão de várias outras áreas e atividades que, segundo alguns estudiosos, têm como núcleo comum a categoria trabalho. “O Turismo pode ainda não se assumir como ciência, entretanto possui status para tal, pois se concretiza na relação com as outras ciências. Seu patamar teórico se forma e cristaliza na atuação com as outras, porém por ser ainda uma atividade totalmente dinâmica e muito ágil e de forte impacto econômico que acaba relegando a um papel secundário seus componentes de sustentação teórica”. Filho⁸² (2003).

O universo do turismo que se expande, muda de forma e assume contornos que, muitas vezes, não fosse a pesquisa, a análise atenta ou argúcia de alguns pesquisadores em empregar métodos multidisciplinares e tentar construir um sistema complexo e abrangente de explicação desse fenômeno e fato, com dificuldade seriam apreendidos e descritos em linguagem objetiva e precisa. Avançar na construção teórica do turismo é criar condições de assimilação e processamento permanente das categorias analíticas que o envolvem, tal como do seu objeto. A fusão de categorias como tempo, espaço, sonho, economia, desejo, sujeito, imaginário, lugar, simbologia, comunicação e pós-modernidade permitem o relacionamento entre o objetivo e o subjetivo, suportando de maneira mais eficaz elaborações teórico-metodológicas acerca do fenômeno.

Cabe destacar que objetos turísticos somente têm algum valor como tal para as pessoas habituadas a vê-los, senti-los. A sensibilidade ao que o objeto representa advém do contato com o diferente, da não-cotidianidade. Isto pode explicar, em parte, o desconhecimento dos atrativos turísticos existentes nos lugares, tanto pela comunidade, quanto pelos gestores do turismo, dado que os mesmos também partilham da mesma vivência. Contudo, a diferença que deveria ocorrer se dá em função de um treinamento do olhar que os pesquisadores possuem e que os gestores precisam ter. Olhar de outra maneira pode evitar algumas repercussões que poderão apresentar-se. Dentre estas, estão a falta de um planejamento incorporando uma política destinada ao turismo. O descaso pelo recurso turístico, estando esse negligenciado, abandonado ou semidestruído; a ausência de uma estrutura político-institucional do turismo no município; a ausência de um plano de capacitação de recursos humanos na área de turismo; além de uma baixa estima pelo patrimônio cultural e histórico. Almeida (2003).

⁸²FILHO, João dos Santos. Turismo: ciência ou técnica. Disponível em <<http://www.espacoacademico.com.Br>> visitado em 9 ago de 2005.

Considerando a condição híbrida do espaço, o Turismo em nossa compreensão, constitui a reflexão do lugar para o sujeito. Não em si, mas para si, o que justifica nosso entendimento holístico dos fluxos. De acordo com Almeida (2003, p.11) “para alguns estudiosos, o turismo é uma necessidade vital que conduz ao lazer, à diversão e ao *homo ludens*”. A proposta de análise do objeto de pesquisa, “*A Rede do turismo no Norte de Minas*”, tem como pretensão desvendar uma realidade turística, ainda despercebida, oculta e quase subterrânea aos olhares dos sujeitos locais, que emergirá mais tarde, mas não pelos olhos do pesquisador realista, mas do sujeito que vive o espaço.

A reprodução ampliada da realidade turística via tecnologia, a figura do sujeito que se faz fluxo através de motivações próprias ou pela indução de comportamento, a ideologia que permite a encenação, o reconhecimento e a camuflagem, o universo mítico e simbólico que remontam signos individuais e coletivos, a diversão que aproxima do tangível, a realidade virtual que remonta complexidades, a percepção pluridimensional do imaginado, a qualificação do espaço e rompimento temporal permitirão a ampliação do olhar epistemológico sobre o turismo, abarcando de maneira quase intencional experiências produtivas, reprodutivas e empíricas de recortes da complexidade encontrada na rede de turismo que se evidencia no Norte de Minas.

Compreende-se que a pesquisa na área do turismo e as propostas alternativas de investigação epistemológica em situações paradigmáticas determinadas, como o caso do Desenvolvimento Social do Norte de Minas a partir do Turismo, são atribuições e tarefas inerentes à atividade acadêmica, vendo a pesquisa como condição para a produção de conhecimento e o projeto de desenvolvimento como decorrência da responsabilidade social de cada pesquisador e da universidade como um todo. Talvez este seja o ponto mais importante dessa reflexão, mesmo que conste como objetivos ou hipóteses a serem levantadas, esta compreensão, na verdade, constitui a possibilidade de superação da condição quase inerte vista tempos atrás nas pesquisas sobre o Turismo regional, desenvolvimento socioeconômico, ambiental e cultural específico da região Norte-Mineira.

Cabe apontar a relevância da proposta de investigação que se inicia com este trabalho, no sentido de contribuir para o desvendamento do turismo regional por olhares menos

reais e mais imaginados. E em determinado momento, fazer apontamentos sobre conceitos e demais construções que dão suporte a procedimentos metodológicos que se assentam no fazer-saber por um Turismo Norte-Mineiro e por uma Epistemologia do Turismo, considerando que sua ciência só se concretizará a partir das contradições epistemológicas de seus saberes.

4.3. Turismo: um caminho para o desenvolvimento social no Norte de Minas?

Considerando o fenômeno recente da tendência à proliferação da atividade turística no Norte de Minas Gerais, entende-se que a consolidação de uma rede de turismo na região despertará maior interesse na valorização dos espaços turísticos aqui existentes, e permitirá a participação efetiva das comunidades, na medida em que possam partilhar suas atuações junto ao poder público e em consonância com as atividades de mercado, objetivando implantar, reativar e consumir as políticas públicas, principalmente as políticas públicas de turismo e que, somadas às outras condições de desenvolvimento, possam reconhecer a importância do turismo para uma região muitas vezes descaracterizada e refém de políticas irresponsáveis⁸³.

Por outro lado, desperta interesse a constatação em vários estudos sobre turismo, de que modos de produção, organização e ordenamento do turismo, muitas vezes calcados meramente nos aspectos econômicos, comprometem a própria atividade turística. Ao não participarem as comunidades das localidades potencialmente turísticas, reconhecendo seus valores simbólicos e culturais, bem como sua importância para as regiões potenciais, as várias faces do planejamento turístico quando mal executadas impedem a assimilação do turismo como conjunto de manifestações humanas de significativo valor cultural, lhe atribuindo caráter puramente econômico.

⁸³Cabe destacar a importante necessidade, especialmente por parte do Governo do Estado de Minas Gerais responsável pela gestão da Política Estadual de Circuitos, de se criar mecanismos de auditoria dos Circuitos Turísticos que estão sendo criados. No Norte de Minas, o histórico de políticas coronelistas, pelegas, somadas às facilidades viciadas de corrupção em várias esferas de poder estabelecem ambientes propícios para a fragilização dos Circuitos e da própria política pública de turismo.

Nesse caso, encontramos na leitura de Padilha (1972) uma importante reflexão, que se faz bastante atual, tendo em vista as novas projeções do governo para a Política Nacional de Turismo. Afirma que o turismo,

...continua a ser no mundo moderno, poderoso instrumento de aproximação humana, fonte de cultura e dignificação da pessoa. O dinheiro que movimenta é importante para o indivíduo e para a coletividade. Contudo, outros valores devem ser considerados. Assim, - pelo menos nas áreas responsáveis - os programas de desenvolvimento turístico repousam sobre bases utilitaristas, materiais, mas são inspirados por filosofia mais elevada. O poder público no Brasil, no momento em que passou a tratar o turismo seriamente e foi acompanhado por boa parcela das entidades particulares, tem conseguido esta dualidade: agir pragmaticamente, mas com perfeita consciência idealística.

É fato que o Plano Nacional de Turismo lançado em 2003 passa a assimilar a importância do turismo para a construção e posituação da imagem do país, as novas atribuições da EMBRATUR comprovam isso. Contudo, superar problemas estruturais e ampliar entendimento sobre a importância do turismo enquanto ferramenta de transformação social depende em grande parte da superação da corrupção, problema maior deste país, desafio maior das políticas públicas. Um dos objetivos específicos deste trabalho foi subsidiar discussões em torno do turismo, de especial significado para o território brasileiro, que encontra no Norte de Minas potenciais riquíssimos a serem trabalhados, atrativos que começam a alimentar importantes fluxos turísticos para a região e a realçar a configuração de uma rede de turismo bastante complexa por suas particularidades locais. Salgado e Lessa (2005).

Sob um ângulo mais complexo de interações na rede do turismo norte-mineiro, entende-se o contexto regional como unidade e concebe-se não só a sustentabilidade da natureza, como também a sustentabilidade das comunidades que interagem com ela. Faz-se importante destacar que, na busca do equilíbrio dinâmico do ambiente, em que o homem passa a ser o componente mais ameaçado, a região norte-mineira assume importância crucial na valorização e manutenção dos valores locais, dada a grandeza absoluta das relações que se estabelecem na região.

Desse modo, é preciso atentar para um novo paradigma de desenvolvimento, que leve em conta a complexa teia de relações estabelecidas na sociedade norte-mineira e dessa com a natureza, permitindo a sustentabilidade do ambiente sociocultural e natural. No turismo, ao consumir malhas de complexidade na sociedade e transmutá-las em âmbito

global, permitindo o reconhecimento e fortalecimento das redes de turismo, os novos modelos passam a exigir a eleição de novos sujeitos, almejando o aperfeiçoamento e a integridade da vida.

As idéias até aqui expostas fazem do tema proposto alvo de intensos estudos para o alcance dos objetivos, fortalecimento de novas proposições e respostas a novas hipóteses sobre o assunto. Um terreno fértil e convidativo para incursões acadêmicas, discussões políticas e diálogos mercadológicos. Em meio a essas reflexões é inevitável ressaltar a necessidade do estudo inter, trans e multidisciplinar na compreensão dos problemas regionais, que apresente um conjunto de projetos de pesquisa e projetos de alternativas de desenvolvimento, com ênfase na realidade local e nas dinâmicas culturais próprias do Norte de Minas, dando especial atenção à educação, valorização da cultura e melhoria do meio ambiente norte-mineiro.

Através das proposições aqui apresentadas passa-se a verificar a eficácia dos processos de caráter endógeno, emergindo de potencialidades, vontades e decisões dos municípios e suas comunidades diante da atividade turística incipiente, superando qualquer projeto centralizador e não participativo. Compreende-se, ainda, que a pesquisa na área do turismo e as propostas alternativas de desenvolvimento turístico sustentável, em situações sociais determinadas, como o caso do Norte de Minas, são atribuições e tarefas inerentes à atividade acadêmica, vendo a pesquisa como condição para a produção de conhecimento e o projeto de desenvolvimento como decorrência da responsabilidade social de cada pesquisador e da universidade como um todo que, somadas às ações das gestões públicas municipais, o empenho do setor privado e a importante contribuição do terceiro setor, como vemos no caso do Instituto Grande Sertão (IGS), do Espeleogrupo Peter Lund (EPL), da Organização Vida Verde (OVIVE) e do Centro de Agricultura Alternativa (CAA) – que, com audácia e trabalho, vêm-se dedicando a causas coletivas maiores - podem contribuir de forma decisiva para o desenvolvimento regional.

Diante dessas constatações, podemos compreender que para “querer um desenvolvimento social, local, regional ou nacionalmente capaz de dar condições dignas, equitativas e justas de vida para todos, se faz necessário considerar as potencialidades locais, regionais ou nacionais e maximizá-las para garantir que a cultura

e a identidade de um povo não sejam corroídas pelo canto de sereia da modernidade”. Costa (2001). Nesse caso, o turismo para o Norte de Minas não constitui um alívio em sua totalidade, sendo complacente com algumas de suas contradições, mas fornece possibilidades de superação do mito da pobreza e falta de oportunidades, calçado na região e, ainda, permite, desde que bem articulada por via da rede norte mineira de turismo, a transformação socioeconômica e ambiental através do resgate cultural tão valioso nos novos arranjos espaciais e produtivos que o turismo vem promovendo.

O desenvolvimento econômico visto até então no Norte de Minas ocorre em áreas restritas, automaticamente beneficiando pequenas parcelas da população. Os programas e projetos oficiais implementados por órgãos públicos, federais, estaduais e municipais na região, quase sempre, não atendem satisfatoriamente a seus objetivos ou, quando isso ocorre, não se sustentam deixando de beneficiar milhares de pessoas que têm poucas alternativas no campo ou nas pequenas cidades, conseqüentemente favorecendo ainda mais o inchaço de cidades pólos como ocorre com Montes Claros, por meio do êxodo rural.

Lançamos nossas reflexões a fim de aproveitar os inúmeros exemplos de sucesso promovidos pela atividade turística em diferentes regiões do globo e, dessa maneira, mostrar a possibilidade de convergência das ações produtivas referentes ao turismo no Norte de Minas já que, ao reconhecer a rede de turismo em formação, criam-se novas mentalidades e novas materialidades capazes de suportar a atividade planejada, almejada e iminente. Salgado e Lessa (2005)

Este estudo, que caminha a passos mansos desde 2001 para se tornar base de uma referência para a pesquisa sobre a atividade turística no Norte de Minas no ano de 2010, está se baseando mais em idéias, princípios e métodos do que em informação. Assim, sendo, ainda que os anos passem isso se tornará irrelevante, uma vez que as reflexões aqui contidas servirão subsidiar o entendimento do processo de desenvolvimento do turismo regional. Uma reflexão a partir das perspectivas espaciais das redes e, das dimensões geográficas do turismo no Norte de Minas fornecerá elementos importantes para a análise do fenômeno a pesquisadores de várias áreas como Geografia, Antropologia, Economia, Sociologia, Administração e, do próprio Turismo, dentre outras.

Ressalta-se aqui que a dificuldade não é imposta ao Desenvolvimento Turístico de uma dada região, e sim ao Desenvolvimento Social que possa acontecer a partir do Turismo e, dessa maneira, faz-se necessário falar em pontos de equilíbrio, estabilidade, sustentabilidade. Na medida que se pretende aprofundar sobre as possibilidades de Desenvolvimento Social da região Norte-Mineira a partir do Turismo, que se instaura sob condição incipiente, procura-se atingir entendimentos que nos respondam para quem ou para que serve a cultura do Turismo ou como o Turismo pode atingir o *status* de movimento contra-hegemônico diante de suas contradições ou, ainda, como é possível superar situações de vulnerabilidade social a partir do Turismo.

Insaciáveis, os questionamentos percorrem outras reflexões tais como: é possível pensar em um Novo Turismo a partir do Capital Social? E a partir da Cooperação Solidária? O Turismo constitui uma lógica diferenciada que permite novas leituras sobre o Desenvolvimento? No mesmo caminho, perguntamos: podemos falar de um Desenvolvimento Social Solidário a partir do fenômeno Turismo?

Não hesitamos em afirmar que os as rotas para se chegar ao desenvolvimento sempre serão as mesmas, contudo, a condição de mudança está nos meios para se chegar. Dessa maneira, pensar a formatação da rede do turismo como uma construção paralela à lógica do capital financeiro, a fim de assegurar o desenvolvimento social das localidades que participam dessa rede, significa dar voz à esperança, palavra sempre presente no discurso das redes. Álvares e Silva (2003, p.58), fazem a seguinte leitura;

O conhecimento da realidade dessas regiões, a partir de sua caracterização como pólo turístico, não pode ser considerado como uma finalidade em si mesma. Ao contrário, tendo como foco a cultura local e as particularidades das condições de desenvolvimento social e econômico da região, e que a atividade turística deve ser inserida, seja do ponto de vista de seu potencial de inclusão social, seja no que concerne às ações necessárias para a sua realização, como é o caso da educação escolar e não escolar da população local e da capacitação.

A análise dos dados relativos aos Pólos Turísticos Caminhos do Norte e Vales do São Francisco e Jequitinhonha revelam alguns aspectos importantes (...) pode-se verificar que a quase totalidade da população pesquisada aprecia o turismo e gostaria que essa atividade fosse estimulada na região. Outro aspecto significativo refere-se ao fato de não serem comunidades isoladas, com relativa abertura para outras realidades.

As próprias desigualdades sócio-econômicas estruturais são geradoras de mais desigualdades e segregação, quadro que o turismo compreendido em seu sentido mais estrito não pode alterar.

Considerando os novos processos desencadeados pela atividade turística em todo o globo, e salientando que os novos fatos históricos vêm confirmando a necessidade de se atribuir ao turismo um novo modelo de desenvolvimento, por não dizer envolvimento é indiscutivelmente interessante pensar em um modelo de turismo adaptado à realidade regional.

Para tanto, vislumbra-se a adequação do que tem sido considerado turismo solidário, não desconsiderando a segmentação de outros mercados turísticos para as localidades, mas entendendo que, a partir da articulação de pequenas redes intermunicipais e interinstitucionais, o fomento de pequenos roteiros baseados em solidariedade produtiva, superando a situação estacionária do Programa de Regionalização do Turismo que assimila circuitos com grande número de municípios, possa criar demandas e ofertas locais, abrindo espaço, inclusive, para práticas de endoturismo em que as pessoas despertem o interesse por conhecer e reconhecer os atrativos e potencial da localidade onde vivem, bem como roteiros de etnoturismo capazes de fomentar o interesse pelo conhecimento e valorização das populações tradicionais do Norte de Minas que ajudam a contar a própria história regional.

A cada novo estudo, novas indagações. Não há pretensões em responder todas as perguntas que se evidenciam no debate acerca do turismo. Ao contrário, debruçamos nossas reflexões a fim de ancorar nossas inquietações sempre em novas perguntas. Naturalmente a complexidade que envolve os estudos sobre turismo faz surgir a cada nova pesquisa outras inúmeras perguntas.

Diante do exposto, ainda nos perguntamos se as redes sociais serão capazes de superar as disputas e rivalidades políticas/econômicas nos processos de regionalização e interiorização do turismo no país; o futuro dos Circuitos Turísticos é promissor? O que vem primeiro infra-estrutura ou identidade? Conhecer bem é dever de quem? Do turista ou do receptor? Quem não quer participar do turismo tem o direito de não participar? Que lógicas estão por trás das propostas? Como pensar numa educação para o turismo? Conectar as redes de turismo é um desafio, uma necessidade ou um caminho natural da história? O endoturismo é uma possibilidade real? O etnoturismo é um caminho importante para a valorização da cultura dos povos? Como superar os conceitos? Afinal,

para quem serve o turismo? E a cultura do turismo? São muitas e intrigantes as perguntas que nos convidam a novos estudos.

Pensar um novo perfil de turista capaz de compartilhar coletivamente sua responsabilidade, na construção de uma sociedade mais humana é pensar em um outro turismo, é pensar que esse outro turismo é possível, é pensar em como esse outro turismo é possível, é fazer um outro turismo ser possível, primeiramente, dentro de nós. Perceba!

REFERENCIAS

ALMEIDA, Maria Geralda de. [et al.] Paradigmas do Turismo. Goiânia: Alternativa, 2003.

ALMEIDA, Maria Geralda de. Org. Tantos Cerrados: múltiplas abordagens sobre a biodiversidade e singularidade sociocultural. Goiânia: ed. Vieira, 2005.

ÁLVARES, Lucia Campanema, SILVA, Isabel de Oliveira. Educação e capacitação comunitárias para o turismo: um estudo dos Pólos Turísticos Caminhos do Norte de Minas, Vale do São Francisco e do Jequitinhonha. IN: Turismo – Visão e Ação. Vol.8 n1. p. 47-60. jan/abr, 2006.

ANJOS, Francisco Antônio dos. O Espaço Turístico e seus elementos: reflexões epistemológicas. IN: Turismo – Visão e Ação – ano 4, n8 – p. 127-134. abr/set, 2001.

ANJOS, Francisco Antônio, et al. Processo de Planejamento e Gestão de Territórios Turísticos: princípios norteadores de uma proposta. IN: Turismo – Visão e Ação. Vol 7, n2. p.377386. març/ago, 2005.

AVRITZER, Leonardo. Sociedade Civil: além da dicotomia estado e mercado. IN: AVRITZER, Leonardo. Sociedade Civil e Democratização. Belo Horizonte: Del Rey, 1994.

BADUCCI JR, Álvaro. BARRETO, Margarida. Turismo e Identidade Local: Uma visão antropológica. Campinas, SP: Papirus, 2001. (Coleção Turismo).

BAHIA, Eduardo Trindade. Gestão de desenvolvimento ambiental para destinos turísticos. IN: Turismo – Visão e Ação. Vol.7, n3, p.537-550. set/dez. 2005.

BARBOSA, Ycarim Melgaço. História das viagens e do turismo. São Paulo: Aleph, 2002.

BARRETTO, Margarita. Produção científica na área de turismo. In: MOESCH, Marutschka; GASTAL, Susana (orgs.). Um outro turismo é possível. São Paulo: Contexto, 2004. p.83-88.

BARROS, A. J. P & LEHFELD, N. A.de S. Projeto de pesquisa: propostas metodológicas. Petrópolis: Vozes, 1997.

BECKER, Berta K. CHISTOFOLETTI, Antônio. DAVIDOVICH, Fany R. GEIGER, Pedro P. Geografia e Meio Ambiente no Brasil. 3 ed. São Paulo: HUCITEC, 2002.

BENI, M. Carlos. Análise Estrutural do Turismo. 4º ed. São Paulo: Senac, 2001a.

BENI, Mário Carlos. A Serra Gaúcha e seu potencial para a conversão em cluster turístico. In: BARRETO, Margarida; REJOWSKI, Miriam (org.). Turismo: Interfaces, desafios e Incertezas. Caxias do Sul; RS: EDUCS, 2001b. pg. 105-113.

BENI, Mário Carlos. Política e Estratégia do Desenvolvimento Regional: Roteiro Metodológico com base na instrumentação e operacionalização do SISTUR – Sistema de Turismo aplicado ao Projeto Costa Oeste – Estudo de Caso. IN: Turismo Visão e Ação. Ano 2, n.3 – p51-70 abr/set – . Santa Catarina, 1999.

BENI, Mário Carlos. Turismo: da economia de serviços à economia da experiência. IN: Turismo – Visão e Ação – vol. 6 n3, set/dez 2004.

BNB. Banco do Nordeste Notícias: especial notícias – ólo Caminho do Norte de Minas. 2001. Assessoria de Comunicação Social – ASCOM. Distribuição Ambiente de Recursos Logísticos. 16p.

BOULLÓN, Roberto C. Planejamento do Espaço Turístico; Tradução Josely Viana Baptista. Bauru, SP: EDUSC, 2002. (Coleção Turis).

BOYER, Marc. História do Turismo de Massa. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

BORGES, Fábio. SALGADO, Hebert Canela. SILVA, Cássio Alexandre. A história das Viagens no Sertão Mineiro e as raízes do Turismo Norte Mineiro: uma geografia de andanças. *Mimeo*

BRASIL. MMA. Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do São Francisco. Plano de Ações Estratégicas e Integradas para o Desenvolvimento do Turismo Sustentável no Baixo São Francisco. Brasília-DF, 2000.

BRASIL. MTUR. Apostila do Seminário do Programa Turismo Solidário. Montes Claros. Dez/2006.

CAPRA, Fritjof. *A Teia da Vida*, Editora Cultrix, São Paulo, 1997.

CARNEIRO, Marina de Fátima Brandão Carneiro. Região Norte de Minas: caracterização geográfica e a organização espacial – breves considerações. Revista Cerrados – v.1, n.1/(2003) - . – Montes Claros: Ed. Unimontes, 2003 – p. 1 – 127. jan./dez.

CARVALHO, José Murilo. Cidadania no Brasil: o longo caminho. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CASTELLS, Manuel. A Sociedade em Rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura; V.1. Tradução Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CORRÊA, Roberto Lobato. Territorialidade e corporação: um exemplo. IN: SANTOS, Milton, (orgs). Território Globalização e Fragmentação. 3ª ed. São Paulo: Hucitec, 1996. p-251-256

COSTA, João Batista de Almeida. Cultura, Natureza e Populações Tradicionais: o Norte de Minas como síntese da Nação Brasileira. p.8-45. IN: Revista Verde Grande / Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes, Prefeitura Municipal de Montes Claros, Secretarias Municipais de Cultura, Educação e Meio Ambiente, - Vol. 1, n.3(jun.ago.2005). – Montes Claros: Ed. Unimontes, 2005. v.1, n. 1, 146. Trimestral.

ISSN 1806-6764.

COSTA, João Batista de Almeida. Mineiros e Baianos: Englobamento, Exclusão e Resistência. Brasília: Universidade de Brasília / Departamento de Antropologia. 2003 Tese de Doutorado.

COSTA, João Batista de Almeida. Tomando alho por bugalhos. O Decantado desenvolvimento do Norte de Minas. Mimeo.

_____. Cultura Sertaneja: a conjugação de lógicas diferenciadas. IN: SANTOS, Gilmar Ribeiro (orgs). Trabalho, cultura e sociedade no Norte/Nordeste de Minas: Considerações a partir das Ciências Sociais. Montes Claros: Best Comunicações e Marketing, 1997 (p. 77-97).

COVRE, Maria de Lourdes Manzini. O que é Cidadania. São Paulo: Brasiliense, 1998. (Coleção Primeiros Passos).

CRAVIDÃO, Fernanda Maria da Silva Dias Delgado. Turismo e cultura: o lugar dos lugares. IN: Turismo – Visão e Ação. Vol. 6, n3, set/dez 2004.

CROCIA, Nilson. Análise Regional e Destinações Turísticas: possibilidades teóricas e situação empíricas em Geografia do Turismo. IN: Turismo – Visão e Ação. Ano 4, n11. p. 9-32. abr/dez 2002.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. Métodos e técnicas de pesquisa em turismo. São Paulo: Futura, 1998.

DEMO, Pedro. Pobreza política: Polêmicas de Nosso Tempo. 6º ed. Campinas: Autores Associados, 2001.

DIAS, Reinaldo. Planejamento do Turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil. São Paulo: Atlas, 2003b.

DIAS, Reinaldo. Sociologia do Turismo. São Paulo: Atlas, 2003.

DIAS, Reinaldo. Turismo Sustentável e Meio Ambiente. São Paulo: Atlas, 2003^a.

DINIZ, Alexandre Magno Alves. BATELLA, Wagner Barbosa. O Estado de Minas Gerais e suas regiões: um resgate histórico das principais propostas oficiais de regionalização. Sociedade e Natureza, Uberlândia, 17 (33):59-77, 2005.

ENDRES, Ana Valéria. Redes Políticas como Novo Instrumento de Condução Política do Estado: Contextualização Frente à Complexidade Social e Possibilidades para o Planejamento Turístico. IN: Turismo – Visão e Ação. Volume 5, n3, set/dez 2003.

FARIA, Dóris Santos de. E CANEIRO, KÁTIA Saraiva. Sustentabilidade ecológica no turismo. Coleção Gastronomia, Turismo, Hotelaria. Brasília: UNB, 2001.

FÀVERO, Ivane Maria Remus. A necessária multidisciplinaridade no planejamento público do turismo. IN: Turismo – Visão e Ação. Vo.8n1. p.141-152. jan/abr 2006.

FILHO, João dos Santos. Turismo: Ciência ou Técnica. Disponível em <<http://www.espacoacademico.com.Br>> visitado em 9 Ago de 2005.

FRANÇA, Júnia Lessa et all. Manual para Normalização de Publicações Técnico-Científicas. 5ª ed. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

FRANCO, Augusto de. O lugar mais desenvolvido do mundo. Investindo no capital social para promover o desenvolvimento comunitário. Brasília: DF: AED- Agência de Educação para o Desenvolvimento, 2004.

FRIDMAN, Luiz Carlos, (organizador). Política e Cultura: século XXI. Coletânea de artigos apresentados no Ciclo de conferências “Vozes do pensamento político contemporâneo”. Rio de Janeiro: Relume Dumará: ALERJ, 2002.

FUSCO, José Paulo Alves. BUOSI, Gressiqueli Regina Chiachio. Modelo de Redes Simultâneas para avaliação competitiva de redes de empresas. Revista Gestão e Produção. Departamento de Engenharia da Produção da Universidade Federal de São Carlos. Vol. 12, nº 5, p. 151-315, maio.-ago. São Carlos, SP: 2005.

GEERTZ Clifford. O saber local: Novos ensaios em antropologia interpretativa . 3ª ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1997. Tradução: Vera Mello Joscelyne.

GIL. ^aC. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Bruno Martins Augusto. SILVA, Marcelo Alexandre Correia. A Ação Coletiva em Regiões Turísticas: um estudo dos circuitos turísticos de Minas Gerais. IN: Turismo – Visão e Ação. Vol.8, n2. p-323-330. mai/ago, 2006.

HALL, Colin Michael. Planejamento Turístico; políticas, processos e relacionamentos. Tradução Edite Sciulli – São Paulo. Contexto, 2001. Coleção Turismo Contexto.

HAWKINS, E. Donald, LINDBERG, Kreg (editores). Ecoturismo; um guia para planejamento e gestão. 3 ed. São Paulo: SENAC: 2001.

KARASSAWA, Neuton S. A qualidade do logísitca no Turismo. São Paulo: Aleph, 2003.

Krippendorff, J.: *Sociologia do turismo*: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira S.A, 1989.

LAKATOS, E. M. & MARCONI, M. ^a Fundamentos de metodologia. São Paulo: Atlas, 2001.

LEITE Ramon Risério Dourado. Documento de Apresentação do Instituto Grande Sertão – História e Atuação (1999-2004). *Mimeo*

LENCIONI, Sandra. Região e Geografia. São Paulo: USP, 2003.

LESSA, Simone Narciso e SOUZA, João Valdir Alves (Orgs.). PLANOMESO – Plano

de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Montes Claros, MG: Unimontes, 2005.

LESSA, Simone Narciso (Org.). MESONORTE. Diagnóstico para a Agenda de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião do Norte de Minas. Montes Claros, MG: Unimontes, 2007.

LESSA, Simone Narciso. Trem-de-ferro: do cosmopolitismo ao Sertão. Dissertação de Mestrado. Departamento de História. Campinas. UNICAMP, 1993.

LITTLE, E. Paul – Políticas Ambientais no Brasil: análises, instrumentos e experiências – São Paulo. São Paulo, 2003.

LUCCI, Elian A. Et al (org). Milton Santos: cidadania e globalização. São Paulo, Saraiva/AGB-Bauru/UNESP-Bauru/SINPRO, 2000.

LUZ, Claudia. DAYRELL, Carlos. Cerrado e Desenvolvimento. Tradição e Atualidade. CAA, 2000.

MALINOWSKI, Bronislaw. Argonautas do Pacífico Ocidental. Um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia. Tradução de Anton P. e Lígia Aparecida Cardieri. Abril S.A. Cultural e Industrial. São Paulo, 1976. 2 ed. 1978.

MARTINELLI, Dante P. JOYAL, André. Desenvolvimento local e o papel das pequenas e médias empresas. Barueri, SP. Manole, 2004.

MARTINHO, Cássio. et all. Uma Introdução às Dinâmicas das Redes: da conectividade à auto-organização. WWF, 2003.

MATOS, Ralfo. Espacialidades em rede. População, Urbanização e Migração no Brasil Contemporâneo. Belo Horizonte: C/Arte, 2005.

MAX-NEEF, Manfred A. Desarrollo a escala humana: conceptos, Brasília reflexões y algunas reflexiones. 2.ed. Brasília, ESP: Nordan-Comunidad; Editora Brasília, 1998.

MENDONÇA, Francisco. KOZEL, Salete.(orgs). Elementos de epistemologia da geografia contemporânea. Curitiba:UFPR, 2002.

MITRAUD, Sylvia. Org. Manual de Ecoturismo de Base Comunitária: ferramentas para um planejamento responsável. Brasília: WWF Brasil, c2003. 470p.

MOESCH, Marutschka Martini. A produção do saber turístico. São Paulo: Contexto, 2000.

MOLINA, Sérgio. O Pós-Turismo. São Paulo, 2003.

MONTAÑO, Carlos. Terceiro Setor e Questão Social: Crítica ao Padrão Emergente de Intervenção Social. São Paulo: Cortez, 2002.

MORAES, Sérgio Torres. Considerações sobre a produção do “espaço turístico” na contemporaneidade. IN: Turismo – Visão e Ação. Vol. 6, n3, set/dez 2004.

MORIN, Edgar. Terra-Patria. Porto Alegre: Sulina, 1995.

MOTA, Keila Cristina Nicolau. Marketing Turístico: promovendo uma atividade sazonal. Atlas, 2001.

NASCIMENTO, Janine Alves. Monografia: O Turismo como fonte de desenvolvimento econômico social o caso do nordeste do Brasil e do Norte de Minas. Orientado por Marcos Fábio Martins de Oliveira. 1997. 138p.

NASSAR, Zacaria Alexandre. Ética e Turismo. IN: Turismo – Visão e Ação – ano 4 – n8 – p. 67-82 abr/set. 2001.

NORA, Rodrigo. A qualidade dos profissionais de turismo e hotelaria. Turismólogo in foco. P-18-21. Outubro, 2006

OLIVEIRA, Anelize Martins. Turismo e Desenvolvimento Local: A cultura como elemento de aporte ao desenvolvimento da atividade. IN: Turismo – Visão e Ação. Vol. 7 n1. p.49-67 Jan. abr. 2005.

OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de. O Processo de Desenvolvimento de Montes Claros (MG), sob a orientação da SUDENE (1960-1980). Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de História. USP:: 1996.

OLIVEIRA, Marcus Fábio Martins. RODRIGUES, Luciene. (orgs.). Formação Social e Econômica do Norte de Minas. Montes Claros: Unimontes, 2000.

OURIQUES, Helton Ricardo. A Produção do Turismo – Fetichismo e Dependência. Campinas, SP: Editora Alínea, 2005.

PADILHA, Pedro de Magalhães. O Turismo. Coleção “Brasil Hoje” nº 11. Bloch Editores S.A Rio de Janeiro – Brasil – 1972.

PALHARES, Guilherme L. Transportes turísticos. 2a ed. São Paulo: Aleph. 2002.

PARANHOS, Lucíola da Silva. MARTINS, Herbert Toledo. Redes Sociais e Desenvolvimento Regional: Capital Social no Sertão Norte-Mineiro. III Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional – Território, Capital Social e Desenvolvimento Regional. UNISC – Santa Cruz do Sul. Outubro 2006. 20 p.

PAULA, Andréa Maria Narciso Rocha. RODRIGUES, Luciene. Cerrado em Perspectiva. Montes Claros: Unimontes, 2003.

PAVIANI, A. Dinâmica regional e os desafios para a regionalização. Boletim de Geografia Teórica, Rio Claro, a. 22, n. 43-44, p. 368-374, 1992.

PEARCE, Douglas G. Geografia do Turismo: fluxos e regiões no mercado e viagens;

[Tradução Saulo Krieger]. – São Paulo: Aleph, 2003. – (Série Turismo).

PEREIRA, Sergio Nunes. Obsessões geográficas: viagens, conflitos e saberes no âmbito da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. Universidade Federal Fluminense – UFF. REVISTA DA SBHC, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 112-124, jul. dez. 2005.

PEREIRA, Anete Marília. E ALMEIDA, Maria Ivete Soares de. Leituras geográficas sobre o Norte de Minas Gerais. (orgs). Montes Claros: Ed. Unimontes, 2004.

PEREIRA, Cássio Avelino (2004), “As organizações do Terceiro Setor no Desenvolvimento das Políticas de Turismo e Lazer”, Revista Turismo em Análise. Nov. USP: São Paulo, 2004.

PEREIRA, Raquel Maria Fontes de Amaral. OLIVEIRA, Raquel Aparecida de. O turismo e a dinâmica sócio-espacial do município de Itapema. IN: Turismo Visão e Ação. (PIPG). Ano 4, nº9. p-61-74. 2002.

PEREIRA, Raquel Maria Fontes, et al. O Turismo e a Dinâmica sócio-espacial do município de Itapema. IN: Turismo – Visão e Ação. Ano 4, nº9, p.61-74. fev/2002.

PIRES, Paulo dos Santos. O despertar dos municípios para o turismo: potencialidades e limitações em análise. IN: Turismo – Visão e Ação. Vol. 7 nº1. p.175-192. jan./abr, 2005.

POLETTE, Marcus. Paisagem: uma reflexão sobre um amplo conceito. IN: Turismo – Visão e Ação. Ano 2, nº3. p. 83-94 abr/set – 1999.

QUINTANEIRO, Tânia. Émile Durkheim. IN: QUINTANEIRO, Tânia, BARBOSA, Maria Ligia de Oliveira. OLIVEIRA, Márcia Gardênia de. Um toque de Clássicos: Durkheim, Marx e Weber. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

QUERINO, Augusto José. Montes Claros e o Norte de Minas na Rede Urbana do Centro Sul: fábulas e metáforas do Desenvolvimento. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social – PPGDS. Unimontes, 2006.

RAFAEL, Edson José. Fundações e Direito. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1997.

REJOWSKY, Mirian. (org). Turismo no percurso do tempo. São Paulo: Aleph, 2002.

REJOWSKi, Mirian. Turismo como disciplina no pensamento internacional. In: REJOWSKi, Mirian. Turismo e Pesquisa Científica. 3.ed. São Paulo: Papyrus, 1999. Cap.1, p.13-58.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Cultura e política no mundo contemporâneo: paisagens e passagens. Brasília: Editora UNB, 2000. 320p. Coleção órner logia.

RIBEIRO, Ricardo Ferreira. Florestas Anãs do Sertão – O Cerrado na História de Minas Gerais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri – (org.) Turismo e Ambiente: Reflexões e Propostas. 2ª. Ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

_____. Turismo e Desenvolvimento Local. Hucitec, 2000.

_____. Ecoturismo no Brasil: possibilidades e limites. São Paulo: Contexto, 2003.

_____. Turismo e espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar / Adyr Balastrieri Rodrigues. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

RUSCHMANN, Doris van de Meene. Turismo e Planejamento Sustentável: a proteção do meio ambiente. Campinas, SP: Papirus, 1997. (Coleção Turismo)

SACHS, Ignacy. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. 4ª ed. Rio de Janeiro: Gramond, 2002

SOLHA, K. T. 2002. Turismo em um cenário de mudanças. IN: REJOWSKY, Mirian. (org). Turismo no percurso do tempo. São Paulo: Aleph, 2002.

SALGADO, Hebert Canela e LESSA, Simone Narciso. Montes Claros e a rede do Turismo no Norte de Minas: turismo, desenvolvimento regional e a superação do mito pobre através de micro-redes. Anais do VI Seminário de Pesquisa e Pós-Graduação e IV Seminário de Iniciação Científica – Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes, 2005.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. JUNIOR, Oklinger Mantovaneli. Arranjo Produtivo Local como estratégia que promove o ecodesenvolvimento: análises das experiências de Bonito (MS), Lagoa de Ibiraquera (Garopaba e Imbituba) (SC), e Santa Rosa de Lima (SC). IN: Turismo – Visão e Ação. Vol. 7, n1, p-6991 jan./abril 2005.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Turismo: sob análise do desenvolvimento sustentável. IN: Turismo Visão e Ação. Ano 4, nº 8. p-29-44. abr/set-2001.

SANCHO, Amaparo. Introdução ao Turismo. Organização Mundial do Turismo. Traduzido por Dolores Marin Rodriguez órner. São Paulo: Roca, 2001.

SANTIAGO, Elbe Figueiredo Brandão. A Trajetória do Prodetur/NE em Minas Gerais e sua relevância para a região mineira da ADENE. Illes Balears, 2002. (Tese Mestrado)

SANTOS, M. A natureza do espaço. Edusp. São Paulo, 2002

SANTOS, M. Técnica, espaço, tempo – globalização e meio técnico científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1997, p.15.

SANTOS, Milton. A aceleração contemporânea: tempo mundo e espaço mundo. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria ^a ^a; SCARLATO, Francisco C.; ARROYO, M. (orgs.). O novo mapa do mundo: fim de século e globalização. São Paulo, Hucitec, 1997, p.15-22.

SANTOS, Milton. O espaço do cidadão. São Paulo : Nobel, 1987.

SANTOS, Milton. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. São Paulo : Record, 2000.

SCHLULTER, Regina G. Metodologia da pesquisa em turismo e hotelaria. São Paulo: Aleph, 2003.

SEBRAE. Manual para organização do turismo municipal. Programa de Turismo. Montes Claros, 2001

SEBRAE. Programa Turismo Competente. Plano de Ações Integradas. Montes Claros, 2001.

SEBRAE. Relatório da Oficina de Planejamento Turístico de Montes Claros. Moderador Roberto Rezende. Montes Claros, 2001.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como Liberdade. Companhia das Letras, São Paulo-SP, 2000.

SILVA, Cássio Alexandre da. Parque Nacional Cavernas do Peruaçu/PARNA – Januária/Itacarambi -MG - Comunidade do Janelão: as comunidades tradicionais e o impacto da criação da Unidade de Conservação em seu território. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros. 138p. 2007.

SILVA, Cássio Alexandre e SALGADO, Hebert Canela. Turismo no Norte de Minas: Entraves e Perspectivas. Revista Multidisciplinar das Faculdades Integradas Pitágoras de Montes Claros. Publicação Semestral. Ano 3, Nº 2, Agosto de 2005. ISSN 1808-6969.

SILVA, Yolanda Flores. IV Reunião de Antropologia do Mercosul. IN: Turismo – Visão e Ação. Ano 4, n10, p-123-124 mar/2002.

SILVA, Yolanda Flores. IV Reunião de Antropologia do Mercosul. Turismo Visão e Ação – ano 4, nº 10. p-123-124. Out, 2001/mar,2002.

TEIXEIRA, Elenaldo. O Local e o Global: limites e desafios da Participação Cidadã. 3 ed. São Paulo: Cortez; Recife: EQUIP; Salvador: UFBA, 2002.

TOWNER, J., 1996, An Historical Geography of Recreation and Tourism in the Western World 1540-1940, Wiley, Chicester. Disponível em <http://www2.egi.ua.pt/cursos_2004/files/TU/Turismo%20Urbano%20Cap.1.pdf> visitado em 02 de Fev 2007.

VASCONCELOS, Daniel Arthur Lisboa. Conceitos e Modelos em Turismo: uma evolução do reducionismo aos sitsemas turísiticos. IN: Turismo – Visão e Ação. Vol. 7

n1, p.155-171. jan/abr 2005.

VERDINELLI, Martha Emma Pinheiro. A problemática da mudança global no turismo. IN: Turismo – Visão e Ação. Ano 4, n 10, p. 09-26. out/2001/mar/2002.

VIANA, Gilney, SILVA, Marina, NILO, Diniz, organizadores. O desafio da Sustentabilidade – São Paulo. Fundação Perseu Abramo ed, 2001.

WWF. MARTINHO, Cássio. Redes. Uma introdução às dinâmicas da conectividade e da auto-organização. Brasília-DF, 2003

YASOSHIMA, J. R.; OLIVEIRA, N. S. Antecedentes das viagens e do turismo. In: REJOWSKI. M. (org).Turismo no percurso do tempo. São Paulo: Aleph, 2002

YÁZIGI, Eduardo. Turismo: espaço, paisagem e cultura / Eduardo Yázigi.2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.